

Vinicius Ramos Lanças

**De Usuário a Ativista, o Movimento Anti-Proibicionista através da  
Marcha da Maconha no Brasil**

Tese de Doutorado submetida ao  
Programa de Pós Graduação em  
Sociologia Política da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina como requisito parcial à  
obtenção do título de Doutor em  
Sociologia Política  
Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr.Raul Burgos.

Florianópolis, 2018

---

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lanças, Vinicius

De Usuário a Ativista : o Movimento Anti  
Proibicionista através da Marcha da Maconha no  
Brasil / Vinicius Lanças ; orientador, Raul Burgos,  
2018.

242 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política,  
Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Movimentos Sociais .  
3. Anti-proibicionismo . 4. Sociedade Civil. I.  
Burgos, Raul . II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Política. III. Título.



**Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política**  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Campus Universitário - Trindade  
Caixa Postal 476  
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil  
E-mail: ppgsocpol@contato.ufsc.br

**“De Usuário a Ativista, o Movimento Anti-proibicionista através da Marcha da Maconha no Brasil.”**

**Vinicius Ramos Lanças**

Esta tese foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores.

Prof. Dr. Raul Bongos (PPGSP/UFSC) –  
Orientador/Presidente

Prof. Dr. Alberto Groisman  
(PPGAS/UFSC)

Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado  
(PPGSOC/UFL) - Via Skype

Prof. Dr. Alexandre Faria Agripa  
(DFCS/UFRJ)

**Ernesto Seidl**  
**Coordenador PG em Sociologia Política**  
**PPGSP/CFH/UFSC**

Prof. Dr. Ernesto Seidl  
(Coordenador PPGSP/UFSC)

FLORIANÓPOLIS, (SC), MARÇO DE 2018.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer inicialmente aos meus pais e irmãos pelo apoio que me deram enquanto estive escrevendo essa pesquisa. Em seguida ao meu orientador pela paciência e pelas contribuições. Também gostaria de agradecer aos colegas do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais pelas experiências compartilhadas. Também aos professores do programa e aos colegas que debateram sobre minha pesquisa durante o mestrado e o doutorado, bem como a equipe da Secretaria, em especial a Albertina. Aos meus professores e colegas da querida Universidade Estadual de Londrina onde me graduei, sem os quais jamais teria ido tão longe. Gostaria de agradecer também aos organizadores da Marcha da Maconha Florianópolis e aos membros do Instituto da Cannabis sem os quais essa pesquisa dificilmente seria viável, principalmente ao Lucas Lichy, que não media esforços para contribuir com meu trabalho. Gostaria de agradecer aos meus amigos, em especial a Gabriel Gimenes, que sempre me apoiou nessa empreitada, a Patrícia Braga que mesmo distante esteve presente e a Marcela Vianna cujas contribuições me motivaram. Também é preciso agradecer a minhas orientadoras anteriores, Raquel Kritsch e Ligia Luchmann, que em boa medida me prepararam pra chegar até aqui. Quero agradecer a Tamara Silva, a José Pinheiro Junior, a Nadja Carvalho pelas contribuições na viabilização do trabalho de campo junto as Marchas do nordeste e agradecer a Henrique Gomes e a Igo Castro pela hospitalidade com que me receberam durante esse trabalho. Agradecer a Carlos Eduardo Ribeiro Junior e a Guilherme Storti pelas conversas e contribuições e em especial a Núbia Ramalho, que muito ajudou com diálogo, hospitalidade e contribuições para a pesquisa. Também gostaria de agradecer ao ativista Matias Max com quem mantive diálogo desde o início da pesquisa, já no mestrado. Finalmente gostaria de agradecer especialmente a Alberto Groisman, Diane Southier, Isadora Zuza e Daniel Locomaco pelas ricas experiências que tivemos trabalhando no Grupo de Ativismo Epistemológico e a todos os envolvidos no recém realizado Simpósio Plantas e Substâncias de Uso, o estado da arte em Santa Catarina. Além disso, também quero agradecer a todos os organizadores e participantes das Marchas da Maconha no Brasil e no mundo e a todos aqueles que estiverem lendo e apreciando de alguma forma esse trabalho.



## RESUMO

Essa pesquisa se trata de: a) demonstrar que os movimentos sociais contemporâneos passam por importantes transformações tanto no que tange aos seus principais formatos quanto às suas pautas, por serem os movimentos sociais importantes agentes nos jogos de legitimação do poder nas democracias atuais; b) explicar como se dá esse fenômeno através de um caso inovador e complexo na medida em que o movimento escolhido envolve violações constantes tanto de marcos legais quanto de tabus sociais, trata-se do movimento anti-proibicionista. Por ser esse um tema complexo tanto em amplitude quanto em profundidade é preciso traçar recortes e estabelecer premissas sobre o objeto de modo a construir um cenário que torne inteligíveis as formulações que serão apresentadas. Ela aborda portanto: o fenômeno proibicionista, suas implicações a nível global, com destaque para sua aplicação no território nacional através do Estado; a formação de uma incipiente ainda que bastante ativa ideia de sociedade civil como marco normativo para um série de fenômenos e a inserção dos movimentos sociais de caráter anti-proibicionista (nomeadamente, a Marcha da Maconha e sua órbita de influência) nesse contexto; as inovações discursivas na construção e perpetuação desses movimentos.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais, Anti-proibicionismo, Sociedade Civil.



## ABSTRACT

This research aims to: a) demonstrate that contemporary social movements undergo important transformations both in terms of their main formats and their patterns, because social movements are important agents in the legitimacy games of power in the current democracies; b) explain how this phenomenon occurs through an innovative and complex case insofar as the chosen movement involves constant violations of both legal and social taboos, it is the anti-prohibitionist movement. Because this is a complex theme both in breadth and depth, it is necessary to draw cutouts and establish premises on the object in order to construct a scenario that makes the formulations that will be presented intelligible. It therefore addresses: the prohibitionist phenomenon, its implications at a global level, with emphasis on its application in the national territory through the State; the formation of an incipient yet quite active idea of civil society as a normative framework for a series of phenomena and the insertion of anti-prohibitionist social movements (namely, the Marijuana March and its orbit of influence) in this context; the discursive innovations in the creation and perpetuation of these movements.

**Keywords:** Social Movements, Anti-prohibitionism, Civil Society.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I A(S) MARCHA(S) DA MACONHA NO BRASIL</b> .....	21
1.1 O SURGIMENTO DA MARCHA DA MACONHA....	22
1.2 OS DISCURSOS DAS MARCHAS DA MACONHA .....	32
1.3 TERESINA.....	39
1.5 FORTALEZA .....	52
1.6 SALVADOR .....	60
1.7 BRASÍLIA.....	72
1.8 GOIÂNIA .....	79
1.9 RIO DE JANEIRO .....	81
<b>1.9.1 As Feministas Anti-proibicionistas e as transformações na Marcha do rio de Janeiro.</b>	88
<b>1.9.2 Rio de Janeiro, o núcleo difusor primário</b> ....	91
1.10 SÃO PAULO .....	101
1.11 CURITIBA .....	105
1.12 FOZ DO IGUAÇU. ....	105
1.13 LONDRINA .....	106
1.14 FLORIANÓPOLIS .....	108
1.15 BALNEÁRIO CAMBORIÚ .....	116
1.16 PORTO ALEGRE.....	117
1.17 A DISTRIBUIÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES NO TERRITÓRIO NACIONAL .....	120
1.18 MARCHAS DA MACONHA DE NORTE A SUL DO PAÍS.....	122
<b>CAPÍTULO II SUBSTÂNCIAS, PROIBIÇÃO E AS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS</b> .....	125
2.1 O CONTEXTO PROIBICIONISTA .....	125
2.2 O IMAGINÁRIO EM TORNO DA CANÁBIS PROIBIDA. ....	136

2.4	CIRCUITOS DE DIVULGAÇÃO DO MOVIMENTO SOCIAL.....	152
2.5	MARCO TEÓRICO.....	155
2.6	REDES DE ATIVISMO.....	169
2.8	AVANÇOS TEÓRICOS.....	184
2.9	DISCURSOS E CADEIAS DE EQUIVALÊNCIA.....	189
<b>CAPÍTULO III REDES DE EQUIVALÊNCIA ENTRE CIRCUITOS DE DESOBEDIÊNCIA</b>		
	.....	201
3.1	AS (INTER) FACES DO ATIVISMO ANTI-PROIBICIONISTA CONTEMPORÂNEO.....	203
3.2	OS LIMITES DA MARCHA DA MACONHA.....	212
3.3	POTENCIALIDADES DESSE TIPO DE MOVIMENTO SOCIAL.....	223
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	230
	<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	233



## INTRODUÇÃO

Essa é uma pesquisa<sup>1</sup> que envolve uma série de temas, todos de relevância para as sociedades atuais. O primeiro deles é a chamada questão das drogas, uma série de leis e políticas públicas que culminam num cenário de proibição de plantas e substâncias na imensa maioria dos Estados modernos. Como o uso dessas substâncias é anterior a essas políticas e leis, há muitos problemas envolvendo sua aplicação, com destaque para a sistemática militarização de questões sociais, sobretudo nas periferias. Esse quadro é agravado em sociedades muito marcadas pelas desigualdades estruturais, como é o caso da sociedade brasileira, onde o padrão das desigualdades tende a se acentuar diante dessas políticas (cf. CARVALHO, 1996). Questionando essa aplicação das leis de proibição por meio do aparato militar do Estado existe hoje em dia, no Brasil e no mundo movimentos sociais de cunho anti-proibicionista. No Brasil esses movimentos tomam o formato de manifestações de rua a partir da consolidação da Marcha da Maconha, no início dos anos dois mil. Essa pesquisa é sobre esse tipo de movimento social nesse cenário em que ele se insere.

A realidade política das democracias contemporâneas é marcada pelos movimentos sociais. Para muitos estudiosos (COHEN 2010, HABERMAS 1997, ALONSO 2009, etc.) eles são os elementos dinâmicos capazes de gerar transformações e em alguma medida promover valores como justiça e cidadania. Embora a existência de movimentos sociais já seja relativamente antiga em boa parte do mundo, há sempre inovações nas pautas e nos formatos desses movimentos. É importante que as teorias das ciências sociais levem em conta tais inovações, para a própria compreensão da dinâmica das lutas políticas atuais. Nesse sentido esse trabalho procura fornecer elementos para auxiliar nessa compreensão através do acompanhamento de um movimento social contemporâneo, o movimento anti-proibicionista,

---

<sup>1</sup> Tal esforço consiste na continuidade da pesquisa realizada durante a realização da dissertação de mestrado “Marcha da Maconha: Transgressão e Identidade em um Movimento Social Contemporâneo” concluída sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lígia Helena Hahn Lüchmann, junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina e encontra-se disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107320/319248.pdf?sequence=1>.

através de sua faceta mais visível, a Marcha da Maconha. Trata-se de um movimento bastante recente, inovador no formato e controverso no tema em pauta, que se faz presente na realidade brasileira e já é capaz de mobilizar milhares de pessoas em suas atividades. É uma forma nova de ativismo, ligado ao consumo de especiarias proibidas, mas que se insere em um marco de lutas já existente.

Para falar da Marcha da Maconha e do ativismo anti-proibicionista que hoje existe no Brasil é preciso falar do contexto e do marco de lutas em que ele se insere. Isso porque o tema evocado pelos ativistas que protestam, o acesso às plantas e substâncias de uso que convencionou-se chamar de “drogas”, é bastante incipiente e controverso. Ainda assim, é possível contextualizar suas reivindicações ao remontar à história das proibições, pois essas são bastante recentes, e dos efeitos dessas nas realidades onde foram aplicadas<sup>2</sup>. No Brasil é sabido que o uso de muitas plantas e substâncias é milenar e que o uso da cânabis<sup>3</sup>, a famigerada maconha, é centenário<sup>4</sup> e não era tratado como

---

<sup>2</sup> O historiador Jonas Araujo Lunardon (2015, p. 3). afirma que “(...) é necessário perceber que a história da civilização também é a história das drogas. Pois bem, é a história dos alimentos, do fogo, da escrita, do comércio e da política. E também das drogas. A história do proibicionismo, no entanto, é a mais recente, de todos os séculos vividos ela tem apenas um. É a mais ou menos 100 anos – somente – que se proíbe o uso de certas drogas, assim consideradas ilícitas. A história da proibição destas drogas é definidora da história de como vivemos atualmente”

<sup>3</sup> Quanto ao uso desse termo cabe repetir o que já foi dito em pesquisa prévia dentro do mesmo tema (LANÇAS, 2013), trata-se do termo mais comum, próximo da fala usual. Sigo a sugestão de Denis Russo Burgierman, que afirma que procurou no dicionário a palavra cânabis, próxima na pronúncia do termo cânhamo, no entanto já fora de uso e a alterou para cânabis “porque essa é pronúncia mais usual” (O fim da guerra, a maconha e a criação de um novo sistema para lidar com as drogas, Leya, São Paulo: 2011, p. 12 nota 2).

<sup>4</sup> De acordo com o historiador Jean Marcel de Carvalho França (2015, p. 10), “Na porção portuguesa da América, no Brasil, as notícias mais frequentes sobre o plantio e o uso da fibra do cânhamo, em especial para as necessidades da Marinha – uso amplamente conhecido em Portugal, que do século XVIII até 1945 editou manuais agrícolas ensinando a plantar o cânhamo e extrair dele a melhor fibra –, começam a aparecer em meados do século XVIII. Seu uso nos estaleiros locais é anterior: estrangeiros que passaram pelos portos brasileiros no século XVII referem o uso de cordas e velas de cânhamo nas embarcações portuguesas. É, no entanto, no desenrolar do século seguinte que o cultivo da planta ganha impulso na

problema social até recentemente. Com a virada do século XIX para o XX é que esse tema desponta e apenas no decorrer do século XX é que as políticas de proibição atingem o patamar atual, onde há um significativo esforço em sua aplicação. Esse cenário de proibição marca decisivamente o trato das pessoas com essa planta (e com as demais plantas e substâncias que vão sendo sistematicamente proibidas dentro desse paradigma que as políticas de proibição instauram).

Certamente hábitos tão antigos quanto o consumo de canábis, que é seguramente milenar<sup>5</sup> não seriam facilmente apagados em meio século de proibição efetiva. No entanto, pelo menos três gerações de usuários tiveram de conviver com esse marco proibitivo. Após anos de resistência subterrânea e por vezes anônima, esse usuários vem a tona com os movimentos anti-proibicionistas para finalmente questionarem tais políticas. De forma sucinta é possível afirmar que há, no Brasil e no mundo, uma construção discursiva que questiona e deslegitima as políticas atualmente em vigor de proibição das plantas e substâncias consideradas drogas e que essa pode ser resumida dentro do termo “Anti-proibicionismo”. Para os ativistas envolvidos os resultados da proibição são injustos e danosos não apenas para os usuários, mas para toda a sociedade, pois, afirmam eles, geram militarização das questões

---

Colônia”.

<sup>5</sup> O pesquisador Albert Goldman afirma (1979, p. 59-60), que “The history of marijuana is really three histories rolled into one. First, there is the history of hemp, a plant whose cultivation can be traced back thousands of years before the birth of Christ. Second, there is hashish, the preferred form of marijuana throughout the drug’s long and colorful history on the Middle East and India, the real homelands of dope. Finally, there is marijuana as we know it, a substance that has assumed importance in Western world only in the past few decades. The first indubitable reference in Western literature to getting high on hemp appears in the *Researches* of Herotodus, the Greek traveller, anthropologist and anecdotalist, known traditionally as the ‘Father of History’. Writing in 450 b.c., at roughly the same date as Sophocles, Herotodus describes the Scythians, whom he met in Thrace, northeast of Macedonia (...)” os tais Citas teriam sido os primeiros a fazer uso de canábis, na forma de uma espécie de sauna, “They have hemp growing in their country, very like flax except that the hemp is by far thicker and taller. It grows both by itself and also by their sowing it, and from it the Thracians even make garments that are very like linen... The Scythians then take the seeds of this hemp and, creeping under the mats, they throw them on the red-hot stones; and being so thrown, they smolder and send forth so much steam that no Greek vapor-bath could surpass it” (HERÓDOTO *apud* Goldman 1979, p. 60).

sociais, encarceramento em massa e violação de direitos individuais. Isso move sua luta pela legalização.

O Estado brasileiro com o qual essa demanda se depara é no entanto bastante avesso a ela e já possui um comprometimento de pelo menos meio século com as políticas de proibição. Há um campo de disputas, entre agentes proibicionistas e os ativistas do movimento anti-proibicionista, envolvendo as políticas públicas em relação aos usos (e aos usuários) de plantas e substâncias, sobretudo a canábis, no território nacional. Essa pesquisa trata desse campo de disputas, através do viés do movimento social, com foco para a realização das manifestações anuais de cunho anti-proibicionista, as Marchas da Maconha. Através de sua dinâmica e de seus formatos de organização e expansão é possível acrescentar elementos aos estudos contemporâneos na área dos movimentos sociais e contribuir para a compreensão dos mesmos e seu papel nos atuais Estados Democráticos de Direito.

No primeiro capítulo é contada uma história do movimento social em questão, são esboçadas suas características gerais e depois são relatados os casos específicos que puderam ser acompanhados pelo trabalho de campo. Há na descrição de cada realidade específica, as Marchas de cada cidade, amplo diálogo com outros pesquisadores que se debruçaram sobre o tema. A principal diferença desse trabalho para o deles é que tais pesquisadores (Campos, Reed, Otero, Corteletti, Ramalho, Ribeiro Junior) focaram suas análises nas especificidades da organização da Marcha da Maconha na realidades locais onde eles puderam acompanhá-la, enquanto o meu pretende uma visão geral, mais ampla sobre o tema. Certamente há consequências dessas escolhas metodológicas, ganha-se em amplitude, mas perde-se em profundidade. Se por um lado a experiência acompanhando ativistas de norte a sul do país permite perceber as nuances e as diferenças entre as realidades e elaborar um quadro de dimensões nacionais, por outro lado não é possível aprofundar nos pormenores e nos conflitos e disputas locais da mesma maneira que as pesquisas de natureza mais etnográfica, que acompanharam cada realidade durante anos. Mas isso é suprido justamente através do diálogo com tais pesquisas, que enriquecem a experiência que tive no trabalho de campo, trazem novos dados, e ao serem aqui levantadas e sistematizadas permitem ao leitor visualizar não apenas um mapa das Marchas da Maconha mas também um mapa das pesquisas acerca do anti-proibicionismo contemporâneo na realidade brasileira.

A metodologia do trabalho de campo, sobretudo as entrevistas, parte de um entendimento teórico que, resumidamente, parte de um

modelo tripartido de sociedade civil (ARATO; COHEN, 1995), mas busca ir além dele na compreensão do fenômeno. O movimento social em questão apresenta características próprias peculiares (violação legal e identidade baseada em hábitos de consumo que antecedem ao movimento – LANÇAS 2013 e 2014) e procura criar cadeias de equivalência (LACLAU 2005) entre demandas frustradas pelas políticas de proibição. Devido a esse entendimento, cinco questões principais procuram ser compreendidas ao longo de trinta e seis entrevistas com os organizadores de Marchas da Maconha em treze diferentes realidades de norte a sul do país. Tais questões são: 1) as vias de ingresso no movimento social (há quem afirme, entre os ativistas, que esse movimento pode ser a porta de entrada para o agir politicamente motivado na esfera pública nacional); 2) o envolvimento com outros movimentos sociais e as práticas de multi-militância (contato sociedade civil); 3) as formas de financiamento do movimento e o envolvimento com empresas e nichos de mercado (contato mercado); 4) o envolvimento com partidos e com a política partidária (contato sociedade política); 5) e as diferentes propostas de superação do quadro proibicionista questionado (que é capaz em alguma medida de explicar as hierarquias e os conflitos internos dentro do movimento).

Depois de expor o objeto pesquisado no capítulo inicial, o segundo capítulo é para sua contextualização. O movimento social anti-proibicionista é situado, tanto na realidade brasileira diante do tema complexo que está envolvido em suas pautas quanto no debate teórico acerca das categorias de sociedade civil e de movimentos sociais. Esse exercício permite captar em que medida a compreensão desse movimento – realizada a partir tanto do trabalho de campo quanto do diálogo com outros pesquisadores – pode trazer preciosos elementos para a sociologia dos movimentos sociais na contemporaneidade. O atual marco teórico, que pode ser resumido como redes de atores da sociedade civil, pode ser enriquecido ao levar em conta o formato, as pautas, os dilemas e o marco de lutas do movimento anti-proibicionista que se expressa através das Marchas da Maconha.

Seu formato confirma a ideia de redes de ativismo (SCHERER-WARREN 2012) e o papel da internet tanto na organização quanto na divulgação das manifestações atuais (DELLA PORTA ET AL., 2006), mas ao contrário das pesquisas prévias que viam essas redes como horizontais (LANÇAS 2013) é possível perceber suas hierarquias internas e a dinâmica que estabelece essas hierarquias, bem como os padrões de reprodução e expansão desse movimento. Suas pautas também são interessantes para análise, não apenas no sentido do tabu

que o consumo de plantas e substâncias consideradas drogas gera na sociedade e as controversas diante dele, mas também no sentido que se trata de um movimento que envolve atos cotidianos de violação das leis – que quando politicamente motivados constituem atos de desobediência civil, conceito cuja importância já foi fartamente relatada pela teoria política contemporânea (RAWLS 1997, DWORKIN 2002, HABERMAS 1985, ARATO; COHEN 1995) – e porque o protesto é, em última instância, para legalizar um hábito de consumo, ou seja, trata-se de um direito de acesso e ampliação de mercados.

O consumo não pode perder-se de vista, pois minha pesquisa procura demonstrar que é o contexto de proibição que permite gerar esse tipo específico de solidariedade baseada em hábitos de consumo em comum. Dessa forma há pelo menos duas novidades, a construção de identidades baseadas no consumo em comum e as violações legais que esse consumo envolve. Ambas influenciam na natureza do movimento social em questão, levando suas redes a processos de semi-clandestinidade devido às possíveis perseguições e investigações por parte das autoridades que são geradas pelo tema.

Os dilemas do movimento anti-proibicionista por outro lado não diferem muito dos dilemas de outros movimentos sociais. Financiamento, organização, divulgação, aproximação com outros movimentos sociais, com os agentes do mercado e os agentes da política institucionalizada estão presentes, assim como disputas internas e tomadas de decisão. Tudo isso é colocado no capítulo I, mas contextualizado no capítulo II, pois esses dilemas possuem implicações tanto na prática do movimento quanto nas leituras que as teorias atuais permitem fazer em relação a ele. O marco de lutas em que ele se insere, a busca pelo fim das políticas de proibição às plantas e substâncias consideradas drogas em um país grande, desigual e complexo como o Brasil – marcado por crises políticas e capitalismo avançado – também merece destaque, pois é o mesmo cenário em que outros movimentos coexistem e o movimento anti-proibicionista enriquece tal cenário com repertórios e discursos próprios. As formas de luta, que vão desde as famosas manifestações de rua até uma atuação menos visível (mas igualmente presente nas ações dos ativistas) no meio jurídico e na chamada esfera pública (com destaque para as mídias próprias voltadas para o tema).

No capítulo III os atores envolvidos nessa forma de manifestação são sistematizados e classificados, de forma a compreender sua dinâmica interna e suas lutas pela construção de uma cadeia de equivalências (Laclau 2005) entre as demandas que se unem sob a bandeira “Marcha da Maconha” e as redes de ativismo que dessa

maneira se articulam promovendo atos de desobediência a nível nacional. Os limites da ação política desse tipo e a sua capacidade de alterar a realidade contra a qual o movimento se coloca também são problematizados, bem como a leitura de sociedade civil da qual partem os ativistas.

Nesse capítulo também são explicadas as formas de difusão do movimento social, suas articulações discursivas e em que medida eles permitem politizar os hábitos de consumo proibido e gerar uma categoria nova de desobediência civil – e de movimento social baseado em desobediência civil desse tipo. Essa talvez seja a maior contribuição desse trabalho para o pensamento acerca do tema como um todo, pois permite captar uma série de temas relevantes para os estudos atuais, como as interações dentro da sociedade civil, as disputas discursivas com os agentes do Estado e a margem de ação dos movimentos sociais, a politização de violações legais e a criação de um tipo de identidade baseado em hábitos de consumo criminalizados realizada por uma produção discursiva produzida e difundida por um movimento social articulado em redes.



## CAPÍTULO I A(S) MARCHA(S) DA MACONHA NO BRASIL

Esse capítulo esclarece o recorte empírico do objeto em questão, estabelecendo suas dimensões e características, através do trabalho de campo realizado e do diálogo com pesquisadores do tema. Para isso será necessário traçar um esboço geral do movimento anti-proibicionista que no Brasil toma forma através das manifestações de rua, as Marchas da Maconha, para em seguida tratar em detalhes de alguns casos específicos que são emblemáticos para a compreensão do marco de lutas em que o movimento social se insere. Inicialmente, algumas escolhas metodológicas precisam ser esclarecidas. Apesar do termo anti-proibicionismo se referir a um marco de lutas mais amplo, escolhi tratar do tema com foco na Marcha da Maconha por ser essa a face mais visível do movimento anti-proibicionista contemporâneo no Brasil. Em geral o trabalho de campo permite demonstrar o quanto os principais agentes anti-proibicionistas estão diretamente vinculados à realização dessas Marchas, que projetam a luta para o nível das manifestações de rua, de modo que essa se torna o principal veículo de visibilidade do anti-proibicionismo a nível nacional.

Além disso, a Marcha da Maconha, pode ser interpretada enquanto movimento social conforme definido por Melucci (2002), já conta com uma série de pesquisas prévias (LANÇAS 2013, RAMALHO 2013, RIBEIRO JÚNIOR 2015, REED 2016, CAMPOS 2015, ETC.) que fornecem uma excelente base para a compreensão do fenômeno. O trabalho de campo consistiu em acompanhar tantas Marchas quanto possível e entrevistar seus organizadores, de modo a construir um banco de dados sobre a organização dessas Marchas a nível nacional. A entrevista foca em três temas de importância para a organização de movimentos sociais e um tema de importância para a pauta em questão (e que indica alguns dos termos em que se dão as disputas internas ao movimento). Assim, as três primeiras perguntas englobam: uma breve história de filiação do organizador ao movimento bem como suas conexões com outras atividades de cunho político; as formas de financiamento do movimento em cada realidade local; as conexões da organização em questão com outros movimentos sociais, partidos e sindicatos; e por fim a visão do organizador e/ou da organização acerca do debate entre os possíveis modelos de legalização que visam superar o proibicionismo vigente – algo fundamental para a compreensão do marco de lutas interno e externo ao movimento em questão.

## 1.1 O SURGIMENTO DA MARCHA DA MACONHA

A Marcha da Maconha tem início no Brasil na cidade do Rio de Janeiro e já contava desde sua primeira edição com clara influência internacional. É possível afirmar que desde que se estabeleceram as políticas proibicionistas (no fim do XIX até meados do século XX), já existem formas de resistência<sup>6</sup>. No entanto, conforme será tratado no capítulo II, há importantes diferenças conceituais entre as formas de desobediência às leis realizadas em circuitos “obscuros” e as manifestações públicas diante das autoridades<sup>7</sup>. Assim, houve um longo período para que a contestação, implicada no ato de consumir produtos ilegais tomasse o caráter propriamente político que hoje carrega. Para os fins dessa pesquisa foco a análise na realidade contemporânea.

De acordo com Lanças (2013, p.18):

No dia primeiro de maio de 1999 (...) cidades em sessenta e três países ao redor do globo iniciaram uma série de manifestações acerca da droga, sendo a maioria considerada imediatamente ilegal. (...) O tom festivo da celebração de uma cultura em torno da canábis com que o site internacional trata do movimento não expõe sua outra face. Justamente porque o modelo proibicionista ter se tornado hegemônico e tal substância ter sido criminalizada no mundo todo, logo, tratar abertamente dessa questão não é tão simples assim. Variando os níveis em cada realidade, o fato é que, em boa parte das manifestações ao

---

<sup>6</sup> De acordo com a pesquisadora Diane Southier (2016: p. 68): “(...) para entendermos que tipo de fatores estiveram envolvidos na proibição das drogas e sua expansão internacional: interesses econômicos, (geo)políticos ou morais amplificados por preconceitos racistas e xenofóbicos. Nesse sentido o proibicionismo estadunidense sobre a maconha e outras drogas fez muito sucesso pelo mundo. No Brasil, (...) propiciou uma forma de submeter ainda mais as pessoas negras. Na Europa, a maconha era associada as pessoas árabes e indianas e sua proibição reforçou a possibilidade de controlar essas imigrantes”

<sup>7</sup> Isto é, há importantes diferenças conceituais entre a violação das leis que se dá de forma privada e motivada individualmente (que varia entre o crime propriamente dito e as formas de objeção de consciência) e a violação das leis de forma pública e politicamente motivada (caracterizando formas de protesto e desobediência civil)

redor do mundo, sobretudo aqui, essas são policialmente reprimidas. (...) Por aqui, as manifestações em torno dessa temática se iniciaram em 2002 sob o nome de *Million Marijuana March* (e o nome Marcha da Maconha foi adotado apenas no ano de 2007), no Rio de Janeiro e desde então têm aumentado, tanto o número de participantes, quanto o impacto dessa na esfera pública. Os atos realizados por diversos grupos que se reúnem sob o nome de ‘marcha da maconha’ consistem em manifestações anuais nas principais cidades do país

Trata-se de um movimento: diverso, disperso, articulado em redes, em expansão<sup>8</sup> e em transformação. Uma breve história pode ser contada acerca da Marcha, se a entendermos enquanto um movimento social de cunho anti-proibicionista ou enquanto uma faceta (visibilidade, nos termos de MELUCCI, 2002) de um movimento anti-proibicionista mais amplo. A Marcha começa no Rio, em 2002, enfrenta sérias dificuldades, principalmente por conta da repressão policial e de certa perseguição jurídica e moral – que ocorrem ambas de acordo com o proibicionismo vigente enquanto paradigma de segurança pública – mas mesmo assim prevalece mantendo as manifestações anuais e espalhando assim a ideia pelo resto do Brasil. Logo (2007-9) em cidades como São Paulo, Porto Alegre e Brasília surgem grupos articulados em torno dessa ideia.

Em 2006, também no Rio de Janeiro, o movimento passou por uma importante transformação e iniciou uma nova fase de expansão, com o surgimento de um nome nacional (antes, *Million Marijuana March*, até onde se sabe, canadense), para “Marcha da Maconha”, cuja representação, rapidamente passou a ser estampada em camisetas de circulação nacional. Apesar de sua importância relativa ter diminuído, as camisetas ainda são um importante elemento pra difusão do movimento. Isso porque a venda de camisetas (confere imagem 1) com a estampa da Marcha não só arrecada fundos para a infraestrutura das manifestações anuais, como também permitem a circulação de ideias do movimento através da mensagem que elas carregam<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Pelo menos entres os anos de 2011 até 2017 de acordo com os dados coletados na pesquisa.

<sup>9</sup> Modelos específicos, como a da Feminista Anti Proibicionista, articulam outros temas, nesse caso o feminismo com o anti proibicionismo

**Imagem 1:** Camisetas da Marcha da Maconha.



**Fonte:** <https://pontacomopresidente.wordpress.com/2012/05/22/camisetas-da-marcha-da-maconha-em-florianopolis/>

Nesse momento, um designer, conforme se sabe um membro do Grow Room, teria inventado a logo da Marcha (confere imagem 2). Esse ativista, que era um dos membros fundadores do célebre fórum, tornou a imagem pública de modo que em pouco tempo outros grupos organizadores de Marchas, longe de seu nicho carioca se apropriaram da imagem e do nome “Marcha da Maconha”, e o que era apenas manifestações anuais começou a adquirir características de movimento social, com uma rede de organizadores, com discussão e aprimoramento

---

estabelecem alianças e participação em outros movimentos, como a Marcha das Vadias.

de pautas, assim como com difusão relativamente rápida pelo território nacional.

**Imagem 2:** Logo da Marcha da Maconha<sup>10</sup>.



**Fonte:** <https://smkbd.com/evento/3a-reuniao-da-marcha-da-maconha-da-zona-norte-de-sao-paulo/>

O “Growroom é um espaço de convivência e redução de danos para usuários de Cannabis” consta em seu site, (<https://www.growroom.net/>) mas, na verdade, é muito mais que isso: trata-se de um fórum virtual onde um grupo heterogêneo de cultivadores e usuários da erva proibida compartilha informações tanto acerca da natureza fisiológica da planta quanto do atual marco jurídico que a criminaliza, das possibilidades de defesa em caso de tentativa de aprisionamento dos ‘growers’ (cultivadores) e, é claro, de ativismo anti-proibicionista. A página também funciona como uma importante mídia dentro do tema circulando informações dentro do chamado “jornalismo canábico”, isto é, a mídia especializada no assunto e que encontra vasto público entre os brasileiros e lusofalantes no meio virtual. É possível afirmar que boa parte dos quadros da Marcha da Maconha, especialmente no Rio de Janeiro nos momentos iniciais, teve origens nessa comunidade virtual (que através de parcerias também organizou algumas edições da Copa Canábica)<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Fonte: <https://smkbd.com/evento/3a-reuniao-da-marcha-da-maconha-da-zona-norte-de-sao-paulo/>.

<sup>11</sup> Copas canábicas são eventos anuais onde os cultivadores de cada região ou país reúnem-se e competem pela melhor erva em várias categorias, em trabalho de campo pode acompanhar a copa realizada em Porto Alegre em 2013, onde pude constatar tratar-se de um espaço não somente de exposição

Esse tipo de mídia é fundamental para o surgimento, consolidação e perpetuação desse tipo de movimento. De acordo com o pesquisador Alexandre Agripa, o chamado ciberativismo pode ser classificado em três tipos de fenômenos: mídia alternativa (ou independente), mídia contra-hegemônica e mídia participante<sup>12</sup> (AGRIPA, 2018, p. 117). As mídias canábicas, como esse fórum, podem ser compreendidas enquanto mídias alternativas ou independentes, segundo o autor,

(...) a mídia alternativa, ou mídia independente prioriza a produção de informação como instrumento de emancipação mais do que um meio de luta contra a dominação da mídia hegemônica. A principal virtude das mídias alternativas está na sua capacidade de produção de métodos de criação, produção e distribuição de conteúdos alternativos de informação (...) Em vez da produção de um para muitos (*one to many*) passa-se a privilegiar a produção de muitos para muitos (*many to many*). Disso resulta que são os produtores/militantes menos organizados e os grupos mais periféricos que se aproveitam dessas novas possibilidades de comunicação que privilegiam a horizontalidade sobre a organização

---

do trabalho de cada cultivador como também de circulação de vasta informação sobre o cultivo, a planta e o consumo, informações jurídicas sobre os problemas enfrentados pelos cultivadores e usuários, tratando-se dessa forma de um dos mais importantes circuitos canábicos estudados. Não se sabe se ou como a organização de tais eventos encontra-se depois do término do trabalho de campo.

<sup>12</sup> “É possível dividir o *ciberativismo* em três tendências de ativismo político. São elas: 1) a mídia alternativa ou mídia independente; 2) a mídia contra-hegemônica; e 3) a mídia participante. Cada uma a sua maneira elas alimentam as formas de empoderamento da sociedade civil (...) A ação coletiva continua sendo o gênero das formas de manifestação, enquanto o *ciberativismo* é uma especificidade como fenômeno de atratividade e de sociabilidade entre diferentes públicos. Tais são apenas duas das características iniciais desse fenômeno de comunicação das redes sociais. A comunicação na internet apresenta variados conteúdos quanto à produção e à circulação da informação contra a mídia tradicional. As três formas referidas acima podem ser vistas como híbridas...” (AGRIPA, 2018, p. 117-8) porém são assim definidas para facilitar a compreensão acerca de suas especificidades.

vertical e hierárquica. O ativismo midiático funciona como uma polifonia das subjetividades (...) concedendo a todos o direito de usar a palavra dentro do espírito de trabalho conjunto entre militantes e profissionais (AGRIPA, 2018, p. 118-9).

Em 2008 já existiam Marchas da Maconha em diversas cidades, e nem todas vinculadas diretamente aos fundadores cariocas, multiplicando assim os núcleos produtores de discurso e tornando ainda mais heterogênea a composição do movimento como um todo. Florianópolis, Porto Alegre, São Paulo, por exemplo, nessa época já contavam com organizações canábicas e/ou anti-proibicionistas, que não só realizam suas próprias marchas, como também produziam seu próprio material e sua própria pauta. É relevante tratar essa diferença: não havia nessa época um consenso entre os organizadores das principais marchas acerca dos limites do combate do paradigma proibicionista. Assim, bastava legalizar a erva proibida, que seria então entendida como algo “mais leve, mais natural” do que as demais substâncias proibidas sob a alcunha de “drogas”. Por isso faço essa distinção entre movimentos canábicos e movimentos anti-proibicionistas, sendo os primeiros pela legalização estritamente da *cannabis* e os outros pela superação do próprio paradigma da proibição como um todo. Essa diferença faz sentido até meados de 2013, quando no I Congresso Internacional sobre Drogas, em Brasília, boa parte das lideranças concluiu que a legalização da maconha seria insuficiente e que apenas a superação do proibicionismo como um todo solucionaria problemas como a criminalização da pobreza e o encarceramento em massa.

Dessa forma, a partir de uma ideia e um contexto internacional de difusão através da leitura carioca, formaram-se núcleos organizadores com características próprias em várias realidades locais, contribuindo para a diversidade e expansão do movimento<sup>13</sup>. Mas apesar do aparente sucesso da divulgação das ideias da causa anti-proibicionista, o movimento ainda era duramente reprimido na maioria das cidades, com ou sem amparo jurídico. Conforme atestado por informações jornalísticas, relatos, entrevistas e experiências em campo, a violência policial se fazia presente na maioria das manifestações. Mas

---

<sup>13</sup> “Bastam duas pessoas e uma faixa pra começar o movimento” segundo relatou um dos organizadores de Florianópolis, em 2014.

esse quadro estava para mudar.

Apesar da importância da metrópole para a política e a economia do país, a cidade de São Paulo até 2011 não contava com uma Marcha da Maconha de grandes proporções, cidades como o Rio de Janeiro, onde a Marcha havia se iniciado, e até mesmo outras realidades como Recife, contavam com movimentos proporcionalmente mais vigorosos nas ruas. Mas diante de uma conjuntura de repressão policial exagerada, quadros competentes e bem organizados e uma inédita abertura jurídica e midiática, o movimento se projetou e hoje São Paulo conta com as maiores Marchas da Maconha do país, ultrapassando o Rio e ficando ainda a frente das gigantescas marchas das capitais nordestinas.

Segundo relato colhido em pesquisa de campo em 2012 a transformação ocorrida desde as repressões em 2011 e as manifestações atuais na capital paulista, uma virada estratégica obteve consequências que chegaram ao parecer favorável do Supremo Tribunal Federal (STF), para praticamente todas as Marchas do Brasil,

A concentração começou por volta das duas da tarde e a quantidade de pessoas era impressionantemente elevada e crescia a cada minuto. Apesar da aparente descontração o clima era de incerteza, pois apesar do parecer favorável emitido pelo Supremo Tribunal Federal, ainda não se sabia qual seria a postura das autoridades. (...) Essa marcha teve segundo seus organizadores uma importância histórica, tanto pelo número de manifestantes quanto pelo fato de não ter havido repressão. No ano anterior a realidade foi diferente, a polícia reprimiu uma manifestação pacífica acarretando uma nova marcha que agregou também outros movimentos, unidos pela liberdade de expressão. Essa segunda marcha realizada logo após a repressão à Marcha da Maconha de 2011 em São Paulo não era diretamente relacionada ao tema da maconha, ou sequer das drogas, mas sim relacionada à liberdade de expressão que havia sido brutalmente violada pelas autoridades paulistas. Isso pode confirmar as hipóteses acerca da capacidade de mobilização do movimento e agrega mais um elemento a confirmar a hipótese de sua articulação em redes múltiplas, que possibilitam seus contatos

com outros movimentos sociais (LANÇAS, 2013, p. 32-4).

O que ocorreu em 2011 e que pode ser percebido pelo clima da Marcha de 2012 pode ser resumido da seguinte forma: foi chamada uma manifestação pacífica, essa foi tão brutalmente reprimida que até membros da mídia e civis não envolvidos com o movimento foram violentados. O caso repercutiu e as ações jurídicas anteriormente mobilizadas pelos organizadores do evento visando não só permitir a manifestação como resguardar os manifestantes de violências ilegais e injustas por parte do Estado, chegou ao Supremo Tribunal Federal<sup>14</sup>, que deu parecer favorável ao movimento. Isso não significa que nunca mais a Marcha encontraria dificuldades e conflitos com as autoridades policiais e jurídicas do país, mas representa uma importante virada no sentido em que disponibilizou um recurso a mais a ser mobilizado através desse parecer da instância jurídica superior no país. Para se ter ideia, nesse mesmo ano de 2012 organizadores de outras Marchas, como em Jundiáí, já armavam-se desse documento para proteger seus manifestantes<sup>15</sup>.

Esse início de década viu então uma Marcha da Maconha que se expandia, se garantia juridicamente, aprimorava suas pautas e angariava novos apoios articulando com outros movimentos sociais, como o

---

<sup>14</sup> “Em decisão unânime (8 votos), o Supremo Tribunal Federal (STF) liberou a realização dos eventos chamados “marcha da maconha”, que reúnem manifestantes favoráveis à descriminalização da droga. Para os ministros, os direitos constitucionais de reunião e de livre expressão do pensamento garantem a realização dessas marchas. Muitos ressaltaram que a liberdade de expressão e de manifestação somente pode ser proibida quando for dirigida a incitar ou provocar ações ilegais e iminentes.” <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=182124> – acessado em abril de 2012.

<sup>15</sup>“A Marcha da Maconha da cidade de Jundiáí foi realizada pela segunda vez em 2012, contando com um público que variou em torno de quinhentas pessoas, segundo as estimativas dos organizadores e dos repórteres que cobriram o evento. (...) Da mesma forma que a Marcha de São Paulo houve uma concentração que iniciou as duas da tarde, mas nesse caso a marcha começou com certo atraso (em relação ao horário simbólico das quatro e vinte). (...) Apenas uma viatura da Guarda Municipal apareceu antes da marcha tomar a avenida, mas graças ao parecer do Supremo Tribunal Federal (impresso e divulgado pelos militantes), os guardas estavam lá para parar o trânsito e garantir a segurança dos manifestantes” (LANÇAS, 2013, p. 34).

movimento feminista (sobretudo através da Marcha das Vadias, uma nova onda de feminismo) e o movimento negro (principalmente dentro do tema da criminalização da juventude negra que se dá através do pretexto de guerra às drogas). Desde pelo menos 2013 as articulações tem se tornado mais fortes também entre os próprios membros do movimento, surgem tentativas de organizações a nível federal<sup>16</sup> e eventos reunindo os organizadores dispersos pelo país, bem como a consolidação e disputa das pautas, já que a simples concordância em torno da legalização da Maconha passa ser vista como vaga e insuficiente diante das proporções que as manifestações assumem e a posição das Marchas locais diante de outros temas de relevância política.

Isso é crucial pois o discurso produzido (ou apropriado) por cada grupo local vai impactar tanto nas suas formas de ação quanto na sua capacidade e articular-se com outras pautas e outros movimentos. Há uma série de dificuldades de se construir pautas em comum baseadas apenas no rechaço às políticas proibicionistas. A fala uma integrante do Coletivo Desentorpecendo a Razão e realizadora da Marcha da Maconha

---

<sup>16</sup> O primeiro Encontro Nacional de Coletivos Anti Proibicionistas, EENCA, realiza em Recife em Junho de 2016, é um excelente exemplo dessas tentativas de construção de uma pauta nacionalmente viável, de acordo com o jornal Diário de Pernambuco, “Debater e construir um novo modelo para a política de drogas no Brasil. É com essa disposição que 15 palestrantes, 25 movimentos sociais, 580 inscritos e caravanas vindas do Ceará, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Rio de Janeiro se reúnem no Recife a partir de amanhã, no I Encontro Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas (ENCAA). Mais do que uma reunião dos protagonistas da luta antiproibicionista no Brasil, o encontro se desenha como um marco histórico na elaboração de um projeto popular para a reforma da política de drogas e resultará em um documento que vai pautar a construção de um Projeto de Lei nacional. É na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que acontecem os debates, que começam na sexta e terminam no domingo, dia da Marcha da Maconha do Recife, que esse ano está sendo chamada de Marcha Unificada, já que contará com a presença de ativistas e grupos de várias partes do país. A mesa 'Da guerra à domesticação: quem somos? O que queremos?' marca o início das reflexões, que seguem nos grupos de trabalho que, a partir do sábado, discutirão gênero, diversidade, economia, segurança, classe, racismo, juventude e redução de danos na perspectiva do antiproibicionismo.” disponível em [http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2016/06/23/interna\\_vidaurbana,651633/encontro-nacional-de-coletivos-e-ativistas-antiproibicionistas-e-neste.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2016/06/23/interna_vidaurbana,651633/encontro-nacional-de-coletivos-e-ativistas-antiproibicionistas-e-neste.shtml) .

de São Paulo<sup>17</sup>, em entrevista realizada em maio 2013 (antes portanto das contradições se tornarem óbvias diante da polarização política gerada pelo ciclo de protestos de junho) permite ilustrar algumas delas,

*É difícil, o anti proibicionismo, como o próprio nome já diz, ele se constitui a partir da negativa do proibicionismo, então é isso de forma geral que reúne um amplo espectro de pessoas de movimentos políticos. A crítica à aversão das drogas e a crítica a guerra às drogas, e o consenso de que a guerra às drogas é um fracasso tem se fortalecido nos últimos anos, as pessoas tem percebido que a guerra às drogas é um completo fracasso. **Isso faz com que o setor anti proibicionista seja cada vez mais amplo e portanto cada vez mais heterogêneo, tem uma série de opiniões diferentes.** O coletivo DAR não tem uma posição fechada sobre o modelo de legalização. O que a gente tem claro desde que a gente se formou é que a gente acha insuficiente que se legalize só a maconha, e acha insuficiente que se discriminalize só o uso, pra consumo próprio, de qualquer droga. Eu vou citar duas críticas principais que a gente faz ao proibicionismo que explica porque essas duas questões são insuficientes. **A primeira é a questão do pretexto da guerra às drogas como pra criminalizar a pobreza, pro encarceramento em massa, pro assassinato de pessoas, de forma massiva, obviamente, são os setores mais pobres que sofrem com isso, e se legalizar só a maconha, mantém criminalizadas outras drogas isso iria se manter, quer dizer, a repressão ao tráfico e todas essas mazelas.** E também, se você legaliza só pra consumo próprio isso também se mantém. **Enfim, a gente também acredita que a guerra às drogas é uma ingerência indevida do Estado sobre a vida privada das pessoas, isso***

---

<sup>17</sup> Grupo heterogêneo de estudantes paulistas, além de contribuírem na organização da marcha em São Paulo, divulgam uma série de materiais e discussões, com destaque para a feminista anti-proibicionista, luta que procura articular as Marchas da Maconha e das Vadias Fonte: <http://coletivodar.org/> Acesso em 12/10/2018.

*vale portanto pra qualquer droga, eu acredito que eu, como uma adulta autônoma, como dona do meu próprio corpo, posso decidir se eu vou consumir qualquer droga que eu quiser, se eu vou abortar, se eu vou fazer o que eu quiser com meu próprio corpo. Nesse sentido a gente defende a legalização total de todas as drogas. Agora, se vai ser um modelo estatal, se vai ser um modelo do mercado, a gente ainda não tem consenso, a gente tem críticas grandes a esses dois modelos na verdade [Ativista de São Paulo 2, entrevista realizada em 3 de maio de 2013 em Brasília (grifos meus)].*

Essa fala esclarece em boa medida em quais termos o debate se dá a partir de então. O cenário político se torna mais complexo. Com o clima das manifestações de 2013 e da polarização política das eleições de 2014, tornaram-se insuportáveis as contradições entre as muitas visões de mundo unidas pela pauta da legalização da maconha, gerando uma série de conflitos e jogando o movimento em uma nova fase.

## 1.2 OS DISCURSOS DAS MARCHAS DA MACONHA

Para compreender as contruções discursivas presentes na dinâmica dos agentes que compõem as Marchas da Maconha no Brasil contemporâneo, parte-se da síntese apresentada nas obras de Laclau e Mouffe (2005, 2006, 1987). Há nesse caso o entendimento de que o discurso constitui o terreno primário da objetividade, não deve portanto ser pensado de forma restrita (incluindo apenas a fala e a escrita). Deve ser compreendido de maneira ampla, como um complexo de elementos marcado por relações que possuem papel constitutivo nesse próprio complexo (Laclau, 2005).

O discurso não é uma combinação de fala e escrita, pois ambas fazem parte de totalidades discursivas que incluem tanto elementos linguísticos quanto extralinguísticos; essas totalidades são, inclusive, anteriores a essa diferenciação entre elementos. (...) Esse todo que consiste em linguagem e ações é chamado por Wittgenstein de “jogo de linguagem” e corresponde ao que Laclau e Mouffe abordam como discurso ou estrutura discursiva. Portanto,

em primeiro lugar, o discurso inclui tanto o linguístico quanto o extralinguístico (SOUTHIER, 2016, p. 35).

Entendendo discurso<sup>18</sup> nesses termos, cabe analisar as construções discursivas encontradas nas relações que compõem o movimento anti-proibicionista através dos organizadores das Marchas da Maconha.

Já havia no seio das manifestações anti-proibicionistas pelo menos dois discursos que legitimavam a ação dos manifestantes, que não haviam enfrentado oposição tão clara um ao outro antes da polarização gerada entre 2013 e 2014. Um discurso relativamente claro se faz em torno de uma vaga ideia de direitos individuais e garantias contra intervenção por parte do Estado através da legislação. Embora também seja endossado por variantes de anarquistas vou chamar esse discurso de “liberal” pois seu principal fundamento é o limite do Estado, o que não deslegitima por si só o Estado em si mesmo, mas o regula de acordo com uma concepção específica de liberdade negativa. A afirmação é então de que o Estado e suas leis não poderiam legislar de forma legítima sobre o próprio corpo das pessoas, cabendo então a revisão de toda a legislação contra as drogas (embora o protesto empírico tenha se reduzido à causa da maconha muitas vezes). Nesse sentido pode se aproximar de causas como o movimento feminista (sobretudo na nova onda de ativismo que desponta com a chamada “Marcha das Vadias”) e o movimento gay, no sentido de que os corpos não devem ser legislados.

Esse discurso não se encontra necessariamente vinculado à não intervenção estatal na economia, mas pode ser ilustrado através de um caso em que isso ocorre para tornar mais claras as contradições dentro do movimento em questão,

*(...) eu quero assim, que eu tenha liberdade de iniciativa pra quem quiser produzir e plantar maconha e investir na pesquisa que aí tenha liberdade pra fazer, que não seja um monopólio do Estado. Que é o modelo californiano, então eu defendo esse modelo, eu acho que esse modelo é o modelo mais interessante que hoje você tem no mundo, porque na Califórnia é onde isso de fato de tornou um negócio de bolsa de valores e as*

---

<sup>18</sup> Esse tema será mais abordado nos capítulos seguintes cabendo por hora focar em questões mais empíricas.

*empresas tão abrindo capital, sabe, e onde você tem uma perspectiva de longo prazo e pela força econômica você não tem mais como voltar atrás, entende? (...) **É a força do sistema da livre iniciativa, da produção, do mercado, isso é que tem dado a maior liberdade pro usuário de maconha** (Ativista de Florianópolis 3 em entrevista realizada dia 4 de junho de 2014, grifos meus).*

Além desse discurso há outra forma de abordar o mesmo problema, a chamarei de classista, pois foca-se na desigual aplicação do proibicionismo variando quanto a realidade de classe, que é uma leitura não tão voltada para os direitos dos usuários, mas sim pra as práticas geradas pela proibição e pelo mercado ilegal. O principal argumento mobilizado nesse discurso é o fim da chamada guerra às drogas denunciando os efeitos dessa guerra na vida das pessoas e o massacre que as políticas proibicionistas promovem nas periferias das grandes cidades brasileiras.

*Então, o debate de modelo de legalização a gente se pauta bastante na perspectiva de superar o tráfico de drogas como forma de comércio, trazendo a necessidade, especificamente em relação a maconha, de regulamentar a sua produção, na perspectiva de que ela possa ser cultivada, em casa (...) Mas que se tenha aí a possibilidade de se ter uma regulamentação séria, que inclua a educação pro uso, redução de danos, política de saúde pública, todas essas questões envolvendo o modelo de legalização, ele não pode ser só um modelo de descriminalização e de regulamentação do mercado. **Tem que ser um modelo que transforme a política de segurança pública de guerra às drogas que a gente tem, que supere essa lógica de legalização pra que os usuários possam fazer uso da maconha em paz, isso já existe, mas todas as consequências da proibição é que a gente quer combater com o modelo de legalização. O uso do usuário, eu acho que é a menor, acaba sendo a menor das questões.** (Ativista de Teresina 1 em entrevista realizada dia 30 de maio de 2015, grifos meus).*

Esses dois discursos, na fala dos atores sociais envolvidos, podem se misturar, mas a partir de 2013 a dinâmica do campo pode tornar claro o quanto os conflitos giram em torno da centralidade de um desses discursos (e do público que cada um “representa”) e que mesmo eles não sendo auto-excludentes, a primazia de um ou de outro em boa medida deu as pautas das Marchas da Maconha e os marcos do conflito, inclusive explicando casos em que não houve marcha por conta desses mesmos conflitos. Tal fenômeno não é exclusivo da Marcha e é relativamente comum nos movimentos sociais contemporâneos,

quando se fala de um movimento social, refere-se, geralmente a um fenômeno coletivo que se apresenta com uma certa unidade externa, mas que, no seu interior, contém significados, formas de ação, modos de organização muito diferenciados e que, frequentemente, investe uma parte importante das suas energias para manter unidas as diferenças (MELLUCI, 2001: 29).

As marchas continuaram e seguem até o ano de 2018, sem que tenham diminuído muito de tamanho (em lugares como São Paulo, por exemplo, as marchas são cada vez maiores), e sem que se tenha uma proposta clara e consensual de legislação que viesse a substituir a atual marcada pelo proibicionismo. Não há, portanto, muito avanço das pautas em causa no âmbito do legislativo, mas há relativo avanço de pautas bem específicas no judiciário, com os reverses que esse poder encarna no caso brasileiro. Há também avanços na opinião pública, mas ainda muito incipientes.

É possível analisar a partir de então pelo menos dois fenômenos nas manifestações anti-proibicionistas intituladas “Marcha da Maconha”, que possivelmente a marcam desde o início de alguma forma, mas que só puderam ser constatadas através de pesquisa de campo a partir de 2013: uma disputa entre as lideranças do movimento, entendidas aqui enquanto os coletivos e organizações que promovem as marchas em cada realidade local, mais ou menos alinhadas com o discurso da liberdade individual do usuário (liberal) ou com o discurso do fim da guerra às periferias promovida pelo aparato de proibição (classista); e o outro é o caso de um movimento, talvez herdeiro de certa ideologia dos anos noventa (confere BURGOS, 2015), que vê os partidos e participação na política formal com muita desconfiança, de acordo com o Coletivo Desentorpecendo a Razão,

“Por nossa prática, por nossa forma de organização e atuação, e também por nossas afinidades e influências, sejam teóricas ou sejam de outros movimentos ou pessoas, as parcerias que sempre nos agradaram mais foram as com grupos pertencentes ao campo autônomo. Coletivos horizontais como o nosso não tem interesse em atuar com organizações institucionais do Estado ou que se relacionam com ele demasiadamente em sua prática, como os partidos políticos (...) Antiproibicionista, anticapitalista, autônomo: essa passou a ser nossa definição. Algo que, a nosso ver, se mostrou acertado e se tornou irreversível a partir de julho de 2013...” (Coletivo Dar, 2016: 27<sup>19</sup>).

Possivelmente isso ajuda a explicar sua baixa representação nas arenas legislativas e pouquíssimo avanço nesse meio, o que faz com que o movimento concentre esforços em veículos como a opinião pública e o judiciário (a eficácia dessas táticas podem ser inclusive problematizadas diante desses resultados). Isso reverbera em diferentes projetos políticos dentro do campo de disputa gerado pelo movimento anti-proibicionista que gira em torno da Marcha da Maconha,

Identifica-se basicamente duas principais correntes dentro do projeto anti-proibicionista quando se trata de qual modelo de política pública anti-proibicionista se deverá adotar, os quais se distinguem, dentre outros critérios, pela questão social-econômica: um capitalista e outro anti-capitalista. A primeira tem como objetivo efetivar um modelo de política pública sobre drogas em que compete ao mercado privado a produção e a distribuição das drogas. Já a segunda corrente busca efetivar uma política pública sobre drogas através da qual a produção e a distribuição destas drogas seja realizada pelo estado ou ainda produzida para o próprio consumo, seja individualmente ou através de pequenas

---

<sup>19</sup> Artigo público pelo Coletivo na coletânea: Dichavando o Poder: Drogas e Autonomia. Organizado por Coletivo DAR; ilustrações André Dahmer. São Paulo-SP: Autonomia Literária, 2016.

associações. O projeto antiproibicionista é, portanto, esta união de diversos caminhos que pretendem alcançar o mesmo objetivo: as mudanças nas atuais políticas públicas sobre drogas, bem como aumentar a aceitação social e diminuir o estigma que os usuários de drogas possuem. Estes caminhos são percorridos pelas mais diversas pessoas e possuem características próprias, **de sorte que podem ser até incompatíveis entre si**. Assim, o projeto antiproibicionista consiste em uma negociação da realidade sobre as atuais políticas públicas sobre drogas, mas também **há uma negociação interna** a fim de disputar a construção desta nova abordagem das políticas públicas sobre drogas que pretende se colocar enquanto alternativa às atuais (Ribeiro Junior, 2017: 56, grifos meus).

Trata-se de uma visão geral, mas que ilustra bem os marcos do conflito e das disputas internas na luta anti-proibicionista, onde pelo menos dois projetos de mundo abarcando a legalização encontram-se disponíveis. A predominância de um ou de outro altera a própria natureza da organização das manifestações (por exemplo, se há ou não financiamento privado) e de sua performance e relação com autoridades e outros movimentos (a participação de alguns grupos muitas vezes se condiciona à não participação de outros, como os anarquistas que não participam onde há participação de membros do PSDB<sup>20</sup> e as feministas que não participam se entenderem que algum membro da organização é misógino, por exemplo). Outros fatores, como a aproximação de parlamentares e entidades classistas, como sindicatos, também é afetada pela predominância de uma ou outra formação discursiva, mais liberal ou mais classista.

Pretende-se explicar então porque essa leitura é a chave para a compreensão da Marcha e em alguma medida dos próprios movimentos sociais contemporâneos. Isso porque uma visão mais porosa ou hermética da categoria de sociedade civil está implicada nessas formações discursivas e afeta decisivamente na ação dos movimentos sociais. Por exemplo, onde há total aversão à esfera política parlamentar os movimentos veem-se limitados a ação na esfera jurídica e na esfera

---

<sup>20</sup> “Tucanos” nas palavras dos ativistas, devido à imagem do mascote do partido.

pública, onde podem conseguir significativas vitórias (sobretudo no que tange à descriminalização simbólica nas práticas de seu público) mas não alterações nas leis. Isso num cenário político onde ao contrário dos postulados normativos de algumas teorias célebres do Atlântico Norte (confere HABERMAS 1997 e ARATO; COHEN, 1995, pra ficar só nos mais marcantes) os parlamentos, especialmente o brasileiro, podem não ser sensíveis às pressões da esfera pública. Há ainda o fato de algumas manifestações desse tipo encontrarem-se muitas vezes sujeitas à repressão violenta por parte do Estado.

Uma concepção hermética de sociedade civil pode ser derivada das tentativas de afastar o movimento social quando os coletivos que o compõem mostram-se desconfiados quanto a parcerias e interações mais sérias com agentes do mercado e do Estado. Isso porque alguns querem “defender” o movimento social da influência das empresas privadas e outros da influência dos políticos e dos partidos. Mas o que essa pesquisa pode demonstrar é que sobra muito pouca margem de ação para um movimento que se afasta de todas essas influências (e financiamentos) externos. Normativamente inclusive espera-se (HABERMAS 1997, COHEN 2001, MELUCCI 2002, SCHERER-WARREN 2012, LACLAU 2005, etc.) uma sociedade civil mais porosa do que isolada. O decorrer da pesquisa permite voltar a esse tema na descrição de cada realidade local. Para entender como o movimento se espalha, para além das mídias e da própria noção de “cultura canábica”, é preciso entender como algumas organizações locais se convertem em centros difusores. Há muitos casos específicos na vasta realidade brasileira, alguns marcantes o suficiente para tornarem-se o que chamo aqui de centro de difusão, ou seja, pontos de onde emanam discursos que são vitais para a legitimação do movimento social, tornando necessária sua abordagem em detalhes. Entre essas estão as Marchas de São Paulo, Fortaleza, Rio de Janeiro, Florianópolis e Porto Alegre.

Para tornar claro como cada um desses discursos (classista e liberal) reverbera em cada realidade local e as razões que tornam esse recorte analítico útil para entender os dilemas do movimento anti-proibicionista no Brasil contemporâneo é necessária a explicação acerca das realidades locais de maior destaque. Foram entrevistados organizadores das cidades de Teresina, Natal, Fortaleza, Salvador, Brasília, Goiânia, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Londrina, Foz do Iguaçu, Florianópolis, Balneário Camboriú e Porto Alegre. Também houve acompanhamento e entrevista com organizadores da Marcha de Montevideo, mas essas não são contadas por ser essa realidade internacional, o que não impediu que fossem usadas para entender

melhor as idiossincrasias da realidade nacional.

Além dessas realidades houve contato com organizadores de Cuiabá, Belo Horizonte, Blumenau, Recife e Macapá, mas infelizmente as contingências desse contato não tornaram possível a realização da entrevista planejada. Isso porque apesar da facilidade do contato on-line os organizadores em geral se mostraram bastante desconfiados quanto à possibilidade de trocar áudios pela rede. Levando em conta os relatos de perseguição por parte das autoridades devido ao tema do movimento essa desconfiança é bastante compreensível. Além disso, em pesquisas anteriores foi possível também saber da Marcha da cidade de Jundiá (Lanças 2013) e complementar as informações sobre as Marcha de Natal (Campos 2013). Assim, é através de contatos, entrevistas, acompanhamento de mídias (especializadas e não especializadas), leitura de trabalhos acadêmicos prévios sobre marchas locais e trabalho de campo realizado nos eventos de protesto que as informações a seguir foram obtidas, de modo a criar um quadro amplo do movimento anti-proibicionista que se manifesta com a faceta Marcha da Maconha no Brasil contemporâneo. Visando ilustrar a amplitude da pesquisa, bem como separar características gerais de idiossincrasias locais, um breve relato de cada realidade local abordada será apresentado, de Norte a Sul do país, de modo a captar: o alcance do movimento, suas formas de expansão, seu marco de lutas, suas disputas internas e suas redes de alianças, seu repertório de ação e seu impacto na política nacional.

### 1.3 TERESINA

A Marcha da Maconha da cidade de Teresina teve início tardio em relação às demais realidades brasileiras (apenas em 2011 os anseios anti-proibicionista tomam esse formato), ancorada por movimentos anteriores que se interessaram pela proposta. Lá há bastante contato dos ativistas envolvidos com outros coletivos, em geral de esquerda, como o RUA – Juventude Anti-Capitalista, que também aparece em outras cidades. O financiamento se dá através de sindicatos e instâncias estudantis (centros e diretórios acadêmicos), ficando assim o movimento na órbita da Universidade Estadual do Piauí e da Universidade Federal do Piauí. Isso faz com que haja segmentação e também uma participação diversa de independentes e filiados a partidos como PT e PSOL e membros do grupo Barricadas e da União da Juventude Socialista. Entre suas bandeiras estão o auto cultivo e o modelo almejado é na direção do controle estatal com desconfiança em relação aos agentes do mercado. Essas foram as informações obtidas por meio

de entrevista, mas isso não esgota o que pude perceber da realidade da Marcha na capital do Piauí. Isso porque no ano em que fui pesquisa-la, ela não foi realizada.

Em maio de 2015 a polarização política gerada após as manifestações de 2013 e as eleições de 2014 (na época mal imaginávamos o golpe de Estado<sup>21</sup> que viria em 2016) e as dinâmicas locais de cada Marcha compõem a explicação que pude elaborar sobre essa realidade. Isso porque além da entrevista, no fim de semana dessa marcha não realizada permaneci na cidade e pude ter contato com outras informações. É preciso levar em conta que além dos grupos mencionados na entrevista coletada, todos de esquerda, havia outros agentes interessados nessa pauta e nesse evento. Entre eles é importante destacar os cultivadores e a loja de artigos de cultivo (*grow shop*), pois pelo que pude entender eles participavam da Marcha anteriormente, mas devido a divergências, em boa medida dada pela polarização política e pela diferente leitura do anti-proibicionismo (pelos dois discursos tematizados anteriormente). Assim, sou levado a crer que, devido ao fato dos cultivadores e do empresário do *grow shop* possuírem um discurso mais liberal, que num contexto de polarização política poderia se contrapor ao discurso de caráter mais classista (ao qual tive acesso por meio de entrevista), eles deixaram de fazer parte da organização (ao menos naquele momento). Fenômenos semelhantes foram constatados em outras realidades.

Além disso, há outros dois fatores de conjuntura que merecem atenção nesse caso. O primeiro deles é uma greve de funcionários públicos da capital piauiense que estava marcado para o mesmo dia e o outro é uma reunião da ANEL – Assembleia Nacional dos Estudantes Livres – que aconteceu algumas semanas depois. Ambos eventos requeriam esforços dos ativistas que estariam envolvidos na Marcha da Maconha, de forma que essa não pode contar com os quadros tradicionais da esquerda em um contexto em que as divergências e conflitos tinham expelido os quadros mais liberais interessados na pauta. O resultado foi que a Marcha não aconteceu, o que leva a crer que a causa anti-proibicionista não era prioritária para aqueles ativistas, que encontravam-se comprometidos prioritariamente com outras causas. Esse caso faz pensar acerca da construção da pauta anti-proibicionista

---

<sup>21</sup> Não é o tema dessa pesquisa, no entanto não é possível falar da realidade brasileira sem se posicionar em relação a esse tema, e a posição desse pesquisador é a que houve sim golpe de Estado, seguindo a brilhante leitura apresentada por Souza 2016.

no cenário de lutas nacional. Há realidades onde essa pauta ainda não alcança ainda certa “autonomia discursiva” (no sentido de não possuir uma organização voltada prioritariamente para essa causa anti-proibicionista) e mesmo quando é mobilizada sua luta é tocada por agentes que priorizam outras causas. Tratam-se, afinal, de campos em disputa.

#### 1.4 NATAL.

Na cidade de Natal a Marcha da Maconha tem início em 2011, apesar de incipiente ela segue o padrão encontrado em outras Marchas, como o uso extensivo de mídias tradicionais (panfletos) e novas (internet<sup>22</sup>). Seu financiamento se dá por meio de rifas e doações coletadas na UFRN, mostrando mais uma vez a importância do papel da Universidade Pública, (“Gratuita e de Qualidade”) na formação de quadros e recursos para os mais diversos movimentos sociais (alguns até de extrema direita, como a famigerada Juventude Conservadora da Universidade Federal de Santa Catarina). Assim como a realidade do Piauí, na capital do Rio Grande do Norte o relato foi de dificuldades, não apenas pela típica perseguição das autoridades (que não compartilham da visão da importância da pauta e seus termos), como também por uma fragmentação em diversos coletivos envolvidos e desentendimento por divergências políticas. Esse caso também ilustra o que afirmei anteriormente, um claro racha entre posturas mais liberais e mais classistas no que tange à forma de abordar a crítica ao modelo proibicionista vigente na política atual.

Além dos dados coletado em entrevista, essa realidade conta com uma pesquisa já realizada, sob o viés antropológico, sobre os

---

<sup>22</sup> De acordo com a pesquisa realizada por Della Porta et al (2006: 93-4): “In social movements, and in other fields too, only recently has empirical research begun to produce more nuanced interpretations of the effects of the internet as a challenge and an opportunity. In particular, empirical studies on social movements have singled out some specific contributions that the internet makes to the activities of these collective actors. First, its purely instrumental use is helpful in the organization and logistics of demonstrations and as a mean for different groups to keep networked. Second, the internet can also be a specific means for the direct expression of dissent and protest. Third, it has a cognitive function, enabling information to be disseminated and public opinion to be sensitized on issues scantily covered by mainstream media, and also reinforcing collective identities”.

pormenores da organização local, cabe analisá-la em mais detalhes. De acordo com a pesquisadora Natália Campos (2013) as discussões e indignações que geraram os coletivos anti-proibicionistas na capital potiguar ocorrem a partir de 2010, com o início de uma série de medidas repressivas no campus da UFRN. De acordo com a antropóloga,

Foi somente em 2010, após a circulação de uma carta aberta do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes sobre denúncias recebidas do consumo de drogas ilícitas e as providências administrativas disciplinares que seriam tomadas casos esses usuários fossem identificados, que houve a organização de um grupo de alunos que se propôs a discutir a situação de criminalização das drogas, sobretudo a maconha, dentro e fora da universidade afim de estimular o debate e desfazer o senso comum sobre as pessoas que consomem maconha. Foi a partir dessa iniciativa que começou a se articular o movimento chamado de anti-proibicionista na capital potiguar, através da organização dos coletivos que discutem os temas relacionados com o uso de drogas e que realizam atividades direcionadas para essa questão, como as Marchas da Maconha e os Ciclos de Debates Anti-proibicionistas... (CAMPOS, 2013: 13).

Não é de se espantar que a organização tenha se dado no momento de aumento da repressão sobre as camadas em alguma medida privilegiadas da desigual sociedade brasileira. Isso porque há entre os universitários geralmente os recursos necessários, materiais, mas sobretudo os de ordem simbólica<sup>23</sup>, que permitem sua organização

---

<sup>23</sup> Dentro do tema da participação política, a interpretação baseada na aquisição de recursos políticos pode ser útil na compreensão de certos fenômenos contemporâneos. Os recursos considerados são: Dinheiro, Tempo e Habilidades Cívicas – Capacidades comunicacionais e organizacionais essenciais para a participação política. Tais capacidades não são natas, mas sim adquiridas em instituições não políticas (trabalho, igrejas, associações em geral e rodas de maconha – segundo minha hipótese); elas estão distribuídas entre os grupos definidos pelo status sócio-econômico. As atividades (políticas) são desmembradas em três tipos, podendo consumir tempo, dinheiro ou votos (BRADY, VERBA & SCHLOZMAN, 1995: 271). O modelo de recursos repousa entre duas tradições teóricas: as teorias sociológicas da estratificação

enquanto movimento. O interessante nesse caso específico, mas que na verdade se repete Brasil a fora, é que o formato de movimento 'Marcha da Maconha', com logo, camiseta e um discurso já razoavelmente estabelecido nos idos de 2011 já existia e estava ao alcance à disposição desses jovens no momento em que passam a se indignar com a repressão em seu meio cotidiano. É possível afirmar que o aumento da repressão em camadas dotadas de recursos para reagir geralmente gera reação, pois o contato com os discursos anti-proibicionistas faz com o usuário passe a compreender como injusta a violência direcionada a ele por um hábito que ele considera inofensivo, embora só a verdadeira organização e protesto o tornem dessa forma um ativista. É o que ocorre no cenário muito bem descrito por Campos.

Imagem 3. Mapa conceitual Circuitos Canábicos:



social e as teorias econômicas da escolha individual. O modelo de status sócio-econômico, advindo das teorias da estratificação, é amplamente capaz de prever a participação, mas falha ao não ilustrar o mecanismo que vincula a participação ao status. Por outro lado, as teorias da escolha racional explicam como e porque as pessoas decidem participar, mas não são capazes de gerar predições eficazes. Quanto à participação e o alto status sócio-econômico, a perspectiva da escolha racional não é capaz de explicar a participação, que seria, sob alguns aspectos, irracional. O problema dessa abordagem é focar exclusivamente nos benefícios da participação, sem focar atentamente nos custos, já na teoria dos recursos, os custos são levados em maior consideração. A escola de Chicago elaborou uma teoria da escolha não baseada apenas nas restrições a partir dos motivos das escolhas, mas também em um cálculo dos recursos, o que pode limitar as escolhas. Se há limitações em uma série de recursos que variam em dada população, então uma boa teoria deve se basear no grau de restrição de recursos em cada situação. Como recursos como dinheiro, tempo e habilidades cívicas podem ser afetadas por políticas públicas, é útil descrever como cada restrição afeta na participação individual (BRADY, VERBA & SCHLOZMAN: 272).

A própria realidade do campus pode ser, por suas características pessoais, ser considerada enquanto um circuito canábico nos termos que defini anteriormente (Lanças 2014 – confere imagem 3), abertura, impessoalidade, consumo de canábis como força centrípeta, indicando o quanto esses circuitos, prévios ao movimento anti-proibicionista, são importantes para a formação dos quadros organizativos e do público que se manifesta nas Marchas anuais,

De 2006 até 2012, o grupo de frequentadores da UFRN consumidores de maconha foi mudando. Atualmente, poucas pessoas que já estavam na universidade em 2006 continuam frequentando aquele espaço e a maioria é composta de alunos matriculados na instituição, que ingressaram em diversos cursos de graduação nos últimos anos. Nos horários mais movimentados, circulando pelos locais específicos é possível encontrar grupos em todos ou quase todos esses pontos ocupados por eles. Em termos numéricos, é difícil estabelecer uma quantidade exata de pessoas que transitam entres esses grupos, inclusive porque não existem grupos fechados, seus integrantes não são fixos e nem sempre são os mesmos, mas acredito que atualmente existam entre quarenta e cinquenta estudantes que transitam entre esses grupos e espaços (CAMPOS, 2013: 11).

Grupos que se perpetuam no tempo e no espaço são de fato fundamentais para a existência de um imaginário que possa ser politicamente mobilizado em manifestações, mas isso existe em vários outros lugares anteriores a existência das próprias universidades. O que as torna o *locus par excelance* da formação de quadros da Marcha da Maconha é que nas universidades os usuários envolvidos possuem recursos para reagir às opressões e a heterogeneidade das universidades reflete em uma heterogeneidade de discursos, inclusive muitos deles oriundos de camadas da sociedade que mais sofrem com a chamada guerra às drogas. Isso pode gerar solidariedade entre grupos sociais até então dispersos. Além disso, a universidade, por seu histórico de lutas democráticas no Brasil, geralmente fornece o *know-how* e o espaço para articulação de novas lutas, nesse caso a luta anti-proibicionista.

Tratam-se portanto de “(...) usuários de maconha que têm

projetos de vida que incluem o uso de drogas, mas conseguem elaborar uma crítica sobre sua condição de ilegalidade e encontram nessa condição um motivo pra mobilizarem-se” (Campos, 2013: 19), mas essa condição de crítica não é espontânea, ela surge em espaços como as universidades, e desde 2002, principalmente sob a influência direta ou indireta do discurso já existente através da Marcha da Maconha (de origem carioca, mas ressignificada e ampliada a cada nova marcha que se junta, com destaque pra influência de São Paulo, Florianópolis e Fortaleza), que fornece os elementos para a ressignificação discursiva que a autora identifica em torno dos usuários que longe de esconder seu hábito ilegal se manifestam por seu direito a ele. Um direito ainda mais visto como um modo de vida alternativo que um hábito de consumo, mas é preciso não perder o hábito de consumo de vista para evitar o risco de compartilhar de forma acrítica todas as idiosincrasias discursivas dos agentes pesquisados.

Antes de adentrar nos pormenores da Marcha de Natal propriamente dita, Campos introduz ao leitor uma breve história da proibição no Brasil e no mundo e entra em um debate que cabe aqui trazer. Há uma diversidade de discursos e de modelos de superação do atual marco proibicionista, mas geralmente o debate interno dos coletivos envolvidos gira em torno de dois eixos, legalização ou descriminalização e estatização ou mercantilização. De acordo com a pesquisadora,

“A descriminalização é uma proposta de 'abertura' sobre o tema, embora não resolva questões importantes relacionadas a essas substâncias, tal como a falta de regulamentação das substâncias que circulam de forma adulterada pela falta de controle sobre sua produção e distribuição, nem consegue lidar com as dinâmicas e implicações do narcotráfico, abrindo margem para a continuação e talvez expansão desse mercado irregular, embora deixe de causar inconvenientes legais **aos seus usuários**. Já a legalização 'significa que não há proibições de espécie alguma de acordo com as leis em relação à fabricação, às vendas, à posse ou ao uso de drogas (CONSEG 2009: 23), embora as discussões sobre essas proposta, na maioria das vezes, incluam a necessidade de regulamentação (...) Nas discussões antiproibicionistas sobre essas propostas, é comum a legalização ser o

projeto ideal para tratar a questão das drogas sem criminalizá-las. A descriminalização, por sua vez, é apontada como um modelo menos eficaz e eficiente na resolução das questões citadas, embora possa ser um estágio transitório no processo entre a criminalização e a legalização, necessário para a discussão e formalização da sua regulamentação” (CAMPOS, 2013: 45, grifos meus).

Cada um desses eixos se articula com a classificação dos discursos envolvendo a Marcha entre os vieses liberal e classista. Isso porque a descriminalização – que geralmente se restringe ao usuário (ou, em algumas versões mais elitistas do discurso, ao usuário de certa classe média pra média alta) – geralmente é defendida pelos apoletas do discurso liberal, pois dessa forma o Estado passaria a não mais legislar sobre os corpos dos usuários envolvidos. À essa visão se contrapõe àquela que defende a total legalização – isto é, controle e regulação em toda a cadeia produtiva da substância e não apenas sobre seu consumo – como única forma viável de superação do paradigma atual, pois solucionar somente a demanda de certos usuários não resolveria a violência policial e o encarceramento em massa da juventude das periferias do país, perspectiva essa mais em consonância com o discurso classista.

Os dados trazidos pela pesquisa aqui analisada nesse sentido confirmam aqueles trazidos pela entrevista realizada anteriormente: trata-se de um movimento incipiente, respaldado pelas organizações prévias em outras cidades e construído a partir de dentro da universidade. No entanto, apesar das visíveis contribuições é possível apresentar algumas discordâncias quanto à interpretação dessa autora. Não me refiro, certamente, ao enfoque demasiado micro em um movimento de dimensões macro, foi a escolha metodológica dela e respondeu bem às perguntas colocadas, mas sim à sua visão teórica acerca dos movimentos sociais. Embora estes sejam chamados novos por vertentes teóricas contemporâneas (ARATO; COHEN, 1995), é possível problematizar tal classificação na medida em que eles não apresentam muitas novidades pra além do uso de mídias sociais e do tema, em relação aos movimentos dos anos noventa ou mesmo em relação àqueles do século XIX: desde sempre eles foram motivados por pautas inicialmente locais que vagamente flertam com ideais universalizáveis e o formato de redes e grupos autônomos também não apresenta essa novidade toda, basta ver histórias como a dos soviets

autônomos ou mesmo os muitos núcleos abolicionistas no Brasil oitocentista. Além disso, ao construir uma explicação de que o movimento é essencialmente democrático e horizontal corre-se o risco de acreditar demasiadamente no discurso que os atores sociais envolvidos produzem sobre si mesmos. Ora, não é porque eles se afirmam dessa forma que hierarquias não possam ser encontradas, ainda mais numa realidade onde boa parte do material, das pautas e do próprio marco de lutas chega do Rio de Janeiro, de São Paulo, Salvador, Recife e outras cidades que consolidaram a Marcha anteriormente com relativamente poucas contribuições locais à pauta em si mesma. Há sim hierarquias, embora elas não estejam óbvias e nem estejam problematizadas pelos agentes envolvidos.

Além disso, ao afirmar que “sabidamente, a demanda solicitada por este movimento não diz respeito às condições básicas de sobrevivência dos seus participantes” (CAMPOS, 2013: 64) imerge-se completamente no mundo dos seus entrevistados e na realidade local que ela compartilha com eles (risco que todo pesquisador social em alguma medida corre). Talvez pros jovens universitários da capital potiguar fumar maconha não afete diretamente sua vida, mas o movimento anti-proibicionista não se resume a eles na realidade brasileira e essa visão é a do sujeito liberal (focada mais no indivíduo detentor de direitos que nas consequências sociais das práticas em questão). Para uma visão mais classista da chamada guerra às drogas e para ativistas de outras origens sociais a intervenção da polícia, em nome desse combate ao famigerado tráfico, em seus bairros de moradia trata-se sim de um caso de sobrevivência. Dessa forma também a questão individual do usuário se transfere para a questão dos problemas que essa política de violência e encarceramento gera, tomando os ares de universalidade da causa para a sociedade como um todo, movimento esse que pode indicar certo amadurecimento da pauta e varia de acordo com as realidades locais. A autora compartilha, no entanto, uma visão semelhante à minha no que tange a importância dos circuitos de usuários que antecedem a formação do movimento em si, “Para Isabela [sua interlocutora] fumar maconha coletivamente é apenas uma forma de sociabilidade, assim como tomar café. Ela afirma que este hábito acaba promovendo uma interação entre *maconheiros*, o que resulta na formação de um círculo social que compartilha essa prática” (idem).

Outro fator de grande contribuição foi o fato de sua pesquisa permitir ir além das entrevistas no que tange às trajetórias dos envolvidos na construção da Marcha, seu acuidade em analisar detalhadamente cada trajetória de cada sujeito permite destacar quais os

contatos e inserções dos ativistas com outros grupos, com destaque para certa esquerda universitária e movimentos ligados ao gênero e à sexualidade, bem como de redutores de danos<sup>24</sup> que já trabalham na área da saúde coletiva. Há também contatos com movimentos prévios, como o Movimento Pelo Passe Livre, inflamado no ano de sua pesquisa, 2013, mas o que há em comum na trajetória de todos os envolvidos, além é claro da canábis, é a vivência universitária, que marca distintivamente o movimento potiguar. De acordo com Campos,

“Pelos relatos que obtive, ficou claro que todos já tinham passado por experiências com alguma droga antes da vida universitária, mas, para todos eles, o ingresso na Universidade foi fundamental para a elaboração de um pensamento crítico sobre o uso de psicoativos ilícitos e as questões envolvidas nesse tema e crucial também para a proposta anti proibicionista. Não é atoa que priorizei a inserção deste grupo na universidade, pois o acesso ao conhecimento e o espaço de atuação que esta instituição possibilita estão

---

<sup>24</sup> “A redução de danos caracteriza-se como uma abordagem ao fenômeno das drogas que visa minimizar danos sociais e à saúde associados ao uso de substâncias psicoativas. O início destas intervenções foi marcado por ações no campo da saúde, que hoje tem se ampliado da esfera do direito à saúde para a do direito à cidadania e dos Direitos Humanos. As práticas de redução de danos buscam a socialização política de usuários de drogas de maneira crítica, no sentido de tornarem-se protagonistas, de promoverem o autocuidado com a saúde e a busca por direitos, pela discussão de políticas governamentais e políticas de estado, numa perspectiva que passa pelo individual e também pelo coletivo. A atuação em redução de danos hoje tem uma perspectiva mais ampla, de promoção de direitos individuais e sociais de usuário de drogas, mas sua origem data de 1926, na Inglaterra, com a publicação do Relatório Rolleston, a partir do qual se indicava a prescrição médica de opiáceos para dependentes químicos de heroína, como forma de prevalecer os benefícios desta administração frente aos potenciais riscos da síndrome de abstinência. Já a primeira iniciativa comunitária, surgiu na Holanda em 1984, como reivindicação de usuários de drogas injetáveis, que preocupados com os elevados índices de Hepatite B entre si, por conta do compartilhamento de seringas, demandaram ações do governo para a contenção da epidemia, e a partir de então foi criado o primeiro programa de distribuição e troca de agulhas e seringas” (Centro de Convivência É de Lei, Redução de danos sociais e à saúde associados ao uso de drogas, disponível em <http://edelei.org/pag/reducao-danos> ).

refletidos diretamente na forma e nos argumentos acionados por eles para a realização deste movimento. **Fora dele, talvez a mobilização nem acontecesse**” (CAMPOS, 2013: 71, grifos meus).

É preciso ressaltar que a universidade é apenas um lócus onde é possível construir esse tipo de manifestação, e em embora adquira centralidade em algumas realidade não deve ser tomada como a única via possível. Nesse caso porém, o acesso ao meio universitário, aliado ao acesso ao meio digital, apresentaram-se como barreiras o ativismo no caso daqueles que não possuíam tais acessos mas apresentaram, de acordo com os dados trazidos pela pesquisadora, interesse no tema e na mobilização.

Uma importante questão acerca de problemas que tal meio coloca no movimento anti-proibicionista em Natal pode ser verificada através desse relato,

“Por ser contra e não participar das redes sociais, Álvaro se mostrou contra a construção e divulgação das atividades do movimento a partir do uso dessas tecnologias, alegando que parte dos interessados, tal como ele, não tem ou não querem ter acesso a esses meios e, portanto, ficariam excluídos da construção de um movimento que é coletivo e deveria ser o mais acessível possível!” (CAMPOS, 2013: 70)

É importante levar isso em conta, pois boa parte da produção teórica apresenta certo entusiasmo diante do potencial oferecido pelas novas tecnologias na experiência dos movimentos sociais contemporâneos. Cabe levar em conta a desigual inserção nos meios mercantis que permitem em boa medida o acesso às novas ferramentas oferecidas pelo avanço do marco tecnológico. É preciso então perguntar em que medida essas mídias como o facebook fomentam a mobilização e em que medida esses meios monopolizam certas formas de mobilização contemporânea e as condicionam aos seus interesses. Quanto a isso, Della Porta et al. (2006: 98).. afirmam que,

“Enquanto a internet prove aos movimentos sociais os meios para operações logísticas, a extensão na qual ela tem um efeito equalizador é ainda uma questão em aberto. Acerca disso, MCChesney (1996) fala sobre uma esfera pública

“parcial” no cyberespaço, com o acesso a internet é limitado a uma elite com altos níveis de educação e renda, onde mulheres e esposas idosas são menos presentes. Certamente, a internet é a causa de uma nova forma de desigualdade que tem sido descrita como *exclusão digital*<sup>25</sup>. Emergem diferenças no acesso à internet entre diferentes níveis territoriais (não apenas regiões ricas contra regiões pobres, mas entre pessoas ricas e pobres dentro das nações ricas), diferentes classes sociais na mesma nação (penalizando aqueles sem recursos econômicos e culturais), e entre setores com diferentes níveis de interesse na política (Norris 2001). Tem sido significativo que as instituições de governança global tenham inserido a exclusão digital recentemente em sua agenda”<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> Exclusão digital serviu aqui para traduzir a ideia de '*digital divide*', trata-se no entanto de um termo de difícil tradução, de acordo com a pesquisadora Antônia Araujo Farias, “A desigualdade com respeito ao acesso e ao uso das tecnologias na Era Digital vem sendo estudada desde o início da década de 1990, por Jan van Dijk. Em seu livro 'Sociedade Rede' denomina como 'Digital Divide' a distância que vai se estabelecendo entre aqueles que podem disfrutar tal tecnologia dos que não podem. (...) Na primeira década do século XXI o tema desigualdade continua sendo estudado e denunciado, ganha novos contornos na “Sociedade Rede” e assume outras características da desigualdade. Assim os autores que se preocupam com o tema se referem a ela de acordo com o aspecto que coloca em evidência. O termo 'Digital Divide', traduzido para o espanhol por “Brecha Digital”, não recebeu uma tradução específica no Brasil, ele é estudado pelos brasileiros no sentido da desigualdade que contém pelo termo 'Exclusão Digital' o que demanda uma busca pela 'Inclusão Digital' ou 'Infoinclusão’” (2016: 8).

<sup>26</sup> Tradução livre, segue o original: “While the internet provides social movements with the means for managing logistics, the extent to which it has an equalizing effect is still an open question. Reflecting on this, McChesney (1996) talks of a “partial” public sphere in cyberspace, access to the internet being limited to an elite with high levels of education and income, while female and older cohorts are less present. Indeed, the Internet is the cause of a new form of inequality that has been described as the digital divide. Differences emerge in the Internet access between different territorial levels (not only rich regions versus poor ones but also between rich and poor people in the wealthy nations), different social classes in the same in the nation (penalizing those lacking economic and cultural resources), and between social sectors with different degrees of interest in politics (Norris 2001). If the digital divide seems to decline in some geographical areas, however this trend is not homogenous

Além dessas informações, já finalizando a análise da Marcha de Natal, cabe destacar a violência policial bastante repressora nessa unidade federativa, que contrasta com outras marchas com histórico de menor violência, como em Santa Catarina (até 2017). Também é relevante levar em conta que nessa, como em muitas outras realidades, houve rachas e disputas políticas, até onde se sabe não foram pautadas pela disputa entre discursos mais classistas ou liberais, mas sim de proeminência dessa ou daquela liderança. Aqui o que foi pela autora relatado é uma espécie de chantagem na hora do racha entre os grupos entre os elementos com ou mais ou menos contato com as Marchas pelo país e com o suposto maior direito aos signos já consolidados: o nome e a logo da Marcha da Maconha, de origem carioca, que até então imaginava-se serem de propriedade comum e apropriação própria sem necessariamente um alinhamento com os grupos que os produziram originalmente<sup>27</sup>.

Em 2012 as reuniões abertas permitiram a entrada de novos interessados rompendo com antigas rivalidades e trazendo mais impessoalidade, o que impediu que o movimento fracassasse e a cidade de Natal ficasse dessa forma desprovida de manifestações anti-proibicionistas. As desavenças foram superadas com a formação do Coletivo Potiguar Marcha da Maconha e a chantagem quanto ao uso da 'marca' nacional não foi adiante. Mesmo assim, essa apropriação da causa e seus signos por agentes particulares em suas motivações

---

(Castells 2001 ch. 9). It has significant that institutions of global governance have recently inserted the issue of digital divide in their agenda” (2006: 98)

<sup>27</sup> A disputa se deu, conta a autora, entre membros do coletivo mais antigo e primeiro agregador, o Cannabis Ativa e seus dissidentes a Rede de Articulação Antiproibicionista Potiguar, com membros de um de outro se auto excluindo dos seus respectivos eventos, o estopim do conflito teria acontecido na Marcha de 2011, “os desentendimentos e mal-estares entre os organizadores se intensificaram durante a realização da Marcha da Maconha (...) por causa dessa situação, após a Marcha da Maconha, sem muito alarde, soube pelos ex-integrantes do Coletivo que pretendiam formar um outro Coletivo. Os membros deixaram o Cannabis Ativa eram responsáveis pelo contato com o Coletivo Nacional da Marcha da Maconha e, ao formarem outro Coletivo, **levariam consigo a bandeira da Marcha**, vinculada ao Coletivo Nacional, para atuar no próximo ano, **já que eles que tinham o contato com os organizadores nacionais para usar a arte, o slogan e o material de divulgação elaborado e distribuído pelo núcleo nacional da Marcha da Maconha**” (Campos, 2013: 106, grifos meus).

personais não deixa de ser interessante, sobretudo pra retirar certa aura que pesquisadores incautos atribuem aos movimentos e deixar claro que embora os agentes sempre se afirmem horizontais e democráticos eles nem sempre os são em suas práticas. Houve também nessa época tentativas de retirar a centralidade da universidade nas articulações do movimento, mas pelo relato da autora, essa instância ainda se fez fundamental, principalmente por resistência dos membros mais antigos. Por fim, resta apenas constatar que a Marcha de Natal, assim como em outras realidades, foi acompanhada de outros eventos, nesse caso de cunho acadêmico, como seminários e debates, por julgarem os participantes ser necessário esclarecer posições e promover debates.

Assim, através de entrevista e do amplo diálogo com a pesquisadora Natália de Campos, acerca da Marcha de Natal é possível afirmar tratar-se de uma realidade onde o movimento anti-proibicionista ainda se encontra em construção. As Marchas realizadas anualmente ainda são muito ancoradas no meio universitário, o que para um movimento social controverso como esse pode significar menos chances de conflito policial, mas também menor chance de ampliar o debate e levar a pauta para as pessoas comuns. É interessante o contraste dessa realidade mais universitária com outras realidade mais “populares” em relação ao público que constrói e frequenta as manifestações. Não se deve esquecer também da complexa dinâmica interna desse movimento e das ameaças de usos estratégicos dos contatos em outras realidades (confere nota 28), mostrando que longe da panaceia democrática o movimento anti-proibicionista unido sob a bandeira (e a logo) da Marcha da Maconha apresenta tensões entre diferentes visões e sobretudo entre elementos locais e nacionais (ou seriam cariocas?), como tantos outros movimentos nesse país de dimensões continentais.

## 1.5 FORTALEZA

A cidade de Fortaleza, de indiscutível importância no cenário nacional, conta com um amplo movimento anti-proibicionista, que realiza marchas de grandes proporções. Em números absolutos os paulistas reivindicam realizar as maiores Marchas da Maconha, mas em números relativos seguramente os cearenses colocam um percentual maior da população de sua capital nas ruas nesses protestos (até 2018 ao menos). Desde meados da década passada já havia protesto anti-proibicionista nessa realidade, mas as chamadas Passeatas Verdes assumem o nome Marcha da Maconha em 2007, um ano após sua estreia em Copacabana em 2006. Por ser antigo e bem organizado o

movimento, afirmam seus organizadores, vem crescendo e recebendo cada vez mais aceitação por parte das autoridades.

A organização dessa Marcha conta com pelo menos quarenta membros, entre partidários, organizados em coletivos anti-proibicionistas, anarquistas e independentes. Diferente do caso anterior o movimento aqui não é centrado na universidade, essa fornece sim alguns quadros, mas os demais são oriundos de outras realidades, com destaque para profissionais da saúde, da política, do meio jurídico e do meio sindical. Trata-se de um grupo heterogêneo, mas aparentemente há consenso quanto às pautas e a forma de ler o marco de lutas. Nesse caso o discurso da Marcha é fortemente classista, deixando bem de lado o prazer e o direito individual ao uso recreativo de canábis e tecendo fortes críticas ao aparato repressivo nas periferias do Brasil. Isso se reflete no trabalho de base, pois os demais movimentos sociais da cidade, sobretudo aqueles ligados às realidades de classe e de bairros de trabalhadores, participam e apoiam a Marcha. Também se reflete no público, que é mais heterogêneo e menos universitário que em outras realidades. Na Marcha que pude presenciar, em 2015, foram contabilizadas mais de 12 mil pessoas marchando na praia da Iracema (confere imagem 4), um número espantoso, levando em conta que nesse ano São Paulo afirmou ter colocado na rua por volta de quinze mil e o Rio de Janeiro apenas oito. Pode-se assim concluir que a organização levou a resultados.

Imagem 4. Marcha da Maconha Fortaleza:



Fonte: <https://smkbd.com/evento/reuniao-de-org-da-marcha-da-maconha-fortaleza/>.

O financiamento do movimento é bastante diversificado, mas

segue um padrão específico que destoa levemente dos demais. O discurso classista nessa realidade é forte e a organização apresenta receios em aproximações com empresários, o que pode dificultar a obtenção das verbas necessárias. Mas os coletivos organizados, com destaque para o coletivo Plantando Informação, acionam sua rede de contatos e suprem essa necessidade. Há venda de camisetas e outros materiais, como em todo o Brasil, mas em Fortaleza não se realizam festas da Marcha, nem há venda de bebidas, isso porque, segundo os ativistas, não querem promover o alcoolismo e as grandes marcas de cerveja. Mesmo assim, algumas *headshops* ajudam com a impressão de panfletos. Pode parecer que essa realidade não destoa das demais, mas há uma significativa diferença, em Fortaleza a Marcha tem bastante contato com o meio político representativo e com importantes setores sindicais. De acordo com uma ativista,

“A gente passa o ano inteiro sem dinheiro e quando começa a Marcha da Maconha a gente faz um campanha de arrecadação, e a gente vende camisas, bottons e adesivos, pede doação da galera, o grupo que tá desde sempre acaba também financiando, eu mesma dou muita grana do meu trabalho pra marcha, e a gente também faz uma lista de ofícios e bate nos gabinetes de vereadores e deputados, da câmara e da assembléia, e uma grande parte deles entra com grana pra financiar o movimento, além disso a gente faz os panfletos de divulgação, a partir de uma troca de grana com a galera de headshops, então a gente tem um patrocínio pra tá fazendo sempre os panfletos da marcha, por que todos eles tem umas marquinhos em baixo que são das headshops e galera que faz parte do movimento financiando com grana, são essas lojas também que ajudam pra caralho. A Marcha da Maconha é construída por militantes que militam só no movimento anti-proibicionista e também uma galera que milita nos partidos políticos, eu por exemplo, faço parte do Partido dos Trabalhadores, desde 2012 milito ativamente no partido e também na Marcha. Assim como eu existem muitos membros da organização que fazem parte de partidos políticos... A gente tem também uma galera que se coloca como 'contra a política', uma

galera que levanta a bandeira do voto nulo, mas a gente consegue dialogar, nós somos um movimento, a-partidário, ou seja, a gente não apoia partido nenhum, mas a gente também não nega o apoio de ninguém, então a gente acaba se relacionando bem com todos os grupos. Com os movimentos sociais, a parceria vem se construindo a cada ano, desde que os militantes conseguiram se enxergar também como fazendo parte de um linha de opressões, as pessoas entendem que ser maconheiro é uma forma de opressão, e aí ser maconheiro e mulher é um acúmulo de opressão e ser maconheira, mulher e moradora da periferia, mais acúmulo de opressão, e automaticamente a gente levanta a bandeira dos movimentos de toda e qualquer luta que seja contra a opressão e a gente se coloca também como pessoas de esquerda, no geral. Apesar da gente ter uma galera que não gosta muito de tá usando esse termo, mas a Marcha da Maconha aqui ela é anti- racista, ela é anti-capitalista, ela é contra a homofobia, e naturalmente ela é contra o machismo, porque a gente sabe que todas as opressões estão juntas, numa cadeia só!” (Ativista de Fortaleza 1<sup>28</sup> em entrevista realizada na Praia de Iracema em 23 de maio de 2015).

Essa fala ilustra bem as dimensões do movimento que coloca mais de dez mil pessoas nas ruas pela causa anti-proibicionista na capital cearense. A aproximação dos organizadores com parlamentares de diferentes instâncias (municipal e estadual, até onde se sabe), é interessante não apenas pelo dinheiro arrecado, mas por certa abertura desses parlamentares quanto às pautas em questão. Essa aproximação com a política institucional pode abrir caminhos que a Marcha, até então de costas pra política e voltada somente para ganhos na esfera pública e nos pormenores do sistema jurídico, não abre em outras unidades federativas (talvez no Rio).

Além do apoio de parlamentares, os partidos também fornecem espaço pras reuniões, quadros com relativa experiência política, circulam materiais de outras cidades (por exemplo a cartilha do vereador

---

<sup>28</sup> Os nomes foram preservados, mas os numerei para o leitor não pensar tratarem-se todos os entrevistados de Fortaleza a mesma pessoa.

carioca Renato Cinco, distribuída por seu partido, o PSOL) e materiais de infra estrutura do protesto (como carros de som). Os partidos envolvidos, até onde a pesquisa pode constatar, são o PSOL, o PT e o PSTU. Além desses partidos, outros grupos de esquerda compõem a organização, como a CSP CONLUTAS e o já citado grupo RUA – Juventude Anti Capitalista. Além disso, sindicatos como o da construção civil, dão apoio ao movimento com participação, infraestrutura e experiência. Essas parcerias, aos olhos dos ativistas envolvidos, também ajudam a legitimar a causa perante a sociedade,

“eu acho que esse momento é o momento que a marcha, ela ganha cada vez mais a cara de um movimento social, em que as pessoas reconhecem o movimento anti-proibicionista como um movimento social, porque teve um tempo na história, um tempo do movimento em que ele não era levado a sério, que as pessoas reconheciam só como um oba oba, que era um monte de idiota que não tinha pauta. Eu acho que a gente vem se reafirmando como um movimento que tem pauta, um movimento que cresce no Brasil, e uma discussão que é uma das mais necessárias a se fazer. Aí eu acho que cinquenta por cento que a gente sabe, olhando para os índices, assim, cinquenta por cento dos crimes cometidos são relacionados ao tráfico. Assim, as pessoas que são presas, cinquenta por cento são relacionadas com o tráfico, então essa questão das drogas é uma questão que precisa ser discutida, não tem mais que ser colocada em segundo plano, é uma parada que a gente tem que discutir hoje, tem que discutir urgentemente, quebrar esse tabu, tirar essa cortina de fumaça que tá em torno do debate e fazer esse debate! E a Marcha da Maconha vem ganhando essa cara de movimento e vem se reafirmando como movimento social e esse movimento a gente vem fortalecendo as nossas pautas e aí estamos caminhando pra construção de um

projeto pela legalização da maconha, um projeto do movimento e eu acho que a Marcha da Maconha fortalece essa caminhada, fortalece essa caminhada pela legalização, mas fortalece também a caminhada do movimento anti-proibicionista” (Ativista de Fortaleza 3 em entrevista realizada na Praia de Iracema em 24 de maio de 2015).

Ou seja, há uma sensação, descrita nessa fala, de que o amadurecimento (via organização) do movimento ajuda na legitimação perante os demais agentes da sociedade civil e ajuda portanto na divulgação das pautas. Além disso, outro importante aspecto de destaque nessa Marcha é o fato de para muitos entrevistados a Marcha da Maconha foi sua primeira experiência com esse tipo de ação política: a manifestação de rua. Isso ressalta algo que se sabe há algum tempo (desde as pesquisas de, REED 2013, RIBEIRO JUNIOR 2015, CAMPOS 2013 E RAMALHO 2012 pelo menos) que é o fato de “a Marcha da Maconha é a porta de entrada” para o agir político. Isso é bastante relevante se for levado em conta que muitos dos quadros chegam interessados inicialmente no elemento lúdico e acabam por se envolver em outras atividades políticas.

É possível então ler a organização e a realização do movimento anti-proibicionista de Fortaleza, que culmina na Marcha da Maconha, através da ideia de circuitos canábicos (LANÇAS 2014). Os circuitos canábicos, por definição, pré existem ao movimento social, pois o hábito de consumo é comprovadamente milenar (ESCOHOTADO 1999). Mas é o movimento social através de sua dinâmica de produção e divulgação de um discurso alternativo para a prática de consumo envolvida (e as “verdadeiras” razões para e consequências da sua proibição) que tem a capacidade de tornar esses discursos propriamente políticos. No contato com a Marcha, ao saber do anti-proibicionismo e das formas de promovê-lo, o usuário, agora armado tanto de argumentos (que almejam cientificidade e disputam com os argumentos oficiais no plano discursivo) quanto de uma simbologia (os signos são diversos e vão desde a folha até a logo da Marcha) que o une a outros usuários, é que ele pode enfim se tornar um ativista.

É preciso tornar mais claro: a Marcha não tem o poder nem o interesse de aumentar o número de usuários e menos ainda o número de atingidos pelas políticas anti-proibicionista (*a priori* toda a sociedade,

mas especificamente o trabalhador das periferias e a juventude negra do país, de acordo com o atual marco discursivo no campo anti-proibicionista nacional), mas tem e exerce certo poder de agrupá-los, fornecer elementos de solidariedade entre eles e promover redes de apoio e organização para que o enfrentamento das políticas proibicionistas se dê num patamar menos desigual. Se até então a polícia agredia “maconheiros” marginalizados e desconhecedores tanto dos seus direitos quanto de seu potencial político, agora a situação pode ser diferente. Isso não acaba com a eficácia do proibicionismo enquanto política pública, mas enfraquece significativamente sua legitimidade.

Tal qual a fórmula de que dinheiro gera mais dinheiro, ousar afirmar nesse caso que política gera mais política. No sentido de que ao iniciar uma organização da Marcha da Maconha e expandi-la em redes de outros movimentos de rua isso gera mais interessados e mais contatos, agregando uma multidão de descontentes com o atual resultado das políticas proibicionistas – agregando demandas democráticas que ao se verem frustradas tornam-se demandas populares, nos termos de de Laclau<sup>29</sup> (2005). A aproximação dos parlamentares no caso de Fortaleza mostra algo que já desponta claro no horizonte, o fato de que um movimento que coloca doze mil pessoas nas ruas tem potencial pra ir mais além, seja em termos de eleições ou de capacidade de pressão (na medida em que as autoridades brasileiras forem abertas à pressão desse tipo, de pessoas nas ruas). Com o passar do tempo o movimento passa a produzir história sobre si mesmo e a adquirir impessoalidade, como é possível demonstrar até no caso de Natal, muito mais incipiente do que a consolidada e eficiente organização de Fortaleza, mas onde ainda assim quando os membros mais antigos por motivos diversos largam a organização e dissolvem seus coletivos, novos membros surgem e a bandeira da Marcha da Maconha (com nome, logo, história e propostas – ainda que amplas – de superação da proibição) e dessa forma a manifestação se estende no espaço tempo.

Deve haver quem vá discordar, mas tomando como critério de avaliação a capacidade de divulgação das pautas em amplos setores da sociedade, a capacidade mobilização, a capacidade de impor diálogo com as autoridades locais (algo que parece óbvio pros teóricos da

---

<sup>29</sup> Uma demanda isolada, satisfeita ou não, é chamada por ele de demanda democrática, enquanto a pluralidade de demandas que constituem uma subjetividade social mais ampla através de uma articulação de equivalências serão chamadas de demandas populares (Laclau 2005: 99). Tais questões serão melhor abordadas nos capítulos a seguir.

democracia, mas que não é nada óbvio pra quem já fez protesto – e teve que correr da polícia – no Brasil de verdade) e realizar seu evento e a capacidade de se perpetuar no espaço tempo renovando quadros e adaptando-se à realidade enquanto mantém acessas as esperanças de transformação, é possível afirmar tratar-se a Marcha de Fortaleza a mais eficiente do Brasil. Isso porque é mais diversa que todas as outras (talvez com exceção de São Paulo) em seus quadros e atinge mais setores da sociedade, com destaque para a política institucional e para as periferias (que são as mais atingidas pelas políticas de proibição).

Talvez a Marcha de Fortaleza só não seja ainda mais diversa por sua composição hegemonicamente de esquerda, onde o discurso liberal quase não aparece, existindo assim um aparente consenso (afirmo baseado nas entrevistas e no trabalho de campo) em torno do discurso classista contra o proibicionismo. Mas aí é justamente onde, na opinião desse pesquisador, pode residir o segredo de seu sucesso, pois o discurso liberal foca mais em questões de direito individual e do uso individual, enquanto o discurso classista apresenta a mensagem claramente: não se trata de “aliviar meia dúzia de universitários que fumam” e sim interromper uma política que é ruim, por várias razões, pra sociedade como um todo<sup>30</sup>. Para os não usuários, sobretudo para as autoridades,

---

<sup>30</sup> Em pesquisa anterior já abordei esse tema, em diálogo com o jurista R. Dworkin: “há pessoas que violam a lei visando se oporem a uma política considerada insensata e/ou perigosa, tanto para a maioria como para a minoria. Partindo dos movimentos contra a instalação de mísseis estadunidenses na Europa como um exemplo, tal autor classifica esse terceiro tipo enquanto *desobediência baseada em política* (DWORKIN, 2000: 158). Nesse terceiro conceito de desobediência civil se encontra o caso da Marcha da Maconha no Brasil – seu anseio é atentar para o fato da política proibicionista colocada em vigor trazer uma série de problemas, como o aumento da violência e dos custos de sua repressão, para a sociedade como um todo (...) Há duas estratégias que podem ser usadas pelos cidadãos desobedientes para alcançar os seus objetivos: as estratégias persuasivas e as estratégias não persuasivas. As estratégias persuasivas esperam obrigar a maioria a capitular diante dos argumentos dos agentes que desobedecem. As estratégias não persuasivas por sua vez pretendem elevar os custos da política implementada pela maioria (entendida aqui como grupo no poder estritamente) de modo que ela se torne inviável. Há muitas formas de apelo nessa estratégia, desde o apelo aos sentimentos e às convicções das pessoas até mesmo ao medo ou angústia, além do aumento das despesas financeiras, que podem levar esse ato político ao sucesso (DWORKIN, 2000: 161). As estratégias persuasivas constituem uma melhor base para a justificativa da desobediência baseada na justiça (...) é nesse sentido que utilizo o conceito de Dworkin para interpretar os atos da Marcha da Maconha como atos de

perceber as ineficácias da proibição em proibir, os resultados em termos de violência e a existência de abordagens alternativas, como a redução de danos, essa argumentação – realizada com amplo trabalho de base no caso de Fortaleza – pode apresentar mais resultado.

## 1.6 SALVADOR

Ao contrário da coleção de êxitos de Fortaleza, a organização da Marcha da Maconha de Salvador encontra muitas dificuldade (ao menos até o ano de 2015). Lá, segundo os ativistas entrevistados, as mobilizações com esse nome e formato tiveram início em 2009. Seus quadros contam com membros de partidos, de coletivos e independentes, entre eles profissionais do direito e da saúde. Isso é de importância porque os profissionais do direito são de grande ajuda no trato com autoridades, sobretudo aquelas que andam armadas, e os profissionais da saúde, principalmente aqueles que trabalham dentro da proposta da Redução de Danos, no seu dia a dia lidam com situações envolvendo usuários de todo tipo. Há em sua produção discursiva forte influência das mídias, com destaque para o site Hempadão, e também contatos com os partidos PT e PSOL. Outro problema, é a perseguição por parte das autoridades, que permeia a realidade de movimentos sociais no Brasil.

Ainda assim, seus organizadores resistem, participam da Marcha e de outras lutas, como a defesa dos espaços da juventude, geralmente tomados por políticas públicas de intenções duvidosas (como as chamadas 'pacificações' e outras formas de militarização do espaço público). Há um vínculo não muito forte com a UFBA e seu financiamento se dá por meio de marcas interessadas (empresas ligadas ao ramo de tabacaria e/ou jardinagem muitas vezes voltadas para o público de 'usuários' que movimentos como esse podem canalizar) em divulgação junto ao público da Marcha. A divulgação acontece também por meio de mídias interessadas, essas geralmente já especializadas nesse público (as chamadas 'mídias canábicas'<sup>31</sup>). A questão do

---

*desobediência civil baseada em política*” (LANÇAS, 2013: 62-4).

<sup>31</sup> 'As mídias são revistas (internacionais e nacionais), sites, fóruns e vídeos que atribuem a si mesmos o termo 'canábico' e que se especializam em produzir material sobre esse tema<sup>10</sup>, contribuindo dessa forma para a causa do movimento de ao menos três formas, naturalizando e desmitificando as práticas envolvendo o consumo da famigerada erva, divulgando e promovendo as críticas ao atual modelo proibicionista e traçando

financiamento apresenta contradições, de acordo com um ativista,

O movimento por aqui, infelizmente tem sido financiado pelos nossos próprios esforços, no final de dezembro [2014] que a gente conseguiu fundar a primeira associação ligada ao movimento anti-proibicionista aqui... na verdade já temos outras iniciativas, ligada à Universidade Federal, ligado a alguns projetos governamentais, mas eu, específico, só fui começar a ter acesso a financiamento e a bolsas e a dinheiro que possa custear alguns aspectos da militância a partir da institucionalização, da criação dessas associações que a gente tem buscado, convênios com entidades de financiamento, com ONGs, com filantropos, etc. Mas existe e o grande problema na verdade é isso, é que você para lutar contra um política que é uma política pública, oficial, do governo, a gente fica dependendo quase que exclusivamente hoje aqui em Salvador do financiamento governamental (Ativista 2 de Salvador, em entrevista realizada dia 21 de maio de 2015).

O caso baiano não é único, em Florianópolis, por exemplo, também há preocupação quanto à formalização do movimento para melhor arrecadação de fundos, no entanto, o cenário proibicionista dificulta muito essa realização.

Assim como no caso de Natal, as informações coletadas em entrevistas podem ser complementadas por informações trazidas por pesquisa local. A historiadora Núbia Sena Ramalho dos Santos, em sua breve, mas concisa análise, acompanha a trajetória da Marcha da Maconha em Salvador desde 2009 até 2012<sup>32</sup>, antes portanto da

---

alternativas (ainda que muitas vezes utópicas, mas que cumprem o papel de projetar um horizonte para a luta atual) e divulgando, promovendo e convidando para as marchas anuais” (LANÇAS, 2014: 6).

<sup>32</sup> De acordo com a historiadora, “Dentre as inquietações que levaram à escolha desse tema, pode-se citar a busca por compreender as condições históricas contribuintes para o surgimento de discursos pró proibição de determinadas substâncias e principalmente a compreensão das estratégias de resistência empreendidas para fazer frente a esse discurso, compreendendo deste modo a Marcha da Maconha com uma maneira que determinados

realidade que pude verificar em minha pesquisa de campo. De acordo com sua pesquisa, é possível afirmar que a Marcha da Maconha em Salvador é precedida por eventos de cunho acadêmico, mas já constando na agenda da Marcha da Maconha mundial, que realizaram em 2007 e 2008,

Em 2007, no mesmo período em que acontecia a Marcha da Maconha propriamente dita na cidade do Rio de Janeiro, em Salvador, aconteceu o I Seminário “Maconha na Roda”: Políticas públicas em diálogo com a sociedade civil. O evento que foi realizado pelos sujeitos que já se engajavam na luta antiproibicionista, embora ainda não se organizassem em coletivo, como o ativista Sérgio Vidal e o professor Edward McRae do departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA – Universidade Federal da Bahia por exemplo, contou com o apoio da Associação Brasileira de Redutores e Redutoras de Danos – ABORDA; do BaLaNCe – Coletivo de Redução de Danos para Festas de Música Eletrônica; do Diretório Acadêmico de Ciências Sociais; da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA; do GIESP – Grupo 12 Interdisciplinar de Estudos sobre Substâncias Psicoativas; do Growroom o primeiro fórum na internet a discutir a cultura cannábica; do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Psicoativos – NEIP; e da ONG carioca Psicotropicus. O fato de o seminário ter sido apoiado por tantas organizações ligadas à pauta anti-proibicionista denuncia uma certa aproximação, já nesse período, entre os ativistas baianos e de outras cidades; **essa aproximação só foi possível graças à internet, como alguns informantes confirmaram em suas entrevistas.** O seminário aconteceu na UFBA e se repetiu no ano seguinte, fazendo parte da agenda mundial da Marcha da Maconha desde a primeira edição, o que deu visibilidade a Salvador no circuito da

---

sujeitos encontram para resistir à repressão e dar visibilidade às suas reivindicações” (Ramalho, 2013: 2), sua leitura do marco de lutas é sucinta e ao mesmo tempo brilhante.

militância antiproibicionista, e em virtude de ter sido uma atividade ligada à agenda mundial da marcha, pode se dizer que o seminário foi uma espécie de embrião das articulações para a realização da marcha na cidade, que embora já estivesse despontando no cenário da luta contra a proibição, ainda não tinha uma organização em coletivo, de modo que, embora se tenha conseguido realizar uma discussão no espaço acadêmico, faltava organicidade para realizar a Marcha da Maconha naquele período (RAMALHO, 2013: 11, grifos meus).

Essa fala ilustra ao menos três importantes aspectos: a presença de figuras ligadas à luta anti-proibicionistas de outras localidades do país e contatos internacionais, afinal alguém “lá fora” (contato no meio anti-proibicionista estrangeiro) precisa colocar na agenda oficial da *Million Marijuana March* pra esse evento ser dessa forma vinculado o que indica influência externa no surgimento do movimento de rua em Salvador (pensando influência em termos relacionais e não deterministas); assim como em Natal aqui também é possível ver claramente forte influência do meio universitário na criação do movimento com esse nome e formato; essa ausência de organicidade, pois isso talvez seja o mais interessante, quando exatamente “surge” a “organicidade” necessária ao movimento<sup>33</sup>.

Mas essa “ausência de organicidade” não impediu o surgimento de manifestações, de acordo com Ramalho, “mesmo sem se organizar como coletivo, esses ativistas tentaram realizar a Marcha em 2008” (RAMALHO, 2013: 12). Ora, se eles não possuíam coletivo e nem “organicidade”, o que os tornavam “ativistas”? Justamente isso, a tentativa, essa fala, embora de uma pesquisadora e não de um ativista<sup>34</sup> ilustra bem o quanto o tipo de movimento social da Marcha da Maconha é uma coisa de *práxis* afinal, pois é o ato de ir pra rua que dá início a sua existência enquanto forma de protesto. Também é importante destacar

---

<sup>33</sup> Nesse caso em que ele tem origens universitárias, cabe retomar a entrevista do ativista 2 de Salvador, “Com certeza, eu sou um pesquisador ativista. Ou um ativista pesquisador?” Eu lhe perguntaria de volta, “o que assim o torna?”, pois afinal essa é uma questão aos estudos dos movimentos sociais contemporâneos.

<sup>34</sup> Nesse caso e a essa altura dá pra perceber a diferença? Em termos práticos, em que medida faz sentido essa diferença?

que essa ação foi precedida por eventos que produziram e reproduziram fortes discursos anti-proibicionistas e que já era sabido que esse tipo de movimento, a Marcha da Maconha, já estava acontecendo (e crescendo em números e cidades) pelo Brasil todo. Ainda assim, continua Ramalho, “mas foram duramente reprimidos” (idem). A repressão nem sempre tem efeitos desmobilizadores, muitos casos empíricos demonstram precisamente o contrário (como o célebre caso da Marcha de São Paulo, que será abordado a seguir), que a repressão policial contra grupos reunidos em prol dessa causa tende a gerar solidariedade entre eles e em boa medida promovem, seja por indignação ou por colocar de forma clara os problemas das políticas repressivas policiais, a tal organicidade ao grupo que é reprimido, conforme demonstra a fala de uma ativista soteropolitana, “Em função dessa repressão a gente se fortaleceu e juntou mais gente, e criou a ANANDA<sup>35</sup>” (SAAD *apud* RAMALHO, 2013: 13).

Esse caso não foi isolado, repetiu-se em outras cidades, mas em quase todas elas gerou pelo menos dois efeitos que são constatados na realidade soteropolitana. O primeiro é o fortalecimento dos laços necessários para uma construção a longo prazo do movimento social, já comentada, e o outro é a mobilização no sentido de aquisição de recursos por parte dos ativistas. De acordo com Ramalho (2013: 13) no ano de 2009 foram tomadas todas as medidas jurídicas e abertos os canais de diálogo com as autoridades necessários para evitar novos confrontos. O que indica que sendo o movimento social, ainda que nesse caso incipiente, uma coletividade que se perpetua no espaço tempo, ele aprende. Aprende consigo mesmo, aprende com os casos de outras cidades no Brasil, aprende com casos de outras cidades no mundo. Ao aprender forma repertório de ação (TARROW 1998): formato marcha, discurso anti-proibicionista refinado, ferramentas jurídicas de proteção aos manifestantes, e até mesmo táticas em caso de confronto. Com o decorrer da Marcha é possível acrescentar mais dois aprendizados nesse repertório: como gerar ou lidar com as mídias (próprias ou não, canábicas ou não) e como lidar com políticos e empresários. Há então aprendizado e repertório (Tarrow 1989). Mais do que os casos de Teresina e de Natal o caso de Salvador mostra como um movimento “novo” nunca é tão novo se ele se respalda na experiência prévia, nesse caso de cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, cujos quadros anti-

---

<sup>35</sup> ANANDA - Associação Multidisciplinar de Estudo e Ação em Redução de Danos para os usos de Plantas Cannabaceae grupo formado por pesquisadores, inicialmente da UFBA.

proibicionistas constavam no evento em Salvador que deu origem aos primeiros organizadores da Marcha da Maconha soteropolitana.

Mesmo assim, em 2009 a situação não foi tranquila, houve resistência por parte das autoridades em reconhecer a legitimidade do direito da manifestação e uma breve disputa jurídica, com histórica vitória dos ativistas, ainda teve de ser enfrentada naquele ano. Mas isso só acrescenta repertório, corroborando o que foi dito antes,

“Nesse sentido, o fato de a repressão ter gerado uma maior organização reverberou muito positivamente na mobilização para o evento, pois travar esse debate antes de ir às ruas marchar pela legalização de fato, foi bastante profícuo, pois instrumentalizou seus sujeitos para irem a público defender suas ideias, enriquecendo o debate a ser levado à sociedade, durante a Marcha da Maconha (...) Depois de tantas lutas, a Marcha da Maconha Salvador 2009 foi às ruas, no dia 5 de dezembro, saindo do Farol da Barra, em direção ao Porto da Barra, contando com a presença de vários ativistas de outras cidades, como Renato Cinco, sociólogo e militante famoso da causa anti-proibicionista no Rio de Janeiro. Também ativistas de outros coletivos vindos do Ceará, São Paulo, Florianópolis, etc, se fizeram presentes na marcha que de acordo com a organização participaram mais 16 de mil pessoas, realizando uma marcha pacífica e sem ocorrências policiais. (RAMALHO, 2013: 15).

A presença de ativistas de outras cidades mostra não apenas que o movimento “novo” já nasce instrumentalizado pelo saber de manifestações prévias como também indica já nesse ano uma incipiente, porém importantíssima para a construção do marco de lutas, rede de ativistas canábicos. Um grupo de apoiadores nacionalmente dispersos que passam a atuar além da sua realidade local e trabalham pra que o movimento anti-proibicionista manifesto na Marcha da Maconha tome proporções nacionais ao colaborar com sua criação em outras realidades locais.

Nos anos seguintes há a dispersão dos quadros antigos e o movimento em boa medida minguou. Ele é retomado por quadros predominantemente novos diante de um cenário de repressão. Ramalho demonstra com maestria essa relação,

“Em 2010 (...) o movimento arrefeceu de certa forma, dissolvendo o coletivo, só voltando a se organizar no início de 2011, quando um episódio de repressão a usuários de cannabis dentro da UFBA, no Instituto de Geociências, fez com que as pessoas começassem a se mobilizar contra o clima de repressão que pairava na universidade. Esse episódio funcionou como um catalizador, aproximando e mobilizando novamente as pessoas, dessa vez com a participação de novas pessoas, renovando o cenário da militância anti-proibicionista baiana. Em resposta à postura da universidade, alguns estudantes se reúnem e começam a executar atividades como cine debates, que culminaram na criação do Coletivo Ganja Livre” (RAMALHO, 2013: 16).

Assim, é possível falar das manifestações “canábicas” ou anti-proibicionistas como fenômenos que são marcados por maior mobilização justamente conforme maiores repressões ocorrem. Em 2011, antecipando o que ocorreria em São Paulo, a justiça baiana tenta mais uma vez impedir a manifestação, no entanto, atos em prol da liberdade de expressão (e com apoio de outros movimentos) ocorreram, mantendo acesa a chama da luta para os envolvidos. Manter a luta “nos termos que dava” foi uma atitude ousada (pois envolveu enfrentar – literalmente – policiais armados simplesmente para permanecer nas ruas e praças marcadas para o protesto) e em alguma medida acertada, pois ainda naquele ano a violência policial contra a Marcha da Maconha seria duramente condenada pelo STF. Desde então, ainda que com dificuldades, dissoluções de coletivos e criação de novos, a Marcha da Maconha vem acontecendo anualmente na capital baiana, de acordo com os dados coletados no trabalho de campo e em diálogo com pesquisadores dessa Marcha.

Além da obra de Núbia Ramalho, a realidade soteropolitana também foi analisada pelo pesquisador Antônio Carlos Ribeiro Junior, (o qual pude entrevistar durante a realização do trabalho de campo na região nordeste do país em maio de 2015). Tal pesquisador oriundo da área do direito e com experiência na militância anti-proibicionista em outras cidades do Estado da Bahia, em brilhante pesquisa apresentada no Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, procura compreender o movimento

anti-proibicionista em sua dinâmica perpetuando-se ao longo do tempo<sup>36</sup>. É interessante notar que o Trabalho de Ribeiro Junior se estende em sua análise ao tempo posterior ao trabalho que realizei em Salvador em 2015 e às experiências abordadas pelo trabalho de Ramalho tem início em 2013. Ele pode complementar as informações já coletadas e auxiliar bastante na compreensão de como o movimento se perpetua, permitindo captar sua dinâmica e então compará-la e relacioná-la com as demais realidades aqui abordadas.

No que tange aos seus aspectos iniciais os grupos analisados por Ribeiro Junior não diferem muito em sua composição (e em seus conflitos internos) do quadro traçado anteriormente, de acordo com o pesquisador

O grupo observado é bastante plural. Diz-se isso por este grupo ser composto por pessoas diversas. Nas atividades eram vistas pessoas negras, brancas, mulheres, homens, transgêneras e cisgêneras, LGBTTQI<sup>37</sup>, heterossexuais e que ostentavam maior ou menor poder aquisitivo (RIBEIRO JUNIOR, 2017: 18).

Isso indica que apesar das transformações e de certa impessoalidade notadas anteriormente certo perfil de manifestação heterogênea se

---

<sup>36</sup> (...) Me debrucei sobre a organização política das pessoas que fazem uso de drogas em Salvador/BA, a fim de compreender como essas pessoas buscam viabilizar mudanças nas atuais políticas de caráter proibicionista. Através de um período de convivência com as pessoas que participam do projeto anti-proibicionista em Salvador/BA pude observar que não se trata de um processo homogêneo. O Projeto anti-proibicionista em Salvador/BA é formado por diversas gerações e dimensões as quais encontram-se em constantes disputas externas e internas. Para poder compreendê-lo melhor busquei tecer observações em torno de a) compreensão do processo do ingresso de novos agentes no projeto anti-proibicionista, do b) entendimento sobre a presença e a instituição de líderes e da c) identificação das práticas políticas desses agentes. Assim, através da análise do projeto anti-proibicionista em Salvador/BA no período de 2013 a 2016, procurei identificar as semelhanças, regularidades e diferenças nas trajetórias das pessoas envolvidas nesta pauta política em Salvador/BA, observar a atuação política deles e compreender o processo de ingresso de novas pessoas nesse projeto em curso (Ribeiro Junior, 2017: 12).

<sup>37</sup> Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais/Transgêneras, Queers e Intersexuais/Intergêneras, nota fornecida pelo próprio autor.

mantém. Ainda de acordo com Ribeiro Junior,

Dentre quem participa do projeto anti-proibicionista em Salvador/BA, há pessoas de diversas classes sociais. Apesar de se observar algumas pessoas de classe média-alta, estas não tinham muita expressividade nesse âmbito. Assim todas as pessoas que foram escolhidas para participarem das entrevistas semidirigidas eram de classe média e média baixa. Todas trabalhadoras empregadas ou servidoras públicas ou desempregadas, sendo que a quase totalidade está estudando: seja em graduação ou em algum programa de pós graduação (RIBEIRO JUNIOR, 2017: 19).

É possível confirmar que nessa realidade, assim como em muitas outras, o movimento anti-proibicionista orbita circuitos universitários, de onde retira seus quadro e alguns de seus recursos (simbólicos e materiais).

Além da longevidade do movimento, essa brilhante pesquisa também permite vislumbrar outro importante aspecto da Marcha da Maconha que pode ser ressaltado no caso da capital baiana, seu caráter de desobediência civil (LANÇAS 2013). Embora a Marcha seja pacífica e *a priori* não faça nenhuma violação legal (antes do caso de São Paulo 2016), nem mesmo no sentido de fumar a famigerada erva em público (oficialmente falando, já que nas Marchas mais consolidadas isso sempre acontece), com aquilo que Ribeiro denuncia como a criminalização do anti-proibicionismo, ou seja, a franca e aberta perseguição dos ativistas que procuram trazer alternativas às políticas públicas proibicionistas, por parte de autoridades jurídicas e policiais. Há então, além do vasto campo jurídico em disputa por leituras mais e menos proibicionistas da realidade (em muitos casos empíricos e envolvendo o próprio STF), momentos em que a própria Marcha é criminalizada e mesmo assim ela acontece, constituindo inegavelmente um caso explícito de desobediência civil (conforme desenvolvido por BEDAU, 1969). O relato de Ribeiro Junior sobre a continuidade das manifestações em Salvador ilustra isso, pois ele afirma que

**Apesar de o STF ter autorizado a realização dos eventos Marcha da Maconha no Brasil, são diversos os casos de repressão.** As autoridades locais insistem em proibir a realização dos

eventos, seja de forma oblíqua ou ostensiva. Em Salvador/BA, pelo menos desde 2013, quando a organização da Marcha da Maconha envia ofícios para informar a realização do evento, a prefeitura municipal de Salvador/BA sempre responde os ofícios com a negativa de sua realização – **a qual é prontamente desobedecida**, visto que não pode o Poder Executivo Municipal ir de encontro com o quanto determina a própria Constituição da República. De forma mais gravosa, as polícias militares de diversos estados e do Distrito Federal têm agido de forma violenta para impedir a realização destes eventos, como foi o caso de Maceió/AL, em 2015 e de Brasília/DF em 2016 (RIBEIRO JUNIOR, grifos meus 2017: 61).

Isso significa que os ativistas remontam não somente à certa convicção moral de seu ato (protesto público e pacífico – confere nota 31) é legítimo dentro do marco valorativo do Estado Democrático de Direito, como também remontam ao órgão máximo no que tange a interpretação desse marco valorativo em nossa sociedade pois ancora-se em um parecer do Supremo Tribunal Federal.

Essa questão é importante em demasia para o estudo dos movimentos sociais contemporâneos porque permite ir além das retóricas normativas no que tange ao funcionamento dos mecanismos de dominação utilizados contra a ação livre e em boa medida democrática que esses movimentos encarnam (cf., por exemplo, ARATO; COHEN, 1995, HABERMAS 1997, GOHN 2015, ALONSO 2002 entre tantos outros autores que ressaltam o potencial democrático dessas práticas). O que isso quer dizer é que na práticas ativistas ligados a essa e a outras tantas causas são diariamente discriminados pelo Estado e seus agentes que são acionados para coibir de forma ilegítima, se acreditarmos nas instituições e valores democráticos tão caros à chamada tradição de pensamento ocidental.

Apesar de o debate anti-proibicionista ter conseguido maior visibilidade, o caráter criminal das atuais políticas públicas sobre drogas mantém a insegurança dos agentes anti-proibicionistas, com a constante possibilidade de serem investigados, processados, julgados e presos enquanto criminosos (RIBEIRO JUNIOR, 2017: 62).

Assim, é possível ir além de certas determinações normativas que afirmam que apenas sociedades com instituições e valores democráticos consolidados (onde por suposto essas práticas repressivas não imperariam como aqui – confere HABERMAS, 1985), a prática de atos de desobediência civil seria mais naturalizada. A existência dessas práticas permite desconfiar dessa afirmação, de que mais sólida a democracia maiores as condições para a manifestação e propor uma contrária, a de que justamente onde há maior repressão há maior mobilização, pois mesmo contrastando com outros movimentos é o caso da Marcha da Maconha em todas as cidades onde pode ser estudada por mim e por demais pesquisadores. Onde houve maior repressão houve maior mobilização de ativistas.

Ainda assim, maior mobilização não necessariamente implica maior “organicidade”, de acordo com Ribeiro Junior, a partir de 2013 a heterogeneidade do grupo, que era composto de pessoas de diversos partidos, coletivos, origens e aspirações, “(...) não havia uma organização daquelas pessoas para além do objetivo de fazer a Marcha da Maconha de 2013 acontecer” (2017: 65). Isso implica uma sensível diferença não apenas em relação ao passado dessa mesma Marcha, que em 2009 contava com um grupo previamente organizado, como também em relação a outras realidades onde os organizadores da Marcha mantém uma série de atividades o ano todo. Essa questão pode antecipar algo que seria discutido somente no momento de tratar da Marcha do Rio de Janeiro. Trata-se afinal de colocar a pergunta: a Marcha é um evento ou um movimento? Apesar de relatos como esse de Salvador darem indícios de que trata-se de um evento, ele adquire ares de movimento em outros contextos e realidades. Isso porque se nas grandes capitais há geralmente organizações prévias que passam a promover a Marcha da Maconha em outras realidades mais e menos provincianas, onde a Marcha chega com alguns anos de atraso em relação aos núcleos iniciais, os primeiros coletivos formam-se justamente para realizar esse evento e com a organização anual e a necessidade de mais eventos anti-proibicionistas se configuram enquanto movimento propriamente dito. Por exemplo, em Brasília, realidade não tão provinciana, os primeiros coletivos chamavam-se Marcha da Maconha Brasília, somente posteriormente os coletivos passam a ter nomes próprios e outra identidade pra além desse, evento que sem dúvida é o carro chefe e projeta nacionalmente a luta anti-proibicionista. De acordo com Ribeiro Junior,

“apesar daquelas pessoas participarem de coletivos e organizarem outros eventos de cunho político, não havia ali um coletivo formalizado, tampouco aparentava que as pessoas reconhecem enquanto tal. **Aquele espaço era um local de disputa. Era o próprio projeto anti-proibicionista que se construía ali**” (IDEM, grifos meus).

Tal relato mostra aquilo que já apontava anteriormente, a Marcha, e o movimento anti-proibicionista como um todo, é um local de disputa. Se eu li a disputa em termos de um discurso classista e liberal, Ribeiro Junior a lê entre “Antiproibicionismo Purista” e “Antiproibicionismo Interseccional” (RIBEIRO, 2017: 76). É interessante notar que o autor não aprofunda no que teria se tornado o movimento após essa incipientes reuniões de 2013, mas é possível saber, pelas entrevistas e demais fontes que o movimento segue, provavelmente estreitando os laços entre esses ativistas que mal se conheciam em 2013 e as Marchas ainda ocorrem em Salvador, ainda que enfrentando os já relatados reveses.

Quanto aos termos de Ribeiro Junior, o primeiro (“anti-proibicionismo purista”) “(...) percebe a violência do proibicionismo contemporâneo apenas na perspectiva da ausência de liberdade em poder usar as drogas atualmente criminalizadas (idem)” e é uma categoria muito próxima daquilo que chamei de discurso liberal (pois questiona a legitimidade do Estado em legislar sobre os corpos e procura impor limites sem questionar a existência do Estado em si mesmo – sendo assim compatível com as respectivas noções de desobediência civil – confere DWORKIN 2002, BEDEAU 1969, HABERMAS 1985). Quanto à segunda (“anti-proibicionismo interseccional”), trata-se de “(...) outra que encara-o [ao proibicionismo] como um dispositivo de controle social que opera também através do machismo, do racismo, do classismo etc.” (IDEM, ibid.). É interessante como sua leitura vai um pouco mais além nessa segunda categoria do que aquilo que chamei de discurso classista, sem com isso invalidar minha colocação pois a classe certamente está incluída nessa noção de proibicionismo interseccional. Tais categorias podem trazer importantes questões ao movimento e às suas “intersecções”.

Trata-se de perceber que apesar de ser incipiente no Brasil, a experiência de lugares como o Uruguai mostra o quanto são importantes as intersecções para o avanço de pautas desse tipo. Usualmente tais

pautas são promovidas por nichos culturais específicos em sociedades complexas e dificilmente tais nichos conseguem se tornar hegemônicos de forma que apenas articulando-se, como ocorre com o *Puño Unificado contra el Uruguay Conservador* experiência que une os movimentos da maconha, das mulheres, o movimento negro, o movimento LGBTQI e o movimento *No a la Baja* (contrário a diminuição da maioria penal) e promove eventos em conjunto onde dando apoio mútuo os movimentos conseguem maiores manifestações e exercem considerável pressão na esfera pública uruguaia. Mas é preciso atenção com as comparações, pois lá além de fortes intersecções o movimento lá também apresenta uma diferença fundamental, a desconfiança com os partidos e os candidatos não é tão grande quanto aqui e esses movimentos foram representados pelos parlamentares da chamada *Frente Amplia* e davam respaldo para as políticas desses parlamentares. É sem dúvida um caso extraordinário e fenomenal esse da sociedade uruguaia, mas essa pesquisa é sobre o Brasil.

## 1.7 BRASÍLIA

A Marcha da Maconha de Brasília tem uma série de influências, a primeira delas pode ser destacada no movimento secundarista. Isso se reflete em seu formato organizativo e na aquisição de seus quadros. Mas isso é muito dinâmico, entre outros fatores, porque os secundaristas em pouco tempo se formam e continuam tocando a Marcha e as demais atividades estudantis e anti-proibicionistas na universidade. Além do meio estudantil secundarista e universitário, há também claras influências da Marcha carioca, que ofereceu quadros e material para a realização da Marcha da capital brasileira. Sua primeira manifestação desse tipo foi realizada com em 2009, organizada desde então, pelos coletivos Movimento pela Legalização da Maconha (de raízes cariocas) e pelo Coletivo Cana Cerrado (que também age em outras localidades do Distrito Federal e de Goiás). Além da Marcha a capital conta com outros eventos de destaque, como o I Congresso Internacional Sobre Drogas, realizado em maio de 2013. No entanto, apesar da importância simbólica da capital federal, as manifestações anti-proibicionistas são relativamente pequenas em comparação com outras capitais da federação.

O financiamento se dá por meio de: doações on-line, com uma conta vinculada ao Cadastro de Pessoa Física de um dos ativistas; vaquinhas e outros mecanismos de *crowdfunding*; microempresários atuando como “mecenass” (apoiadores focados principalmente na parte

da divulgação impressa, como ocorre em outras realidades). Há, informam os relatos, dificuldade em obtenção de verbas com o meio empresarial não voltado para o tema, de forma que as microempresas envolvidas são aquelas que já participam do mercado de venda de produtos legais que esse consumo ilegal envolve, as chamadas *headshops* e *growshops* (confere imagem 5)<sup>38</sup>,

Isso é muito difícil, pois como o assunto é um tabu ainda, imposto pela mídia, pelas políticas atuais, a gente encontra muita dificuldade de conseguir colaboração até com as empresas que trabalham o tema, que vendem seda, que vendem tabaco, que tem coffs, então é muito difícil! A gente tem um único doador em Brasília, que esse ano doou dois mil reais pra ajudar a Marcha que é a grana com que a gente fez a Marcha acontecer... ele é um doador que não quer se identificar, então é assim, algumas pessoas fora esse, tem algumas pessoas que doam cem, duzentos, e na medida do possível essas pessoas não querem nenhum vínculo com o movimento, elas acreditam na causa, mas por causa do tabu... isso é pra ressaltar que é muito difícil a gente conseguir financiamento! porque as empresas estariam totalmente interessadas nesse público aqui, a questão é que é um tabu que as leis atuais ainda mantêm, então é assim, acaba atrapalhando muito a militância (Ativista de Brasília 2, em entrevista realizada dia 3 de maio de 2013).

---

<sup>38</sup> Tabacarias e lojas de jardinagem focadas no público de usuários de canábis com produtos que auxiliam no uso (*headshops*), como sedas – papéis de enrolar fumígenos – e cachimbos, e/ou produtos que auxiliam no plantio (*growshops*) da planta em questão, como vasos e fertilizantes.



Imagem 5. Exemplos de *headshop/growshop*.

Imagem 5. Exemplos de *headshop/growshop*.



(imagens fornecida pelo ativista/empresário Lucas Schmidt da cidade de Florianópolis).

A infraestrutura é emprestada de grupos artísticos locais (grupos de teatro principalmente) e se resume a um carro de som, megafones, microfones e alguma percussão (pelo menos até o ano 2013). Seus

contatos além do meio anti-proibicionista brasiliense e nacional são com os movimentos feminista e LGBTTT e o movimento dos ciclistas, que organizam as chamadas “Bicicletadas” pela capital. Além desses contatos com ativistas de outros movimentos e multi-militância entre eles, há também contatos, ainda que incipientes, com alguns partidos. Tais contatos incluem a juventude do PT, membros do PSOL e do PV que se aproximam da causa e por vezes levam a discussão dentro dos próprios partidos. Apesar disso, fica claro e explícito o quanto o movimento não é vinculado oficialmente a esse ou aquele partido.

Além das informações coletadas em campo e das entrevistas realizadas a Marcha da Maconha de Brasília também pode ser apreendida através da monografia realizada por Yuri Bianna Fidalgo Cortelleti, que acompanhou tal realidade por mais tempo e num período posterior às minhas entrevistas (realizadas em 2013). Ele também destaca a forte influência do meio universitário na construção da Marcha e dos demais eventos anti-proibicionistas na capital da República, de acordo com o antropólogo, “(...) é fácil observar a importância que a Universidade de Brasília teve, e de certa forma ainda tem, em relação ao movimento da Marcha da Maconha de Brasília e também no debate em relação as políticas de drogas” (CORTELETTI, 2015: 19). Sua breve descrição de um ativista dessa cidade também ajuda na compreensão na medida em que permite mensurar a série de contatos e experiências de multi-militância que compreende o movimento anti-proibicionista e a organização da Marcha brasiliense,

“Helson (...) cursa ciências sociais na UnB (...) também está relacionado com diversos movimentos sociais, como: Centro de Mídia Independente, Movimento Passe Livre (MPL), Bicicletada, movimento Fora Arruda e Movimento Estudantil (...) também é um dos principais articuladores do movimento com ativistas de outros Estados e com outros coletivos; como o Cana Cerrado, Movimento Pela Legalização da Maconha, do Rio de Janeiro (MLM) e políticos, como Renato Cinco (PSOL-RJ)” (idem).

Essa fala também ilustra a influência dos cariocas, o Rio de Janeiro, realidade que será abordada a seguir, funciona em boa medida como um centro difusor para Marchas de outras localidades, nesse caso Brasília. Isso porque boa parte dos quadros, dos materiais e, principalmente, dos formatos organizativos e da construção das pautas, são fornecidos

através dessa influência.

A influência carioca, no entanto, já havia sido percebida por meio das entrevistas, o que não havia sido captado foram as transformações que o movimento passou nos anos seguintes. Os ativistas envolvidos, relata o pesquisador, esboçaram preocupações quanto ao condicionamento geográfico do movimento e o expandiram: as reuniões que antecederam a organização da Marcha da Maconha de 2014 saíram do plano piloto e foram realizadas nas cidades satélites, certamente mais atingidas pelos problemas decorrentes das políticas proibicionistas, e a própria organização alterou-se nesse processo. Ao relatar seu trabalho de campo junto aos organizadores, Corteletti afirma que

A primeira coisa que me chamou a atenção foi o fato das reuniões serem itinerantes, acontecendo nos mais diversos locais do Distrito Federal, não se restringindo a um só local, ou o mais importante, não se restringindo ao Plano Piloto. Conversando com Danielle Boitempo [organizadora], ela me contou que a ideia era 'ir para a quebrada', sair um pouco do Plano Piloto, onde eram realizadas as reuniões anteriormente, para **chegar à periferia e descentralizar o movimento**. Por esse motivo a Marcha da Maconha Brasília passou a ser chamada Marcha da Maconha DF em 2014 (CORTELETTI, 2014: 23, grifos meus).

Esse tipo de preocupação indica um movimento anti-proibicionista de caráter interseccional, nos termos de Ribeiro Junior (2017) e de um discurso classista. Nesse sentido se aproxima das Marchas de Fortaleza pela preocupação com as periferias tanto no ato quanto na construção do movimento, e se diferencia de outras cidades onde o discurso predominante é mais focado na maconha em si e de cunho mais liberal.

Sua pesquisa também permite perceber a utilização (ou politização) de circuitos canábicos prévios ao próprio movimento em sua dinâmica de organização e reunião de quadros, “o primeiro ponto a ser destacado refere-se aos locais definidos para as reuniões. **Todos os locais escolhidos tem alguma relação com a cultura da maconha**, são locais onde se consome e onde as vezes também ocorre tráfico de drogas” (Corteletti, 2014: 23, grifos meus). Isso indica que diversos níveis de circuitos canábicos entram em interação com esse movimento,

desde os circuitos do tráfico ilegal (que sem dúvida fazem parte uma vez que fornecem a base material para o hábito em questão) com todas as suas idiossincrasias e potenciais de violência, até os circuitos universitários (onde esse potencial de violência é significativamente minimizado).

O temor de aparelhamento e a desconfiança quanto aos partidos, recorrente nas Marchas de Norte a Sul, também se reflete na Marcha do Distrito Federal, demonstra a pesquisa de Corteletti. No entanto, muitos dos ativistas são ligados ao PSOL, que possui internamente uma discussão acerca da política de drogas e apresenta inclusive candidatos ligados ao tema. Há sempre uma contradição entre o fato de alguns partidos estarem sempre a disposição para ajudar e essa desconfiança por parte dos ativistas, orientados mais uma vez por uma visão hermética de sociedade civil. Além dessa similaridade discursiva com a Marcha do Rio, há também financiamento por parte das organizações cariocas, em clara tentativa de consolidar-se como núcleo difusor da Marcha no meio anti-proibicionista nacional, tornando dessa forma Brasília uma espécie de zona de influência. O antropólogo afirma que

“Assim como partidos havia coletivos (...) na quinta reunião falou-se de um problema que aconteceu nas edições anteriores com o coletivo MLM. Esse coletivo ajudou a Marcha no orçamento mas não ajudou na organização (apenas Helson é integrante do MLM), e **queriam que o orçamento fosse gasto da maneira deles**, para promover o coletivo e não a marcha” (CORTELETTI, 2014: 30).

Os próprios ativista, pelo relato do pesquisador, desconfiaram e não se submeteram, mas esse tipo de tática permite derrubar utopias acerca de uma sociedade menos política do que a sociedade política propriamente dita no sentido de disputas por poder e dominação dos discursos e práticas existentes. Ou seja, tomando esse movimento social como um exemplar dos componentes da chamada sociedade civil contemporânea no Brasil é possível perceber que não se trata de uma simples panacéia da cidadania. Há sim muito em disputa, seja na construção da pauta, na aquisição de novos membros, na formação discursiva que vai emanar do movimento e principalmente na aceitação e consolidação de lideranças. Talvez a ausência de regras formais permita que essa disputa passe por caminho menos pessoais e institucionais, mas isso não quer dizer que

essa disputa não exista. Relatos como esse mostram como é dinâmica a construção de uma Marcha da Maconha e o papel que esse tipo de manifestação exerce no movimento anti-proibicionista nacional. Além desse padrão de disputa o caso de Brasília também permite esboçar afirmações acerca das formas como esse tipo de movimento e esse formato de manifestação surgem e se espalham pela realidade brasileira.

Foi possível mapear pelo menos três formas de surgimento da Marcha da Maconha nas cidades do Brasil (isto é, após seu surgimento “original” no Rio de Janeiro em 2002 e sua consolidação discursiva em 2006): 1) o surgimento via fortalecimento dos circuitos canábicos locais e surgimento de coletivos anti-proibicionistas que se interessam pela Marcha da Maconha (inicialmente como evento e só posteriormente adquirindo características de movimento social) e passam a realizá-la em sua cidade; 2) o surgimento via as mídias canábicas e os respectivos materiais que elas circulam (“como realizar a Marcha na sua cidade”, onde novos ativistas locais passam a construir a Marcha em sua cidade a partir dessa influência branda dos núcleos organizadores anteriores (de onde surgem as tais mídias); e finalmente 3) o surgimento via extensão das Marchas já existentes com a participação de quadros desses núcleos anteriores nas novas realidades e por vezes financiamentos e fornecimento de recursos (materiais, jurídicos, simbólicos). O caso de Brasília possui alguns elementos do primeiro tipo, mas se aproxima mais do terceiro. Por isso sua nítida influência carioca e essa disputa por certa autonomia entre membros vinculados e não vinculados aos projetos originados no Rio de Janeiro.

Mas para não ser desonesto com a organização carioca é preciso deixar bastante claro que no entendimento dos ativistas do Rio a partir de 2010 as divergências entre grupos de discurso mais liberal (*growers*) e grupos de discurso mais classista (universitários) fizeram com que o Movimento pela Legalização da Maconha se destacasse do então entendido “evento” da Marcha da Maconha. Isso porque os organizadores mais antigos da Marcha não queriam expandir suas atividades de modo a consolidar o que ela inevitavelmente se tornaria, um movimento social, mesmo assim, essa disputa marcou a realidade carioca, e por consequência a disputa nas realidades em diálogo com ela, conforme será ilustrado na análise do Rio em seguida.

Também cabe ressaltar que anteriormente à Marcha da Maconha, isto é, antes do formato dado pelo anti-proibicionismo carioca chegar à realidade brasiliense, a cidade já contava com uma Passeata Verde, que levava a causa com um discurso praticamente local. A consolidação do formato Marcha da Maconha se deu em concomitância

com a consolidação desse formato a nível nacional e em disputa de pautas e ideias com os membros, com destaque para os empresários financiadores, que já participavam do anti-proibicionismo anteriormente no Distrito Federal (Confere CORTELETTI, 2014: 31). Outra peculiaridade da Marcha do Distrito Federal é a proximidade com as instituições de poder e a oportunidade de acompanhar as comissões da câmara e do senado, essas no entanto são bastante controladas por setores cristãos e conservadores da sociedade<sup>39</sup>, o que não impede as tentativas de pressão exercidas por esse e outros movimentos.

## 1.8 GOIÂNIA

Em interação com a Marcha de Brasília existe a Marcha da Maconha da cidade de Goiânia. Nessa realidade torna-se claro o quanto esse nome, inicialmente voltado para um evento anti-proibicionista adquire características de movimento social. Apenas posteriormente o Coletivo Marcha da Maconha Goiânia teve seu nome alterado para *Mente Sativa* (e passou a ter atuação além da capital do Estado de Goiás). A primeira organização então que deu origem a esse fenômeno anti-proibicionista nessa realidade se originou para a realização da Marcha. Isso indica que esse formato de movimento, com uma mensagem clara, um logotipo reconhecido e amplas manifestações nas principais cidades brasileiras se espalha pelo território, motivando a criação de novos núcleos organizativos. Além disso, dada a proximidade e a influência carioca em Brasília, é possível inferir que essa influência se estenda até a realidade goiana também.

No ano de 2013 a realização da Marcha em Goiânia era bastante incipiente, enfrentando problemas como o financiamento e a aquisição de materiais e realizava festas para resolver tais problemas (talvez porque a prática da venda de camisetas ainda não havia chegado até lá). Também nessa realidade se faz muito presente a influência clara do

---

<sup>39</sup> Tratam-se de circuitos bastante viciados no anti-proibicionismo onde mesmo falas de autoridades internas como o Senador Cristovam Buarque (na época PDT – DF atualmente PPS – DF) e o deputado Jean Willys (PSOL – RJ) são ridicularizadas, conforme demonstra a fala de Corteletti, em um desses eventos o deputado Eurico Junior (PV – RJ) o teria confessado “isso é a maior armação do PSC” (Corteletti 2014: 47). Pesquisas anteriores, como a do jornalista Denis Russo Burgierman (2012) já demonstraram o quanto os circuitos proibicionistas funcionam de maneira bastante fechada, o que torna ainda mais difícil a inserção de discursos alternativos e acirradas as disputas.

meio universitário, de acordo com um ativista envolvido,

Antes ele era só denominado Marcha da Maconha Goiânia, porém esse ano a gente veio com algumas mudanças, e acabo se tornando um coletivo canábico mesmo, chama-se *Mente Sativa*. E a gente vem organizando esse movimento em Goiânia tem tempo, saca? Em busca aí de melhora de política de drogas, redução de danos, e tudo mais... Esse ano [2013] foi meio difícil a gente colar aqui com os materiais, porém até ia rolar, só que por tá muito em cima da hora não teve como a gente trazer mais gente, materiais... porém a nossa vontade pela legalização e pelo consumo consciente da canábica faz a gente colar aqui na cidade e protestar com todo mundo (...) **A gente reúne toda quarta-feira, no museu antropológico da praça universitária, que é onde tem as universidades da PUC e da Federal. Aí toda quarta-feira a gente reúne e faz debates, sobre a política de drogas, e a gente também faz muitos eventos pra gente conseguir manter o curso da nossa marcha, tipo, todo mês a gente faz um evento lá no DCE.** E a gente faz uma festa que sempre lota porque a galera sempre tá na causa, apoiando a gente firme e forte, saca!? E a gente consegue manter os custos da nossa marcha, comprar cartaz e manter, fazer a marcha, fazer evento e tudo mais... Sem ter que ficar extorquindo dos outros dessa maneira, a gente cobra cinco conto no rock, aí o rock tem cervia barata, tem altas bandas, tem ideias sobre o consumo da canábica, e assim a gente consegue fortalecer o nosso movimento! (Ativista de Goiânia, em entrevista realizada dia 4 de maio de 2013, grifos meus).

Além disso, há também contatos com profissionais da saúde, nomeadamente aqueles vinculados às ideias da Redução de Danos (confere nota 25), que na prática colocam alternativas ao proibicionismo, sobretudo em seu aspecto abstêmio, em seu exercício profissional cotidiano. A relação com os partidos aparentemente é inexistente, bem como com os demais movimentos sociais, de acordo com os dados trazidos pelo entrevistado. Tratava-se em 2013 de uma

realidade de consolidação desse movimento na capital goiana.

## 1.9 RIO DE JANEIRO

Foi no Rio de Janeiro que essa nova onda de ativismo anti-proibicionista que se organiza sob o nome de Marcha da Maconha teve início. Inicialmente vagamente vinculada ao movimento internacional *Million Marijuana March*, que já possui um calendário de atividades e protestos a nível global, a Marcha da Maconha carioca teve início em 2002, em 2006 teve seu nome e sua cara nacional e desde então se espalhou pelo Brasil todo. Se a Marcha se espalha através de núcleos difusores, o Rio é seu núcleo difusor original. Desde o início os cariocas sempre fornecem ideias e materiais para a realização da Marcha em outras realidades, com destaque para o visual e a estética da Marcha (confere imagem 1), em suma sua logo, que é estampada em camisetas que são vendidas e financiam em boa medida o anti-proibicionismo no Brasil contemporâneo. O imaginário que se cria em torno não apenas da Marcha, mas do próprio consumo de canábis em nosso país remonta diretamente às referências cariocas. Artistas do Rio como Bezerra da Silva e o famoso grupo Planet Hemp, além de tantos outros, fazem com que expressões locais se projetem nacionalmente fertilizando o solo em que o movimento se constrói ao fornecer elementos simbólicos comuns para usuários de todo o país. Em um contexto onde a ilegalidade favorece a proliferação de códigos específicos para o consumo ilegal em cada realidade específica, o sucesso midiático de figuras cariocas e seu conhecimento a nível nacional não é pouca coisa.

Talvez por ser a Marcha da Maconha que acontece a mais tempo no Brasil a organização no Rio de Janeiro é certamente uma das mais diversas e organizadas, sem que isso anule, é claro, as disputas internas e os inevitáveis conflitos. Assim, se faz necessário nomear alguns dos principais grupos que compõe a organização carioca. Talvez o mais forte, antigo e influente grupo na realização das manifestações de rua nessa realidade seja o fórum Grow Room (confere imagem 5). Trata-se de uma plataforma on-line de troca de informações sobre cultivo da planta<sup>40</sup>. Mas é óbvio que as discussões vão muito além daquelas necessárias para as atividades de jardinagem, tais como biologia e agronomia, culminando em uma espécie de ponto de referência para a chamada “cultura canábica” e muitas vezes pautando as discussões políticas dentro do campo anti-proibicionista. Os jardineiros constituem

---

<sup>40</sup> <https://www.growroom.net/> e <https://www.growroom.net/board/> .

então um grupo de ativistas bastante ativos e engajados, os quais fornecem consideráveis recursos para a realização das Marchas, chegando até mesmo a constituir um projeto de lei contemplando a legalização (que foi enviado para apreciação no ano de 2013 de acordo com os entrevistados). Trata-se de um grupo que possui recursos, afinal não é barato nem pouco trabalhoso cultivar canábis em micro estufas caseiras – os chamados *grow rooms* – e isso reflete em suas pautas e em seu modo de ação. Geralmente são pessoas de certo poder aquisitivo e que pelo contato que mantêm entre si fornecem também apoio jurídico para os casos de denúncias e acusações de envolvimento com o tráfico, o que é irônico tendo em vista que todo o discurso em torno do auto-cultivo é justamente constituir uma alternativa ao mercado ilegal e toda a violência que dele decorre.

Além desse importante fórum (para maiores informações confere OTERO 2013), que hoje em dia é constituído por pessoas do Brasil todo, o Rio também conta com um amplo cenário anti-proibicionista, é lar de diversas mídias e grupos ligados ao tema, como a Revista Sem Semente (“a primeira revista de cultura canábica do Brasil”. As mídias digitais também se fazem bastante presentes, como o famoso site Hempadão<sup>41</sup>, o Blog da Marijuana<sup>42</sup> e o canal Torrando com Tomazine<sup>43</sup>, e são de vital importância para a Marcha, pois através delas é realizada a divulgação das manifestações tanto no Rio quanto no resto do Brasil. “A internet fornece aos movimentos sociais meios de comunicação baratos e rápidos (...) que baixam os custos da mobilização e favorecem estruturas organizacionais soltas, altamente flexíveis” afirmam Della Porta et al. (2006: 94).

No Rio e na realidade próxima, essas mídias cumprem o papel de chamar pra Marcha, enquanto no restante do Brasil elas levam os debates da Marcha e incentivam a criação de núcleos organizadores pelo país todo. Essas mídias também auxiliam na criação de um vocabulário comum dentro dos circuitos canábicos, forjando dessa forma solidariedades e promovendo o discurso anti-proibicionista.

Há, afirmam os entrevistados, “várias formas de financiamento”. Assim como nas demais realidades houve a criação de rifas, patrocínio dos panfletos pelas empresas ligadas ao tema (*headshops* e *growshops*), *crowdfunding* e doações. Além é claro, da

---

<sup>41</sup> <http://hempadao.com/> .

<sup>42</sup> <http://maryjuana.com.br/> .

<sup>43</sup> <http://hempadao.com/blog/torrando-com-tomazine-blog/>  
<https://www.youtube.com/channel/UCqWRJJWjyw8zn3D4Cz2o7Xg> .

venda de camisetas e materiais com a logo da Marcha da Maconha, que surgiu no Rio de Janeiro. Mas o caso mais emblemático em relação às formas de financiamento nesse realidade se deu em sua primeira edição com o nome em português, e segundo um ativista entrevistado (o criador da logo e que participa das Marchas nessa cidade desde sua criação), é o patrocínio de uma marca de seda de celulose, que ele afirma ter sido crucial para o surgimento dessa forma de manifestação,

(...) tá começando a surgir todo um mercado aí de lojas de produtos, de empresas que tão ganhando dinheiro com esse mercado, acho que essas empresas tem a obrigação de fazerem a parte delas. Eu acho que essas empresas, a maioria delas pelo menos, estaria disposta a participar e ajudar de alguma forma, no mundo todo você vê as marchas sendo organizadas com ajuda de outras marcas, **a Marcha abre espaço pra publicidade, e acaba tendo alguma coisa em troca.** A primeira Marcha que a gente fez no Brasil eu acho que tem bastante a ver com isso, aquele ano tava surgindo o produto da seda de celulose, a seda de celulose foi super importante pra criação da Marcha. A seda de celulose, um produto comercial, foi o que nos ajudou a fazer toda a divulgação da Marcha naquele ano [2006] que talvez por isso que a gente conseguiu naquele ano, pela primeira vez, ter uma Marcha com repercussão maior, que através dos flyers que chegavam às pessoas essas empresas que tavam fazendo a seda de celulose aquele ano tavam gastando [pausa] tavam ganhando bastante dinheiro e precisavam de espaço pra divulgar o produto deles e ganhar mais dinheiro ainda, então eles acharam interessante apoiar a Marcha, bancaram alguns flyers tendo apenas que colocar a marca deles nos flyers, isso foi bom tanto pro movimento quanto pras empresas. Então acho que é isso, é procurar formas criativas de financiar o movimento. (Ativista do Rio de Janeiro em entrevista realizada dia 5 de maio de 2013, grifos meus).

Essa fala mostra que não se trata de um movimento que posteriormente atraiu a atenção do mercado de produtos legalizados que orbita o

consumo da famigerada erva ilegal, mas sim de um movimento que já nasceu por meio de incentivo desse próprio mercado. Uma ideia de uma sociedade civil hermética e separada das esferas da economia e da política, presente tanto em algumas formulações teóricas quanto nas falas de alguns dos ativistas entrevistados, isto é, que não se confunda com uma empresa nem com um grupo político partidário ou classista, não se sustenta diante de uma análise atenta da dinâmica dos movimentos que idealmente compõe essa categoria de sociedade civil.

O tipo de financiamento e a contrapartida que o movimento oferece ilustra bem como são as relações dentro desse tipo de protesto na realidade contemporânea. Nisso cabe destacar tratar-se de um movimento bastante moderno, não apenas em suas pautas (que envolvem diretamente a expansão da esfera de consumo pela legalização de uma série de produtos ligados à planta posta em questão), mas também pelo tipo de interação que o movimento estabelece com os agentes de mercado. Essa postura mostra o quanto os ativistas estão conscientes acerca do público que a causa é capaz de angariar e o potencial de visibilidade que as marcas que auxiliarem o movimento podem alcançar. Claro, outras entrevistas demonstram o quanto as empresas tradicionais preferem não se associar a um tema tão marginalizado, mas esse problema é mais aparente em realidades mais provincianas. Em uma realidade dinâmica e cosmopolita, como é o caso nas aglomerações urbanas da Baía de Guanabara, há nichos culturais e nichos de mercado que permitem a sobrevivência de empresas totalmente ligadas a esses nichos (de acordo com os dados coletados em trabalho de campo). Ou seja, assim como há mídias totalmente voltadas para o público “maconheiro” há também empresas totalmente voltadas para esse público, e essas empresas tem amplo interesse de mercado tanto na Marcha quanto na própria causa da legalização.

Mas se as conexões com os agentes do mercado são profícuas e relativamente claras, as conexões com o meio político são complexas e o discurso do movimento ainda não avança muito nesse aspecto. Apesar do célebre vereador sociólogo Renato Cinco (PSOL) já trabalhar a anos na câmara municipal do Rio de Janeiro e representar em boa medida esse público, muitos ativistas da organização carioca apresentam grande desconfiança em relação ao papel da representação político partidária. Isso já pode ser confirmado através da fala dos ativistas envolvidos, que afirmam por um lado a “necessidade de cobrar dos representantes” e por outro afirma que “a Marcha não pode ser escada” para a projeção política de figuras interessadas. É interessante notar que a interferência do mercado no movimento não é problematizada nesse caso, chegando

até mesmo a ser exaltada, enquanto o envolvimento de agentes da política é visto com mais desconfiança. Mesmo assim, apesar dessa resistência, a existência do vereador altera significativamente o cenário por sua inserção representativa e por seu trabalho nesse sentido, pois há materiais de conscientização de usuários, como a cartilha de Redução de Danos do Renato Cinco, feita com participação de seu partido e de profissionais da saúde<sup>44</sup>. Esse material apresenta tanto qualidade nos termos medicinais e jurídicos quanto o atual marco do debate anti-proibicionista, criticando o paradigma da proibição, apresentando seus problemas e contradições e prevenindo os leitores para as suas consequências. Esse material foi distribuído gratuitamente e extrapolou a própria realidade carioca e foi encontrado durante a pesquisa em realidades bem distantes, como por exemplo em Fortaleza. Mesmo assim, há muita desconfiança e preocupação em manter a “independência em relação aos partidos”.

A Marcha do Rio também é marcada por forte “terrorismo midiático” (termo usado pelos entrevistados), perseguição e intimidação por parte das autoridades. Não é necessário gastar palavras ilustrando o leitor quanto às idiossincrasias da polícia fluminense. Também nessa realidade as primeiras batalhas são no campo jurídico, para garantir a segurança dos manifestantes envolvidos contra os abusos da polícia, que sistematicamente usava de violência contra o movimento. De acordo com a pesquisadora e advogada Lorena Otero,

“Nos primeiros anos [2002-7], a realização do evento ainda era tímida, sendo apenas pequenas passeatas e eventos internos, geralmente em universidades e que não obteve o êxito esperado nas primeiras realizações. A iniciativa brasileira só obteve êxito com a Marcha da Maconha de 2007 no Rio de Janeiro, onde organizadores do *Grow Room*, articularam e organizaram a passeata mais polêmica até então conhecida. Em torno do movimento que era estimulada através de fóruns na internet, surge forte repressão motivada pela mídia instigando ações policiais e que resultou em diversas demandas judiciais objetivando proibir a realização do evento com a justificativa de se

---

<sup>44</sup>

Disponível em

[http://renatocinco.com/teste/pdf/cartilha\\_antiproibicionista\\_web.pdf](http://renatocinco.com/teste/pdf/cartilha_antiproibicionista_web.pdf).

tratar de apologia ao crime. De um lado as alegações das promotorias de justiça que a Marcha da Maconha faz nitidamente apologia, que nada tem a ver com debate sério e sim, instigar o consumo de drogas. De outro, ativistas, advogados, outra parte do ministério público defendem a livre manifestação do pensamento, da ocupação do espaço público para discutir uma política pública considerada injusta. As repressões aconteciam das mais diversas formas: ameaça, censura de perfis de redes sociais, apreensão de materiais de divulgação, prisões de integrantes do movimento, violência policial, demandas judiciais e a forte manipulação midiática em torno da Marcha” (OTERO, 2013: 11).

Nesse ponto cabe destacar os esforços do botafoguense, ativista e advogado, André Barros, que através de diálogo e bom senso conseguiu após anos a fio de trabalho duro garantir às autoridades não se tratarem de criminosos e resguardar por meio de salvo condutos e *habeas corpus* a integridade dos organizadores e manifestantes envolvidos. O medo de perseguição, aliado ao clima carnavalesco que a cidade encarna fez com que essa Marcha se caracterizasse pelo uso de máscaras (confere imagem 6), muitas delas com o formato da folha da canábica mas outras de celebridades do meio canábico, como o presidente Uruguaio nos tempos da legalização nesse país, Pepe Mujica. Há também marchinhas carnavalescas que dão um clima lúdico à manifestação.

Imagem 6. Bloco Planta na Mente.



**Fonte:** <http://www.smokebuddies.com.br/ajude-planta-na-mente-a-realizar-o-melhor-carnaval-libertario-pela-legalizacao-maconha/> )

Além da Marcha o Rio conta também com outras atividades envolvendo o que pode ser chamado de “anti-proibicionismo lúdico”, isto é, blocos de carnaval como o “Planta na Mente” (confere imagem 6) e atividades de cunho social, como a “Ceia dos Excluídos” onde maconheiros “conscientes” alimentam moradores de rua da capital em visível esforço de ressignificar o estigma que pesa sobre ambas as categorias. A presença de advogados da causa e a influência de grupos como o LEAP<sup>45</sup> (*Law Enforcement Against Prohibition*) também marca essa realidade ao usar da força dos agentes da lei a favor do movimento. Cabe também destacar o papel das mídias impressas, como os divertidos quadrinhos do “Capitão Presença” e o uso estratégico das mídias

---

<sup>45</sup> “Criada em 16 de março de 2002, a LEAP é formada por integrantes das forças policiais e da justiça criminal (na ativa e aposentados) que falam claramente sobre a falência das atuais políticas de drogas. Essas políticas falharam – e continuam falhando – em efetivamente lidar com os problemas do abuso de drogas – especialmente seu uso por adolescentes –, com os problemas da dependência e com os problemas da criminalidade causada pela existência de um criminalizado mercado clandestino de drogas” (<http://pbpd.org.br/membro/law-enforcement-against-prohibition-leap-associacao-dos-agentes-da-lei-contr-a-proibicao-leap-brasil/>). Acesso 13 de julho 2016

tradicionais por meio de provocações, “prenderam duzentos panfletos da Marcha da Maconha, mas o Globo tentando criminalizar imprimiu um modelo no jornal que teve uma tiragem muito maior” afirma o ativista Thiago Tomazine em seu canal nas mídias digitais<sup>46</sup>. No entanto, apesar desse tamanho, organização e influência, a Marcha carioca é marcada por conflitos. Um deles pode ser ilustrativo dos demais e parte do fato de a infra estrutura do evento ser providenciada (até pelo menos 2015) por meio de empréstimos de particulares interessados (que conscientemente ou não projetam sua visão de mundo na manifestação) e da presença de novos grupos, nesse caso as feministas anti-proibicionistas na organização do movimento.

### **1.9.1 As Feministas Anti-proibicionistas e as transformações na Marcha do rio de Janeiro.**

O caso das feministas anti-proibicionistas merece um aprofundamento maior, dada sua vasta incidência e influência nas manifestações da Marcha da Maconha. De forma sintética é possível explicar tratarem-se de ativistas da nova onda de feminismo caracterizada pelas chamadas Marchas das Vadias que praticam multi-militância e também são ativistas da Marcha da Maconha (ou ao contrário em alguns casos, mas sempre sendo marcadas pela ação nessas duas esferas, o feminismo e o anti-proibicionismo). Até onde se sabe (por meio do trabalho de campo) essa junção se deu inicialmente em território paulista, mas a ideia logo se espalhou pelo Brasil todo e ancora-se num discurso bastante sofisticado que afirma que o anti-proibicionismo sem um caráter feminista é inócuo na medida em que não problematiza a fundo a interferência estatal nos corpos das pessoas e na medida em que ignora que boa parte das vítimas das políticas de proibição são mulheres negras das periferias. Assim, essas ativistas engrossam as discussões anti-proibicionistas e as Marchas, vendem seus próprios materiais, com destaque pra sua própria camiseta (que após lançamento num evento em Brasília em 2013 em pouco tempo tomaram praticamente todas as Marchas do Brasil – confere imagem 7) e clamam palavras de ordem como “Ventre Livre e Cabeça Feita” e “Não passo Bek<sup>47</sup> pra Machista”.

---

<sup>46</sup> <http://hempadao.com/blog/torrandocomtomazineblog/> .

<sup>47</sup> Uma das expressões mais comuns para se referir ao cigarro de maconha.

Imagem 7. A Camiseta da Feminista Anti-proibicionista.



(imagem coletada pelo autor na Marcha da Maconha de São Paulo 2014).

Na realização da Marcha de 2015 as caixas de som eram emprestadas de particulares. Ativistas antigos que cediam o equipamento, sobretudo para as festas pós-marcha que se tornaram possíveis quando a violência policial deixou de ser tão comum nesses eventos. No entanto, também foi uma Marcha que contava com praticamente um bloco de feministas anti-proibicionistas que enriqueciam as pautas da manifestação. Houve divergência entre uma programação elaborada por novos setores da organização e a decisão dos ativistas proprietários do som quanto ao conteúdo das músicas e falas no ambiente. As feministas denunciaram o tom machista das músicas no ambiente, mas nem todos concordaram com essas acusações, o que gerou divergência e conflito. Não cabe entrar nos pormenores desse conflito, mas sim entender o que esse quadro pode contribuir pra imaginação sociológica acerca dos movimentos contemporâneos.

É possível imaginar (com respaldo nos dados) que o contexto inicial do movimento é relativamente homogêneo e que isso se transforma com o passar dos anos, justamente pelo próprio sucesso do movimento em divulgar e angariar novos participantes. Ao expandir-se a organização da Marcha da Maconha no Rio começou a ter de lidar com novos quadros, novas disputas em torno do discurso do movimento e das interpretações da causa anti-proibicionista. Nesse momento teve contato com quadros feministas, que diversificaram as pautas articulando-as com as suas próprias, o que expande o alcance do

movimento, mas coloca desafios aos seus quadros tradicionais. Isso porque ao entrar em contato com outros movimentos, nesse caso o feminista, os quadros tradicionais podem contaminar-se por novos discursos e transformarem seu pensamento (e atitude) ou não. Mas o que isso implica para a perpetuação das manifestações anti-proibicionistas canábicas é que no caso da não criação de solidariedades imediatas com as novas pautas em questão (os envolvidos não se comoveram pelos pedidos das feministas em não proliferar conteúdos acusados de machistas) há possibilidade de conflito e de disputa. Isso porque novos grupos interessados nos destinos da Marcha da Maconha do Rio fizeram coro com as críticas das feministas, em flagrante uso de oportunidades políticas<sup>48</sup> (TARROW 1998) para disputar a hegemonia dentro da organização.

Esse breve caso permite compreender o quão importante e ao mesmo tempo complicada é a incorporação de novas pautas na construção do significante (o anti-proibicionismo) que move o movimento social em questão. Além de mostrar o quanto um movimento completamente horizontal, democrático e progressista não passa de uma ilusão normativa. Todo movimento é fruto de disputas de visões de mundo e possui uma interessante política interna. Nesse jogo valem contatos que viabilizam o movimento, capacidade de articulação das bases, clareza em torno de um discurso que se projeta enquanto interpretação das pautas do movimento e, nesse caso em específico, políticas de boa vizinhança com outras causas, as quais trazem público e pautas novas para um movimento social.

Afinal, se a ideia utópica por trás desse tipo de ação, tão desconfiada dos políticos, é fazer transformação por meio de influência via esfera pública, é fundamental a incorporação de novos públicos e essa só é viável se for politicamente negociada com outras causas. É a construção de propostas de significantes vazios (entendidos nos termos de Laclau (2005) em torno dos quais demandas diversas podem se agregar, feita na prática cotidiana dos agentes envolvidos. O caso

---

<sup>48</sup> “Pelo conceito de oportunidade política eu me refiro às dimensões consistentes – mas não necessariamente formais ou permanentes – do ambiente político que provêem incentivos para a ação coletiva afetando as expectativas de sucesso ou fracasso”. Tradução livre, segue o original: “by the concept of political opportunity I mean consistent – but not necessarily formal or permanent – dimensions of the political environment that provide incentives for collective action by affecting people’s expectations for success or failure” (TARROW, 1998: 76-7).

carioca é exemplar, mas não é único, em várias outras realidades disputas desse tipo podem ser apontadas, mas nesse caso é interessante porque elas se dão no momento em que o movimento passa pela estratégica incorporação discursiva de outras pautas de outros movimentos (nesse caso a “feminista anti-proibicionista”).

### 1.9.2 Rio de Janeiro, o núcleo difusor primário

Assim como no caso de Natal e de Salvador, no caso do Rio de Janeiro o trabalho de campo também pode ser enriquecido em diálogo com um pesquisador local, que em seu brilhante trabalho de dissertação aborda as questões da Marcha carioca. Em seu breve relato sobre a história desse movimento no Rio, Andrew Muller Reed também destaca a influência internacional nas origens do movimento e o papel das mídias digitais, com destaque para o já citado fórum Grow Room (confere imagem 8), de acordo com o pesquisador,

“Após a primeira edição de 2002, o próprio Guanabara<sup>49</sup>, já como diretor da ONG Psicotropicus, e outros ativistas cariocas abraçaram a ideia da Marcha da Maconha e deram continuidade à iniciativa, promovendo a manifestação no Rio de Janeiro em 2004. Destaca-se nesse período o papel do fórum virtual Grow Room, possivelmente o primeiro espaço temático de sociabilidade e troca de informações sobre maconha no mundo virtual brasileiro, tendo como foco especial o auto-cultivo e o uso medicinal de cannabis. Em um momento de popularização da internet no Brasil, o site, criado em 2002, deu lugar a uma inédita interação entre usuários de maconha conectados, tornando-se, nos anos que se seguiram, o principal espaço de articulação, incentivo e promoção da Marcha da Maconha e de um nascente “**ativismo canábico**” no país. Enquanto no Rio de Janeiro a Marcha Mundial da Maconha passou a ser realizada anualmente a partir de 2004, outras manifestações e Marchas da Maconha aconteceram nas cidades de Porto Alegre e São Paulo entre 2003 e 2006. Entretanto

---

<sup>49</sup> Ativista carioca entrevistado por Reed em seu trabalho, para maiores informações (confere REED, 2014: 36).

**o movimento só veio a se organizar nacionalmente em 2007, quando ativistas articulados no Grow Room criaram um site nacional específico para a manifestação, com identidade visual e logomarcas próprias, definindo o mês de Maio e o nome “Marcha da Maconha” para versão brasileira do ato. O site da Marcha da Maconha tornou-se o “cartão de visitas” público do movimento e sua criação representou maior alcance da manifestação e uma unidade mínima em nível nacional. (REED, 2014: 42, grifos meus).**

Imagem 8. Logo Grow Room.



(fonte: growroom.net)

Além do pioneirismo carioca e a forte influência do Grow Room no surgimento das manifestações nesse formato essa fala também indica como a ideia rapidamente se espalhou pelo território nacional, o que dá a entender que: existiam grupos previamente organizados que se interessaram pela manifestação nos termos colocados internacionalmente e “abrasileirados” pela primeira geração de ativistas cariocas envolvidas na Marcha da Maconha; e/ou novos grupos organizados surgiram diante do interesse pelo tema e possibilidade aberta pelas primeiras realizações do ato no Rio. De qualquer forma, é imprescindível para a compreensão do movimento atual mensurar a importância do movimento carioca em sua consolidação, especialmente

no que tange às suas expressões estéticas, que vão desde a própria logomarca (confere imagem 2) até o caráter lúdico que as manifestações apresentam.

Mas a influência do Grow Room não se limita a esse pontapé inicial e ao fornecimento dos quadros necessários ao movimento, o próprio formato das organizações – pautadas, ainda que num nível discursivo, em ideias como horizontalidade e estabelecimento de redes – segue o formato desse fórum e a agregação de novos núcleos organizativos e sua interação com os já existentes, por meio geralmente de lista de e-mails e divulgação no site oficial, conforme explica Reed,

(...) o site passou a abrigar também um fórum de discussões (**semelhante ao modelo adotado no Grow Room**), com tópicos divididos por cidades. Qualquer pessoa podia **procurar por sua cidade e se juntar ao grupo de organização, ou criar um tópico para sua cidade para iniciar um grupo local**. Isso tornou a participação nas organizações locais mais acessível a interessados por todo o Brasil, fortalecendo a realização das manifestações e incentivando sua organização em mais cidades. Posteriormente, um “manual do organizador” foi disponibilizado para instruir de forma mais clara e objetiva os ativistas e grupos interessados em promover o evento. **Tais iniciativas tiveram como consequência o estabelecimento de uma mínima unidade ao movimento e levaram à sua difusão, a partir de 2008, quando a Marcha da Maconha tomou proporção nacional e foi organizada em doze capitais do país** (REED, 2014: 45, grifos meus).

Diante da ideia de que a Marcha se prolifera através de núcleos difusores, isto é, organizações locais que produzem discursos viáveis a nível nacional e que passam a influenciar e até mesmo promover (levando além de ideias materiais como camisetas, cartazes, livros, faixas, etc.) em outras localidades da federação, cabe afirmar que o Rio de Janeiro é o núcleo difusor originário, a partir do qual todas as demais Marchas fazem referência.

“Observar a dinâmica deste conflito no Rio de Janeiro pode ser útil na compreensão do panorama a nível nacional e os diferentes atores que se

engajam na sua realização. Isso porque existe certo pioneirismo histórico que faz com que muitas inovações e iniciativas surgidas na cidade se repliquem em outras, mas também pela existência de vários grupos de ativismo estabelecidos na capital fluminense. Também pode se observar na lista nacional de e-mails e em conversas com militantes que muitas das questões levantadas na organização carioca se repetem e influenciam, em maior ou menor grau, em outras cidades, o que torna esse estudo de caso possivelmente ilustrativo de dinâmicas mais ou menos recorrentes nas diversas organizações de Marchas da Maconha pelo país” (REED, 2014: 67).

Isso eleva sua importância estratégica para o movimento e projeta suas lutas e conflitos ao nível nacional, influenciando muitas outras Marchas a partir de seu marco de lutas, embora com o decorrer do tempo outros núcleos difusores, como São Paulo, Florianópolis (por um breve período) e Fortaleza, tenham se estabelecido.

O caso carioca também é bastante ilustrativo, conforme demonstra o trabalho de campo tanto da minha pesquisa quanto à pesquisa de Reed, no que tange às disputas que foram necessárias para a própria existência na Marcha, no âmbito jurídico, para evitar a criminalização dos ativistas por autoridades comprometidas com o proibicionismo. Essa é uma disputa que se iniciou com força no ano de 2008 no Rio e em demais cidades e que poderia ter sido solucionada em 2011, com o parecer do STF, no entanto, por ter sido essa questão abordada na descrição da Marcha de Salvador, cabe aqui destacar apenas que até na criminalização do movimento a Marcha carioca foi em boa medida pioneira. Mas a proibição, outros dados já demonstravam, e a repressão longe de coibir as manifestações em boa medida as impulsiona. Isso pelo uso estratégico das mídias, já mencionado, e pela habilidade da assessoria jurídica da Marcha do Rio em criar soluções criativas para o problema, como Habeas Corpus e outras medidas. De acordo com Reed,

A Marcha da Maconha naquele ano [2011], garantida mais uma vez por um habeas corpus preventivo, contou com a utilização de um avião publicitário no céu da orla da zona sul durante o

fim de semana, com grande faixa divulgando local, data e hora do evento. A prisão dos ativistas, entretanto, gerou considerável repercussão na mídia, mais uma vez difundindo o debate sobre a Marcha e a legalização da maconha para além do que as divulgações militantes poderiam sonhar. O panfleto confiscado chegou a ser reproduzido em matéria do jornal O Globo, principal periódico carioca, alcançando a mesa do café da manhã de milhares de pessoas. A Marcha do Rio de Janeiro ocorreu mais uma vez em clima de festa, com a presença estimada de cinco mil pessoas. Um grande contingente da polícia militar acompanhou o ato, de modo a “garantir o direito a manifestação”. Apesar do ambiente descontraído, perto do fim três manifestantes foram detidos e levados à delegacia – e logo soltos –, um por colar adesivos da Marcha em motocicletas da polícia, outros dois por defenderem o rapaz que ia preso (REED, 2014: 50)

O fato de que mesmo com o parecer do STF as autoridades locais ainda agem de maneira repreensiva e a maneira com que a polícia usou de subterfúgios para levar ativistas presos (afirmam os envolvidos entrevistados), indica o quanto a interpretação da Marcha como desobediência civil (Lanças, 2013) – baseada tanto na consciência dos ativistas quanto na legalidade do ato aprovado pelo STF – pode ser válida nesse caso.

O movimento cresceu exatamente em torno da disputa por sua possibilidade de existir, obtendo apoio de diversas instituições e personalidades. **Ano após ano, advogados que se juntaram à causa encamparam batalhas jurídicas de *habeas corpus* e liminares na tentativa de garantir as Marchas.** Por outro lado, houve um movimento de adequação e uma preocupação da militância em deixar claro, através do site (vide texto de abertura), de materiais impressos ou de pronunciamentos realizados as Marchas que a manifestação não estimulava o uso da maconha, estando em conformidade com a lei. **O veredicto final foi considerado uma vitória definitiva do movimento canábico – sua possibilidade de**

**existir.** A decisão realizou simbolicamente a legitimação da manifestação e marcou a presença no debate sobre a legalização da maconha e a atual política proibicionista na agenda pública. De maneira mais ampla, a decisão foi considerada uma amostra da capacidade da população de pressionar, através de manifestações públicas, instituições do Estado democrático, a fim de garantir o respeito à cidadania e aos direitos humanos. A decisão do STF ofereceu maior segurança jurídica e retirou qualquer carga de clandestinidade que ainda pudesse haver ativismo das organizações das Marchas da Maconha. **Esses aspectos contribuíram para o aumento das iniciativas locais e de aglutinação do evento.** Desde 2011 **o número de Marchas da Maconha realizadas no Brasil segue crescendo, ocorrendo também em cidades médias e pequenas.** Em 2013, mais de quarenta cidades realizaram Marchas da Maconha no país, algumas delas contando com aproximadamente dez mil pessoas, como as de São Paulo e do Rio de Janeiro (REED, 2014: 55, grifos meus).

Isso permite destacar: a importância da esfera jurídica no campo de disputa da sociedade civil e dos movimentos sociais com as determinações das autoridades constituídas e da esfera política institucionalizada; o forte apelo simbólico ao STF como elemento legitimador dos atos de protesto, ainda que reprimidos por autoridades locais em claro caso de desobediência civil; o papel dos principais núcleos organizadores (nesse caso Rio de Janeiro e São Paulo) e difusores das pautas e em boa medida determinantes no atual marco de lutas anti-proibicionista em sua expansão pelo interior do país.

Além de permitir captar as formas de desobediência civil como repertório de ação dos movimentos sociais contemporâneos (nesse caso o anti-proibicionista) e do papel dos núcleos difusores na dinâmica das manifestações de tipo “Marcha da Maconha” a nível nacional, o relato de Reed também permite perceber o momento em que o usuário se torna ativista, através da experiência do Grow Room no surgimento do movimento social nesse formato (de manifestação de rua com estética e discurso próprios):

Membros ativos do Grow Room, auto-

cultivadores militantes, imersos no universo canábico disponível no mundo virtual, participam ativamente da construção da Marcha da Maconha no Rio de Janeiro desde a sua primeira edição em 2002. Mais que isso, o Grow Room foi durante os primeiros anos a principal plataforma virtual de organização e fomento da manifestação, quando esta ainda não tinha a visibilidade adquirida posteriormente, e ainda não havia se espalhado para outras cidades do país. Por esse motivo muitos ativistas consideram o Grow Room como a “casa” da Marcha da Maconha pelo menos até 2007, quando **então foram criados o site e a logomarca da manifestação, que definiram nome, apresentação e identificação comum.** Nesse momento, a organização da Marcha **deixou o âmbito particular do do fórum e tornou-se minimamente “institucionalizada”**, com a criação do “coletivo Marcha da Maconha” e a articulação independente de ativistas a nível nacional (REED, 2014: 75).

Mais importante do que a identidade estética do movimento ou mesmo sua institucionalização da organização com a criação das primeiras articulações a nível nacional o que deve ser apreendido aqui é o surgimento de um **discurso** – coerente e direcionado à um público inicial (*growers* e usuários) mas potencialmente projetável a um público maior (ativistas não usuários, profissionais do direito e da saúde que lidam com o proibicionismo e a sociedade como um todo em última instância) – que contempla as demandas colocadas. Nesse momento todas as experiências prévias do ativismo anti-proibicionista que já existiam no Brasil, todos os usuários anônimos de *cannabis*, passam a ser contempladas por essa espécie de guarda-chuva de interpretações para a superação do proibicionismo que a Marcha da Maconha se tornou.

A criação dessa identidade – sustentadas por um discurso amadurecido por experiências nacionais e internacionais de envolvimento com circuitos canábicos em tempos de proibicionismo – permite o surgimento de ativistas interessados mesmo distantes geograficamente (mas que passam, com a ampliação do vocabulário carioca que invade esses circuitos via indústria cultural<sup>50</sup> a partilhar um

---

<sup>50</sup> Dá pra pensar na projeção de artistas como Bezerra da Silva, a banda Planet

mundo mental comum) e que o que era apenas um evento marque decisivamente a militância anti-proibicionista no Brasil. Em suma, essa criação do movimento do Rio que dá origem ao discurso resumido na “Marcha da Maconha” permite algumas transformações discursivas. Inicialmente, do usuário em maconheiro, isto é, de uma identidade colocada pelas instituições de saúde e segurança através de um estigma – usuário – para uma identidade mais próxima da realidade das ruas e com menor conotação negativa e focado no hábito de consumo característico – maconheiro. Num segundo momento, de maconheiro em ativista, ou “canábista” com dizem alguns, culminando na mobilização milhares (quicá milhões) de pessoas, numa experiência que embora incipiente é o que há de maior sucesso em termos de anti-proibicionismo a nível nacional.

Embora não utilize os mesmos termos, tal pesquisador também capta a presença dos dois discursos mapeados nessa pesquisa anteriormente, um discurso de viés liberal “observa-se nesse núcleo de ativistas (...) a crescente realização de iniciativas empreendedoras voltadas para o incentivo e exploração de um nascente mercado de consumo de 'cultura canábica” (Reed, 2014: 75) e de um discurso de viés classista, “tais militantes (...) priorizam um enfoque considerado mais 'amplo' e 'social' no debate da legalização, trazendo a discussão dos danos *sociais* causados pelo atual modelo de segurança pública baseado no combate às drogas” (idem: 77). Salvo exceções e casos de multi militância, em geral o primeiro grupo se identifica com os ativistas originários da Marcha, que se reuniram em torno do Grow Room e o segundo aos ativistas que se agregaram à luta oriundos de outros movimentos sociais e de experiências universitárias. Quanto ao primeiro grupo, cabe destacar que da mesma forma que o próprio ato de auto-cultivo é visto como uma forma de ativismo (pois “enfraquece o tráfico” diminuindo ou mesmo eliminando o consumo nos circuitos ilegais) os investimentos e a promoção desse mercado de consumo de cultura canábica também é visto como ativismo por esses atores sociais. Isso porque sua ação auxilia nas desmistificação do usuário e do cultivador, além de essa empresas muitas vezes servirem de ponto de encontro e circulação de usuários e ativistas, constituindo assim em um circuito canábico *par excelance*. Quanto ao segundo grupo, não difere muito das novas levas de ativistas canábicos constatadas em outras cidades do Brasil oriundos de realidades universitárias. Não sem razão esses dois discursos são abordados por Reed em um capítulo nomeado “Tensões na

organização” indicando o quanto essas tensões no Rio de Janeiro também se dão nesses termos constatados pela pesquisa em outras realidades<sup>51</sup>.

Havia de um lado uma diferença de enfoque no debate da legalização da Maconha [em 2010], que definia as duas polaridades: um grupo mais voltado para o auto-cultivo e a “cultura canábica”, e outro voltado para a denúncia da criminalização da pobreza sob o discurso de guerra às drogas (REED, 2014: 83).

Esse segundo grupo também se aproxima daquilo que o pesquisador ativista (“ou ativista pesquisador”) Cacá Ribeiro (2013) aponta como anti-proibicionismo interseccional, “o posicionamento se diferencia (...) da militância mais focada na defesa da liberdade individual, do auto-cultivo e na difusão da cultura canábica – temas mais próximos da experiência e do universo dos usuários de maconha” (REED, 2014: 77) do que do meio estritamente universitário – embora os dois meios se intercalem. Isso indica que as duas chaves (anti-proibicionismo específico e anti-proibicionismo interseccional; discurso liberal e discusso classista) são complementares e igualmente úteis na compreensão do fenômeno tanto a nível fluminense quanto nacional.

Além do que já foi relatado, há também outro tipo de tensão na Marcha do Rio, que já havia sido percebida pelo tom das entrevistas, em relação à aproximação com a esfera política. Isso porque a partir de 2010 acontece uma série de transformações nessa realidade. Inicialmente o movimento se torna mais impessoal, saindo da alçada específica das lojas canábicas e dos fóruns de seus primeiros ativistas e alcançando conseqüentemente mais público e também há a proeminência de organizadores no meio político, como é o caso do já mencionado Renato Cinco, cuja candidatura, seja para deputado ou para

---

<sup>51</sup> “A aproximação de militantes antiproibicionistas de esquerda, do movimento estudantil e de outros movimentos sociais junto da Marcha da Maconha criou um ambiente em que grupos com origens e concepções ideológicas distintas tinham de coexistir e trabalhar em parceria para a construção da manifestação comum. O conflito entre as diferentes convicções na rede de organização da Marcha resultaram em inevitáveis atritos, discussões e críticas de lado a lado” (REED, 2014: 78). Apesar dessa fala se referir ao Rio de Janeiro poderia se referir a muitas outras realidades, como de Florianópolis, a de Salvador e a de Teresina, por exemplo.

vereador, causou polêmica na organização da Marcha. Trata-se de uma visão hermética de movimento social, onde as tensões entre as diferentes leituras e suas contradições promovem esse formato. Isso porque se por um lado muitos ativistas apresentam forte desconfiança em relação ao meio político, impedindo contatos fortes nos partidos (e impedindo que a causa avance no meio parlamentar, condenando a luta a ficar na esfera pública e no meio jurídico) outros ativistas (geralmente o público mais universitário) desconfiam da presença da iniciativa privada e preferem não receber financiamento de empresas, mesmo aquelas interessadas na causa. Certamente os cariocas foram em alguma medida capazes de superar suas contradições, mas se ambas as críticas vingarem e uma Marcha não puder contar nem com apoio partidário (que geralmente fornece a infra-estrutura) nem com apoio das empresas (geralmente financeiro e na logística da divulgação) o movimento priva-se dos recursos necessários para continuar suas lutas. É uma visão bastante recorrente essa de que o movimento social deve pertencer a uma sociedade civil hermética, altruísta e desinteressada. Os interesses se convergem no caso de ações políticas que obtém sucesso e o caso dos movimentos sociais não é diferente nesse aspecto. Nesse caso, a superação desses conflitos no caso carioca pode mais uma ser ilustrativo para o Brasil, pois sabe-se que apesar das críticas de ambos os lados, bem percebidas no mapeamento do debate feito por Reed, não impedem nem a ação do parlamentar Renato Cinco nem o financiamento das Marchas.

Finalizando a descrição da Marcha do Rio Janeiro, dois aspectos seus ainda merecem ser relatados, sua antiguidade e a forma como seus ativistas encaram a própria manifestação. Ambos são atravessados pelo recorte entre os discursos liberal e classista. Quanto ao primeiro, por ser a Marcha mais antiga do Brasil a realidade carioca apresenta certa “cultura de veteranice” no sentido que os ativistas mais antigos usam dessa experiência para tentar legitimar suas posições em contextos de disputa do movimento (e passam a ser acusados de autoritários por novos membros). Além disso, esse ativistas mais antigos identificam-se mais com o discurso liberal a defendem a posição de que a Marcha da Maconha deve ser um evento e não um movimento social, forçando os ativistas interessados em mais que um evento, em uma espécie de mobilização o ano todo, a criarem novos coletivos, como novos nomes, como demonstra Reed (2014). Apesar de isso contemplar os planejadores originais da Marcha, a verdade é que esse “evento” já saiu do controle deles e já tornou-se público o suficiente para não mais lhes pertencer na prática (embora nomes e logos sejam sempre

reivindicáveis, como os conflitos no Rio e em Natal demonstram). Isso quer dizer que se os primeiros ativistas imaginavam “apenas um evento” as consequências disso marcaram a dinâmica das lutas anti-proibicionistas no Brasil de tal forma que esse evento adquiriu, sobretudo nas realidades fora dos primeiros núcleos fundadores, as características de movimento social<sup>52</sup>. Em muitas realidades inclusive o próprio coletivo organizador se chama “Marcha da Maconha da Cidade de Tal” e age como movimento social,

“A análise da Marcha Maconha em si (...) revela que o movimento é ainda maior e mais diverso do que o conjunto de atores que participam da organização no ambiente virtual e nas reuniões presenciais. A partir da definição da data e hora na manifestação, um conjunto muito amplo de indivíduos e grupos se articulam de forma independente para participar da Marcha e se fazer representar diretamente durante a manifestação, tomando-a como sua” (REED, 2014: 147).

É possível ver como o controle tanto do nome, quanto a logo quanto as lutas foge aos seus criadores e adquire tal grau de impessoalidade que se projeta para muito além deles. Talvez essa seja a maior lição, entre tantas, que o estudo da Marcha do Rio de Janeiro nos oferece.

## 1.10 SÃO PAULO

Nos dias atuais a Marcha da Maconha da cidade de São Paulo é possivelmente a maior do Brasil. Trata-se de um movimento com experiência e repertório diverso, composto por diversos grupos articulados em torno dessa pauta. Foi nessa cidade que a Marcha atingiu tamanho e suficiente heterogeneidade de atores envolvidos que a permitiu ser realizada em alas, dadas as proporções que atingiu. Isso no entanto não é fruto do acaso, mas sim de anos de esforços de construção do movimento por esses atores, pois no fim da década passada a Marcha de São Paulo não era tão grande, algo que não condizia com o tamanho

---

<sup>52</sup> Conforme as definições de Melucci 2010, Scherer-Warren 2012, Alonso 2009, Cohen 2009, e tantos outros, em geral marcadas por: solidariedade e identidade, perpetuação no tempo, adversários e um marco de disputas.

e a importância da capital paulista no cenário nacional. Os dados coletados em campo dão a entender que a Marcha é em boa medida articulada pelo coletivo Desentorpecendo a Razão (DAR) que surgiu em 2009, luta pela legalização de todas as drogas e além da Marcha da Maconha São Paulo organiza também a Frente Drogas e Direitos Humanos. No entanto, esse coletivo não resume a diversidade da Marcha na capital paulista. Diversos outros grupos, coletivos, e sujeitos partidários e independentes compõem a organização dessa Marcha, que é provavelmente a mais diversa do país.

“O Coletivo Dar surgiu em 2009, de dentro da Marcha, querendo ir além da organização anual do evento e da discussão apenas sobre maconha. Depois de 2011, naturalmente, nos vimos recebendo do campo mais autônomo o apoio que esperávamos (e pedíamos) que viesse dos movimentos sociais mais tradicionais e dos partidos de esquerda (...) Se em 2010, por exemplo, o DAR organizava a Marcha praticamente sozinho, hoje e 2014 ele é uma pequena parte desse movimento, que está muito mais forte...” (Coletivo Dar, 2016: 106).

A Marcha da Maconha de São Paulo cresceu muito na última década, sobretudo depois do caso de 2011, onde forte repressão policial contra a Marcha repercutiu em ondas de protesto pela liberdade de expressão e após parecer do STF a Marcha acabou finalmente entendida como legal e garantida pelas cláusulas constitucionais, no entender daquele tribunal.

“(…) as proibições persistiam pelo Brasil até que, em 2011 na cidade de São Paulo, manifestantes impedidos judicialmente de marchar insistem na realização do evento e são fortemente violentados pela tropa de choque da polícia militar das ruas da capital paulistana. Alguns dias depois do ocorrido, o Supremo incluiu na pauta de julgamento as ações inerentes à Marcha da Maconha para decidir sobre sua legalidade” (OTERO, 2013: 13).

Desde então a Marcha tem crescido bastante, alcançando no de 2017 muitos milhares de manifestantes nas ruas do centro de São Paulo. Se inicialmente os organizadores alertavam contra o ato de fumar no

protesto por conta da possibilidade de forte repressão policial hoje os atos são lidos como formas de desobediência civil e tal atitude passa a ser tolerada, quando não admirada. Esse crescimento também se dá por meio do chamado anti-proibicionismo interseccional e por meio de aproximação com outras causas. Foi em São Paulo que surgiu a feminista anti-proibicionista. Essa diversidade de pautas articuladas com o anti-proibicionismo, além da própria diversidade desse campo (que em última instância possui apenas a oposição ao proibicionismo em comum), é refletida em sua manifestação realizada em alas. Assim, é possível falar de algumas alas, mas seguramente não de todas, porque, assim como no Rio, o público é tão vasto que nem todo mundo que chega informa e se articula com a organização central.

Entre as alas que foi possível constatar em pesquisa de campo realizada em 2014 em São Paulo estão a ala da feminista anti-proibicionista, a dos cultivadores, a do uso medicinal (essas últimas com articulações do Grow Room, assim como no caso carioca), a da esquerda canábica, a dos alucinógenos, a do uso religioso e a do uso recreativo. Cada uma delas com sua própria diversidade interna, exibindo a heterogeneidade de atores que esse evento conseguiu reunir em marcha na capital paulista. Ainda assim, tamanha diversidade não resulta em consenso, e nesse caso também há divergências, dentro dos recortes já apresentados, e conflitos, que no entanto, não impedem uma mínima impessoalidade do processo de construção da Marcha, a renovação e recrutamento de quadros e a viabilização da manifestação, que cresce a cada ano. De acordo com um ativista entrevistado,

“(...) participo da marcha já há alguns anos em São Paulo, desde o tempo em que era proibida, a partir do coletivo em São Paulo, que é formato de alguns coletivos e de vários indivíduos diversos, muitos rotativos, inclusive. De lá pra cá a gente tem feito a marcha de São Paulo, tem crescido o apoio, tem crescido as interlocuções com outros movimentos e vamos fazer de novo esse ano, 2013 vai ser a nosso sexto ano de marcha em São Paulo...” (Ativista de São Paulo 1, entrevista realizada em Brasília dia 3 de maio de 2013).

Mesmo diante desse quadro diverso, há certa hegemonia em torno de algumas ideias, muitas delas mais próximas de uma leitura classista e interseccional do anti-proibicionismo, que refletem na natureza do movimento, que por ler a Marcha enquanto uma rede de

unidades autônomas procura buscar sua autonomia em relação a partidos e empresas e desenvolve outras técnicas para financiar seu movimento, de acordo com uma ativista,

Bom, a Marcha da Maconha funciona no Brasil em rede, então cada Marcha da Maconha em cada cidade se auto organiza, então, o financiamento de cada marcha se dá de forma diferente. Em São Paulo a gente tem muita preocupação de não se atrelar a nenhum partido político, a nenhuma empresa, enfim, então tem esse cuidado do financiamento. A cada ano a gente pensa numa coisa diferente, no ano passado, talvez tenha sido exemplo de maior sucesso de financiamento da Marcha da Maconha em São Paulo, a gente usou o Catarse, que é um site de crowdfunding, que as pessoas dão dinheiro, quem quer, e se não completa o valor que a gente tinha pedido, o dinheiro volta pras pessoas que contribuíram. E a gente conseguiu quinze mil reais por meio do crowndfunding. (...) ano passado era novidade as pessoas contribuírem, a gente pensou que o segundo ano seguido não faria tanto sucesso quanto no ano anterior, então esse ano a gente tá pobre, e a gente tem vendido camiseta, feito festa, vendido cerveja, e passado chapéu, vaquinha, enfim (Ativista de São Paulo 2, entrevista realizada em Brasília, 3 de maio de 2013).

É interessante notar que o dinheiro obtido para a realização da Marcha não foi utilizado apenas na realização do evento, foi utilizado para confecção de materiais informativos, mais uma vez tornando claro o argumento de que a Marcha em si pode ser interpretada como um movimento social. Isso é fundamental para compreender a capacidade de dispersão territorial e o recrutamento de novos quadros para os movimentos sociais contemporâneos pois permite vislumbrar: como o discurso anti-proibicionista é sintetizado em forma de um material viável de grande circulação; como esse material extrapola a própria realidade em que foi elaborado e leva o discurso para outros lugares, tornando a realidade de origem um núcleo difusor do movimento em questão. A camiseta da Feminista Anti-proibicionista (confere imagem 7) ilustra muito bem não apenas como esse fenômeno ocorre como também a força da articulação realizada e ainda o poder do núcleo

difusor paulista em expandir sua forma de ler as pautas e formas de luta para o país como um todo.

### 1.11 CURITIBA

A construção da Marcha da Maconha na cidade de Curitiba é formada por Coletivos e independentes, apesar de ainda ser bastante incipiente (quando comparada com as realidades onde a Marcha já tem mais de uma década de existência) apresenta rápido crescimento. Seus quadros são predominantemente universitários, com forte influência da Universidade Federal do Paraná. Há preocupação entre os organizadores em não se limitar à Marcha anual e manter um calendário de atividades “de conscientização” o ano todo, envolvendo inclusive professores dessa universidade, o que auxilia na manutenção de certo público interessado na pauta anti-proibicionista. O público não se restringe à própria cidade de Curitiba, contemplando as muitas cidades ao redor. Até o ano de 2014 o financiamento se dava por meio de doações e não havia um meio de financiamento “oficial”. Dessa forma, boa parte do material utilizado era emprestado (de outras organizações e movimentos) ou doado por membros da organização. Segundo as entrevistas, não há contatos fortes nem com partidos, nem com empresas do ramo.

### 1.12 FOZ DO IGUAÇU.

Além da capital, no Paraná também foi possível analisar, através de entrevistas, a organização das Marchas de Foz do Iguaçu e Londrina. Na cidade de Foz, estratégica pela tríplice fronteira e possivelmente passagem obrigatória para o tráfico tanto de entorpecentes quanto de muitos outros tipos de mercadoria ilegal, a Marcha começou no ano de 2013. Sua organização também é marcada por forte influência do meio universitário, se reunindo na Universidade da Integração Latino Americana, a UNILA, universidade essa que se destaca por ser ainda bastante recente e por ser muito cosmopolita, devido à presença de estudantes não só de todo o Brasil mas de toda a América Latina, com aulas ministradas em português e em espanhol. Assim, o nome do evento acabou por ficar “a Marcha das Três Fronteiras”. O evento se financiava, até o momento da entrevista, em 2013, (pelo menos) através das vendas de camisetas, e contava com uma organização bastante modesta em relação às Marchas das grandes capitais. Mesmo realizando os protestos, os atores sociais envolvidos nessa Marcha demonstraram pouca fé na democracia atual, indicando

seus vícios e sua incapacidade de resolver demandas populares (interpretando a legalização da canábis entre essas demandas). Cabe notar que em muitos casos a ação política por meio de movimentos sociais e a disputa pela esfera pública se dá em constante frustração em relação à política “tradicional”, isto é, aquela voltada para os partidos e a representação formal nas instituições estabelecidas<sup>53</sup>. Isso faz diferença na postura do movimento como um todo, conforme os dados e a forma das lutas permitem perceber: a luta avança no meio jurídico, mas não no meio parlamentar e avança bem pouco no meio partidário.

### 1.13 LONDRINA

Já na cidade de Londrina, apesar da presença de uma importante universidade, a UEL, os grupos organizadores não são tão influenciados pelo meio universitário como em outras realidades. Assim, os organizadores são em geral jovens interessados no tema e empresários locais. Há clara influência do Grow Room, principalmente no que tange ao formato e ao discurso que legitima o protesto. Em Londrina o movimento se forma com o nome “Coletivo Marcha da Maconha Londrina” mostrando o quanto o controle desses eventos foge das expectativas dos seus criadores e se configura fortemente enquanto movimento social. Outro aspecto que destoa de outras realidades é que apesar da expectativa de violência policial por parte de organizadores e de parte do público, essa não se concretizou, e as Marchas ocorrem desde 2015 sem repressão policial.

Assim como em outras cidades, os organizadores da Marcha de Londrina são bastante desconfiados em relação aos partidos, o que não os impediu de receber franca ajuda (quadros, materiais e dinheiro) do PSOL. Boa parte do financiamento de 2015 se deu com a venda de camisetas da Marcha e essa só foi possível graças ao dinheiro do partido que serviu de capital inicial para que fossem estampadas. Essa contradição é presente na maioria das realidades, por um lado os partidos como PV e PSOL ajudam esse tipo de evento, e mesmo assim, talvez por uma imagem de demonização da esfera política pelos aparelhos midiáticos cumprindo os interesses mais obscuros (confere

---

<sup>53</sup>

Confere Huntington (1969) para uma breve visão acerca de como as frustrações e as narrativas sobre a própria ação nos meios políticos e econômicos, lidos pelo autor como públicos e privados, permite traçar uma analogia entre as frustrações com o meio político tradicional e a ação na chamada esfera pública.

Souza 2017) ajude a explicá-la. Além dos contatos no PSOL a organização também conta com contatos na organização da Marcha das Vadias (evento dentro da já explicada nova onda de feminismo contemporâneo), com o grupo Londrina Cultural e com os Anonymous<sup>54</sup> Londrina. Quanto a esse último grupo, seu contato com a Marcha é interessante por ser um caso único no Brasil todo (até onde os dados coletados em campo e nas demais pesquisas permite afirmar) e por ser esse um grupo com um discurso francamente anti-estatal (“de direita”), o que marca decisivamente o discurso da Marcha da Maconha Londrina. Esse grupo também esteve ligado às muitas manifestações desde 2013.

Devido à desconfiança apresentada quanto aos partidos e à presença desse grupo de direita é possível afirmar que o discurso nesse caso é bastante liberal e em boa medida interseccional. Sob a bandeira da “liberdade individual” e a aproximação de empresários locais há uma visão bastante voltada para a canábis como um produto de mercado. Ou seja, para além da legalização do uso, seja recreativo ou medicinal (dicotomia<sup>55</sup> essa que é por vezes questionada), há forte defesa do uso industrial da planta e da exploração plena de seus potenciais econômicos que estariam sendo negados pelo atual quadro proibicionista. Assim, mesmo diante da ausência de consenso em torno dos possíveis modelos de legalização, nesse caso é possível falar em algum consenso em torno de tendências privatizantes no que tange às possibilidades existentes no horizonte. Existe também certa preocupação em não haver lideranças formais e na manutenção de certa horizontalidade na organização do movimento. Assim, apesar de bastante incipiente, a Marcha de Londrina

---

<sup>54</sup> Trata-se de um grupo de ativistas e hackers que se inspiram na estética do filme 'V de Vingança' (2005), usam a máscara do Guy Fawkes, tornada célebre por esse filme e se caracterizam por certo ativismo on-line (“terrorismo” segundo suas vítimas e opositores), no Brasil suas ações se vieram à tona a partir de 2013 e seu discurso é francamente anti-estatal. Para maiores informações confere o site <https://www.anonymousbr4sil.net/2016/06/parte-da-experiencia-da-anonymousbr4sil.html>.

<sup>55</sup> O discurso pela legalização para fins medicinais, conforme demonstra trabalho de campo, destoa do discurso pela legalização para fins recreativos em pelo menos dois pontos: o público, que em geral é mais velho e mais próximo de um contexto familiar no caso do uso medicinal e mais jovem e universitário no caso do uso recreativo, o argumento medicinal é visto com desconfiança por alguns ativistas que argumentam que retirar o usuário do sistema policial para colocado no sistema médico não resolveria os problemas decorrentes da proibição.

se parece muito com outras Marchas, destoando apenas pela presença dos “Anonymous” em sua organização.

#### 1.14 FLORIANÓPOLIS

Na cidade de Florianópolis a Marcha da Maconha já é um evento de mais de uma década, sendo essa uma das primeiras cidades do Brasil onde o movimento anti-proibicionista tomou esse formato de lutas. Apesar da influência inicial ser obviamente da realidade carioca e por vezes receber influência da Marcha de São Paulo, é possível afirmar que trata-se de uma realidade peculiarmente própria e que funciona como um forte núcleo difusor na região sul do país. Seu início e consolidação se deu entre os anos de 2006 e 2008, tendo a fundação do Instituto da Cannabis como um marco em suas lutas. Isso porque nessa cidade as primeiras organizações da Marcha da Maconha já contavam com quadros experientes, compostos por membros do Movimento Passe Livre, forte ator social da década passada na capital catarinense, por membros de movimentos estudantis e por militantes de partidos como o PT e PDT, além de juventudes de organizações de esquerda. Isso permite que em pouco tempo o núcleo difusor de Florianópolis já conte com um discurso próprio, uma organização própria – que difere das demais por não temer nem a institucionalização e nem a hierarquização decorrente da mesma, o que pode proporcionar eficiência em seus primeiros momentos – e com relativa influência a nível nacional (tanto a ponto de trazer a copa canábica – confere nota 12 – para essa cidade em mais de uma edição).

O Instituto da Cannabis (ICA) foi fundado em 2007, e durante 2011 a 2013 lutou para ser socialmente reconhecido, até por fim conseguir seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. Trata-se de uma organização voltada para fins acadêmicos, políticos e comerciais da planta, que funciona como uma associação, onde os associados elegem lideranças temporárias (presidentes). Além de promover as Marchas da Maconha em Florianópolis e outras cidades catarinenses também promove eventos como festas, shows, e atividades acadêmicas como simpósios (confere imagem 11) e palestras, sendo a primeira 'entidade canábica' a conseguir ter reconhecida juridicamente sua existência e após longo processo possui CNPJ. Realiza também a venda de camisetas, livros, revistas, sedas e outros produtos ligados ao consumo da famigerada planta.

O Instituto da Cannabis nasceu em 2007, a partir de uma iniciativa dos alunos da Universidade Federal de Santa Catarina. Criado por estudantes submetidos a um cotidiano de perseguição, extorsão, preconceito e ameaças aos usuários de Cannabis spp. por parte dos traficantes, da sociedade civil e do Estado, o InCa promove pesquisas, estudos e debates acerca da Cannabis spp. em seus diversos usos, dentre eles o recreativo, industrial e medicinal. (...) Além da Marcha, o InCa realiza desde 2011 um seminário acadêmico anual para discutir a política nacional de drogas e temas relacionados. Nestes seminários participam convidados de diferentes áreas do conhecimento e de diversas instituições, o que tem sido muito rico para este debate no Brasil. Em 2010 o InCa solicitou seu registro como uma Organização da Sociedade Civil em cartório, essa iniciativa gerou um processo judicial impetrado pelo Ministério Público Estadual e apoiado pela mídia que perdurou por três anos. Em 2013, vitorioso no processo e autorizado pelo Tribunal de Justiça de SC (processo 023.11.008622-0), o InCa tornou-se a primeira entidade social-canabica do país. (<http://institutodacannabis.com/>).

O plano de seus fundadores era receber doações e estabelecer parcerias nacionais e internacionais através do Instituto, uma vez que seu CNPJ fosse consolidado. Apesar de não se confundir formalmente com a Marcha da Maconha, na prática a história do Instituto e da Marcha se confundem, sendo necessário explicar seu funcionamento para explicar as lutas anti-proibicionistas e conseqüentemente a Marcha da Maconha na realidade catarinense. Formado predominantemente por estudantes da economia da Universidade Federal de Santa Catarina, o Instituto da Cannabis funcionou durante muito tempo como uma empresa: produzia e vendia materiais, possuía uma espécie de gerência razoavelmente especializada, contratava funcionários e divulgava sua marca. Cabe notar que esse é um dos poucos casos em que uma logomarca alternativa (ora complementar) àquela lançada em 2006 no Rio de Janeiro (confere imagem 9). Parte significativa do lucro arrecadado era para o financiamento da Marcha da Maconha de Florianópolis, que até 2015 acontecia na Beira Mar Norte. A outra parte

dos lucros, além de pagar os gastos com recursos humanos e materiais, financiava outros eventos, todos de caráter canábico. Tais eram os Seminários do Instituto da Cannabis (confere imagem 10), que precediam a Marcha em alguns dias e atraíam nomes famosos do anti-proibicionismo nacional para uma série de debates e palestras na UFSC, e as festas temáticas na sede do instituto.

Imagem 9. Logo do Instituto da Cannabis:



(Fonte: institutodacannabis.com)

Infelizmente, apesar do breve sucesso, o Instituto já não se encontra mais ativo<sup>56</sup>. É difícil explicar todas as razões que podem ter levado a isso<sup>57</sup>, ainda assim, para esclarecimento do leitor cabe elencar algumas: seus quadros mais antigos, em geral universitários, acabaram por se formar ou desistir do curso, o que os levou a deixar a cidade de

---

<sup>56</sup> Há até o ano de 2018 tentativas de reavivar o Instituto, no entanto, com seus quadros dispersos pelo país e pelo mundo, como geralmente acontece com os núcleos organizadores formados predominantemente por universitários (que se formam e são levados a deixar a cidade onde até então viviam) e os rigores do estatuto quanto a importância da anuência desses quadros para os processos de continuidade, segue na prática parado. Até que alguém consiga resgatá-lo.

<sup>57</sup> Ainda mais porque se tratam de questões de cunho predominantemente pessoal que dificilmente enriqueceriam a experiência sociológica se fossem abordadas em detalhes.

Florianópolis, deixando os quadros novos com pouca experiência organizativa, sem lideranças claras que pudessem dar a linha diante das divergências que inevitavelmente surgem, e amarrados a um estatuto que priorizava a participação desses sócios-fundadores para a manutenção da instituição. Os novo quadros, aliados a outros agentes que se interessaram pelo tema puderam continuar realizando a luta anti-proibicionista, mas ainda não conseguiram resgatar o instituto e colocá-lo em funcionamento como era anteriormente (pelo menos até o ano de 2018).

Imagem 10. Cartaz Divulgação Seminário do Instituto da Cannabis de 2012:

**2º SEMINÁRIO "Perspectivas de mudança na Política de Drogas"**

**UM BRASIL MAIS LEGAL**

**31/05 E 01/06**

**AUDITÓRIO DO CSE - CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO - UFSC**

Programação

**31 de Maio - Quinta-feira**

**16:20hs** Abertura: "O que é o InCa?"  
Apresentação do InCa e da programação da Marcha da Maconha 2012

**18:00hs** A História da maconha em Florianópolis e "O que é o 4:20?"  
Lucas Lichy (Pesquisador e Tesoureiro do InCa)

**20:00hs** Coquetel

**1 de Junho - Sexta-feira**

**09:30hs** Abertura

**10:30hs** Discussão "Drogas e Cultura"  
Dr. Henrique Carneiro (Historiador/USP), Dr. Marcelo Mayora (Adv. Marcha POA), Dra. Mariana Garcia (Adv. Marcha POA), Dr. Gerardo Santiago (Adv. Marcha Nacional)

**13:00hs** Oficina de Arte "Liberdade de Expressão"

**14:00hs** Discussão "Drogas e Saúde Pública"  
Daniel Feliciano (Exec. Sênior Ind. Farmacêutica, Dr. Ari Sellaer (Psiquiatra e Sup. de CAPS), Emerson (RD/PMF)

**17:00hs** Discussão "Drogas e Segurança Pública"  
Dr. Orlando Zacconi (Del. Polícia Civil-RJ), Dra. Maria Lúcia Karam (Ex-Juíza e representante da LEAP/Brasil), Dr. Gerardo Santiago (Adv. Marcha Nacional)

**20:30hs** Apresentação da "Carta de Florianópolis" com propostas de mudanças na política pública de drogas e assinatura dos presentes

Apelo do seminário: **FUNJAB**, **CSE**, **UFSC**, **Instituto da Cannabis**, **InCa**

Realização: **InCa**

instituto dacannabis.wordpress.com

Informações: florianopolis@marchadamaconha.org - institutodacannabis@gmail.com

Adap. por: [imgagem.com.br](http://imgagem.com.br)

Recicla-se!

Não role de novo póssimo

(Fonte:

<https://www.facebook.com/MarchadaMaconhaFloripa/photos/a.446950392050724.1073741826.309912935754471/446950428717387/?type=3&theater> ).

Durante sua fase de vida ativa era um importante polo e núcleo de discurso anti-proibicionista e influenciava a formação de Marchas da Maconha por todo o Estado de Santa Catarina, além de contribuir

significativamente em eventos de cunho nacional (ou carioca) como a Copa Canábica (confere nota 12). Seu primeiro presidente saiu candidato a cargos parlamentares a nível estadual e municipal, não sendo eleito, mas ainda assim chegando próximo a isso. Atualmente encontra-se filiado ao PSDB seu discurso é liberal, aliando empreendedorismo e legalização. Foi sucedido por um estudante de economia que trabalhou durante muito tempo no PDT<sup>58</sup> e que não media esforços para promover a pauta anti-proibicionista. Com a mudança desse presidente para a Califórnia, seu vice, um estudante da biologia que já foi mais engajado, justamente no período em que era universitário, é oficialmente o presidente atual, embora o Instituto encontre-se na prática parado.

Durante seu período de maior atividade o Instituto da Cannabis foi um importante núcleo difusor: produzia materiais próprios (dentro de seu discurso predominantemente liberal); recrutava novos quadros; levava projetos de Marcha da Maconha para demais cidades; angariava fundos para a causa; circulava materiais de outras cidades (com destaque para a venda das revistas *Sem Semente* e de diversos livros sobre o tema); participava de eventos como as Copas Canábicas; levava seus quadros para outras Marchas (como a do Rio, a de São Paulo, a de Porto Alegre e a de Brasília); levava a causa para dentro do meio político; articulava-se para a divulgação da causa tanto nas mídias oficiais e tradicionais quanto nas novas mídias; promovia eventos de cunho lúdico e acadêmico dentro do tema; e finalmente, organizava a Marcha da Maconha na cidade de Florianópolis. Dessa forma, esse instituto, embora atualmente apagado, foi decisivo na consolidação da pauta anti-proibicionista e do formato Marcha da Maconha tanto a nível catarinense quanto nacional. Nos dias atuais sua influência ainda é nítida, sobretudo na atual organização da Marcha da Maconha em Florianópolis. É interessante notar que foi um dos únicos casos de institucionalização da luta, e de fortes articulações tanto no meio político quanto no meio empresarial. Isso porque marcas como Green Power e Gizan sempre apoiaram tanto o Instituto quanto patrocinaram

---

<sup>58</sup> Teve seu afastamento do partido ocorrido devido a uma acusação de que o mesmo fumava a famigerada planta em questão em uma manifestação na UFSC envolvendo usuários que resistiam a uma invasão da polícia federal. Apesar de uma foto comprometedora no jornal local, a pesquisa de campo acurada permitiu saber tratar-se um cigarro de tabaco solto e enrolado a mão, o que não impediu a mídia local de persegui-lo, segundo o mesmo, motivada por questões políticas locais.

as Marchas, além é claro, da influência dos já citados partidos.

Conforme diminui a importância e a centralidade do Instituto da Cannabis na luta anti-proibicionista na realidade catarinense, a organização da Marcha da Maconha de Florianópolis experimenta algumas transformações. Seus quadros agora são antigos membros do Instituto que permanecem na cidade (mas que sozinhos não conseguem reerguer o instituto por questões formais já mencionadas), membros do PSOL, empresários locais ligados ao mercado canábico (com destaque para a loja de produtos de jardinagem e tabacaria Cultiva<sup>59</sup>) e membros oriundos de Marchas de outras cidades. Seu trajeto mudou da Beira Mar Norte para o centro da cidade (onde pelo primeira vez ocorreu conflito com a polícia) e seu público vem se diversificando. Apesar dos eventos lúdicos ainda ocorrerem, os eventos acadêmicos ligados ao Instituto são algo do passado (embora os ativistas participem de outros eventos acadêmicos ligados ao tema, como o I Simpósio Plantas e Substâncias de Uso, recentemente realizado<sup>60</sup>). Atualmente a organização aposta em parcerias com coletivos já organizados na cidade, como as Batalhas de Rap, numa tentativa de popularizar a causa da Marcha, que em sua leitura andava muito restrita ao meio universitário (confere imagem 11).

---

<sup>59</sup> <https://cultivagrowshop.com.br/> .

<sup>60</sup> <https://plantasesubstancias.wixsite.com/plantasesubstancias> .

Imagem 11. Batalha de RAP na Marcha de Florianópolis 2017.



**Fonte:**

<https://www.facebook.com/MarchadaMaconhaFloripa/photos/a.431168943628869.96176.309912935754471/1352801278132293/?type=1&theater>.

Os resultados disso apenas o tempo pode trazer, mas cabe afirmar que a atual organização não goza nem do poder de mobilização nem da influência a nível estadual e nacional de outrora. Finalizando, o discurso liberal predominante nos tempos do Instituto vem sendo questionado por uma leitura mais classista e interseccional da causa anti-proibicionista, que culmina na criação da Caminhada Anti-proibicionista, que visa complementar e expandir as pautas da Marcha da Maconha na cidade. A Caminhada Anti-proibicionista (confere imagem 12) foi criada em paralelo à organização da Marcha da Maconha de Florianópolis no ano de 2017, por alguns organizadores de longa data que já concordavam quanto à limitação da pauta quando focada especificamente na liberação da *cannabis*. Assim, essa concordância em torno de uma visão de anti-proibicionismo interseccional e classista fez com que essa nova ideia fosse colocada: caminhada por ser algo mais leve e menos militar que o termo “marcha” e anti-proibicionista por ir mais além do que a liberação/legalização apenas da *cannabis*, propondo, portanto, pautas como a legalização de todas as chamadas drogas e a legalização do aborto, dentro de uma ideia

ampla de liberdade dos corpos.

Imagem 12. Caminhada Anti-proibicionista.



Dessa forma, restam ainda ao menos três coisas a serem ditas acerca da Marcha da Maconha de Florianópolis: o papel dos eventos do Instituto na criação e manutenção de circuitos canábicos onde a pauta anti-proibicionista pode encontrar público; as transformações ocorridas desde a perda de predominância do desse instituto na construção da Marcha anual; as reconfigurações que levaram à criação da Caminhada Anti-proibicionista. Os eventos do Instituto, sejam acadêmicos ou lúdicos, acabaram por engendrar circuitos canábicos que permitiram criar e manter uma “cena anti-proibicionista” na cidade de Florianópolis ao oferecer espaços onde não apenas os ativistas e interessados no tema poderiam se conhecer e se encontrar como também os colocava em contato com ativistas, pesquisadores e organizadores da Marcha a nível nacional. Com o encerramento dessas atividades o movimento foi obrigado a encontrar novos espaços e isso ainda encontra-se (até 2018) em fase de experimentação, com poucas experiências que se mantiveram, entre elas a bem sucedida parceria com as batalhas de RAP da cidade. Além disso, a presença de novos membros e a reconfiguração da pauta em torno da Caminhada Anti-proibicionista procuram suprir o movimento com os estímulos acadêmicos que eram oferecidos pelos Seminários do Instituto. Em dinâmica transformação, o movimento em Florianópolis segue sua luta.

### 1.15 BALNEÁRIO CAMBORIÚ

A Marcha da Maconha de Balneário Camboriú passa a acontecer por nítida influência da organização de Florianópolis através

do Instituto da Cannabis. No ano de 2013 sua manifestação ocorreu na praia, de modo a não atrapalhar o trânsito, se configurando em um ato de caráter mais lúdico do que de protesto. Ainda assim, o consumo da substância em questão, politizado através do discurso da Marcha, já é suficiente pra configurar desobediência civil. Além da presença dos quadros de Florianópolis, a organização conta com empresários locais e políticos tradicionais da cidade, num caso muito *sui generis* uma vez que em geral as entrevistas demonstram que os organizadores desse tipo de movimento desconfiam muito da “política tradicional” (isto é, representação institucional partidária). Seu financiamento se deu por meio de doações e ajuda do Instituto da Cannabis, além da arrecadação de fundos por meio de eventos (festas) e da venda de camisetas (fornecidas pela organização de Florianópolis). Segundo as entrevistas, trata-se de uma realidade polêmica, onde a Marcha teria sido feita a revelia da prefeitura, divulgada por meio impresso e pelas redes sociais. O discurso é bastante alinhado com a visão liberal e específica da legalização da canábis, “não é químico” (ativista Balneário Cambóriu 2, em entrevista realizada em 8 de julho de 2013) e a organização bastante incipiente. O caso de Balneário também pode ilustrar certa “zona de influência” que a organização de Florianópolis adquiriu em 2013, onde através de parcerias se fez presente em demais manifestações pelo Estado. Até onde se sabe, por meio de trabalho de campo, as Marchas seguem sendo realizadas nessa cidade até 2017, mas com menor participação da organização de Florianópolis desde 2016.

#### 1.16 PORTO ALEGRE

A Marcha a Maconha de Porto Alegre conta em sua organização com pesquisadores de diversas áreas, da saúde à sociologia, além de profissionais da saúde e do direito, estudantes, partidários e independentes. Seu principal núcleo organizador se dá através do Coletivo Princípio Ativo, que também imprime seu próprio jornalzinho, “o Camarão”, que circula informações anti-proibicionistas pela cidade. Seus contatos incluem o Instituto da Cannabis de forma específica para assuntos jurídicos, o Bloco Planta na Mente no que tange às músicas para a manifestação, e aos profissionais da saúde vinculados a ideia de Redução de Danos no que tange ao tom de seus discurso. Nessa realidade os organizadores chegaram a comentar a influência das manifestações de 2013 na esfera pública brasileira e seu impacto na Marcha. Constatando não haver risco de emparelhamento, seus organizadores creem que o anti-partidarismo decorrente dessa época é

uma “onda errada” (Ativista Porto Alegre 4, entrevista realizada em 17 de maio de 2014). Há certo consenso quanto à relevância do modelo uruguaio, e em torno de uma leitura mais classista da luta anti-proibicionista.

Há, como em toda parte, forte influência do meio universitário, preocupações quanto a horizontalidade da organização e do debate amplo e aberto. Seus organizadores afirmam uma “aposta no debate coletivo” e uma busca por “mais que um modelo de legalização, um outro olhar sobre a política de drogas” (idem). De acordo com um ativista,

A organização da Marcha esse ano foi muito bonita porque a gente conseguiu chegar em Porto Alegre em uma dimensão que a Marcha é da cidade, não é de um coletivo só. O Princípio Ativo, junto com o ICA<sup>61</sup>, nos primeiros anos da Marcha foi quem mobilizou muitos recursos, inclusive jurídicos, pra Marcha acontecer, de 2008 a 2010 foi via habeas corpus que a gente conseguiu mobilizar as pessoas, a gente tem companheiros criminalizados, então vários de nós circulam em vários coletivos, que discutem a ocupação do espaço público, a criminalização dos movimentos sociais. Então a gente conseguiu nesse articulação de diversos espaços trazer pra marcha diversos coletivos, então a marcha hoje é da cidade, cada coletivo trouxe sua proposta, sua discussão, vários coletivos mobilizaram suas discussões durante as semanas, então tivemos muitas rodas de conversa, as principais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mas foi aí um processo muito lindo, tamo aí puxando um bloquinho de carnaval, primeira vez que a gente faz uma coisa mais organizada, inspirada aí no pessoal do Rio, Planta na Mente. **Eu fui na**

---

<sup>61</sup> Instituto de Criminalologia e Alteridade, não confundir com o Instituto da Cannabis, organizado pelo Salo de Carvalho, assessor e advogado da Marcha de Porto Alegre em seus três primeiros anos, de 2008 a 2010, grupo composto por ativistas e estudantes contra questões de criminalização do pensamento, nas quais entendem a Marcha da Maconha quando foi criminalizada (informações cedidas pelo entrevistado e registradas em áudio).

**Marcha do Rio, já fui na Marcha de Brasília, na Marcha de São Paulo, a gente vai conhecendo e se articulando como faz a marcha um momento arco íris, assim, de celebração da luta, de articulação de várias pautas, então... acho bonito cara!** No início, tem um histórico, aqui da Marcha de Porto, de algum partido se ocupou de aparelhar o movimento e naquele momento a gente se colocou meio distante dessa perspectiva, assumindo que não é pauta de um partido só, são de vários, então a gente quer mobilizar recurso, informação pras pessoas que são filiadas puderem construir dentro de seu partido a história do programa de governo... e acho que de alguma maneira a Marcha ela tem conseguido mobilizar jovens que fazem discussões dentro de seus partidos visando o programa. Hoje a gente não corre o risco de emparelhamento, mas a gente sabe que cada vez mais em alguns partidos, poucos ainda, a pauta ela se amplia mais em uma visão anti proibicionista, que a pauta de drogas tá em qualquer partido, geralmente proibicionista, reacionária. Então a gente vê como interessante pessoas se aproximarem desses movimentos pra se articularem no sentido de eles disputarem dentro do partido deles o programa. Porque não adianta eleger um deputado se a pauta não é consenso no partido, a gente tem total noção disso. É doação, a galera bota do bolso. **É autônoma total, independente, popular, a ideia é essa, de um movimento autônomo e popular, o Princípio Ativo, por exemplo, ele não tem estatuto de ONG, não tem CNPJ, nada, é só um coletivo, instituído pelo grupo, pelo nome, mas não tem nenhuma perspectiva de ganhar recursos, enfim, tem uma visão um pouco mais de coletivo, não no sentido emparelhado, instrumentalizado, mas como um coletivo plural mesmo, muito móvel, muito dinâmico** (Ativista de Porto Alegre 2, grifos meus, entrevista realizada em 17 de julho de 2014).

Assim, a Marcha de Porto Alegre se mostra bastante integrada às redes e às atividades de outras marchas a nível nacional, além de um

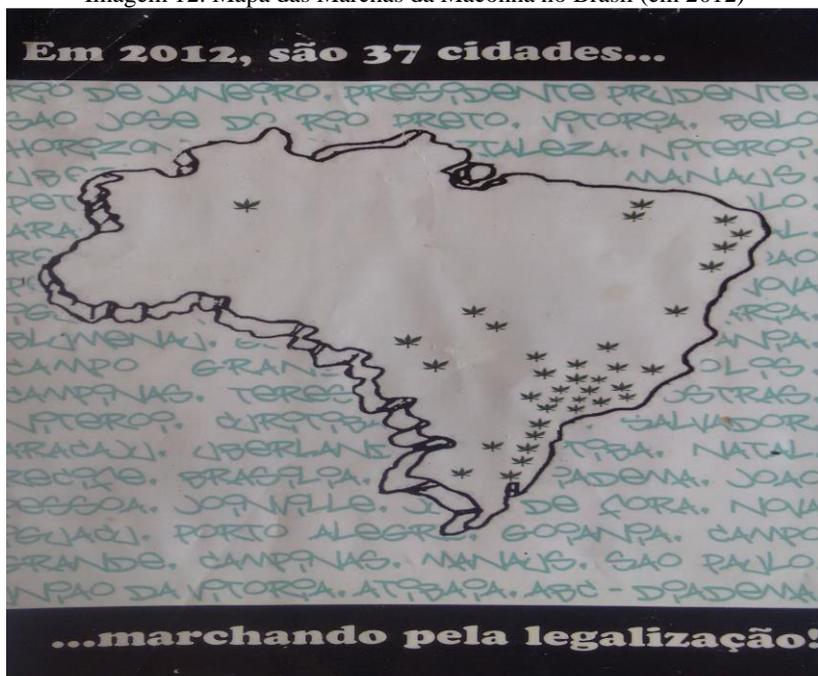
modelo de financiamento e recrutamento (com destaque para a influência da universidade) semelhante às demais realidades. As maiores diferenças se dão em relação a proximidade com profissionais da saúde e às práticas de divulgação. A proximidade com os profissionais da saúde traz o discurso da redução de danos pra Marcha e amplia em boa medida sua noção de anti-proibicionismo da *cannabis* para as demais substâncias criminalizadas e projeta solidariedade em relação a grupos, como os usuários de crack, também afetados pelas políticas de proibição e suas consequências.

Quanto às práticas de divulgação, além das já tradicionais mídias novas e dos panfletos, há a distribuição do próprio jornal e a colagem de cartazes pela cidade chamando para o evento, prática essa aprendida com os anarquistas da cidade e que pude acompanhar em pesquisa de campo. Seria essa mais uma forma de desobediência civil a ser acrescentada ao repertório dos movimentos sociais contemporâneos? A marcha de Porto Alegre, até onde consta na pesquisa de campo, é pacífica, bem organizada, diversa mas com um consenso em certa leitura classista e interseccional na luta anti-proibicionista e, de acordo com os envolvidos, apresenta amplo potencial de crescimento.

#### 1. 17 A DISTRIBUIÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES NO TERRITÓRIO NACIONAL

Um mapa da incidência das Marchas da Maconha em território nacional pode indicar uma concentração de manifestações na região sudeste, alguns pontos na região sul, e diversos pontos no litoral da região nordeste, mas apresenta poucos casos nas regiões centro-oeste e norte do país. Baseado nesses dados é possível concluir que as manifestações desse tipo refletem algumas das desigualdades regionais da realidade brasileira. A imagem 12 encontra-se levemente desatualizada (2012), mas ainda assim é bastante útil para mapear a incidência da Marcha da Maconha pelo país.

Imagem 12. Mapa das Marchas da Maconha no Brasil (em 2012)



(contracapa da Cartilha Informativa distribuída pelo Coletivo DAR na Marcha da Maconha de São Paulo em 2012).

Foi possível saber por meio dessa pesquisa que existem Marchas da Maconha em algumas capitais do norte e do centro-oeste, como Macapá e Cuiabá, mas essas no entanto, não puderam ser devidamente acompanhada, de forma que pouco se sabe sobre o movimento anti-proibicionista nessas regiões além do fato de que ele se existe em algumas capitais. Os contatos com ativistas dessas realidades se deu durante a pesquisa, no entanto os dados levantados são insuficientes para traçar uma análise séria sobre elas. O que é possível afirmar é que devem se tratar de formações bastante incipientes devido ao fato de se encontrarem pouco inseridas no cenário nacional (não há muita participação dos núcleos dessas cidades nos fóruns de participação nacional nem mesmo a nível virtual, pelo menos até meados de 2018).

Por hora cabe afirmar que as manifestações desse tipo são mais características nas regiões aqui estudadas, até 2018, sem no entanto acreditar que isso esgota a possibilidade desse movimento de se

expandir para as cidades do norte e do centro-oeste. Uma hipótese é a de que o contexto dessas realidades possa ser mais conservador quanto ao tema e portanto menos propício à tolerância desse tipo de manifestação por parte das autoridades locais, mas trata-se apenas de um breve palpite que somente as pesquisas futuras podem confirmar ou refutar. Por hora cabe apenas afirmar é que se a pesquisa não se dirigiu a essas realidades foi devido ao peso de outras realidades mais consolidadas no cenário anti-proibicionista dentro da realidade nacional.

### 1.18 MARCHAS DA MACONHA DE NORTE A SUL DO PAÍS

Essa análise de Marchas da Maconha de norte a sul do país permite trazer informações em ao menos três níveis: 1) como surge e se expande um movimento social contemporâneo; 2) como é sua dinâmica de lutas internas e externas e como isso afeta o próprio marco de lutas e ação de outros agentes nessa realidade; 3) quais as consequências das formações discursivas para o potencial de ação desses agentes diante da complexidade das sociedades contemporâneas no avanço de suas pautas. Quanto ao primeiro, a existência de circuitos canábicos prévios, sua mobilização política através do discurso que se projeta em movimento social, a ação de canais de mídia especializados e centros difusores explicam em boa medida essa questão. Quanto ao segundo a pesquisa de campo permite demonstrar o quanto as colocações normativas tanto acerca da pureza hermética desses movimentos quanto acerca da horizontalidade interna caem por terra e é possível afirmar tratar-se de um espaço bastante político apesar de avesso às noções de política formal (isto é, partidário e parlamentar). Na opinião desse pesquisador a consequência disso é a dificuldade de lidar com atores estratégicos no campo de lutas, os partidos e sindicatos por exemplo, e a consequente limitação da ação desse movimento. Além disso, o formato tanto da organização – pulverizada e em redes – a forma de lidar com os problemas legais podem se ampliar e enriquecer o repertório disponível para outros movimentos.

Em suma, o que posso afirmar é que a ação focada somente na esfera pública e na esfera jurídica parecem esgotar sua potencialidade e o movimento, por não emplacar suas pautas na política institucional formal e por ser essa não tão porosa à chamada esfera pública, fica restrito. Ou seja, minha conclusão é que um movimento desse tipo que esteja somente na sociedade civil e não encontre respaldo na esfera política, embora crie solidariedades, cresça em números e em organização, não consegue emplacar suas pautas nem transformar a

política pública colocada em questão mesmo depois de mais de uma década de lutas – e na minha opinião isso se dá por uma leitura míope e enviesada por certa ideologia de matriz liberal da própria esfera política, leitura essa que se espalha junto com o discurso do movimento e põe em risco a própria noção de esfera pública no Brasil. Isso porque ao desconfiar da aproximação dos partidos e da política formal temendo ter sua causa instrumentalizada por agentes desse meio as conexões necessárias não são criadas e sem ação parlamentar as leis não se alteram. Essa realidade parece estar de acordo com o diagnóstico de Marco Aurélio Nogueira,

“Quanto mais a democracia representativa se foi mostrando ineficiente, travada pela burocratização e/ou deslocada pela espetacularização midiática, mais foi-se cristalizando, em importantes segmentos da população a perspectiva de que a saída, isto é, a resolução dos problemas sociais e econômicos não mais passaria pela política institucionalizada (ou seja, pela representação). Uma recusa à política irá então hostilizar o institucional, a representação e os governos, combinando-se com uma espécie de 'decisionismo popular' – cidadãos, movimentos sociais e associações poderiam mais do que o Estado e os governos, tornando-os de certo modo dispensáveis” (NOGUEIRA, 2005: 136).

É possível criar mobilização popular e solidariedades prescindindo da participação nas instituições representativas formais do Estado, no entanto, sem presença parlamentar não se alteram definitivamente as leis. Assim, o movimento desloca seus esforços para a esfera pública e para o meio jurídico. Apesar de casos pontuais de jurisprudência que favorecem usuários específicos (geralmente de classe média alta) motivados muitas vezes por ação do movimento, esses não alteram a própria realidade da política pública de proibição posta em questão. Na simpática República Oriental<sup>62</sup> do Uruguai, por exemplo, o movimento só avança pautas por estar em franca sintonia com a Frente Amplia no congresso. Depois de dez anos de pressão na esfera pública o movimento obteve vitórias pontuais no âmbito jurídico e praticamente nenhuma vitória no âmbito parlamentar, mostrando que o discurso da

---

<sup>62</sup>

Refere-se ao lado oriental do Rio da Prata.

sociedade civil, embora possa alterar valores e visões de mundo, por si mesma não é capaz de alterar as normas vinculantes para a sociedade como um todo, contrariando as utopias de Habermas (1985, 1997) e todos os seus seguidores (como ARATO; COHEN, 1995) no Brasil e no mundo. É uma conclusão ousada, mas respaldada pelos dados coletados em campo e pela bibliografia consultada. Esses mesmo dados, aliados ao diagnóstico de outros pesquisadores, como Nogueira (2005) e Burgos (2015) dão a entender que ela se aplica a outros movimentos contemporâneos (surgidos de 2002 até os dias atuais) marcados por idiossincrasias semelhantes (isto é, um discurso voltado da sociedade civil para a chamada esfera pública e com franca desconfiança quanto à participação pelas vias políticas parlamentares).

É interessante o quadro traçado, trata-se de um movimento de consumidores e pessoas envolvidas nesse consumo, que lutam para ampliar seus direitos de consumo e para que as consequências da ilegalidade do mesmo não prejudiquem a sociedade como um todo. No entanto, apesar do sucesso na esfera pública e na esfera jurídica, o movimento não avança no meio político formal, isto é, dificilmente suas multidões se convertem em votos que tornem viável tornar suas pautas projetos de lei nos parlamentos constituídos. Assim, suas vitórias se tornam muito pontuais enquanto a realidade posta em questão segue em alguma medida inalterada mesmo de pois de mais de uma década de denúncia sistemática de suas injustiças.

Sem dúvida é uma experiência que enriquece a esfera pública nacional, acrescentando pautas e repertórios que acrescentam ao entendimento atual do conceito de sociedade civil, e permite a participação popular em níveis bastante interessantes. No entanto, por tratar-se a questão de uma política pública a nível nacional e que é mantida pela força policial do Estado, é muito difícil que o campo jurídico (que, apesar dos mecanismos de jurisprudência, ainda trabalha individualmente cada caso) e simples ação na esfera pública visando alterar a opinião pública bastem. Para haver alteração no marco proibicionista é preciso haver alteração nas leis e para haver alteração nas leis é preciso de ação nas casas representativas e a ação nas casas representativas é movida pelos partidos. Enquanto os atores sociais não compreenderem isso o movimento pode estar fadado a tornar-se uma celebração de si mesmo sem maiores consequências para o quadro injusto que coloca em questão. A não ser que se transforme, algo provável dada a sua dinâmica (mas que a pesquisa ainda não foi capaz de captar).

## **CAPÍTULO II SUBSTÂNCIAS, PROIBIÇÃO E AS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Esse capítulo trata do contexto proibicionista na realidade brasileira, de modo a mapear onde se dá o marco de lutas do movimento social em questão e das teorias contemporâneas acerca dos movimentos sociais que nortearam essa pesquisa. Quanto ao proibicionismo é possível afirmar tratar-se de um conjunto de leis e políticas públicas que procura manter pelo meio da força estatal controle no consumo de substâncias consideradas proibidas (Fiore 2012). Sendo o uso das plantas e substâncias consideradas drogas milenar na experiência humana não é de surpreender que os efeitos desse proibicionismo se reflitam mais em políticas de controle social do que em efetiva proibição de algo (Opp 2001, Carvalho 1996). Isso se agrava pelas desigualdades latentes da sociedade brasileira, marcada pelo peso do passado escravista e por uma elite com fortes traços de demofobia (confere Souza 2017). Resistindo a esse quadro proibicionista tanto com base na liberdade individual quanto com base nas injustiças que ele gera uma série de atores sociais unem suas demandas dando origem à marcha da maconha.

Assim, as teorias visitadas englobam aquelas que explicam: a importância da organização e da mobilização de recursos (Tarrow 1998), a importância das identidades e das solidariedades na formação dos movimentos sociais (Melucci 2002), uma visão da própria noção de sociedade civil diante das principais instituições da modernidade (Habermas 1997), a importância das redes (Scherer-Warren 2012) e das novas mídias (Della Porta et al. 2006) para o ativismo contemporâneo, e uma leitura do movimento social em termos de agregação de demandas que criam cadeias de equivalência em torno de um significante vazio (Laclau 2005) que passa a funcionar como identidade do movimento. Assim, chegamos a um movimento que envolve uma rede de circuitos canábicos politicamente mobilizados em torno de manifestações de rua que ressignificam a violação legal envolvida em sua pauta (fumar canábis) e a tornam uma forma de desobediência civil.

### **2.1 O CONTEXTO PROIBICIONISTA**

Para adentrar no objeto dessa pesquisa é preciso tratar de um assunto mais específico, as plantas e substâncias chamadas drogas,

“Uma droga – seja ou não psicoativa – é um termo

que significa aquilo que Hipocrates e Galeno, pais da medicina científica, entenderam um milênio atrás: **uma substância que ao invés de ser “superada” pelo corpo** (ser assimilada e nutrir) **é capaz de “superação” enquanto provoca** – em doses ridiculamente pequenas comparada com outras comidas – **grandes mudanças, orgânicas, de humor ou ambas**<sup>63</sup>. (ESCOHOTADO, 1999: 1, grifos meus).

A humanidade, ou seja, todas as sociedades em todos os tempos históricos e pré-históricos, bem como uma série de outras espécies sempre fizeram uso dessas plantas e substâncias entendidas como drogas. Segundo os relatos históricos, esse uso sempre fez parte da própria experiência humana,

“Não é improvável que alguns seres humanos tenham mutado ao provar psicoativos e é apropriado interpretar tantas lendas acerca da relação entre comer uma fruta e o paraíso – comum em todos os continentes – como uma memória inbutida de antigos encontros com eles<sup>64</sup> (ESCOHOTADO, 1999: 1-2).

No entanto,

“O consumo sistemático de um grande conjunto de substâncias capazes de alterar o comportamento, a consciência e o humor dos seres humanos é comprovadamente milenar. No entanto, sua elevação à categoria de problema

---

<sup>63</sup> Tradução livre, segue o original: “A drug – whether or not psychoactive – is a term that means what Hippocrates and Galen, fathers of scientific medicine, understood it to mean millenia ago: **a substance that instead of being “overcome” by the body** (and assimilated and nutrition) **is instead capable of “overcoming” it while provoking** – in ridiculously small doses compared with those of other foods – **large changes: organic, or in mood, or in both**” (ESCOHOTADO, 1999: 1, grifos meus).

<sup>64</sup> Tradução livre, segue o original: “It is not improbable that some human beings may have mutated when tasting psychoactives, and it is appropriate to interpret so many legends about the relation between eating a fruit and Paradise – common in all continentes – as an inbred memory about old encounters with them” (ESCOHOTADO, 1999: 1-2).

social é historicamente recente, nada que alcance, com muita boa vontade, muito mais do que um século” (FIORE, LABATE E GOULART, 2008: 23).

Partindo desse pressuposto cabe ressaltar que quais substâncias são permitidas e quais são objeto de tabu, bem como as formas como elas são utilizadas e quais significados são a elas atribuídos variam conforme cada formação social específica. Para os fins dessa pesquisa é preciso focar na proibição da maconha (e das drogas proibidas posteriormente a proibição desta), no contexto de Estados modernos e sociedades desiguais, aplicada através da força policial. É chamada de proibicionista a realidade onde a proibição via polícia e a criminalização é a política pública acerca desse tema. Apesar da vasta diversidade de esferas da vida social em que essa produção teve impacto, ela pode ser sintetizada através do conceito de proibicionismo cunhado por Fiore: “O consumo de drogas é uma prática prescindível e danosa, o que justifica sua proibição pelo Estado” e “a atuação ideal do Estado para combater as drogas é criminalizar sua circulação e seu consumo” (2012: 10-11). Na construção histórica da maconha e das drogas tornadas ilegais, surgiu o modelo proibicionista hoje em vigor, que trata a substância em questão como um produto ilícito e criminaliza seu uso e sua circulação,

“Proibicionismo é uma forma simplificada de classificar o paradigma que rege a atuação dos Estados em relação a determinado conjunto de substâncias. Seus desdobramentos, entretanto, vão muito além das convenções e legislações nacionais. O proibicionismo modulou o entendimento contemporâneo de substâncias psicoativas quando estabeleceu os limites arbitrários para usos de drogas legais/positivas e ilegais/negativas. Entre outras consequências, a própria produção científica terminou entrincheirada, na maior parte das vezes do lado “certo” da batalha, ou seja, na luta contra as drogas. O proibicionismo não esgota o fenômeno contemporâneo das drogas, mas o marca decisivamente” (FIORE, 2012: 9).

O quadro proibicionista aplicado pelo Estado moderno em sua faceta mais militar agrava e promove a desigualdade estrutural da sociedade brasileira.

As evidências históricas apontam para a proibição das chamadas drogas, com destaque para a maconha que foi uma das pioneiras nessa proibição, como uma jogada política e econômica em favor de certas elites dominantes, sua aplicação marca a própria expansão do aspecto repressor do Estado tanto em caráter prático como discursivo:

“Com o fim da proibição, 1933, a burocracia governamental responsável por combater as bebidas correu o risco de perder seus empregos. Aslinger (...) escapou transferindo-se para outra agência governamental, FBN – escritório federal de narcóticos. Ele tornou-se o comissário do FBN, mas a mídia preferia chama-lo de “czar anti-drogas dos Estados Unidos. O FBN tinha muito menos pessoal e orçamento que a agência que lidava com álcool (...) Aslinger começou a sua campanha de maneira certa: com ajuda da imprensa. (...) passou a descolar reportagens sobre o novo mal que estava invadindo os Estados Unidos, a maconha: uma droga mortal, bem pior que a heroína, que transformava homens em monstros, fazia meninas se matarem à primeira tragada ou Deus nos livre, se entregarem aos caprichos de um homem de cor. Os jornais acharam que publicar aquelas reportagens era algo bom, porque assim as crianças ficariam com medo e não chegariam perto do monstro – durante todo o século XX, a mídia teve essa atitude em geral com boas intenções (...) Com essas reportagens nas mãos, Aslinger pegou seu pires e foi ao congresso Nacional pedir orçamento. Sua estratégia: convencer os distintos políticos que a maconha era uma ameaça completamente nova e muito mais séria que o ópio e a heroína, cujos males eram conhecidos. Portanto, ele precisaria de muito mais recursos. Se você ler as atas das audiências realizadas na época para discutir a possibilidade de proibir a maconha, vai perceber que quase todas as provas apresentadas eram recortes de jornal com reportagens de ficção (...) Entre as “evidencias” exibidas havia a foto de uma criança macerada a pancadas, de uma suposta vítima de um viciado em maconha. Apenas um

médico foi chamado a participar das audiências, o presidente da Associação Nacional de Medicina, William Woodward, que se opôs veementemente à proibição e acusou aquela comissão de ser uma farsa, baseada em boatos sem comprovação. Ele foi voto vencido, e a maconha passou a ser proibida em 1937, quatro anos depois do fim da proibição do álcool” (BURGIERMAN: 63-6).

Não se trata de focar no lado pessoal da ação das políticas proibicionistas através desse ou daquele agente específico, mas sim entender sua lógica de consolidação e funcionamento por meio desse exemplo, que pode ser compreendido dentro da categoria de empreendimento moral cunhada por Becker, uma definição já clássica nos estudos dentro desse tema,

“O protótipo do criador de regras (...) é o reformador cruzado. Ele está interessado no conteúdo das regras. As regras existentes não o satisfazem porque há algo mal que o perturba profundamente. Ele sente que nada pode estar certo no mundo até que regras sejam feitas para corrigir isso. Ele opera com uma ética absoluta; o que ele vê é o mal verdadeira e plenamente, sem qualificações. Qualquer meio é válido para resolver isso. O cruzado é fervoroso e certo, ainda que hipócrita. É apropriado pensar nos reformistas cruzados porque eles tipicamente acreditam que sua missão é sagrada. O proibicionista serve como um excelente exemplo, assim como a pessoa que quer suprimir a delinquência sexual e o vício ou a pessoa que quer acabar com os jogos<sup>65</sup>” (BECKER 1991: 147-8).

---

<sup>65</sup> Tradução livre, segue o original, “the prototipe of rule creator (...) is the crusading reformer. He is interested in the contente of the rules. Existing rules do not satisfy him because there is some evil which profoundly disturbs him. He feels nothing can be right in the world until rules are made to correct it. He operates with na absolute ethic; what he sees is truly and totally evil with no qualification. Any means is justified to do away with it. The crusader is fervent and righteous, ofen self righteous. It is appropriate to think of reformers as crusades because they tipically believe that their mission is a holy one. The prohibitionist serves as an excelente exemple, as does the person who wants to supress vice and sexual delinquency or the

Sabe-se hoje em dia que houve interesse tanto de indústrias concorrentes ao cânhamo no campo econômico como interesse político em reprimir camadas da população tratadas desigualmente no contexto de formação do Estado em seus mecanismo excludentes. Isto é, desde o início, há evidências de que o inimigo oculto a ser combatido através da criminalização do consumo de substâncias sempre possa ser na verdade parcelas da população já marginalizadas,

“Todas as drogas conhecidas estavam disponíveis nas farmácias e drogarias por volta de 1900, e podiam ser compradas diretamente do fabricante (...) contudo, havia certas vozes de protesto, convencidas de que as liberdades existentes constituíam um 'problema' que iria se agravar rápida e catastróficamente. O uso de psicoativos era considerado um vício, mesmo quando ocasional e prudente, porque na realidade não era um vício, mas sim um crime e uma doença contagiosa. Essa mudança de atitude se baseia em dois fatores básicos; 1. Uma reação puritana vigorosa nos Estados Unidos, que via a massa de imigrantes e o crescimento das cidades com descrença. Diferentes drogas passaram a identificar diferentes grupos, separados por classe social, crença religiosa, ou raça (...) 2. A progressiva liquidação do Estado mínimo e o os recursos para aumentar as burocracias como uma resposta às relações explosivas entre capital e trabalho, um que processo que durou com o estabelecimento terapêutico e gradualmente passou a assumir as funções anteriormente mantidas pelo estalecimento eclesiástico. As últimas décadas do século dezenove testemunharam uma feroz batalha entre médicos e farmacêuticos contra curandeiros e herbalistas, com o objetivo de estabelecer o monopólio do controle sobre as drogas pelos primeiros grupos<sup>66</sup>”

---

person who wants to do away with gambling (BECKER, 1991: 147-8).

<sup>66</sup> Tradução livre, segue o original, ““All known drugs are available in drugstores and pharmacies toward 1900, and they could be purchased by mail directly from the manufacturer (...) nevertheless, there were some voices of protest, convinced that existing freedoms constituted a ‘problem’

(ESCOHOTADO, 1999: 74-5).

No entanto, se esse era o quadro na virada do XIX para o XX, a partir de meados do século XX esse quadro se transforma, agravando as desigualdades e avançando na direção das políticas de proibição.

Num contexto desigual e violento, como o Estado e a sociedade brasileira na maior parte de sua história (SOUZA 2017), a aplicação da lei se dá geralmente de forma também desigual e violenta. De acordo com o célebre jurista Salo de Carvalho,

“(...) há um modelo político-criminal brasileiro de controle (‘combate’) às drogas, o qual viabiliza uma Política Criminal Bélica (‘**genocida**’). Tal política advém do processo de transnacionalização (globalização) do controle social e potencializa-se, no país, por tríplice **base ideológica**: Defesa Social e Segurança Nacional, enquanto ideologias em sentido negativo, e pelos movimentos da ‘Lei e da Ordem’, entendidos como **ideologia em sentido positivo**” (CARVALHO, 1996: 8, grifos meus).

Isso leva a crer que os efeitos das leis proibicionistas foram políticas de caráter higienista de perseguição de negros e outras minorias de baixa renda nas principais capitais brasileiras. Hoje no entanto o questionamento dessas políticas já existe de forma mais consistente. Isso pode ser explicado pelas transformações que o sistema proibicionista

---

wich would deteriorate quickly and catastrophically. The use of psychoactive substances was considered a vice even when it was occasional and prudent, because in reality it was not a vice, but a crime and a contagious disease. This change in attitude rested upon two basic factors; 1. A vigorous puritan reaction in the United States, which viewed the mass of new immigrants and the growth of big cities with distrust. Different drugs became identified with groups defined by social class, religious belief, or race (...) 2. Progressive liquidation of the minimal state and recourse to enlarged bureaucracies as a response to explosive relations between capital and labor, a process during which the therapeutic establishment gradually began to assume the functions formerly held by ecclesiastical establishment. The last decades of nineteenth century witnessed a fierce battle between doctors and pharmacists against healers and herbalists, with the objective of establishing a monopoly on drugs by the former groups” (ESCOHOTADO, 1999: 74-5).

(usando esse termo para se referir ao conjunto das burocracias judiciais e policiais que promovem a proibição em escala generalizada) passa a partir de pelo menos os anos sessenta.

“Nos anos 60, a contracultura começa a invadir o Brasil. Com ela, o uso da maconha deixa de ser fenômeno restrito às classes socioeconômicas mais desprivilegiadas e alcança a classe média e alta. O que era – e ainda é – motivo de prisão e atitudes coercitivas para os mais pobres se transforma, no pulmão e na mente de boa parte da elite, em uma experiência transcendental, de “desbunde e autoconhecimento” (SILVESTRIN, 2008: 72).

Isso porque se antes o uso de maconha era atribuído a minorias marginalizadas com o passar do tempo, no contexto proibicionista, esse uso se amplia e passa a se difundir em certas classes médias e nas classes altas. Nesse momento é que as violências historicamente praticadas contra parcelas da população passam a ser publicamente questionadas. Para alguns ativistas entrevistado essa é uma prova cabal que em seu objetivo manifesto discursivamente: efetuar a proibição, a eficiência dessas políticas é amplamente questionável.

Na verdade há uma interessante resposta para a questão acerca da capacidade fatídica do sistema repressivo proibicionista em diminuir o consumo em dada realidade social. O economista Pierre Kopp em seu elegante livro 'A Economia da Droga' aponta algumas respostas. É preciso ressaltar no entanto que ele estuda o impacto do consumo de drogas mais pesadas (com mais capacidade de gerar vícios de acordo com as classificações médicas) como a heroína e a cocaína, ainda assim, suas conclusões valem mencionar. O que altera de fato os níveis de consumo nas realidades por ele analisadas (Principalmente Holanda, mas também boa parte da Europa) é preço das drogas e número de consumidores antes do cenário de proibição. Isso porque em contextos onde o preço já é elevado o consumo pouco se altera com a ilegalização dos mercados e consequente alta dos preços que ela possa gerar, enquanto num contexto onde o preço é relativamente baixo a alta do preço causada pela ilegalidade do mercado (de acordo com sua hipótese) explica a diminuição (até certo ponto fixo, ou seja, nunca é verificada sua total erradicação) do consumo.

“Os conhecimentos acumulados em matéria de

droga têm se enriquecido consideravelmente ao longo dos últimos vinte anos. A visão caricata do consumidor de droga, que prevalecia nos anos setenta, esfuma-se em benefício de uma análise sutil. A figura do toxicômano compulsivo recorrendo exclusivamente à delinquência para financiar seu consumo de droga dá lugar a um conjunto de modalidades de consumo mais diversas: consumo ocasional, regular ou dependente. Além disso, é consenso que os consumidores de drogas não são insensíveis aos sinais do mercado. Eles reagem às mudanças dos preços das drogas substituindo um produto por outro e, em certos casos, restando o consumo. Obviamente, os estudos sobre a elasticidade da demanda são ainda incipientes. Em particular seria preciso conhecer melhor as características desse indicador enquanto ele consegue descrever o comportamento de um consumidor de droga ocasional ou frequente. Do mesmo modo, o fato de que a droga seja cara ou barata, afeta, não somente o tamanho mas igualmente a composição do grupo de consumidores. Embora saibamos que a repressão não determina, necessariamente, uma alta de preços, ela é acompanhada de sutis mecanismos de resgate de certas categorias de consumidores, de fenômenos de estalo ou de histerese que permanecem obscuros. Além disso, o aumento da oferta de tratamentos afeta o preço da droga, sem que se possa avaliar, ainda a importância dessa constatação” afirma o autor (OPP, P. 1998: 243, 5).

A definição de proibicionismo de Fiore (2012) afirma que esse se caracteriza por partir de duas premissas: inicialmente o recorte entre substâncias 'boas' e 'más' e que essas últimas devem ser evitadas; posteriormente de que a melhor forma de evitar o uso das substâncias consideradas 'más' é uso da força estatal na proibição de sua produção, de seu comércio e de seu consumo. Há problemas que se dão devido às características da sociedade em que se aplicam tais políticas, como no caso da sociedade brasileira, marcada por desigualdades, onde a aplicação das leis proibicionistas é também marcada por essas desigualdades.

“Se o uso da maconha é exercido pela classe média favorecida, o ato de fumar um baseado é percebido como expansão da mente, relaxamento, lazer, desbunde. Para os egressos do morro, das favelas, são vedadas as categorias de uso recreativo, restando apenas as coercitivas de bandido, traficante e marginal” (SILVESTRIN, 2008: 80).

Ou seja, na prática, os privilégios sociais de caráter racial e econômico impactam na aplicação das sanções previstas diferentemente entre usuários (que conseguem penas leves) e traficantes (que são jogados nas prisões), de acordo com um sociólogo ativista,

“(…) em 2004 decidi a militar pela legalização das drogas. Essa decisão tem a ver com **a análise que a gente fez da política brasileira em que acabou concluindo que o principal instrumento que permite a violação dos direitos humanos das populações pobres no Brasil é a política de drogas**. A gente passou a entender a política de drogas como uma estratégia de criminalização da pobreza. **O objetivo não é perseguir as drogas, é perseguir os pobres**. Não existe guerra a uma coisa, guerra às drogas. A guerra não é contra as drogas, a guerra é contra as pessoas que são usuários e que são traficantes” (CINCO, 2012: 61, grifos meus).

Enquanto isso ocorre o tráfico enquanto instituição segue inalterado gerando lucros estratosféricos àqueles envolvidos (Opp 1998), apesar, ou talvez precisamente por conta da proibição e da violência que essa coloca (o risco) sobre esse mercado (que já foi ordinário até o século XIX).

Essa aplicação desigual das leis, além do efeito de deslegitimar as instituições estatais nos meios em que as populações são confrontadas com a violência estatal, gera uma série de efeitos. Gera especulação nos mercados ilegais e lucros altos, ou seja, estímulos para o investimento de capital no tráfico (o movimento dos agentes econômicos ávidos por lucro não respeita a legalidade),

“O estudo (1990) do GAFI (Grupo de ação financeira criado em 1989 em seguida à ascensão

do G7 sobre tráfico de droga) sobre lavagem de dinheiro, avalia o volume de negócios, incluindo todas as drogas em 122 bilhões de dólares. Tal volume é constituído por 61% (74,4 bilhões de dólares) pelas vendas de haxixe e maconha pode surpreender mas ela se explica pela importância dos níveis de consumo. É importante lembrar, a título de exemplo, que nove milhões de americanos são consumidores regulares dessas drogas e que outros tantos milhões são usuários ocasionais. (...) A organização das feiras de estupefacientes compreende três níveis: a produção, o tráfico internacional e a distribuição, enquanto que no meio do funil, o tráfico internacional está concentrado nas mãos de um número reduzido de agentes” (OPP, 1989: 101-2).

Além disso, gera militarização indevida da segurança pública, nomeadamente as instituições policiais, que passam a ser alvo de violência, de corrupção e colocam em prática uma lógica de ocupação em território estrangeiro, típica de exércitos em guerra, no trato de cidadãos do próprio Estado. O jurista Salo de Carvalho já nos anos noventa alertava,

O impacto da globalização do controle de entorpecentes sobre o país [exercido através da comissão de fiscalização das Nações Unidas], em nível legislativo, tem produzido as severas e alarmistas legislações supramencionadas (Crimes Hediondos e Crime Organizado). Contudo, apenas na atualidade, apesar da adoção, na década de sessenta, da ideologia da Segurança Nacional é que, em matéria de Política Criminal, o Brasil ingressa no universo de **militarização do controle de drogas ilícitas**. O processo decorre, logicamente, da imposição das Nações Unidas sob influência dos países interessados nesse tipo de controle, especialmente os Estados Unidos da América do Norte. O processo formal (explícito) de militarização, visto que em nível ideológico (negativo) imperava desde a década de sessenta, teve como gênese o convênio firmado entre o Governo do Rio de Janeiro, o Governo Federal e as Forças Armadas, em 1994-5, com intuito de

eliminar o tráfico de drogas nos morros do Rio de Janeiro. Não obstante, notamos que a militarização do controle de entorpecentes se insere no universo de militarização ideológica da Segurança, entendida como a tendência de transposição de concepções, valores e crenças da doutrina militar para a área da segurança pública, ‘(...) acarretando no seio da sociedade (a ideologia não atinge só as organizações policiais) a cristalização de uma concepção centrada na ideia da guerra (quando se tem um inimigo declarado ou potencial a ser destruído com a força ou neutralizado com a inteligência militar...). Daí a concepção maniqueísta – os ‘bons’ contra os ‘perigosos’ da sociedade – refletida nas práticas do sistema policial-judicial(...)’ (SILVA, 1996: *apud* CARVALHO, 1996: 168).

Esse cenário proibicionista é o cenário onde surgem os movimentos anti-proibicionistas atuais, após algumas gerações de usuários interagindo foi possível politizar o tema do “uso de drogas” e criar um quadro onde já se fala em “Legalização da Maconha” a nível nacional. No contexto brasileiro em que o proibicionismo se aplica como política de um Estado violento e desigual, cabe contar uma breve história dessa onda de ativismo canábico de forma a compreender tais movimentos em termos teóricos e esboçar suas inovações na esfera política que são relevantes para o campo da sociologia política.

## 2.2 O IMAGINÁRIO EM TORNO DA CANÁBIS PROIBIDA.

Apesar das primeiras ondas de protesto sob o nome 'Marcha da Maconha' despontarem no Rio de Janeiro apenas em 2002 com nítida influência internacional, seu sucesso enquanto movimento capaz de impulsionar protestos em praticamente todas as capitais brasileiras desde então pode ser explicado através do contexto macro político em que essa onda de protesto se insere.

Deve-se ressaltar que a aplicação de políticas públicas de caráter proibicionista através do uso da força pelo Estado brasileiro fez com que pelo menos três gerações de usuários de canábis tivessem que interagir com esse Estado e com as instituições policiais e jurídicas que promoviam tais políticas. Isso certamente teve consequências, inicialmente a proibição foi capaz de gerar não apenas um imaginário

externo acerca dos grupos de usuários, mas também um imaginário interno dentro desses grupos (BECKER, 1961), o que envolve não apenas jogos de auto imagem e reconhecimento, mas também o desenvolvimento de uma espécie de linguagem própria, uma espécie de código que permitia conversas, sobre esse assunto tornado tabu, apenas entre usuários já minimamente 'iniciados'.

“O consumo da Maconha não se dá da mesma maneira que as demais drogas no que tange a sua sociabilidade básica: fuma-se predominantemente em roda, ou seja, compartilhando o mesmo cigarro entre pessoas, por vezes, desconhecidas, de forma similar ao consumo de Mate (Chimarrão e Terere) em todo o Cone Sul. Infelizmente o reduzido número de trabalhos sobre essa prática pelo viés das ciências sociais nos impede de aprofundar sua compreensão, mas já permite intuir que ela gera uma solidariedade específica entre aqueles que compartilham tal hábito, ainda que sejam inicialmente estranhos entre si. Conforme explica o sociólogo H. Becker, *“an individual will be able to use marijuana for pleasure only when he goes through a process of learning to conceive of it as an object which can be used in this way”* (Becker, 1991: 58). Ou seja, adquirir esse hábito é fruto de sociabilidade, é um processo de aprendizado. Segue um trecho de um poema que ilustra o que quero destacar: “fumar maconha é/ compartilhar seu último camarãozinho/ pra salvar uma roda de cinco pessoas/ sabendo que também será salvo um dia/ a lealdade de pessoas que acabou de conhecer” ([http://www.growroom.net/board/topic/43152-fumar-maconha-poema-q-escrevi-sobre-estudo-o-pesquisador -a-santa-erva/](http://www.growroom.net/board/topic/43152-fumar-maconha-poema-q-escrevi-sobre-estudo-o-pesquisador-a-santa-erva/) - acessado em 3 de agosto de 2012). Esses aspectos que tangem a solidariedade existente entre eles não podem ser ignorados. Gostaria de explicar minhas hipóteses quanto a isso: a solidariedade é fruto de um contexto proibicionista onde a ação policial e a ilegalidade do produto influenciam no trato do mesmo por seus usuários; essa solidariedade entre pessoas desconhecidas torna viável a convivência necessária para a articulação de um movimento

social coeso, embora pulverizado nacionalmente”  
(LANÇAS, 2013: 49)

Tal solidariedade entre pessoas desconhecidas se desenvolve na criação de circuitos de difusão do hábito e da substância, delimitados constantemente pela ilegalidade (o que tende a gerar comunicação em códigos razoavelmente específicos), e torna viável a convivência necessária para a perpetuação do consumo; a dinamicidade desses circuitos e o interesse daqueles que os frequentam permite uma vasta criação discursiva na qual solidariedades são forjadas.

Parte-se da definição de proibicionismo cunhada por Fiore (2012) para interpretá-la a partir da ideia de empreendimento moral (*moral enterpenueuship*) de Howard Becker (1969). Tal conceito remonta a uma proposta de “sociologia dos desviantes”, onde se procurou compreender como afinal os sujeitos se tornaram “desviantes” das normas sociais existentes e sob quais critérios eram assim avaliados. A categoria, inicialmente pejorativa, de “usuário” não é fruto da imaginação das pessoas as quais ela ousadamente se refere, mas sim fruto de um complexo aparato simbólico e material ao qual se convencionou chamar de proibicionismo. Compreender esse fenômeno histórico é de fundamental importância para entender o que significa a categoria de usuário e sua ressignificação contemporânea que permitir falar de identidade em torno de algo que poderia ser tão somente um hábito de consumo.

Apesar desse processo, isso por si só não explica a ressignificação de identidade que permitiu a formação de um 'nós maconheiros' capaz de mobilização política. Isso porque as linguagens, gírias e costumes, que se propagam com a proibição se perdem na amplitude continental da realidade brasileira e não chegam a formar uma vontade política consistente. A própria formação legislativa do Estado brasileiro não abre o tipo de concepção aos entes federados que permita o avanço de uma pauta minimamente anti-proibicionista a nível local, de forma que apenas nacionalmente é possível mudança nas leis que envolvem a promoção do proibicionismo por meio da força estatal. Isso faz com que seja necessária alguma espécie de unidade nacional para que algo na direção de um movimento de usuários de cânabis tivesse aspirações políticas mais amplas<sup>67</sup>. No atual estado das coisas no

---

<sup>67</sup> A nacionalização das pautas se dão durante as amplas discussões por e-mail que antecedem as marchas nacionais, e em eventos como o Congresso Internacional sobre Drogas e Reunião de Ativistas Antiproibicionistas.

Brasil do século XX para o XXI, esse papel de promover elementos cognoscíveis a nível nacional é cumprido pelas mídias de largo alcance e a chamada indústria cultural.

“A dimensão da comunicação sempre foi um dilema estratégico para os movimentos sociais. A mídia de massa é uma fonte significativa (sempre efêmera) de atestar a existência de uma movimento: um movimento sem cobertura de mídia, é, aos olhos do público, não existente (Ruth 2004). A comunicação gerada pela mídia afeta diferentes pessoas de diferentes maneiras, e isso tem obrigado os movimentos a buscar estratégias de comunicação capazes de satisfazer seus próprios públicos enquanto aumentam o apoio e a simpatia dentro da opinião pública<sup>68</sup>” (DELLA PORTA ET AL. 2006: 92).

Uma série de pesquisadores (LENO 2008, MaCRAE 2008, por exemplo) aponta que apesar das raízes históricas do uso de maconha, associado inicialmente a negros e indígenas mas com elementos que remontam também ao passado árabe da Ibéria de forma a contemplar (ao menos a nível mítico) a formação básica da sociedade brasileira, o perfil de usuários sofre transformações significativas desde pelo menos os anos sessenta. Entre as transformações culturais ocorridas no imaginário ocidental de meados do século XX que culminam em formas alternativas de comportamento achatadas no termo 'contra-cultura' a imagem da maconha se transforma, bem como o perfil de seus usuários. Discursos contra oficiais passam a propagar em alguma medida uma série de atitudes anti-conservadoras e entre elas o uso de uma substância proibida, mas já enraizada nos costumes de parcelas significativas da sociedade, figura entre elas.

Não cabe entrar nas especificidades da magnitude artística

---

<sup>68</sup> Tradução livre, segue o original: “The dimension of communication has allways been a strategic dilemma for social movement. The mass media are a significant (often ephemeral) source of attesting a movement’s existence: a movement lacking media coverage is, in the public eye, nonexistent (RUTH 2004). Media-spawned communication affects different people in different ways, and this has obliged social movements to seek communication strategies capable of satisfying their own constituencies while increasing support and sympathy within the public opinion” (DELLA PORTA ET AL. 2006: 92).

daquilo que ficou na história como 'movimento hippie', mas cabe ressaltar para os fins dessa pesquisa que o uso da canábis passa a figurar em veículos midiáticos de largo alcance e na chamada indústria cultural. No Brasil esse movimento impacta a juventude bem num momento de alta repressão por parte de um Estado tomado por militares e forças conservadoras. Isso não impede que artistas como Gilberto Gil, Caetano Veloso, num primeiro momento, Raul Seixas num momento posterior e finalmente Bezerra da Silva já num momento de declínio do Estado ditatorial sejam associados de alguma maneira ao uso de drogas, com destaque para a canábis. Essa imagem contestatória do uso de canábis impacta em seu imaginário popular e a alta popularidade de artistas conhecidos a nível nacional bem como o acirramento das consequências das políticas proibicionistas permitem que o assunto rompa as barreiras e tabus e passe a ser debatido na esfera pública. Há uma série de eventos que poderiam constar em um calendário de lutas contra a proibição da maconha a nível nacional e internacional, para os fins de chegar finalmente na caracterização do objeto dessa pesquisa é útil destacar pelo menos dois: o verão da lata e a tentativa de prisão da banda Planet Hemp.

Sobre o verão da lata já existe vasta produção de material jornalístico, não cabe entrar na discussão sobre a veracidade dos detalhes dessa história cheia de mitos e sim relata-la brevemente correndo o risco de cair no imaginário que ela produz, o que não é problema para essa pesquisa pois é justamente no potencial criador que esse imaginário gera é que é possível realizá-la. No final dos anos oitenta um navio vindo do sudeste asiático com destino ao sudeste estadunidense passa por águas brasileiras, seus tripulantes teriam avistados poderosas naves de guerra da marinha brasileira e temendo as consequências da política proibicionista, como encarceramento e tortura, teriam jogado o conteúdo de sua carga, maconha de alta qualidade embalada em latas de metal, no mar. Há várias histórias sobre o destino dos tripulantes desse navio, que hoje se sabe que chamava Solano Star, nome marcado no imaginário canábico, mas o destino das latas é que é impressionante: flutuaram até as praias brasileiras. Mauro Leno Silvestrin relata brevemente esse caso,

“Em 1987, um fato marcaria para sempre a história da maconha no Brasil. O navio australiano Solana Star - após uma estratégica parada no Panamá, onde seus porões foram recheados de

latas com maconha conservada no mel – é perseguido pela marinha brasileira, já avisada pela agência americana anti-drogas (DEA) do conteúdo da carga do navio. Em uma analogia própria à Bezerra, a tripulação malocou o flagrante no fundo do oceano, e as latas, a princípio presas por cordas e em fardos, ao sabor da maresia se soltaram e foram parar – para êxtase de alguns e desespero de outros – em uma extensa faixa do litoral brasileiro. Este episódio, conhecido como verão da lata, suscitou um grande número de debates, reportagens, programas televisivos, filmes, músicas e livros a respeito da maconha. À exemplo do ocorrido com as religiões afro-brasileiras - após a publicação da fotos de Verger na revista O Cruzeiro - o debate não ocorre sem uma grande carga de paixão, polêmica e sentimentos exaltados. Porém, este grande interesse suscitado por este episódio cumpre, para a maconha, o mesmo papel que a adesão de membros da classe média e da elite intelectual e cultural havia exercido para a Umbanda. Atuando como divulgação de uma espécie de pedagogia, esta mediação da erva cumpre o papel de comunicar e aproximar a sociedade dos termos e símbolos de um universo específico, no caso, o uso recreativo da maconha. Muito embora os esforços da Polícia Federal em recuperar parte das latas à deriva, menos de um quinto delas chegou a mãos oficiais. A notável qualidade da maconha fez com que muitos usuários se aventurassem e inventassem modos os mais diversos para resgatar algumas latas. Este verão, indelével na mente dos que dele tomaram parte efetiva, fez com que a expressão da “lata” fosse utilizada, por muito tempo, como sinônimo de qualidade para a maconha” (SILVESTRIN 2008: 75-6).

É certo que as latas atingiram pelo menos o litoral sul do Rio de Janeiro e norte de São Paulo, mas há relatos de latas encontradas em praias muito mais distantes ao norte e ao sul e até hoje o episódio figura no imaginário nacional. O tipo de mito que histórias como essa geram e sua amplitude a nível nacional, talvez projetada pela influência carioca sobre o restante do país, permitem falar acerca de um imaginário

nacional sobre o consumo de maconha já no fim dos anos oitenta. De acordo com Simões e Macrae,

“(…) no final da década de 80, por ocasião do despejo no litoral paulista e fluminense de grande quantidade de maconha acondicionada em latas (chegou-se a falar de 24 toneladas), cuja qualidade passou imediatamente a ser louvada como modelar. A expressão “da lata” passou não só a designar a boa maconha em geral, como também se estendeu para indicar tudo o que seria de qualidade superior, especial ou excelente. As “latas” viraram inclusive estampas de camiseta, vinhetas de emissoras de rádio e temas carnavalescos no verão de 1989. Este caso, aliás, apenas acrescenta mais um exemplo à série de expressões ligadas originalmente ao consumo de maconha que depois se universalizaram na fala de certos segmentos jovens urbanos — como “massa” (de “massa real”, a melhor porção da maconha) — equivalente a “legal” ou “ótimo” — ou “palha” (os talos e cabelos da maconha ruim) — sinônimo de “mentira” ou “falsificação”, etc.” (SIMÕES; MaCRAE, 2000, p. 85).

Esse episódio também torna patente a incapacidade do Estado em impedir o consumo de maconha, que agora não só era de fácil acesso através de redes de comércio ilegais mas também chegava gratuitamente (se não de fato pelo menos no nível do imaginário popular) boiando pelo mar.

Isso não impediu que as forças repressivas continuassem implacáveis, sobretudo atacando as parcelas já marginalizadas dessa sociedade desigual, mas gerou um acontecimento bastante explorado midiaticamente e nacionalmente conhecido por praticamente todos os usuários desde então. A esse evento gostaria de acrescentar outro que aconteceu quase dez anos depois, a prisão da banda Planet Hemp ocorrida em Brasília no fim dos anos noventa. O estilo de *hip-hop* produzido no Rio de Janeiro ampliava seu público, mas esse acontecimento torna-se marco tanto na história da banda – cujas letras questionam abertamente o marco proibicionista atual de forma inteligente – quanto na história da maconha no Brasil. Seu álbum cantado na época chama-se 'Usuário' um título que já remonta aos pormenores da vida do consumidor de canábis diante de instituições

proibicionistas, um rótulo abreviado para 'usuário de drogas' uma categoria pejorativamente colocada e que coloca o cidadão que a porta quase que no nível de crianças e doentes mentais pela normatividade positivista das instituições por ser alguém 'incapaz de gozar das faculdades mentais'.

Esse álbum, essa banda e esse acontecimento (sua prisão na capital nacional) são relevantes para essa pesquisa em pelo menos três sentidos: há a ressignificação da categoria de usuário que passa a ser um marco de união desses consumidores de maconha achatados nessa categoria pelo discurso proibicionista; a projeção midiática toma alcance nacional e explicita injustiças, como a prisão de artistas que questionam o marco proibicionista e ressaltam a naturalidade do consumo dessas substâncias e vida dos usuários (se não a nível nacional ao menos a nível carioca); a luta contra a proibição e os termos usados para colocá-la (que vão desde suas formulações iniciais quanto as gírias e linguagens nas quais ela se coloca) toma alcance nacional e de alguma forma inspira uma geração de maconheiros que irão compor as Marchas da Maconha na década seguinte. Esse imaginário torna possível o surgimento do significativo vazão (Laclau 2005) da Marcha da Maconha, que será capaz de agregar as demandas anti-proibicionista na realidade brasileira.

### 2.3 MANIFESTAÇÃO OU MOVIMENTO SOCIAL?

A Marcha da Maconha começa no Brasil em 2002, segundo a 'lenda'<sup>69</sup> contada pelos ativistas, com uma cidadã portuguesa, chamada Suzana, que teria chamado as pessoas para a *Million Marijuana March*, essa teria sido iniciada anos antes no Canadá, mas sua proposta já nasceu global. Em Copacabana a moça lusa teria distribuído sedas com a chamada pra marcha, seguindo um calendário mundial de marchas anti-proibicionistas inspiradas pela experiência canadense.

“Em 2002 algumas pessoas receberam nas ruas e praias do Rio de Janeiro folhas de seda carimbadas com uma convocação. Surgia a primeira Marcha da Maconha, organizada de

---

<sup>69</sup> Não quero com esse termo duvidar de meus informantes, mas apenas ressaltar a natureza mítica que o discurso acerca desse emana. Isso porque, como toda formação coletiva, movimentos sociais também possuem “mitos fundadores”.

modo espontâneo, sem ligação com partidos ou movimentos estudantis, foi puxada por Suzana, uma portuguesa que em sua passagem pelo Brasil trouxe o ato global pela legalização da erva em terras tupiniquins, ou melhor, Guarajaras, tribo brasileira que aprecia muito a erva. De lá pra cá muita fumaça subiu. Em meio a proibições, prisões de ativistas e batalhas judiciais, a manifestação espontânea de cunho carnavalesco foi endurecendo, ganhando um ar mais sério, mas sem perder a ternura e o bom humor. Atualmente organizada por diversos grupos, desde aqueles que lançam candidatos a deputado, aos que apontam para atos de desobediência civil e ação direta, como o auto cultivo, o evento que celebra a cultura da canábis atrai cada vez mais adeptos e a atenção da mídia, acendendo um debate que vai além de seu propósito inicial, revelando como a democracia em nosso país ainda é falha” (RAJ, 2012, p. 14).

Apenas em 2006 pela criatividade carioca é que a marcha ganhou seu nome em português e a amplitude nacional que hoje possui. Isso não quer dizer que antes disso não existisse resistência contra o marco proibicionista no Brasil, mas essa resistência era pontual, apenas nesse marco é que se iniciam os protestos e manifestações de rua, que projetam as ideias anti-proibicionistas para outro patamar. Apesar alguns dos ativistas entrevistados acreditarem que a Marcha da Maconha é um evento e não constituiu em si mesma um movimento social, procuro argumentar que a Marcha pode ser lida enquanto um movimento social porque: a) se perpetua no tempo e no espaço levando sua pauta em várias cidades do Brasil com basicamente o mesmo patamar discursivo e o mesmo logotipo; b) canaliza e expressa as demandas anti-proibicionistas que antes se encontravam pulverizadas pela realidade brasileira e desenvolvem em um discurso inteligível para usuários e não usuários ao longo do território nacional.

Apesar das diferenças em cada realidade e das disputas, há certa unidade em torno da Marcha da Maconha que caracteriza o marco da luta anti-proibicionista no Brasil. É possível afirmar que a Marcha é apenas o aspecto de visibilidade de um vasto corpo de ativismo anti-proibicionista, mas não apenas isso, as marchas anuais atentam os ativistas anti-proibicionistas para a existência uns dos outros e permite

articular em forma de rede esses agentes antes dispersos.

Dessa forma é possível tratar a Marcha da Maconha de acordo com as definições contemporâneas de movimento social ainda que essa tenha se iniciado como um evento de proporções mais modestas.

“Movimentos sociais, enfim, são redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas e que conectam, de forma simbólica, solidarística e estratégica, sujeitos individuais e atores coletivos, que se organizam em torno de identidades ou identificações comuns, da definição de um campo de conflito e de seus principais adversários políticos ou sistêmicos e de um projeto de utopia ou de transformação social” (SCHEREWARREN, 2012: 21).

Desde sua primeira edição até os dias atuais o movimento tem crescido bastante e se espalhado pelo território nacional, inicialmente nas grandes cidades e capitais, mas posteriormente em realidades menores e mais provincianas, geralmente apoiado pelas organizações iniciais. A realidade onde essas manifestações começam apresenta características fundamentais para compreender sua rápida expansão. Além da sensação de consolidação do marco democrático que representou a eleição e transição pacífica que resultou no primeiro governo Lula, o início dos anos 2000 é marcado também pela popularização do acesso à internet, ferramenta fundamental na difusão das pautas (Confere Della Porta et al. 2006).

Minha tese é que já havia redes de usuários e até mesmo de ativistas anti-proibicionistas antes da Marcha da Maconha, essa no entanto canaliza essas redes através de um discurso coerente e põe a luta em outro patamar: a ocupação das ruas. Mas a ocupação das ruas, passo óbvio para o início de uma série de outros protestos, não é tão óbvia e nem tão facilmente articulada no caso de um movimento de usuários e anti-proibicionistas. Isso porque há uma categoria de usuário que ora se aproxima do bandido marginal ora do doente mental no imaginário popular e além disso também achata todos como usuário ou no mínimo como igualmente discrimináveis por associação. Assim, o primeiro passo pra uma Marcha da Maconha que funcione é que as pessoas interessadas não tenham vergonha de seu hábito questionado socialmente e que entendam o que há por trás dos interesses proibicionistas. Certa impessoalidade que a internet proporciona ajuda

nesse aspecto. Essa postura e as informações que são necessárias para que se chegue até ela não são óbvias, mas sim socialmente construídas através de anos de movimento social nas ruas.

Segundo os estudos sobre o comportamento dos usuários de canábis, que vão desde Becker<sup>70</sup> nos Estados Unidos dos anos sessenta até Macrae<sup>71</sup> no Brasil dos anos oitenta, é possível afirmar que trata-se de uma experiência que requer mínima iniciação, o domínio não apenas de técnicas de consumo como também de redes de distribuição que são controladas pela lógica do mercado ilegal.

“No tocante à aquisição, os dados obtidos deixam claro o imbricamento entre as redes de consumidores e o que poderíamos chamar de 'pequeno tráfico'. Numa situação de oferta variável, consumidores tratam de se organizar para assegurar o suprimento de sua maconha. Com essa finalidade, verificamos que são formadas pequenas 'cooperativas de compra' ou 'vaquinhas' reunindo usuários interessados em adquirir, em condições economicamente mais vantajosas, uma quantidade maior da erva, para posterior subdivisão. Mesmo quando não é esse o procedimento, sendo a operação de compra a mais difícil e arriscada de todo o processo de consumo, é comum que um indivíduo mais corajoso ou detentor dos contatos com fornecedores conhecidos (“canais”) ofereça-se para comprar maconha (“fazer avião”) não só para si, mas também para um grupo de amigos. (...) De um lado, tolera-se que o indivíduo que se dispõe a correr o risco de efetuar a compra receba em troca alguma vantagem; de outro, o comprador que excede no seu interesse por ganhos pode ser visto como explorador e criar mal estar entre suas amizades. De modo geral, as relações de amizade funcionam como moderador nas transações entre comprador e interessados: o interesse por ganhos nesse nível é menos evidente e, a seu lado,

---

<sup>70</sup> Becker, H. *Outsiders Studies in the Sociology of Deviance*. New York, The Free Press: 1991.

<sup>71</sup> Macrae, E. Simões, A. J. *Rodas de Fumo, O Uso de Maconha entre Camadas Médias Urbanas*. Salvador, EDUFBA: 2000.

encontra-se uma disposição comum de compartilhar o produto. Também nesse aspecto as redes de consumo de maconha são mais 'amenas' que as de outras substâncias psicoativas ilícitas, como a cocaína por exemplo: esta costuma cercar-se por interesses e cálculos muito mais egoístas, seja no plano da aquisição, seja no do consumo. Entre consumidores de maconha, em contraste, é bastante comum o fornecimento gratuito e recíproco de pequenas quantidades (“fazer presenças”), prática essa vista como reiteradora de laços de amizade e comunhão entre os usuários” (MACRAE & SIMÕES, 2000: 72).

A pesquisa de campo permite afirmar que imagem de um vilão distribuindo drogas pelas ruas para “viciar inocentes” parece apenas um mito proibicionista, na realidade prática das coisas os verdadeiros vendedores de drogas são criaturas bastante desconfiadas e que não vão vender se não tiverem certeza da confiança no comprador, o que faz com que os circuitos de distribuição entre as camadas médias sejam mais ou menos fechados e que requeiram certa iniciação. Há certamente venda de maconha no varejo, mas essa se dá em ambientes socialmente marginalizados de forma que poucos são usuários que tem esse acesso direto, sendo que a imensa maioria consome via intermediários. Não cabe entrar novamente nas formas da desigualdade social nem das investigações policiais nesse momento, por hora cabe apenas ressaltar que sem acesso aos circuitos dificilmente se tem acesso a maconha, é preciso certas habilidades sociais para entrar nos circuitos e passar ao consumo frequente. Mas independente disso, esse consumo até então sempre se deu de maneira velada, escondida do todo social, inicialmente por conta das punições legais, mas também pelo tabu do tema e as repressões sociais que podem disso advir, como a perda do emprego, a expulsão da casa em que o usuário vive e em alguns casos extremos em contextos de vasta ignorância proibicionista até a internação dos usuários em casas similares aos famigerados manicômios<sup>72</sup>.

---

<sup>72</sup>

A internação compulsória é amplamente condenada por virtualmente todas as instâncias da psicologia, da psiquiatria e da medicina em âmbito nacional e internacional e apenas o cinismo de instituições religiosas de inspiração medievalesca ainda insiste nisso (com aliados na política que vazam vultosas verbas públicas para esse fim). As várias publicações da jornalista

O uso da maconha em âmbito pessoal, ilegal, mas dificilmente descoberto, por si só não constitui uma ação 'verdadeiramente' política. Isso porque ao esconder-se dos olhos da sociedade e principalmente das autoridades o usuário de alguma maneira implicitamente aceita a proibição e toma como verdade o fato de sua transgressão ser de alguma forma 'errada' aceitando assim o paradigma anti-proibicionista. Mas não é disso que se trata a Marcha, não é do uso, mas sim da descriminalização do uso de maconha e essa descriminalização se inicia na consciência do usuário, apenas quando o usuário percebe que sua atitude não é errada e que na verdade o que estaria errado é o contexto proibicionista é que esse ato passa a ter algum potencial político. “Não é polícia, nem a lei que torna a maconha proibida, mas você mesmo toda vez que fuma escondido” me relataram os ativistas<sup>73</sup>. Esse tipo de consciência não brota espontaneamente na cabeça de pessoas que crescem e vivem sob constante discurso midiático que criminaliza a pobreza e aponta os famigerados traficantes como o mal da sociedade moderna, pelo contrário, esse discurso é trabalhosamente construído pela ação do movimento social que procura “desmascarar” as relações por trás do consumo de drogas.

Esse diferença é fundamental para compreender a dimensão política do movimento. Apesar de ser possível afirmar que a própria violação da lei é em si mesma política, ela não é política num sentido estrito do termo por não ser em si mesma politizável. Em poucas palavras, se alguém faz escondido não dá pra fazer publicamente nas ruas, não dá pra protestar sobre sem que esse uso escondido seja explicitado.

“O medo de ficar sozinho, tendo que enfrentar a si próprio, pode ser um dissuasor muito eficaz de delitos, mas este medo por sua própria natureza, não persuade os outros. Sem dúvida, mesmo tal forma de objeção de consciência pode se tornar politicamente significativa quando acontece de coincidir um número de consciências, e os objetores de consciência resolvem ir à praça do mercado e **se fazem ouvir em público**. Mas não

---

Gabriela Moncau podem demonstrar a aviltância de tal fenômeno. Para maiores informações, confere <http://coletivodar.org/nem-comunidades-nem-terapeuticas-reportagem-na-revista-caros-amigos/>.

<sup>73</sup> Os detalhes metodológicos da pesquisa de campo, bem como as entrevistas e materiais coletados, foram explicitados nos capítulos anteriores.

estaremos lidando então com indivíduos ou com um fenômeno cujos critérios possam ser derivados de Sócrates ou Thoreau. O que foi decidido *in foro conscientiae* tornou-se agora parte da **opinião pública**, e apesar de que este grupo especial de contestadores civis possa ainda alegar a validação inicial – suas consciências – eles na verdade já não estão mais somente com eles mesmos. **No mercado, o destino da consciência não é muito diferente do destino da verdade do filósofo: torna-se uma opinião não diferenciável de outras opiniões. E a força da opinião não depende da consciência, mas do número de pessoas com quem está associada** (ARENDDT, 1972: 63-64, grifos meus).

É preciso então, para a existência de um movimento de usuários, que existam primeiro usuários dispostos a assumir socialmente o uso de maconha (“sair do armário”). Isso sempre existiu, artistas, intelectuais e pessoas das classes mais altas, talvez por sentirem-se acima das idiossincrasias sociais e das perseguições legais, que assumiram seus vícios, mas a diferença agora é que se trata de uma juventude que não é respaldada como esses artistas e intelectuais e que não se contenta em pontualmente apontar as injustiças do proibicionismo, mas insiste na necessidade de ir às ruas protestar.

Talvez por isso o movimento começou pequeno, mas sua expansão se deu de modo rápido e em boa medida porque ele foi capaz de produzir um discurso coerente que afirma que a violência decorrente do tráfico é muito mais fruto de desigualdades estruturais do que do 'vício insaciável' de pequenos usuários e porque o público para tal discurso, ou seja, os circuitos de usuários de canábis para os quais esse discurso se dirige diretamente já se encontrava na realidade brasileira. De acordo com o sociólogo ativista Renato Cinco,

“A luta anti proibicionista (contra a proibição) vem crescendo, mas também crescem no Brasil as reações conservadoras. Se as Marchas da Maconha aumentam a cada ano a influência política de grupos fundamentalistas também ganha força. (...) **Maconheiras e maconheiros, integrantes de um grupo social oprimido, mas com forte cultura própria**, têm sido protagonistas dessa resistência ao popularizar o

debate sobre a proibição e a política de guerra às drogas com as Marchas da Maconha. No entanto é fundamental que cada vez mais setores da sociedade compreendam que o proibicionismo não afeta apenas usuários, mas implica em modelos excludentes de saúde e de segurança pública. (...) O tabu sobre a maconha na sociedade brasileira foi quebrado e o debate sobre a legalização está instaurado. Mais ainda é necessário engrossar as fileiras antiproibicionistas para barrar os retrocessos e avançar em direção ao fim da carnificina que é a guerra às drogas” (Bastos, A. Campello, A. H. Barros, A. Motta, E. Santiago, G. Henriques, J. Kazan, Feitosa, K. Brandão, P. Cinco, R. Mattei, R. Braga, R. 2013 *in* Cartilha Antiproibicionista de Direitos do Usuário Publicado pela Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, grifos meus).

Imagem 13. A Cartilha Anti-Proibicionista.



(Cartilha Antiproibicionista de Direitos do Usuário Publicado pela Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro em 2013).

Isso fez toda a diferença para que o usuário de maconha pudesse se assumir socialmente e lutar contra a discriminação sofrida e as leis consideradas injustas. Além de um discurso coerente, fundamentado por trabalhos científicos e respaldado por especialistas de áreas afins (que prontamente se dispuseram a contribuir com certa juventude “questionadora” nas ruas, mas que também encontraram opiniões contrárias em suas respectivas áreas) é preciso de meios eficazes de difusão da informação. É preciso então mensurar tanto o impacto da internet na formação dos movimentos sociais contemporâneos quanto a capacidade de criação de mídias anti-proibicionistas que espalham as ideias contidas nas pautas da Marcha da Maconha, sobretudo em seu início tempestuoso no Rio de Janeiro.

#### 2.4 CIRCUITOS DE DIVULGAÇÃO DO MOVIMENTO SOCIAL.

O movimento nas ruas é um grande catalizador, cumpre papel tanto no sentido de expor para a sociedade as pautas colocadas como também contempla os anseios de seus participantes por mudanças e pode ter até efeitos sinestésicos promovidos pela experiência de se encontrar em uma massa de gente entoando palavras de ordem. Isso porque, de acordo com os atores sociais acompanhados em trabalho, para usuários reprimidos sistematicamente poder gritar 'maconha' em coro na cara das autoridades e da sociedade em geral não é pouca coisa, é um grito com sérias consequências e que pode tanto fortalecer os elos entre os maconheiros manifestantes como fortalecer as convicções (e talvez até melhorar a autoestima de cada um individualmente uma vez que essa é colocada em xeque pela visão pejorativa do usuário que o discurso proibicionista promove exaustivamente, afirmam os ativistas).

Mas antes de entrar nos efeitos da participação no movimento é útil analisar tanto a história quanto o formato da difusão da Marcha da Maconha no Brasil contemporâneo. Quanto a isso é possível afirmar categoricamente que a difusão inicial se dá por meio da mídia canábica. Há um segundo momento onde os ativistas se conhecem pessoalmente e passam a articular redes, mas o momento inicial, de descoberta da possibilidade de protestar pela legalização da maconha se dá geralmente por meio da mídia, com destaque para a internet. Apesar da lenda da simpática portuguesa que teria trazido a *Million Marijuana March* no Brasil, é sabido que as marchas canadenses foram divulgadas pela mídia, ainda que fosse a mídia dominante reproduzindo tabus

proibicionistas, e que os maconheiros do mundo todo ficaram sabendo, sabendo não só da marcha, mas da chamada de seus organizadores para que cada um em sua realidade se encarregasse de protestar. Nesse momento incipiente também começam a surgir, inicialmente pelo impulso da internet, canais especializados inicialmente na cultura que envolve o consumo de drogas, marcada definitivamente pelas experiências de contra cultura desde pelo menos os anos sessenta e posteriormente na luta anti-proibicionista, depois que essa última foi colocada nos termos que se encontra atualmente. Ambas são relevantes na difusão do movimento, mas essa última também é relevante pela difusão das pautas e do discurso que elas encarnam.

“(…) circuitos canábicos: tratam-se de lugares, relações e eventos que acontecem tendo a canábis como força centrípeta. Nesses circuitos circulam diversas pessoas (conhecidas e até então desconhecidas) em que o elemento em comum que sustenta o circuito entre elas é o hábito de ‘fumar maconha’, assim uma das principais características dos circuitos é eles serem potencialmente impessoais (...) Os exemplos podem ir desde a mais simples roda de maconheiros até as próprias marchas passando pelos mais variados grupos constatados pela imaginação associativa humana, como o Instituto da Canábis, as Copas Canábicas e os clubes de cultivo. Tendo em mente que o movimento social se perpetua através dessas mídias e dos circuitos canábicos, e tendo em mente que esses circuitos são mais antigos que o próprio marco proibicionista e que possivelmente qualquer identidade a ser imaginada entre ‘maconheiros’ até então desconhecidos passa por esses circuitos, é preciso se debruçar sobre como eles foram abalados pelo impacto proibicionista. Acredito que o caminho para tal investigação seja possível de ser traçado imaginando como a ilegalidade e a discriminação engendram a própria categoria na qual o hábito aqui estudado é inserido: a categoria de usuário, que não é usada para alcoólatras nem fumantes, podendo ser até mesmo pejorativa, mas que confina o consumo de maconha e outras substâncias na atual era da proibição como política pública” (LANÇAS 2014: 207).

É importante definir o que vem sendo chamado de 'discurso anti proibicionista': trata-se do questionamento da realidade proibicionista em alguns aspectos bastante relevantes, que coloquem em xeque suas premissas principais. De forma resumida pode-se afirmar que o anti-proibicionismo se trata de afirmar que: a) boa parte das afirmações proibicionistas acerca das drogas na realidade contemporânea é simplesmente mito, isso não quer dizer que todas as substâncias sejam inofensivas, mas que ao condená-las o proibicionismo o faz mais por razões políticas e econômicas e não por razões ligadas ao bem estar e a saúde física das pessoas ou mesmo pelo conhecimento científico de seus efeitos no corpo humano, o que faz com que exageros e mentiras sejam propagados; b) dentre todas as possibilidades de lidar com a existência de 'drogas' nas sociedades modernas a proibição e o combate por meio da violência estatal do consumo e tráfico é a pior das escolhas políticas possíveis, isso porque essa escolha não apenas é ineficaz em sua proposta de proibição como também gera forte especulação sobre o preço dos produtos de forma a sustentar máfias ilegais dentro e fora da esfera estatal além de fomentar a violência e promover uma velada e cínica criminalização da pobreza em sua aplicação (Confere Opp 1999, Carvalho 1996); c) os usuários, e em boa medida também os pequenos e médios traficantes, não podem ser responsabilizados pela violência da qual são vítimas e quaisquer que fossem os danos causados pelo abuso das substâncias esses seriam menores que a violência gerada pela proibição (sobretudo a sistemática violação de direitos humanos promovida pelas forças do Estado).

Nem toda emanção discursiva anti-proibicionista tem essas premissas explícitas, mas é possível garimpá-las e notar que é nesses termos que se dá o debate<sup>74</sup>. É importante essa definição para compreender como o discurso se perpetua através das mídias e circuitos canábicos porque ela retira do usuário final do produto o ônus da responsabilidade pelo caos gerado pela proibição e afirma categoricamente que a 'a maconha não mata, o que mata é a proibição'. Independente da veracidade fatídica dessa informação o que importa é o efeito discursivo dela para os sujeitos envolvidos. Para usuários sistematicamente perseguidos, um discurso articulado e sofisticado é bastante atraente (no qual eles não são culpados diretos pelas consequências da proibição e nem estão fazendo algo errado ao ter em vista as razões sinistras da proibição que vão desde o enriquecimento

---

<sup>74</sup> Conforme é demonstrado por meio de pesquisa empírica e trabalho de campo.

ilícito com o tráfico quanto o pretexto para ataques injustificáveis nas comunidades periféricas).

Assim, tanto no começo quanto no presente momento os principais meios de difusão da Marcha da Maconha seja tanto em adesão aos protestos de rua anuais quanto às pautas e lutas anti-proibicionistas de uma forma mais ampla, se dão por meio de: a) circuitos canábicos prévios nos quais a existência da Marcha e de demais lutas anti-proibicionistas são acessados pelos usuários e angariam público interessado; b) difusão via mídias digitais onde os usuários passam a saber não apenas que há marchas da maconha no Brasil como também passam a entrar em contato com os organizadores das cidades onde elas já ocorrem e passam a agir para criar mais marchas em realidades locais, mesmo as mais periféricas; c) ação direta dos ativistas já organizados nas principais metrópoles que passam a fornecer materiais e ideias, numa palavra: discursos, para outras cidades e atuam assim como centros difusores anti-proibicionistas; d) adesão de ativistas de outras causas e motivações políticas que passam a ver no amadurecimento das lutas anti-proibicionistas através das marchas anuais a possibilidade de lutar também por suas causas como no caso da aproximação entre Marcha da Maconha e Marcha das Vadias sob o comum argumento em favor da liberdade de disposição dos corpos. Assim, pela difusão do discurso anti-proibicionista a Marcha da Maconha aumenta tanto em público onde já existe como em expansão territorial pelo Brasil inaugurando anualmente novas marchas.

## 2.5 MARCO TEÓRICO

Procurou defender aqui a ideia de que a experiência da Marcha da Maconha enriquece não apenas o cenário político brasileiro contemporâneo como também o entendimento teórico acerca dos movimentos sociais nas democracias ocidentais como um todo. Para isso será preciso revisar algumas teorias e iniciar um debate acerca de como esse tipo de movimento pode ser por elas interpretado e principalmente como ele alarga seus principais conceitos até uma nova compreensão teórica dos movimentos contemporâneos. Para isso será necessário: a) levantar alguns paradigmas explicativos clássicos como a teoria da mobilização de recursos, a teoria das oportunidades políticas, as teorias da novas identidades, a teoria dos novos movimentos sociais e o atual paradigma das redes de movimentos sociais; b) apontar como essas explicações ainda que forneçam rico material ainda não dão conta de por si só explicar todas características da Marcha da Maconha (e de

outras marchas contemporâneas como a Marcha das Vadias e o Movimento Passe Livre); c) elaborar uma nova explicação teórica para esse tipo de movimento social e tentar esboçar algum tipo de generalização útil para as teorias acerca da realidade política contemporânea de tipo normativo na medida em que as formas de ação podem ser característica tanto desse momento em que vivemos como de tempos vindouros. Ou seja, através de um entendimento teórico da Marcha da Maconha sugiro explicações sobre as possibilidades da sociedade civil brasileira e mundial no século XXI.

Uma maneira rápida de abordar uma vasta série de teorias é abrir o debate com a matriz teórica de Habermas e seus comentadores, com destaque para Cohen e Arato. Isso porque além do volume de informações trabalhado essa matriz teórica procura abarcar as concepções anteriores das teorias acerca dos movimentos sociais para elaborar sua concepção de sociedade e seu impacto foi bastante grande no desenvolvimento teórico brasileiro desde pelo menos os anos noventa. Para chegar à sua definição de novos movimentos sociais, Arato e Cohen (1995) procuram classificar as teorias dos movimentos sociais em duas macro escolas. Em boa medida essa classificação segue com poucas variações nas análises contemporâneas (ALONSO 2009<sup>75</sup>, por exemplo). Tais escolas seriam então as teorias da mobilização de recursos (que engloba nessa classificação as teorias da estrutura de oportunidades políticas) e as teorias da identidade. Em poucas palavras tratava-se de afirmar que aos movimentos sociais era necessário possuir uma organização eficiente e promover laços identitários solidários entre seus membros. Isso porque diferentes perguntas podem ser feitas ao vago objeto 'movimentos sociais' como acerca de sua eficiência (percebida como inserção nas instituições oficiais que canalizam o poder) ou de seu impacto na vida das pessoas (noções identitárias afetam diretamente questões como autoestima, confiança e empoderamento).

Para a primeira pergunta as respostas produzidas eram geralmente de pretensão objetiva e em intenso diálogo com as condições do cenário político amplo. Questões típicas da ciência política se colocavam para os movimentos sociais, sobretudo pela época em que autores como Tilly e Tarrow (1998) publicavam, e sua inserção e capacidade de ação no sistema político eram alvo de tentativas de mensuração, comparação e explicações complexas. Nesse momento é

---

<sup>75</sup> ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais, um balanço do debate. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

delimitada uma categoria cara aos estudos de movimentos sociais, as chamadas SMO – *social movements organizations* (“organizações de movimentos sociais”) – visando romper com paradigmas anteriores onde as massas nas ruas eram vistas como eventos ‘espontâneos’ tais autores mostraram o quanto elas eram em boa medida planejadas.

Isso porque num sistema político representativo e minimamente democrático, o que constitui o modelo básico ocidental e se verificava nos Estados Unidos da época de surgimento dessas ideias, os agentes políticos já possuem histórico de repertórios de ação política e entre eles constam as manifestações de rua, que passam a ser utilizadas de forma inteligente e estratégica,

“O repertório é de uma só vez um conceito estrutural e cultural, que envolve não apenas o que as pessoas *fazem* quando estão engajadas num conflito com outros, mas também o que *sabem fazer* e o que os outros *esperam* que façam. (...) O repertório muda com o tempo, mas apenas lentamente. Mudanças fundamentais dependem de maiores flutuações nos interesses, oportunidades e organizações. Esses, por sua vez, relacionam-se, grosso modo, com as mudanças no Estado e no capitalismo. Mudanças maiores resultaram da penetração do Estado nacional na sociedade para promover guerra e extrair impostos e da criação pelo capitalismo de concentrações de pessoas com reclamações e recursos para agir coletivamente. (...) O novo repertório não aparece totalmente pronto, nem as velhas formas de ação simplesmente desaparecem. Os mais visíveis triunfos das novas formas chegam com as manifestações, greves, protestos, reuniões públicas e formas similares de interação que chegaram a prevalecer<sup>76</sup>” (TARROW, 1998:30).

---

<sup>76</sup> Tradução livre, segue o original “The repertoire is at once a structural and a cultural concept, involving not only what people *do* when they are engaged in conflict with others but what they *know how to do* and what others *expect* them to do. (...) The repertoire changes over time, but only glacially. Fundamental changes depend on major fluctuations in interests, opportunity, and organization. These, in turn, correlate roughly with changes in state and capitalism. Major shifts resulted from the national state's penetration of society to make war and extract taxes and from capitalism's creation of

As formas de desobediência civil, da forma como trabalhadas pelo discurso das Marchas da Maconha – via a politização do hábito de consumo problematizado – podem ser acrescentadas ao repertório de ação dos movimentos contemporâneos<sup>77</sup>.

“Desobedecer organizadamente, coletivamente, como foi o caso do ‘maconhaço’ na Marcha da Maconha de São Paulo de 2015, nos mostrou um pouco do potencial subversivo da felicidade, algo visto durante a manifestação inteira na verdade. Com a consolidação da Marcha no cenário político brasileiro e com a ampliação que o debate sobre mudar a política de drogas vem tendo nos últimos anos, a nossa manifestação anual tornou-se cada vez mais livre (...) Um gesto de desobediência civil realizado por milhares de mãos e minas (...) Fumar maconha explicitamente na Marcha da Maconha tem sido cada vez mais entendido enquanto um gesto político (...) fumar maconha coletivamente é um exercício prático de autonomia, mesmo que de forma temporária...” (Coletivo DAR: 2016: 89).

A matriz teórica chamada mobilização de recursos, de onde são oriundos conceitos como repertórios de ação, focada na racionalidade dos atores sociais, é capaz de perceber as formas de divisão do trabalho entre os ativistas, por isso a importância da ideia de “organização do movimento social”, onde fica claro que a própria realidade dinâmica das sociedades de massas levam ao surgimento e separação entre militantes de rua e organizadores que planejam, negociam com autoridades e em alguma medida se projetam frente às esferas representativas da luta política oficial. Isso porque formatos bem organizados otimizam a capacidade de ação dos agentes frente aos grupos políticos previamente organizados e permitem a eles estarem bem posicionados e

---

concentrations of people with grievances and the resources to act collectively. (...) The new repertoire did not appear fully blown, nor did the old forms of collective action ever disappear. The most visible triumphs of the new forms came when demonstrations, strikes, rallies, public meetings, and similar forms of interaction came to prevail” (TARROW, 1998:30).

<sup>77</sup>

Confere Lanças (2010, 2013, 2014).

maximizarem o aproveitamento de oportunidades políticas (TARROW, 1998: 76-7).

Cabe absorver dessa matriz: a ideia de um sistema político representativo que funciona com impulsos de legitimidade via voto cuja racionalidade dos agentes envolvidos abre oportunidades para a inserção de novos grupos oriundos dos movimentos sociais organizados; a noção de que o aumento dos quadros do movimento via sua difusão gera o cenário propício para divisão do trabalho e o destacamento de uma liderança ou camada gestora que na prática organiza e representa (mas não nos meios da política formal ainda) o próprio movimento em relação a uma massa de ativistas a qual se pode mobilizar através de um discurso (um público); as experiências de anos de lutas promovidas pelos movimentos sociais dinamiza o meio e gera aprendizado em seus agentes,

“A política conflictiva ocorre quando pessoas comuns, geralmente em contato com cidadãos mais influentes, juntam forças em confronto com as elites, autoridades e oponentes. Esses confrontos remontam ao surgimento da história. Mas mante-los, sustenta-los e coordena-los contra adversários poderosos é a contribuição única do movimento social – uma invenção da era moderna que acompanha a ascensão do Estado moderno (...) a política conflictiva é disparada quando alterações nas oportunidades políticas e nas restrições criam incentivos para atores sociais que não possuem recursos próprios. Eles conflitam através dos repertórios conhecidos e os expandem criando inovações em suas margens. Quando respaldada em redes sociais densas e estimulado por ações de ressonância cultural – símbolos orientadores, a política conflictiva leva uma interação sustentada com oponentes. **O resultado são os movimentos sociais**”<sup>78</sup>,

---

<sup>78</sup> Tradução livre, segue o original “Contentious politics occurs when ordinary people, often in league with more influential citizens, join forces in confrontation with elites, authorities, and opponents. Such confrontations go back to the dawn of history. But mounting, coordinating, and sustaining them against powerful opponents are the unique contribution of the social movement – an invention of the modern age and accompaniment to the rise of modern state (...) contentious politics is triggered when changing political opportunities and constraints create incentives for social actors who

(TARROW,1998: 2, grifos meus).

Isso tanto para os agentes estatais quanto para os movimentos em conflito – de forma que há repertórios de ação política testados em campo e conhecidos pelos organizadores e esse aprendizado se transmite de um movimento para movimento enriquecendo o próprio patamar democrático da sociedade civil como um todo,

“Os agentes, em meio ao processo de luta, escolheriam dentre as maneiras convencionalizadas de interação presentes no repertório aquelas mais adequadas à expressão de seus propósitos. (...) O repertório de ação coletiva não é peculiar a um grupo, mas a estrutura do conflito” (ALONSO, 2009: 58).

A outra matriz teórica que procura ser absorvida pelo cânone habermasiano antes de ele se projetar na produção teórica nacional é a chamada escola europeia, ou as teorias da construção identitária.

“Hoje os atores coletivos focam primariamente o âmbito das normas sociais e da identidade coletiva. Isso significa que a lógica da interação coletiva acarreta mais que uma racionalidade estratégica ou instrumental. Não seria ilusão afirmar que, no entanto, um novo paradigma tenha se formado em torno de um modelo de identidade pura conforme foi proposto por Pizzorno. Certamente, esse modelo tem sérias dificuldades e tem sido criticado em abordagens teóricas mais complexas articuladas por Alain Touraine e sua escola. Touraine define os movimentos sociais enquanto interações normativamente orientadas entre adversários com interpretações e modelos societários conflitantes num campo culturalmente compartilhado. Ele rejeita ainda de forma

---

lack resources on their own. They contend through known repertoires of contention and expand them by creating innovations at their margins. When backed by dense social networks and galvanized by culturally resonant action – oriented symbols, contentious politics leads to sustained interaction with opponents. **The result is the social movements**” (TARROW, 1998: 2, grifos meus).

explicita uma análise puramente voltada para a identidade dos movimentos sociais, afirmando que essas análises também se encaminham à reprodução do auto-entendimento ideológico dos atores ou desviam para uma consideração sócio-psicológica da interação as custas de uma análise realmente sociológica do conflito. Isso é especificamente arriscado no caso dos atores coletivos. Suas buscas por identidades pessoais e comunais, sua defesa de uma ação expressiva e oposta à estratégica e seu enfoque na participação direta envolvem uma tendência à “retirada de autonomia” – abandonar o campo da luta político-social e se voltar em si mesmos ao estilo de grupos sectários ou comunais. Então, um foco exclusivamente teórico na criação da identidade iria apenas comparar a tendência de alguns autores contemporâneos para construir sua própria representação ideológica das relações sociais (diretas, democráticas, comunais) enquanto um princípio organizador utópico para a construção de toda a sociedade e igualar o desenvolvimento da expressão da identidade com os marcos culturais do conflito. Embora Touraine sustente que a orientação cultural não pode ser separada do conflito social, ele não insiste dessa forma na objetividade de um campo cultural comum dividido por oponentes<sup>79</sup>”.

---

<sup>79</sup> Tradução própria, disponível em: [https://www.academia.edu/11820772/Movimentos Sociais e Sociedade Civil - tradu%C3%A7%C3%A3o do cap%C3%ADtulo dez da obra Civil Society and Political Theory de J. Cohen e A. Arato](https://www.academia.edu/11820772/Movimentos_Sociais_e_Sociedade_Civil_-_tradu%C3%A7%C3%A3o_do_cap%C3%ADtulo_dez_da_obra_Civil_Society_and_Political_Theory_de_J._Cohen_e_A._Arato) . Segue o original, “Today, collective actors focus primarily on issues of social norms and collective identity. This means that the logic of collective interaction entails more than strategic or instrumental rationality. It would be misleading to imply, however, that a new paradigm has been formed around a *pure* identity model such as the one proposed by Pizzorno. Indeed, this model has serious difficulties and has been criticized in the more complex theoretical approach articulated by Alain Touraine and his school. Touraine defines social movements as normatively oriented interactions between adversaries with conflicting interpretations and opposed societal models of a shared cultural field. Yet he explicitly rejects a purely identity-oriented analysis of social movements, arguing that such analyses tend either to reproduce the

Dentro dessa perspectiva experiência dos movimentos sociais que pipocavam na esfera pública ocidental desde os anos sessenta deviam ser entendidos de uma perspectiva mais 'cultural'. Isso porque esses movimentos eram capazes de promover novas formações identitárias para seus membros e isso não é pouca coisa. Foram captadas experiências de uma série de grupos organizados a partir das bases populares onde a construção de uma identidade que lhes contemplasse era fundamental, fosse essa de caráter étnico (grupos indígenas no Brasil por exemplo) ou mesmo classista (ligas camponesas por exemplo) de gênero (movimentos feministas) ou de outras 'identidades contra culturais' (movimento gay por exemplo).

Essas construções identitárias são elementos fundamentais para os movimentos sociais por pelo menos duas razões: elas permitem o combate político no plano das ideias, ou seja, permitem disputar as concepções de mundo impostas pelos dominantes e em última instância reavaliar a própria experiência social como um todo a partir de valores e de um imaginário construídos de maneira menos heterônoma e mais autônoma pelos grupos organizados; elas criam e geram através de si mesmas laços e redes de solidariedade entre o público discursivamente viável presente na formulação do movimento social (por exemplo, um movimento de mulheres negras clama pela solidariedade entre elas e se dirige a todas de forma que se na prática há uma rede de mulheres negras solidárias dentro de dado movimento essa rede pode sempre se expandir e clamar solidariedade entre outras mulheres negras que ainda não façam parte) e esses laços de solidariedade viabilizam tanto a existência do movimento social quanto sua capacidade de ação política.

---

ideological self-understanding of actors or to slip into a social-psychological analysis of struggle. This is especially risky in the case of contemporary collective actors. Their quests for personal and communal identity, their advocacy of expressive as opposed to strategic action, and their focus on direct participation involve a tendency to "retreat to autonomy" – to abandon the field of social-political struggle and turn in on themselves in the fashion of communitarian or sectarian groups. Thus, an exclusively theoretical focus on the creation of identity would only parallel the tendency of some contemporary actors to construe their own ideological representation of social relations (direct, democratic, communal) as a utopian organizing principle for all of society and to equate their expressive development of identity with the cultural stakes of struggle. Although Touraine maintains that cultural orientation cannot be separated from social conflict, he nevertheless insists on the objectivity of a common cultural field shared by opponents" (ARATO; COHEN, 1995: 510-1).

O paradigma de Habermas procura abarcar essas duas orientações teóricas na medida em que seus ilustres comentadores procuram uma definição de “novo movimento social” para a sociedade civil contemporânea a partir delas.

“Para tornar-se útil, a categoria de sociedade civil precisa ser reconstruída. (...) Em nossa reconstrução da categoria de sociedade civil, nós devemos nos apoiar, embora criticamente, no segundo passo da própria estratégia de dois passos de Habermas, qual seja, o desenvolvimento de uma teoria dualista que diferencia e vincula as metodologias necessárias que lidam com “o mundo da vida” e “os sistemas<sup>80</sup>” (ARATO; COHEN, 1995: p. 422).

O modelo de Habermas é complexo, mas pode ser sintetizado se for lido a partir das teorias de diferenciação sistêmica. Tal autor, assim como praticamente todas as escolas sociológicas, parte de um corte (de alguma forma arbitrário, “mítico”) discursivo entre as sociedades tradicionais (pré-modernas) e modernas<sup>81</sup> e caracteriza as últimas a partir de uma

---

<sup>80</sup> Tradução livre, segue o original: “To be usable, the category of civil society must be reconstructed. (...) In our reconstruction of the category of civil society, we shall rely, albeit critically, on the second step of Habermas’s own two-step theoretical strategy, namely, the development of a dualistic social theory that differentiates and links the equally necessary methodologies dealing with “lifeworld” and “system” (ARATO; COHEN, 1999: 422).

<sup>81</sup> Na verdade toda definição de modernidade acaba por constituir-se em uma variação do corte realizado por Tönnies e amplamente repetido pelo cânone sociológico entre comunidade e sociedade ou sociedade aberta. Enquanto a primeira indica um pertencimento a uma rede de relações pessoais e esferas da vida social sobrepostas, unidas por um mundo mental mais ou menos coeso a segunda indica um conjunto de indivíduos “livres e iguais” que se relacionam de maneira impessoal, por meio de contratos, em uma rede de relações cada vez mais complexa e com ramificações cada vez mais especializadas e impessoais. Há várias definições desse processo na teoria contemporânea, em uma delas, que a meu ver sintetiza bem o processo que levou ao que hoje chamamos de mundo moderno, Cohen e Arato, seguindo o caminho de Habermas, remontam à formação dessa realidade através de uma espécie de desacoplamento do todo social existente na sociedade tradicional, que desembocaria em sistemas relativamente autônomos, em um processo de diferenciação sistêmica. Dentro desse processo histórico, que os autores

espécie de descolamento do todo social que separa o chamado mundo da vida das lógicas sistêmicas. Assim, há um mundo da vida que compreende o todo social e é limitado apenas pela linguagem (que é em última instância o limite da comunidade política para tal autor por encarnar em si as experiências históricas de um povo) e no processo de modernização surgiram duas esferas dominadas pelas lógicas sistêmicas, o mercado e o Estado. Dessa forma a lógica do mercado é o lucro e a do Estado o poder hierárquica e burocraticamente exercido (ARATO; COHEN, 1995: 463-4).

Deixando um pouco de lado a esfera do mercado, cuja lógica de análise desses autores não diverge fundamentalmente do entendimento comum funcionamento desta (isto é, após o advento do marxismo), marcada pela competitividade e pela desigual distribuição de recursos entre agentes mais ou menos racionais divididos entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores (grosso modo). Cabe focar na interação entre Estado e mundo da vida mediada pela concepção deles de sociedade civil, pois é onde cabe a ação dos movimentos sociais e a definição de 'novos' movimentos sociais. O Estado para Habermas é compreendido através de uma criativa síntese do debate normativo entre comunitaristas (chamados por ele de republicanos, mas não confundir com os neo republicanos) e liberais, de forma que sua fórmula culmina no Estado que deve ser democrático (isto é, respaldado pela noção de soberania popular) e de direito (respeitador de limites do soberano e devedor da ideia de liberdades individuais).

Esse Estado Democrático e de Direito é movido por impulsos de legitimidade oriundos inicialmente dos votos e posteriormente da chamada esfera pública. Em uma realidade marcada pela diferenciação sistêmica o aparato estatal por meios jurídicos é a única instância que possui (ainda que em teoria) capacidade de gerar normas vinculantes

---

afirmam remontar à passagem da realidade feudal para a sociedade moderna, dois subsistemas, político e econômico, tornaram-se autônomos, em relação ao “mundo da vida” que abrange o todo social. Seguindo o modelo de Habermas, no “mundo da vida” encontram-se esferas de reprodução da vida social. O mundo da vida, *locus* de sociabilidade e de criação de consensos, deve ser diferenciado das lógicas sistêmicas que operam segundo seus meios específicos. O meio do sistema político é o poder hierarquicamente exercido, e sua lógica é a da reprodução desse poder, através dos mecanismos existentes na sociedade política, ou seja, parlamentos, eleições, e distribuição de cargos. O meio do sistema econômico é o dinheiro, e sua lógica é a do lucro, ou seja, a reprodução do dinheiro através dos mecanismos do mercado (ARATO; COHEN, 1995, p. 426).

gerais e aplicá-las por meio da violência legitimada. Entre os agentes do Estado, movidos pela lógica do poder, e as pessoas comuns, movidos por seus anseios 'espontâneos' oriundos do mundo da vida, deve haver uma rica sociedade civil onde os anseios são canalizados e se transformam em demandas políticas pela ação dos movimentos sociais até adentrarem a esfera política. Isso porque a sociedade civil nesse modelo cumpre um papel intermediário, ela é do ponto de vista do cidadão pública, pois vai muito além dos seus anseios individuais e do ponto de vista do Estado ela é privada, pois não abrange o todo do público encarnado pelas representações estatais.

Assim, no modelo ideal habermasiano funcionando em condições ideais de temperatura e pressão as coisas se operam mais ou menos assim: a lógica sistêmica do mercado e do Estado, por serem autopoieticas (isto é, sua lógica de funcionamento é voltada para si mesma, “o sistema não resolve o problema da sociedade, resolve o problema do sistema”) geram insatisfação e demandas não atendidas dos cidadãos; esses cidadãos se organizam e passam a fazer parte com sua organização da sociedade civil, caracterizada pela ação de associações, movimentos e organizações de todo tipo, onde promovem suas demandas até que elas alcancem a esfera pública; uma vez na esfera pública tal demanda passa a ser debatida, sobretudo por meio de canais midiáticos até alcançar a esfera pública política e o sistema político parlamentar onde a demanda é atendida pelos agentes do meio político devido às pressões populares pois o sistema se alimenta de impulsos legitimantes dos cidadãos que culminam nos votos ao fim dos mandatos (o que daria aos deputados 'estímulos' para solucionar a demanda trazida pelos seus cidadãos).

“Isso faz com que os movimentos democráticos oriundos da sociedade civil renunciem às aspirações de uma sociedade auto-organizada em sua totalidade, aspirações que estavam na base das idéias marxistas da revolução social. Diretamente, a sociedade só pode transformar-se a si mesma; porém ela pode influir indiretamente na autotransformação do sistema político constituído como um Estado de Direito” (HABERMAS 1997, p. 106).

Para as questões acerca dos movimentos sociais o que cabe destacar dessa construção macro teórica é que os movimentos sociais são o elemento ativo que movimentam toda essa sociedade civil idealizada, e

em boa medida tornam viável esse modelo de democracia; e em sua definição Cohen e Arato, baseando-se em Habermas, procuram absorver os paradigmas anteriores de forma que os movimentos sociais sejam vistos tanto como agentes racionais capazes de agir de acordo com a lógica dos sistema político visando estratégias de longo prazo e inserção quanto formas de organização capazes de promover construções identitárias novas ou ressignificadas e alterar os padrões culturais do próprio mundo da vida através da promoção de discursos alternativos. No entanto, já pude abordar algumas limitações desse modelo em pesquisa anterior,

“Através das ações da sociedade civil organizada, que podem variar desde passeatas, manifestações, greves, boicotes e, principalmente, atos de desobediência civil, seria exercida uma pressão sobre os parlamentares, que são levados a discutir a questão e a emitir uma resposta ao público eleitor, que estaria supostamente descontente com a atual situação acerca da questão discutida na esfera pública. No modelo ideal, o parlamento é sensível à opinião pública formada nas redes comunicacionais da esfera pública e expressa pelas ações da sociedade civil e apresenta uma solução ou uma resolução legítima sobre a questão levantada, “solucionando” então a situação para os cidadãos envolvidos em sua problematização. Isso indica que, por meio de um processo (algumas vezes lento) metaforizado através de um sistema de comportas, seria possível abrir um canal entre o poder politicamente exercido e o cidadão comum e seus problemas de ordem muitas vezes cotidiana. Os atos de desobediência civil seriam propícios diante do fechamento ou da ineficiência desses canais entre o cidadão comum e o poder político, indicando uma crise de legitimidade do processo legal, cuja lógica sistêmica pode levar a se distanciar dos anseios do cidadão comum. Dentro dessa noção de radicalismo auto-limitado atribuída aos novos movimentos sociais o papel da sociedade civil é exercer pressão e influência, deixando as resoluções para os parlamentos. Embora no modelo ideal atribui-se a tais parlamentos certa sensibilidade eleitoral, na

realidade isso é muito mais complexo. Essa concepção, embora trace um ataque certo aos antigos partidos comunistas, não permite que a soberania repouse *em última instância* no cidadão comum, pois foca o poder decisório *de fato* na ação dos parlamentos (e no procedimento que os institui).” (LANÇAS, 2013. p. 79).

Cohen e Arato terminam sua obra clássica, *Civil Society and Political Theory*, com um capítulo sobre desobediência civil e consolidam seu conceito de 'novos movimentos sociais' impondo uma séria limitação normativa, o que limitará por algum tempo a própria compreensão de sociedade civil, através de sua noção de radicalismo auto limitado. Isso porque para o modelo habermasiano é necessário que sejam respeitadas certas fronteiras normativas entre as distintas esferas: as lógicas sistêmicas e o mundo da vida, mediados em alguma medida pela sociedade civil. Isso porque para tais autores os movimentos sociais que teriam procurado absorver o todo social em seu agir teriam se transformado em partidos e em governos de caráter coletivista, o que romperia com garantias e liberdades individuais, que só poderiam ser mantidas através da existência (e relativa autonomia) das esferas sistêmicas em relação ao mundo da vida, isto é, ao todo social. Assim, há sempre o risco dos movimentos sociais e a própria vivência cotidiana das pessoas no chamado mundo da vida serem colonizados pelas lógicas sistêmicas, substituindo assim o agir comunicativo pela ação racional voltada para o lucro ou para o poder. Para manter viva e oxigenada uma esfera pública e uma sociedade civil autônomas em relação aos interesses sistêmicos (das empresas e dos partidos basicamente) é preciso que esta esteja ancorada no mundo da vida e para tal a necessidade de um radicalismo que seja auto limitado (ARATO; COHEN 1995, p. 493-4).

É possível afirmar então que o paradigma de Habermas absorve da ideia de mobilização de recursos a capacidade de agência racional dos movimentos sociais no meio político e sua capacidade de inserção na arena eleitoral, ainda que muitas vezes ao custo da perda de contato com suas bases e após hierarquização de suas atividades. No entanto, ao seguir por esse caminho, segundo esse parâmetro normativo o movimento social estaria se descaracterizando, deixando a sociedade civil e adentrando a lógica do sistema político. Não que a fronteira seja rígida e intransponível, mas a lógica de ação se transforma, ao invés de buscar responder as demandas de base a organização do movimento

passa a ter como prioridade a disputa por cargos e a lógica do poder. Além disso, as noções identárias também se transformam com a mudança nas formas de ação do movimento (afinal para jogar dentro das esferas institucionais o repertório de ação e a responsabilidade pela ação militante se alteram significativamente), o que pode trazer novas coletividades para dentro da esfera representativa (como aconteceu com os partidos verdes na Europa). Para preservar a sociedade civil, entendida como vital para um sistema democrático de direito, sem no entanto correr o risco de seus agentes tomarem o Estado, é postulada noção de radicalismo auto limitado:

“Devemos rotular como 'radicalismo auto-limitado' os projetos de defesa da democratização da sociedade civil que aceitam a diferenciação estrutural e reconheçam a integridade dos sistemas econômico e político<sup>82</sup>” (ARATO; COHEN, 1995, p. 493).

Essa noção significa afirmar que a ação dos agentes da sociedade civil, seja essa ofensiva em relação ao avanço de pautas para o sistema político ou defensiva em relação à garantia de direitos e formas sociais já existentes diante de ataques sistêmicos, deve se limitar à própria sociedade civil e não ao sistema político propriamente dito. Isto é, que a ação dos 'novos movimentos sociais' deve ser eminentemente simbólica. Seria seu papel exercer pressão na esfera pública através dos mais variados repertórios de ação (não violenta, esbarrando na controversa questão da desobediência civil). Há então uma expectativa dentro dessa teoria de que a pressão exercida pela ação dos “novos movimentos sociais” force os temas para a esfera pública onde esses são de alguma forma filtrados e adentram a esfera política. Assim, a pressão dos movimentos sociais sobre parlamentares que almejam a reeleição deveria ser suficiente para que esses se motivem a solucionar as demandas trazidas.

Para além desse papel simbólico os movimentos da sociedade civil que extrapolassem essa noção correriam o risco de descaracterizar-se e/ou colocar em risco o próprio sistema democrático ao atropelar suas

---

<sup>82</sup> Tradução livre, segue o original : “we shall label as 'self-limiting radicalism' projects for the defense and democratization of civil society that accept structural differentiation and acknowledge the integrity of of political and economic systems” (ARATO; COHEN: 493).

instituições. Não é necessária muita genialidade para perceber que embora possa ter sido bem intencionada essa matriz teórica pode ser lida enquanto conservadora em alguma medida e que os agentes na prática não respeitam fronteiras teóricas (isso porque se o movimento social – oriundo supostamente do povo – não pode exercer papel de ator macro social a soberania em última instância repousa nos parlamentos, isto é, na instância dominada, segundo essa matriz teórica, pela pura lógica sistêmica). Assim, sem entrar agora nos detalhes do impacto do paradigma Habermasiano na produção nacional até pelo menos meados dos anos dois mil (para mais detalhes confere BURGOS 2005), cabe tratar, finalmente, dos paradigmas contemporâneos.

## 2.6 REDES DE ATIVISMO

Já no início dos anos dois mil o debate avança e algumas críticas são traçadas ao cânone habermasiano, inicialmente há uma forte crítica de inspiração gramsciana na interpretação da sociedade civil, o que leva às obras de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau e no Brasil à obra de Evelina Dagnino. Antes de adentrar nessa interpretação e realizar o debate macro teórico das categorias da sociedade civil é preciso no entanto abordar outros avanços nos estudos de movimentos sociais, sobretudo no que tange aos seus formatos organizativos, ao recrutamento de seus quadros e seu raio de alcance dentro das complexas democracias representativas. Uma série de autores foi impactado pela perspectiva habermasiana e absorveu em boa medida sua tentativa de superação e incorporação das escolas anteriores, culminando num entendimento dos movimentos sociais que abarca tanto suas capacidades organizativas e de inserção política quanto seus aspectos identitários e as solidariedades que produzem. Cabe então compreender como isso é organizado e nesse aspecto contribuiu muito para as teorias recentes a ideia de redes.

“A meu ver, a rede é uma nova forma de pluralidade que torna possível uma nova forma de conexão social, novas formas de ação coletiva e uma “solidariedade entre estranhos” mais ampla que as anteriores. Não me refiro à “ação coletiva” ou à conexão realizada unicamente pela internet, como uma campanha por correio eletrônico ou as conversas em salas de bate-papo. Estou pensando na articulação de grupos locais que se inter-relacionam por intermédio da rede virtual de

computadores e se comunicam em parte através da nova mídia eletrônica. É essa combinação que constrói um todo maior que a soma de suas partes.” (COHEN, 2003, p. 435).

Já na segunda década do novo século há certo consenso em torno da ideia de redes de ativismo, concebida por autores como Ilse Scherer-Warren (2012, p. 22):

“Em síntese, *movimentos sociais*, na sociedade contemporânea podem ser mais amplamente explicados quando os atores sociais ou formas de coletividade que os compõem forem tratados a partir de uma perspectiva de análise de redes sociais e organizacionais. Portanto, quando elegemos como conceito teórico a noção de *rede de movimentos sociais* referindo-nos à síntese articulatória, à amálgama ou às redes das redes do agir e pensar coletivo representadas através de diversos formatos organizacionais, não estamos abandonando a tradição de análise já clássica na literatura dos movimentos sociais, ou seja, a ideia de que um movimento social existe quando há: - um princípio de identidade construído coletivamente ou de identificação em torno de interesses e valores comuns no campo da cidadania; - a definição coletiva de um campo de conflitos e dos adversários centrais nesse campo; - a construção de projeto de transformação ou de utopias comuns de mudança social nos campos societário, cultural ou sistêmico. Pretendemos, porém, ampliar o arcabouço teórico para a análise dos movimentos sociais, na medida em que considerarmos a interação em redes de diversos atores e organizações da sociedade civil como algo constitutivo dos movimentos sociais. (...) A rede de movimentos sociais refere-se, pois, a uma comunidade de sentido que visa a algum tipo de transformação social e que agrega atores coletivos diversificados, constitutivos do campo da sociedade civil organizada

Em boa medida essa nova matriz explicativa dá conta do fenômeno da Marcha da Maconha no Brasil, embora não esgote o

entendimento deste. Ainda assim, é interessante notar que essas definições não contradizem a matriz macro-teórica de inspiração habermasiana, pelo contrário, se ancoram nela. Isso porque o formato da rede é justamente característico desse tipo de relações contemporâneas, marcadas decisivamente pelo capitalismo avançado e pelo avanço tecnológico no campo da informação, onde a internet se populariza e uma série de barreiras é rompida, com nítidas transformações no campo de ação política. Para movimentos contemporâneos como a Marcha isso é de fundamental importância porque as tecnologias digitais permitem não apenas a divulgação do discurso ativista como também permitem o contato entre os organizadores dispersos pelo meio continente que o país ocupa e elaborar uma pauta e uma luta que toma caráter nacional.

“A comunicação mediada pelo computador (CMC) – em particular a internet – provê aos movimentos a habilidade de espalhar mensagens sem censura e influenciar a mídia de massa. Enquanto os movimentos sociais tem tradicionalmente criado sua própria mídia de comunicação (incluindo editoras, jornais e estações de rádio autônomas), que são, no entanto, predominantemente orientadas internamente, a internet aumentou bastante o potencial para desenvolver alternativas e tornar a fronteira entre a comunicação voltada interna e externamente muito mais permeável. Certamente, a CMC difere da mídia tradicional naquilo que favorece 'desintermediação', facilitando especialmente os atores com poucos recursos: os movimentos se apresentam diretamente ao público em geral com baixos custos<sup>83</sup>” (DELLA PORTA ET AL. 2006,

---

<sup>83</sup> Tradução livre, segue o original: “Computer-mediated communication (CMC) – in particular, the Internet – gives social movements the ability to spread uncensored messages and to influence mass media. While social movements have traditionally created their own communication media (including publishing houses, journals, and self managed radio stations), which were, however, predominantly inward-oriented, the Internet has enormously increased the potential for developing alternatives and making the border between inward- and outward- oriented communication much more permeable. Indeed, CMC differs from the traditional media in that it favors 'disinter mediation', specially facilitating resource-poor actors: movements presente themselves directly to the general public with low

p 93).

Assim, as chamadas novas mídias marcam decisivamente a ação de movimentos desse tipo. É através da internet que circulam as ideias, são recrutados novos quadros e o movimento se espalha pelo território nacional. Esse novo formato marca a estrutura de organização do movimento, isso é relativamente simples para movimentos já surgidos nesse paradigma tecnológico, mas obviamente impacta outros movimentos previamente existentes.

“A internet é sempre considerada um símbolo de globalização e dos meios para disseminar ideias e mover capitais a nível global. A internet é ambos, uma oportunidade e um desafio para os movimentos sociais. Similar às inovações tecnológicas anteriores (Tarrow 1998, ch.3) ela alargou a comunicação política e a tornou mais rápida e fácil. Deu aos novos movimentos aquilo que foi anteriormente dado pela imprensa, o serviço postal, o telefone e o fax aos movimentos anteriores (antiga e recentemente). Ao mesmo tempo, possui os riscos da nova tecnologia, nomeadamente, gerar alienação ao eliminar os contatos pessoais e aumentar o poder hierárquico das estruturas pela centralização do controle do complexo tecnológico. Ambos, ativistas e pesquisadores estão atentos a essa complexa mistura de vantagens e riscos<sup>84</sup>” (DELLA PORTA ET AL. , 2006: 92).

---

costs” (DELLA PORTA ET AL. 2006: 93).

<sup>84</sup> Tradução livre, segue o original: “The internet is often considered a symbol of globalization and a means for disseminating ideas and moving capital at the global level. The internet is both an opportunity and a challenge for social movements. Similar to earlier technological innovations (Tarrow 1998, ch.3), it has broadened political communication and made it easier and faster. It gives the new movements what printing, the postal system, the telephone, and fax represented for movements in the (far and recent) past. At the same time, however, it contains risks typical of new technology, namely, generating alienation by eliminating face-to-face contact and increasing hierarchical power structures by centralizing control of complex technology. Both scholars and social movements activists are aware of this complex blend of advantages and risks” (DELLA PORTA ET AL. 2006: 92).

Inicialmente uma rede de ativistas canábicos espalhados pelo território brasileiro pode parecer uma coisa anárquica, pois não há claramente hierarquias visíveis e cada núcleo local age com ampla liberdade, o que fornece a união são apenas os elementos simbólicos comuns a todos. No entanto uma análise mais aprofundada poderá perceber que nem todos os elementos vinculados na rede possuem o mesmo peso e importância e algumas hierarquias se tornam visíveis. Se não há uma liderança clara é porque esse papel se encontra em dinâmica disputa e porque há mais de um ponto nodal que possa reivindicar essa posição dentro da rede. Assim, os locais onde acontecem as maiores e durante maior período de tempo consecutivo as Marchas geralmente se convertem em centros difusores de discurso para outras realidades e em boa medida dão as linhas gerais nas quais são entendidas as principais pautas, bem como determinam os modelos de repertório de ação para as demais realidades.

É possível falar em pelo menos quatro centros difusores da Marcha da Maconha no Brasil contemporâneo: Rio de Janeiro, onde se iniciaram as manifestações no formato atual, São Paulo, onde o tamanho das manifestações e a importância do centro econômico destacam suas ações para todo o país, Fortaleza, onde a vasta organização e o trabalho de base movem marchas proporcionalmente gigantescas e estabelecem vínculos com toda a região nordeste, e Florianópolis, onde uma incipiente organização se destaca na região sul e em parcerias com a rede do centro sul mantém vivo o debate anti-proibicionista em Santa Catarina. Cada um possui características próprias, mas são todos mantidos pela mesma rede, intercambiando ideias e disputando formatos e pautas entre si a cada marcha anual. Há certamente outros centros difusores (menores) dentro da rede de ativismo anti-proibicionista, no entanto, o trabalho de campo mostrou serem esses os principais pontos nodais.

Um impacto dessa análise no paradigma anterior se dá no sentido de que as redes mostram como os atores dos movimentos sociais fazem conexões com agentes tanto do meio político quanto do meio econômico e que a interpretação da normatividade da sociedade civil pura, que decorre de leituras de Habermas, onde os agentes não devem interferir diretamente no meio político se mostra distante da realidade.

Para além dos aspectos internos à teoria da ação comunicativa, nos interessa destacar que a teoria da sociedade civil de Cohen e Arato (2002) ao enquadrar os atores da sociedade civil na esfera do mundo da vida, vai resultar numa teoria da participação política que delimita a ação dos atores sociais ao espaço por eles ocupado na estrutura social. Nesse sentido, não haveria interface entre a participação exercida pelos movimentos sociais (...), os partidos políticos e os sindicatos, por exemplo, pois cada um deles seria regido por lógicas e bases sociais distintas. Enquanto os dois últimos estariam inseridos na lógica sistêmica do Estado e do mercado, respectivamente, os primeiros seriam guiados pela lógica do entendimento. Em que pese o caráter normativo de tal construção teórica, tal interpretação teve um impacto bastante significativo no debate sobre participação política, em especial no entendimento que se produziu sobre os “novos movimentos sociais” e ONGs. Tais atores teriam uma lógica de ação auto-limitada, não desenvolvendo interfaces com as modalidades de participação orientadas pela lógica do poder administrativo (a ação dos partidos políticos) ou por demandas de classe ou corporações (a ação dos sindicatos, por exemplo). Nesse sentido, aqui também as modalidades de participação seriam “divergentes”, pois de acordo com os pressupostos (normativos) de tal teoria seria de se esperar que não houvesse relações entre os atores participantes de cada uma dessas modalidades (BORBA, 2012: 126).

Uma primeira visão pode deixar parecer espontâneas as várias manifestações da Marcha da Maconha que acontecem pelo Brasil desde 2002 cada uma organizada por um coletivo em uma realidade local específica. Mas o que a pesquisa permite demonstrar é que há por trás dessas manifestações uma organizada rede de ativistas que se vale das novas tecnologias, dos circuitos canábicos preexistentes ao próprio movimento e de contatos tanto no meio político e jurídico quanto no meio científico e do sistema de saúde, como aqueles que reivindicam o uso medicinal da substância proibida ou os redutores de danos (que legitimam com sua autoridade de sistema perito as pautas anti-

proibicionistas no plano discursivo das lutas) para por em movimento essas marchas e sua expansão. Assim, como quando um novo movimento surge ele conta com ampla rede de apoio que o precede ele nunca parte exatamente do zero e essa própria rede se amplia e fortalece ao contar com novos apoios em novas realidades dando assim capilaridade ao movimento como um todo e fornecendo canais de divulgação para o discurso promovido pelos centros difusores.

A criação de associações, ou mais comumente o uso de estruturas comunitárias pré-existentes, daria a base organizacional para os movimentos sociais. A racionalização plena da atividade política fica clara no argumento da burocratização dos movimentos sociais, que, gradualmente, criaram normas, hierarquia interna e dividiram o trabalho, especializando os membros, com líderes como gerentes, administrando os recursos e coordenando as ações (MacCarthy e Zald, 1997). Quanto mais longevos, mais burocratizados os movimentos se tornariam. A longevidade por sua vez, dependeria da capacidade dos movimentos de vencerem a concorrência. Isto é, vários movimentos podem se formar em torno de um mesmo tema compondo uma “indústria de movimento social”, na qual haverá cooperação, mas também competição, em torno de recursos materiais e de aderentes a serem garimpados num mercado de bens políticos (ALONSO, 2009: 52).

Apesar desse formato e dessa pesquisa terem como foco a faceta do movimento anti-proibicionista organizada sob o nome Marcha da Maconha, outros movimentos anteriores, contemporâneos e posteriores possuem formatos, pautas e repertórios de ação política muito semelhantes. Por exemplo, o Movimento Passe livre que é anterior à Marcha e lhe forneceu quadros já trabalhava a partir de centros difusores, com redes de avistas locais em coletivos autônomos e a Marcha das Vadias que surgiu depois da Marcha da Maconha possui formato idêntico e pauta similar por tratar da liberdade de disposição dos corpos e por ressignificar uma categoria antes pejorativa ampliando assim a própria pauta feminista na qual se insere.

Assim, é possível pensar a Marcha da Maconha e o Movimento Anti-proibicionista no Brasil através desse referencial teórico, pois trata-

se de uma luta que envolve: organização e planejamento (mobilização de recursos); construções identitárias e criação de solidariedade tanto entre ativistas quando a um público discursivamente mobilizável (de usuários e atingidos pelas políticas proibicionistas); ação na esfera pública dentro dessa noção de desobediência civil e radicalismo auto-limitado, isto é, que realiza protestos visando impactar mais na própria esfera pública e não no sentido de promover partidos ou pautas dentro dos parlamentos e instâncias representativas formais. No entanto, essa interpretação não esgota o que pode ser dito sobre esses fenômenos através do diálogo com as teorias contemporâneas.

## 2.7 ATIVISMO, CONSUMO E DESOBEDIÊNCIA CIVIL

No trabalho que defendi na banca de mestrado no programa de pós graduação em sociologia política da Universidade de Santa Catarina procurei interpretar algumas das manifestações do movimento anti-proibicionista, nomeadamente as Marchas da Maconha, através das categorias de desobediência civil (LANÇAS, 2013). Dessa forma, procurarei resgatar novamente esse conceito, responder algumas críticas e atualizar o debate através de dados trazidos do trabalho de campo, onde a ideia de desobediência civil passa a tomar centralidade na fala dos próprios agentes.

Além disso, a ideia de desobediência civil e sua separação teórica com a ideia de objeção de consciência, por traçar separações entre público e privado<sup>85</sup>, e a ressignificação discursiva que a transição da objeção de consciência individual para a desobediência no imaginário, tanto dos organizadores quanto do grande público do movimento anti-proibicionista manifesto na Marcha da Maconha, permite em boa medida: compreender os mecanismos discursivos dos movimentos sociais contemporâneos e suas novas formações identitárias; responder a pergunta principal dessa pesquisa, o que torna um usuário um ativista.

Se até o presente momento as explicações teóricas mais gerais

---

<sup>85</sup> “Praticamente toda a teoria política parte da definição de desobediência civil de Hugo Bedeau. Para tal autor, a desobediência civil se caracteriza por ser um ato contra a lei, de caráter político, necessariamente público e não violento, que se distingue da objeção de consciência, um ato de desobediência a lei com fins moralmente individuais e que não apresenta o potencial político da desobediência civil em si” (BEDEAU, 1962: 661 *apud* LANÇAS, 2012, 64).

davam conta da Marcha da Maconha, há que avançar o debate e estabelecer o que a torna bastante específica e requer lançar mão de outras teorias para explicá-la. Há no caso dos usuários de maconha (e demais drogas), estejam organizados ou não, claras violações legais envolvendo seus hábitos de consumo. Isso pressiona os envolvidos para a criação de circuitos semi-ilegais onde circulam não apenas as mercadorias proibidas como ideias, formas de uso, enfim, discursos. Esses circuitos fornecem em ampla medida os quadros para os movimentos organizados anti-proibicionistas, mas mais que isso, são também alvo de controle e perseguições policiais, marcadas pelas idiossincrasias da sociedade brasileira.

A ideia de 'circuitos canábicos' abarca noções de identidade, constituindo uma espécie de 'local comum' – tomando o local num sentido conceitual e não físico ou geográfico. É através desses 'lugares-comuns' que se constrói o imaginário compartilhado do qual circulam os elementos simbólicos mobilizados pelos atores sociais politicamente. Rastrear tais circuitos é rastrear os caminhos pelos quais circulam as ideias e os discursos sobre os quais se sustenta a atual luta anti-proibicionista. Inicialmente por tratar-se de um fenômeno de rápida expansão (a partir de certos centros difusores – de acordo com o que leva a crer o rol de informações coletadas em campo) que pode ser explicada através da forma como os incipientes atores sociais souberam mobilizar discursivamente difundido pelos circuitos canábicos na construção de seus repertórios.

Os agentes envolvidos que vão desde os usuários até os mercadores vivem num mundo mental onde essas categorias políticas não são claras, mas ainda é possível (por meio de dados trazidos do trabalho de campo) classificar, pra fins meramente normativos e ilustrativos, ao menos três categorias úteis para o presente debate: mercadores, os famigerados traficantes, procurando evitar cair nos jargões da mídia proibicionista nem nas idiossincrasias da justiça brasileira, é possível falar em uma ação racional voltada aos lucros no caso de quem adentra o circuito pela lógica do mercado que ele gera e os potenciais lucros (evitando portanto cair nos juízos de valor acerca dessa categoria); a categoria da objeção de consciência do usuário, que consome individualmente o produto proibido, ou de forma velada, por medo das represálias sociais que o tabu promove, ou de forma pública, não se importando com as leis ou as considerando injustas; e por fim a categoria do desobediente civil ou simplesmente do ativista, que por meio de associação, organização e principalmente de produção discursiva e difusão midiática não apenas desobedece as leis como

também as deslegitima discursivamente de forma pública e propõe alterações claras no sistema baseado em experiências e ideias anti-proibicionistas. A transformação (discursiva) da segunda para a terceira categoria é o que essa pesquisa procura investigar porque ao se compreender esse momento (entendido em termos teóricos) é possível, em diálogo da teoria com o discurso dos agentes envolvidos, compreender como se iniciam os movimentos sociais contemporâneos na era das redes de ativismo. Tais categorias, no entanto, são úteis para a compreensão teórica e por vezes se misturam no discurso dos agentes envolvidos,

“Antes de usuários ou traficantes, somos pessoas atingidas diariamente pela mesma guerra às drogas. Se juntos somos mais fortes, não há motivo para nos separarmos no momento do enfrentamento – ainda por cima quando do outro lado da trincheira estão as indústrias farmacêutica e armamentista, governos, igrejas, clínicas, bancos e *capos*, que lucram com a manutenção da guerra. Nesse sentido, **qualquer remendo ou concessão que vá no sentido de descriminalizar a conduta de apenas um grupo específico se trata de uma readaptação do proibicionismo, remodelação da guerra às drogas, e não seu fim como política opressora.** Enquanto a proibição seguir prendendo nossos corpos ou derramando nosso sangue no centro e, principalmente, na periferia, **nós, que optamos por desrespeitá-la, seremos criminosos – e isso nos une ainda mais.** O ponto em comum entre o cultivador urbano, o passador de droga na quebrada, o rastafari e o usuário medicinal ou recreacional (social) é justamente o fato de sermos todos criminosos e vítimas – ou combatentes forçados de uma guerra que não escolhemos lutar” (Coletivo DAR, 2016: 101-2).

Voltando à categoria de desobediência civil, justamente por essa compreender um tipo de manifestação que rompe com as leis, mas de forma pacífica e organizada, ela é o limite da democracia de direito para muitos autores de campos teóricos distintos como Habermas (1985, 1997), Dworkin (2002), Walzer (1976) e Rawls (1981). Na obra de Arato e Cohen (1995), que praticamente ditou o paradigma deliberativista desde então, o último capítulo, não por acaso, é dedicado

à categoria de desobediência civil. Isso porque ela expressa seu conceito desenvolvido no capítulo anterior de novos movimentos sociais que se caracterizam justamente por um radicalismo auto limitado. A desobediência civil, incluída então no repertório de ação desses novos movimentos é exatamente isso, radicalismo porque pressupõe violações legais (e ativistas tendo que lidar com as consequências legais disso como ir preso ou ser processado), mas auto limitado porque ligado a princípios de não violência e promovido de forma organizada. Isso porque num modelo onde o ápice da manifestação é influenciar na esfera pública a desobediência pacífica e por vezes performática é o ato máximo de rebeldia que uma democracia de direito “bem ordenada e quase justa” (RAWLS 1997) pode tolerar sem colocar em xeque suas próprias instituições fundadoras<sup>86</sup>. Essa concepção pouco ajuda a compreender a Marcha da Maconha e precisa ser expandida para se tornar útil ao objeto, mas ela é no entanto bastante útil à teoria e até mesmo à política de maneira mais ampla porque revela muito da matriz teórica em que muita produção sobre os movimentos sociais se ancorou por pelo menos toda a década de noventa e permite vislumbrar como o debate avançou desde então.

“O debate sobre o conceito e o fato da Sociedade Civil no Brasil pós-ditadura militar ultrapassou já as duas décadas. Uma marca distintiva do debate nesse período foi o papel desempenhado pela corrente interpretativa que se tornou hegemônica e cuja influência embora já diminuída, perdura até os dias de hoje: o modelo oriundo da elaboração do cientista social húngaro Andrew Arato e da cientista política estadunidense Jean Louise Cohen (2000) que denominarei nesse artigo também como modelo autolimitante – e absorvido de maneira particular no contexto das ciências sociais brasileiras” (BURGOS, 2015: 161).

Antes de voltar ao papel da ideia de desobediência civil para o recorte conceitual de sociedade civil nesse paradigma é preciso iniciar

---

<sup>86</sup> Para maiores informações sobre o debate teórico acerca das categorias de desobediência civil confere Lanças 2010, Desobediência Civil nas Democracias Contemporâneas, disponível em [https://www.academia.edu/1137093/A\\_desobedi%C3%Aancia\\_civil\\_nas\\_demo\\_cracias\\_contempor%C3%A2neas](https://www.academia.edu/1137093/A_desobedi%C3%Aancia_civil_nas_demo_cracias_contempor%C3%A2neas).

com o tema da violência. Esse é um tema que se coloca não apenas para a marcha da maconha como para todos os movimentos sociais que fazem atos públicos e ações de rua e é pouquíssimo abordado pelas teorias. A posição social dos agentes envolvidos nos coletivos organizados bem como as idiossincrasias do sistema policial e jurídico do Brasil explicam bem mais a presença ou não de elementos de violência do que as motivações discursivas de cada movimento. Em suma, devido as hierarquias de injustiça da sociedade brasileira a violência policial não é a mesma em todo o contexto e os conflitos com a polícia e a reação das pessoas variam conforme o contexto. Por tratar-se a desobediência civil de uma proposta de “não-violência” é preciso entender esses termos na dinâmica das lutas e manifestações de ruas contemporâneas, entendendo esses termos de modo relacional e nunca de forma estática ou meramente normativa,

“A visão pacifista da mudança social provém de uma posição vantajosa e privilegiada, onde a repressão completa por parte do Estado não constitui um medo real. Um ensaio sobre a estratégia não violenta, que recomendam alguns pacifistas, inclui um diagrama: os ativistas não violentos de esquerda, seus oponentes – presumivelmente reacionários – são de direita, e um indeciso terceiro partido é de centro. Os três segmentos são agrupados equitativamente ao redor de uma decisão autoritária aparentemente neutra. Esta é uma visão completamente ingênua e privilegiada do governo democrático, no qual todas as decisões são tomadas pela maioria, com, no pior dos casos, uma limitada violência praticada só fora do conservadorismo obstinado e apático para mudar o *status quo*. (...) Em primeiro lugar, **este modelo supõe uma análise do Estado substancialmente caritativa e parecida a como o Estado descreve a si mesmo nos livros didáticos nas escolas públicas.** Nesta análise, o Estado é um órgão que toma decisões neutras e passivas que respondem às pressões públicas. É, no melhor dos casos, imparcial, e no pior dos casos está amparado de uma cultura conservadora e ignorante. Mas isso não é estruturalmente opressivo. Segundo, este modelo coloca os pacifistas na posição de quem, na verdade, está

conscientemente limitado pelos seus próprios interesses, e está disposto a romper qualquer lei que lhe seja inconveniente, e é estruturalmente integrado e dependente de um sistema de poder e opressão que busca neutralizar os movimentos sociais antes de tudo” (GEDERLOOS, 2002: 81-2, grifos meus).

No caso da Marcha da Maconha, cuja compreensão nesse caso pode ser expandida para outros movimentos similares, é preciso destacar que: diante do perfil de alguns manifestantes, em geral jovens universitários, intelectuais, artistas, políticos e profissionais liberais, é possível que suas manifestações se realizem com relativamente pouca perseguição policial quando comparada com o policiamento constante das periferias e comunidades marginalizadas que nem sequer poderiam ocupar as ruas com essas pautas dada a ação policial desigualmente pesada sobre elas; que apesar desse autor condenar julgamentos precipitados sobre atitudes de violência contra o *status quo* sem o devido trabalho de campo, nem disso as Marchas pode ser acusadas, pois em suas atividades, as manifestações de rua, geralmente não há depredações e a única 'violência' que pode ser constada é a violência simbólica, com músicas e palavras contra a ação da polícia e o uso público e generalizado de maconha que pode chocar olhares mais conservadores quanto ao tema (é claro que uso da famigerada erva pode ser considerado ofensivo e em última instância 'violento' por certos grupos, mas essa violência é de natureza simbólica, característica de movimentos desse tipo e de atos de desobediência civil ao redor do mundo); que a violência estatal apesar de menor contra os ativistas do que contra as periferias existe e mesmo depois da Marcha da Maconha ser julgada legal pelo Supremo Tribunal Federal a ação das polícias estatais ainda se baseia na repressão e há sempre risco quando alguém se engaja nesses atos de desobediência (conforme foi amplamente relatado através das entrevistas coletadas).

Tendo isso em vista cabe compreender que num contexto proibicionista a violência estatal está em última instância sempre colocada contra o usuário, de forma que a organização e o ativismo pode significar meios de resistir a ela (o Instituto da Cannabis, com sede em Florianópolis, por exemplo, promove a chamada 'Defensoria Canábica' para seus sócios que contam com acessoria jurídica em caso de problemas com as leis devido aos hábitos de consumo – e raramente plantio – flagrados pelas autoridades). Mas simples violação das leis se

por um lado não tornam ninguém automaticamente um criminoso também não o torna automaticamente um ativista. Ainda que alguém considere seu consumo legítimo e as leis injustas, isso por si só não possui a devida relevância política. Isso se dá apenas quando esse consumo se dá de forma minimamente pública, apoiado publicamente e acompanhado de outros (ainda que questionado pela maioria) e respaldado discursivamente por um discurso politicamente viável.

Ou seja, apenas quando os usuários se organizam e passam a reivindicar uma identidade de 'maconheiro' (que pode ou não se ampliar para a noção de 'usuário', isto é, contemplar ou não o uso de outras substâncias) a violação legal na qual estão envolvidos adentra a esfera pública e a arena política propriamente dita. Talvez pela força das leis em nossas formações sociais a violação das leis consideradas injustas tenha uma força ainda não devidamente mensurada para os princípios que sustentam as democracias de direito, que remonta a possibilidade de desobedecer pacificamente as leis consideradas injustas às próprias noções de liberdade individual e de fazer isso de forma politicamente organizada e visando sua superação remonta às profundas noções de soberania popular<sup>87</sup>.

Assim, para compreender em que marcos se dá essa violação legal e se podemos ou não chamá-la de desobediência civil é preciso tratar dos discursos que legitimam a Marcha da Maconha. Certamente

87

---

“O aspecto de limiaridade dos atos de desobediência civil pode se traduzir na ação dos movimentos sociais no limiar entre as esferas pública e privada, entre o mundo da vida e as lógicas sistêmicas, gerando um potencial transformador que justifica a aposta que tais autores [Rawls, Habermas, Cohen, Arato] na sociedade civil nas suas teorias. Uma característica ressaltada é a de que a desobediência civil se move na fronteira entre a insurreição e o ativismo político institucionalizado, sendo por definição extra-institucional: uma lei que a garantisse seria contraditória. A ação política em forma de desobediência civil mantém no horizonte então a utopia de uma sociedade democrática e justa por duas razões: ela é um ato coletivo que pressupõe um mínimo de direitos e princípios democráticos institucionalizados, que protejam a sociedade civil e mantenham a legitimidade democrática; e mesmo uma sociedade amplamente democrática e justa não pode ser totalmente realizada e completa, nesse sentido, ela pode sempre se tornar mais justa e mais democrática. E é isso, em certo sentido, que move a ação dos grupos e movimentos sociais. A buscado Estado por legitimidade é nesse ponto fundamental e ajuda a compreender porque tais atos são possíveis apenas nos Estados onde a democracia constitucional se encontre minimamente consolidada, ponto em que todos os analistas do tema concordam” (LANÇAS, 2010: 21).

há um discurso mais ou menos unificado em torno do anti proibicionismo na esfera nacional, oriundo principalmente das reuniões, congressos e momentos de encontro entre os ativistas dispersos nacionalmente, aquilo que Scherer Warren chama de 'Fóruns da Sociedade Civil', (SCHERER-WARREN, 2012) no entanto esse discurso não reflete necessariamente as motivações de todos os organizadores e públicos das marchas em suas realidades locais, principalmente porque boa parte deles já estava mobilizado antes desses espaços representativos sequer existirem.

Através das entrevistas realizadas com organizadores de todas as regiões do Brasil onde a Marcha foi organizada durante o decorrer dessa pesquisa foi possível sistematizar pelo menos dois discursos principais para o ativismo canábico (e anti proibicionista em geral): um discurso de inspiração liberal, marcado pela ideia de que o corpo pertence ao próprio indivíduo e que não cabe ao Estado ou à sociedade legislar sobre ele, de forma que o uso de drogas seria então uma questão privada e legislar sobre ela é então uma violação dos direitos individuais tornando a ação estatal portanto injusta; outro de inspiração crítica social que questiona as motivações da chamada guerras às drogas de forma a denunciar sua aplicação seletiva e aponta para as consequências hipócritas da política proibicionista na prática, afirmando que essa seria apenas um pretexto para promover massacres nas periferias e exercer controle militar sobre uma população já marginalizada de forma sustentar uma formação social injusta e desigual por meio da violência estatal de caráter classista e racista enquanto políticos e empresários lucram com a condução velada dos mercados ilegais.

Geralmente essas duas formações discursivas estão presentes nas Marchas, mas as vezes uma ou outra se fazem mais presente em cada realidade local. Assim, é possível afirmar que a aproximação com uma ou outra altera as formas de ação e os repertórios de cada movimento em sua escala local, sobretudo depois das eleições de 2014 que escancararam várias contradições até então presentes. Mas é preciso antes falar de formação discursiva antes de adentrar na forma como as construções identitárias alteram os repertórios de ação política, aí então será possível como essas impactam na legitimação das violações legais que o movimento anti proibicionista envolve e como por meio dessas usuários se tornam ativistas quando este amplia seus quadros.

## 2.8 AVANÇOS TEÓRICOS.

Para compreender o quanto essa pesquisa pode ampliar o entendimento teórico desse fenômeno das democracias contemporâneas é preciso pensar em que medida essa compreensão teórica prévia permite compreender o movimento anti proibicionista e os movimentos recentes que com ele compartilham a esfera pública (a nível nacional e internacional) e em que medida é preciso recorrer a novas explicações. Ou seja, tratam-se de dois movimentos teóricos, um acerca da distinção do que a Marcha possui de generalizável e o que possui de idiossincrático e outro acerca do que a Marcha pode acrescentar tanto à esfera pública brasileira quanto ao entendimento teórico e o quanto seu *modus operandi* se espalha para outros movimentos que interagem com suas pautas e repertórios de ação. O que procuro aqui demonstrar é justamente como nesses dois movimentos o entendimento do marco democrático pode se alterar tanto em termos de política na teoria quanto na prática.

Inicialmente, se as Marchas iniciadas em 2002 um dia possuíram algum aspecto de “espontaneísmo” isso já foi claramente superado e sua organização, ainda que pulverizada, é bastante significativa pelo território nacional e inclui quadros de grande prestígio. Isso demonstra que o formato espalhado e localmente constituído não atrapalha significativamente suas atividades, pelo contrário, as experiências em múltiplas realidades em contato enriquece o repertório de todas e que o movimento anti-proibicionista como um todo consegue se articular de forma a permitir a existência tanto de núcleos organizadores no sentido das teorias da mobilização de recursos e públicos mobilizáveis minimamente fidelizados ao calendário de protestos anuais. Isso faz com que os grupos por trás da Marcha da Maconha estejam preparados para aproveitar as alterações na estrutura de oportunidades políticas (Tarrow 1998) e agir ofensivamente em direção à arena política representativa emplacando tanto candidatos ao legislativo (ainda que a nível municipal, mas já despontam candidatos às instâncias superiores) quanto colocar as pautas anti proibicionistas dentro da agenda de alguns candidatos presidenciais (Eduardo Jorge, do partido verde por exemplo). Nesse sentido essa teorias já clássicas explicam o fenômeno da Marcha de forma bastante satisfatória.

No que tange às teorias da formação identitária elas também dão conta de explicar em boa medida a existência de redes de solidariedade e reconhecimento entre os ativistas, mas a categoria chave que essa pauta nova na esfera pública brasileira e mundial, o anti

proibicionismo, coloca em destaque na realidade brasileira marca um novo tipo de identidade. Certamente não se trata de uma identidade no sentido forte do termo, como são as identidades étnicas, nacionais, de gênero e até de mesmo de classe (essa última variando conforme os contextos), mas sim de uma categoria de 'oprimido', o usuário, que é marcada por pelo menos duas características de fundamental importância para sua compreensão teórica.

Tal categoria remonta primeiro a um hábito de consumo, algo bastante presente e de ampla relevância na vivência cotidiana dos sujeitos nesse início de século XXI marcado pelo capitalismo e no Brasil marcado justamente pela ampliação do acesso ao consumo como espécie de inserção política que marcou os governos do Partido dos Trabalhadores que praticamente coincidem com a existência temporal da Marcha da Maconha. Essa identificação em torno de um hábito de consumo, que passa a ser problematizável politicamente falando, obviamente se dá devido ao fato de tal consumo ser ainda motivo de perseguição não apenas por tabus sociais como também pelo efetivo policial do Estado, de forma que a ameaça da violência e a detenção física desse grupo de usuários não deve deixar de ser mensurada com fator de criação de solidariedades e motivação ao ativismo, sobretudo depois que esse já se encontra iniciado e com relativo sucesso discursivo na disposição de suas pautas.

Assim, é possível resumir essas inovações no que tange às formações identitárias que precedem e/ou são estimuladas pelos movimentos sociais contemporâneos da seguinte forma, tratam-se de identificações geradas num contexto de proibição que envolvem a vivência do consumo de substâncias legalmente proibidas. Movimentos sociais ligados ao consumo, apesar de parecerem a quintessência de uma sociedade de capitalismo avançado e soarem como uma distopia futurista não são tão assim incomuns quando se imagina não a afirmação do consumo mas sua negação, boicotes já estão entre os mais antigos repertórios de ação política da era industrial e já existe ampla rede de movimentos veganos e vegetarianos, por exemplo, que pregam pautas de transformação macro social baseada em hábitos de consumo. Movimentos ligados a violações legais também e não são novidade no cenário moderno, no Brasil por exemplo, associações abolicionistas por vezes romperam com o marco legal para agir dentro de suas pautas e lutar contra leis consideradas injustas. Talvez não foram percebidas dentro da ideia de desobediência civil por ser essa pouco consolidada no Brasil, mas nos Estados Unidos certamente o foram, e isso demonstra que em algo é válida minha insistência em colocar essa forma de ação

política dentro dos repertórios de ação dos movimentos contemporâneos.

O que a Marcha tem de novidade então é o fato de se tratar de um movimento ligado necessariamente a um tipo de desobediência constante (hábito de fumar diariamente ou mesmo vício se o leitor se dispuser a aceitar o termo sem juízo de valor sobre ele). Isso implica a compreensão teórica não somente nesse paradigma identitário como nos demais paradigmas posteriores, nomeadamente o radicalismo auto limitado das teorias deliberativistas e as redes de ativismo, bem como o paradigma discursivo de Laclau (2005). Isso porque o fato de ser um hábito de consumo significa que para existirem usuários é preciso a existência prévia mercados ilegais e circuitos semilegais de distribuição que antecedem o próprio movimento. Isso rompe com a ideia de um 'novo' movimento social da sociedade civil que se distancia das esferas do mercado e do Estado, não somente porque a pauta do movimento implica mover a política em relação ao mercado de consumo e suas regulações como faz com que o movimento esteja o tempo todo lidando com elementos do mercado que interferem diretamente em suas formas de ação, quadros e interesses envolvidos.

A pesquisa de campo permitiu perceber não só a existência de várias empresas relacionadas ao consumo de maconha como um público especializado que se relaciona com elas e que se torna público de seus interesses comerciais através do próprio movimento social. Em suma, o mercado legal é capaz de fornecer a baixo custo e fácil acesso tudo que é necessário para o plantio e consumo de maconha exceto a própria substância que é ilegal: fertilizantes, lâmpadas, materiais de jardinagem, livros de técnicas de plantio, sedas de todo o tipo, cachimbos, *bongs*, *pipes* e materiais diversos são vendidos pelas mais variadas empresas. Além disso, a imagem da maconha, de suas folhas e certo estilo de vida que seu consumo encarna no imaginário popular são bastante populares em certos nichos de mercado de forma que produtos ordinários agregam valor ao terem uma maconha estampada, movimentando até um incipiente mercado de moda canábica. Um dos maiores difusores e financiadores das Marchas a nível nacional é o ato de vender camisetas com a folha de maconha e o logo da Marcha, por exemplo.

Isso faz com que qualquer distanciamento normativo entre os agentes do mercado e a disputa no âmbito 'cultural' da sociedade civil caiam por terra diante de uma análise atenta do campo em disputa. Dessa forma não apenas há grande interesse por setores do capital em investir na causa da legalização – e a pesquisa de campo confirma o quanto essas empresas na prática não apenas financiam as manifestações

(por vezes divulgando suas marcas dentro do público-alvo que a Marcha da Maconha convenientemente reúne) como também fornecem quadros com experiência administrativa para a organização do movimento, o que reforça a importância dos chamados *Social Movement Organizers* (Tarrow 1989) como também mescla as categorias agente do mercado e ator da sociedade civil na prática das coisas. Assim, o ativista pode ver sua atividade no mercado que a maconha gera como uma promoção da cultura canábica e então como algo que complementa e não que exclui sua agenda política. Isso faz muita diferença em termos práticos e teóricos.

A concepção das redes de ativismo também deve ser ampliada a partir da experiência da Marcha da Maconha, não apenas por seu ancoramento e desenvolvimento no mercado canábico, mas porque ela parte, sobretudo no recrutamento de seus primeiros quadros, de redes de consumo de substâncias ilegais que o antecedem. Como já foi amplamente explicitado, o ativismo na Marcha da Maconha é precedido pela existência de circuitos canábicos nos quais se dá não apenas o consumo da substância de forma relativamente segura (a ilegalidade força tais circuitos a serem minimamente velados) como uma cultura própria envolvendo esse consumo e redes de solidariedade que podem ser ativadas com a devida formação discursiva.

Isso porque poucas coisas seriam capazes de gerar formas de solidariedade e confiança quanto uma transgressão legal feita em grupo, onde os sujeitos poderiam acusar-se uns aos outros mas possuem todos o risco de serem acusados, de forma que a confiança uns nos outros pode gerar a base necessária para uma exposição e afirmação pública e política das pautas bem como o enfrentamento do aparato repressor quando necessário. A principal diferença aí é o sentido que o usuário dá ao seu uso corriqueiro da maconha (e eventualmente de outras substâncias), que se antes do movimento social era meramente individual depois do movimento social toma ares políticos, isso porque no discurso que o movimento fornece a partir da articulação de suas pautas a proibição soa cada vez mais injusta e cada desobediência pública da proibição, ainda que individualmente praticada, pode ser vista como uma forma de protesto dentro do contexto legal atual.

É perceptível então que a Marcha da Maconha não altera significativamente nem o marco organizativo dos movimentos sociais nem o repertório básico dos movimentos sociais contemporâneos (pois a organização pulverizada e as manifestações de rua não são exatamente novidade na esfera pública das democracias representativas). Mas alteram significativamente o entendimento das formações identitárias

desses movimentos na contemporaneidade e a forma como suas redes se configuram por serem ancoradas em redes de solidariedade que antecedem o próprio movimento, o que em si só também não é exatamente novo, mas o é devido ao fato de serem essas redes clandestinas e pautadas em hábitos considerados ilegais. Nesse ponto a ação de rua quando os atos extrapolam a simples manifestação e milhares de pessoas reunidas passam a violar as leis fumando maconha de forma pública e politicamente carregada acrescenta o repertório de ação dos movimentos nacionais as categorias de desobediência civil pois antes disso nunca havia tamanha violação legal nessas proporções (talvez as revoltas da catacra cheguem próximas a isso, mas infelizmente as ações de rua do Movimento Passe Livre são mais esporádicas e menos pontuais que as Marchas da Maconha anuais).

Assim, o efeito do discurso do movimento na vivência cotidiana dos usuários, quando minimamente politicamente mobilizados (que foram em ao menos uma marcha e/ou que tiveram contato com o discurso anti proibicionista via as mídias canábicas ou mesmo o contato pessoal nos circuitos canábicos), é tão forte que não apenas o uso de maconha em atos de desobediência civil mas a própria mudança na postura quanto a esse uso (ausência de vergonha ou culpa, amplo conhecimento das injustiças das leis e sua aplicação desigual na sociedade brasileira bem como questionamento dos discursos oficiais e desconfiança das autoridades, sobretudo a famigerada policial militar marcada pela violência desigualmente aplicada e responsável pelo combate à circulação das substâncias proibidas) já é capaz de tornar usuários ativistas.

Essa transformação nas posturas cotidianas devido ao contato com um discurso relativamente bem elaborado e oriundo de ativismo em movimentos sociais contemporâneos por si só já apresenta ganhos teóricos na compreensão desse e de outros movimentos, apontando caminhos por onde algumas lutas políticas podem correr nesse início de século, mas além disso há outro aspecto da Marcha da Maconha que apresenta ganhos não apenas no entendimento desse objeto como no entendimento da sociedade brasileira como um todo. Isso porque essa nova identificação, pautada no consumo ilegal de uma substância apesar de tudo bastante popular, na articulação de suas pautas dentro da esfera pública questiona um elemento fundamental do padrão de desigualdade do Brasil, qual seja, a militarização das questões sociais. Não que isso não tenha sido previamente colocado por um série de outros movimentos sociais que já haviam apontado para os abusos da força policial, mas nesse caso há também inovações. Geralmente as denúncias

dos abusos policiais se dão por parte de movimentos propriamente populares, pautas como o trabalho, a moradia e o enfrentamento com as elites econômicas dominantes, promovidos por camadas geralmente excluídas e oprimidas e por nichos de intelectuais.

Nesse aspecto a Marcha da Maconha é ligeiramente diferente desses movimentos por ser em alguma medida mais heterogênea em seus quadros. Não são somente intelectuais e camadas marginalizadas, categorias essas fácil e historicamente reprimidas pelas forças policiais brasileiras, mas também uma vasta rede pessoas de classe alta, de cargos relevantes e com ampla inserção nas esferas de poder da sociedade que se manifestam na Marcha da Maconha, que já contou com senadores e ministros além de amplos setores da classe artística nacional em suas manifestações. Em poucas palavras, há no movimento anti proibicionista mais status socioeconômico envolvido de forma que seus quadros tocam a luta em outros termos, influenciando políticos, juízes e aplicadores da lei de forma que até o Supremo Tribunal Federal foi levado a dar parecer favorável ao movimento e que a repressão policial também esbarra em limites nas lutas de rua.

Isso porque se por um lado a polícia age de forma truculenta nas periferias e com muitos movimentos populares, com a Marcha da Maconha isso é cada vez mais questionado, pois seus quadros podem facilmente processar o Estado ou mesmo questionar publicamente a violência nos veículos oficiais. Isso não exclui as camadas populares do movimento da Marcha da Maconha, mas as coloca em contato com novos contatos, isso torna possível que as pessoas com mais capacidade de ação devido a desigual distribuição de capitais na sociedade se solidarizem com as causas da população marginalizada (como quando um rico empresário do mercado canábico financia o movimento que denuncia os abusos policiais nas periferias, por exemplo) e que exista nessa interação (e nas redes de solidariedade que ela gera a partir da categoria de usuário que transcende cortes de classe e acesso ao poder) um potencial de alterar o próprio marco societário por em xeque o sistema repressor que lhe é característico.

## 2.9 DISCURSOS E CADEIAS DE EQUIVALÊNCIA

Para continuar os avanços que o entendimento do movimento anti proibicionista pode colocar em termos teóricos há que se superar as definições de sociedade civil até então colocadas. Isso porque a ação dos movimentos sociais e das identidades coletivas desse tipo podem ser melhor entendidas se analisadas por outro viés teórico, ainda não

abordado, a ideia de Democracia Radical Plural de Mouffe e Laclau<sup>88</sup>. Devido a amplitude das obras de tais autores é necessário focar inicialmente em duas concepções teóricas bastante úteis nesse debate, quais sejam, a noção de discurso que nos permite entender a produção dos movimentos sociais na esfera pública e a noção de cadeias de equivalência que permitiram explicar: a expansão do movimento a nível nacional, sua interação com a estrutura de poder vigente e suas necessárias desobediências, a formação coletivas a partir de bases populares quando confrontadas pelo Estado dessa forma. Em suma, se trata de explicar como através da repressão indiscriminada aos usuários de 'drogas' a própria ação proibicionista cria o cenário possível para a difusão discursiva do movimento social e como através de equivalências discursivas é construído um agente coletivo no qual se encarnam os anseios dos usuários, de forma a constituir uma incipiente forma de transformação política.

Em sua obra *La Razón Populista* Ernesto Laclau busca compreender como se formam as identidades coletivas, visando superar os paradigmas onde o grupo é a unidade básica ou que tentam superar tal medida através de análises funcionalistas ou estruturalistas. Há um duplo caminho para resolver tais questões: inicialmente é preciso dividir a unidade de grupo em *demandas*, de forma que a unidade do grupo é uma articulação de suas demandas, tal articulação não pode ser tomada como uma unidade estável e definida, ao contrário, como cada demanda reclama a uma ordem estabelecida esta está em constante relação com aquela, de forma que tal ordem, ao não poder absorver completamente as demandas, não se torna um todo coerente. Tais movimentos contraditórios e ambíguos indicam as formas de articulação entre a lógica da diferença e a lógica da equivalência.

“(…) La imposibilidad de fijar la unidad de una formación social en un objeto que se sea *conceptualmente* aprensible conduce a la centralidad de la *nominación* en la constitución de la unidad de esa formación, en tanto que la necesidad de un cemento social que los elementos heterogéneos – unidad que no es provista por ninguna lógica articulatória funcionalista o estructuralista otorga la centralidad al afecto en

88

Publicado em vários meios, mas sintetizado em níveis teóricos em Laclau, E. & Mouffe, C. *Hegemony & Socialist Strategy, Towards a Radical Democratic Politics*. Verso, London: 1998.

la constitución social” (LACLAU, 2005: 9-10).

A tradição do pensamento sociológico acerca do tema dos movimentos sociais contemporâneos pode ser agrupada em algumas 'escolas', já amplamente conhecidas e debatidas, há certas explicações pautadas em recursos e no contexto político e as oportunidades surgidas na dinâmica deste (Tarrow 1989), outras pautadas na formação identitária dos movimentos; uma baseada numa ampla interpretação da própria modernidade e do papel normativo desses movimentos em uma categoria de sociedade civil (HABERMAS 1997, ARATO; COHEN, 1995) e outra mais recente, que incorpora em boa medida categorias anteriores cujo enfoque se dá nas redes de movimentos sociais (SCHERER-WARREN 2012, MELLUCI 2001). Em cada uma delas é possível encontrar pelo menos dois elementos centrais na explicação de Laclau e destacá-los a fim de comparação: um sistema político organizado – Estado moderno (“democrático de direito” segundo boa parte das interpretações) – e reivindicações de grupos não pertencentes ao aparato administrativo governamental que no entanto esforçam por verem tais reivindicações satisfeitas. Nos termos de Laclau (2005) tratam-se de demandas e de um sistema institucional.

Cabe ressaltar algumas das formas como são pensadas tais categorias. Há como pano de fundo um cenário já consolidado no imaginário comum e científico que é a figura do Estado nacional, que através de suas instituições (desde as mais até as menos políticas, no sentido estrito do termo) se impõe sobre determinado território e oferece uma identidade que se tornou hegemônica historicamente a determinada população. A tradição ocidental parte desse contexto para imaginar possibilidades de ação desse ente soberano em relação às populações sobre as quais reivindica soberania e nisso produziu rica filosofia política. Até onde se sabe ainda é impactante no pensamento político o embate entre os limites desse estado soberano e os tratamentos mais ou menos legítimos em relação aos seus “súditos”, bem como seus critérios de ação e seleção de quadros. Mais relevante do que adentrar no debate com pensadores das mais diversas correntes é ressaltar esse contexto enquanto o paradigma hegemônico no qual praticamente qualquer debate atualmente se insere e marcar o espaço dessa figura, o Estado nacional, enquanto central (embora contingente, pois historicamente determinado) tanto no que tange as instituições legitimadas (em última instância por meio de atos de violência) quanto de produção identitária.

Tendo isso claramente destacado é possível delimitar o objeto dessa sociologia dos movimentos sociais. Normalmente são

interpretados enquanto tais fenômenos ligados às mais diversas formas como as populações as quais reivindicam soberania as instituições do Estado nação interagem com esse processo, seja oferecendo resistência, seja inserindo-se nessas instituições e dessa forma alterando suas constituições ou oferecendo de alguma maneira possibilidades institucionais (anterior a isso, identitárias) diversas em relação a essas entidades já normalizadas no imaginário moderno, os Estados nacionais. De acordo com Laclau (2005), o fervor da dinâmica política faz com que existam diante de clamores de populações duas formas de ação, muitas vezes concomitantes e sempre em tensão, uma 'institucionalista', isto é, onde as demandas são tomadas pelas instituições do estado moderno e outra populista, onde a não satisfação dessas demandas leva a construção de uma formação identitária paralela e em oposição às instituições do Estado moderno (mas muitas vezes ainda vinculados aos seus mitos fundadores, como a ideia de povo e os signos identitários a ele agregados).

É preciso então esclarecer três definições que se fazem centrais. Inicialmente a categoria de discurso, que “constituye el terreno primario de constitución de la objetividade como tal” (LACLAU, 2005: 92-3), assim o discurso não deve ser tomado enquanto restrito elementos linguísticos, mas sim um complexo de elementos onde as relações tem papel constitutivo de forma que tais elementos não preexistem a esse complexo, se constituem através dele, tornando sinônimos termos 'objetividade' e 'relação'. Remontando a Saussure, ele afirma que algo só é em relação a algo diferente, sem termos positivos no ser em si mesmo, de forma que o que é certo para a linguagem serve para qualquer elementos significativo, isto é, um elemento só é o que é através de suas relações com outros elementos significativos, que podem sucessivos ou simultâneos, os tipos de relações entre tais elementos são a combinação e a substituição. Não há elementos a priori aos quais os outros estejam submetidos, de forma que qualquer centralidade que um elemento adquira deva ser explicada através do jogo de diferenças no qual ele se insere, o que conduz ao segundo conjunto de categorias, significante vazios e hegemonia (idem). Se há um conjunto puramente diferencial, a totalidade deve estar presente em cada ato de significação, de forma que tal totalidade é condição pra significação enquanto tal, em seguida, para compreender tal totalidade é preciso entender seus limites, distinguindo-a de algo diferente de si mesma, mas como essa totalidade abarca todas as diferenças, esse algo diferente deve ser algo externo, de modo a prover um exterior que permite construir essa própria noção de totalidade. Em *Hegemonia y estratégia socialista*, Laclau e Mouffe

afirmam que

“El rechazo de la noción de totalidad se verifica en términos del carácter no esencial de los lazos que unen a los elementos de esa presunta totalidad. (...) Pero una vez que se han especificado elementos tales como 'instituciones', 'formas de organización', 'agentes', etc. podemos preguntarnos: si esto agregados son considerados – a diferencia de la totalidad – objetos legítimos de la teorización social ¿ Debemos concluir que las relaciones entre los elementos internos componentes de cada uno de ellos son esenciales y necesarias? Si la respuesta es sí, está claro que hemos pasado de un esencialismo de la totalidad a un esencialismo de los elementos; hemos simplemente reemplazado Spinoza por Leibnitz, con la diferencia que el papel de Dios ya no consistiría en establecer ninguna armonía entre los elementos, sino asegurar la independencia de los mismos. Si, por el contrario, se afirma que las relaciones entre esos elementos internos no son ni esenciales ni necesarias, entonces, aparte de tener que especificar la naturaleza de relaciones que han sido caracterizadas de modo puramente negativo, estamos obligados a explicar porque esas relaciones no necesarias entre componentes internos de los objetos 'legítimos' no pueden existir entre *los próprio objetos legítimos*. En el caso de que esto último fuera posible, una cierta noción de totalidad podría ser reintroducida, con la diferencia de que en este caso ya no se trataría de un principio subyacente que unificaría 'la sociedad' sino de un conyunto de efectos totalizantes en el interior de un complejo relacional abierto...” (LACLAU & MOUFFE, 1987: 173).

Aí então a única possibilidade de haver um exterior não é a partir de algo neutro, mas sim do resultado de uma exclusão dessa própria totalidade, que expelle algo de si para se constituir, quando um setor da sociedade é demonizado, por exemplo, para certa unificação dos demais setores. Esse passo leva a outro ponto: em relação ao algo excluído todas as demais diferenças passam a ser equivalentes entre si, em sua

comum negação da identidade excluída, através de uma hostilidade partilhada, mas a equivalência da qual parte é justamente o que subverte a diferença de forma que toda identidade é construída nessa tensão, entre a lógica da diferença e da equivalência (LACLAU, 2005: 94).

Isso significa que o *locus* da totalidade é encontrado somente nessa tensão, de forma que ela se constitui enquanto algo impossível e necessário, impossível porque a tensão entre equivalência e diferença é insuperável e necessário porque sem algum tipo de corte, ainda que precário, não há lugar para significação nem para identidade. O que foi demonstrado, afirma Laclau, é que não há meios conceituais para apreender esse objeto, mas a representação é mais ampla que a compreensão conceitual, o que resta é necessidade desse objeto impossível de adentrar ao campo da representação, a qual possui como únicos meios possíveis as características particulares. Cabe ressaltar então a possibilidade uma diferença, sem deixar de ser particular, assumir a representação de uma totalidade imensurável, de forma que se divida entre a particularidade que a forma e a significação universalizável que é capaz de portar, gerando a operação que o autor chama de hegemonia.

Como essa universalidade encarnada é um objeto impossível a identidade hegemônica é algo da ordem do significante vazio, tornando sua particularidade no corpo que encarna a totalidade inalcançável, isso mostra que apesar de não poder ser eliminada a categoria de totalidade é sempre inacabada, configurando mais um horizonte que um fundamento.

“Si la sociedad estuviera unificada por un contenido óptico determinado – determinación en última instancia por la economía, el espíritu del pueblo, la coherencia sistémica, etcétera – la totalidad podría ser directamente representada en un nivel estrictamente conceptual. Como éste no es el caso, una totalización hegemónica requiere una investidura radical – es decir, no determinable a priori – y esto implica involucrarse en juegos de significación muy diferentes de la aprehención conceptual pura. Aquí, (...) la dimensión afectiva juega un rol central “(LACLAU, 2005: 95).

Há um deslocamento retórico sempre que um termo literal é substituído por outro figurativo, afirma Laclau, retomando a importância da retórica para sua reflexão. Na retórica clássica,

prossegue o autor, um termo figurativo que não pode ser substituído por outro literal é chamado de *catacrexis*, tal movimento pode se generalizar ao aceitar que qualquer distorção de sentido visa expressar algo que um termo mais literal não transmitiria, “en ese sentido, la catacrexis es algo más que una figura particular: es el denominador común de la retoricidad como tal” (LACLAU, 2005: 96). Aqui vincula-se esse argumento aos pensamentos do autor de forma mais ampla, pois se o significativo vazio origina-se da necessidade de nomear algo que é ao mesmo tempo impossível e necessário, a partir desse momento em que a significação é condição prévia de qualquer processo significativo, a operação hegemônica é necessariamente catacrética, por essa razão a construção discursiva do povo é também catacrética.

Para avançar em seu entendimento sobre identidades, e levar adiante a tarefa de pensar o quanto sua teoria pode ser útil para explicar fenômenos políticos contemporâneos aos quais nominamos 'movimentos sociais', é preciso tomar uma decisão relevante, acerca de qual seria a unidade mínima de análise, “todo gira en torno de la respuesta que demos a esa pregunta” afirma Laclau (2005: 98). Apesar do debate sem fim acerca do que exatamente constituem tais movimentos sociais, se é sua capacidade de construir identidades, se é sua capacidade de mobilizar recursos e adentrar a arena política ou algum papel macro normativo ao qual a eles é atribuído visando justificar posições acerca de temas escorregadios como sociedade civil, creio que há uma definição sintética o suficiente para permitir esclarecer com razoável exatidão aquilo ao qual me refiro, partindo da noção de ação coletiva de Melucci, que “envolve uma estrutura articulada de relações sociais, circuitos de interação e influência, escolhas entre formas alternativas de comportamento. Os movimentos sociais seriam uma das possibilidades dessas ações” (MELLUCI *apud* Scherer-Warren, 2012: 20).

Para especificar os movimentos sociais dentro dessa ampla categoria de ação coletiva, Scherer-Warren destaca três características que permitem melhor defini-los, quais sejam, a solidariedade, a manifestação de um conflito e a ação em pauta exceder os limites de compatibilidade do sistema (*idem*). Esses três elementos podem ser facilmente exemplificados através do caso da Marcha da Maconha, uma manifestação já conhecida a nível brasileiro e mundial que em nossa realidade toma ares de movimento social conforme procuro demonstrar em outra pesquisa: uma solidariedade prévia baseada no consumo da substância em questão, a manifestação do conflito em torno da ilegalidade (inicialmente do consumo e posteriormente dos protestos, no

caso dos usuários politicamente engajados que protestam anualmente) e ação que procura romper com o modelo atual de política em relação às drogas (Lanças, 2013: 97). Cabe também ressaltar, de acordo com o autor italiano, que “um movimento social é um objeto construído pela análise e não coincide com as formas empíricas de ação (...) o significado do fenômeno varia, portanto, em função do sistema de relações sociais ao qual a ação faz referência e da natureza do conflito” (MELLUCI, 2001: 33).

Apesar do sucesso dos modelos que tomam o indivíduo como ponto de partida de um estudo sobre o fenômeno do populismo, o caso de Laclau quando desenvolve as categorias aqui trabalhadas, certamente não tomaria o indivíduo como unidade mínima de análise, e apesar da importância atribuída aos movimentos sociais em sua concepção de democracia radical plural (desenvolvida em diálogo com Chantal Mouffe) tão pouco são esses sua unidade mínima de análise. Tal unidade mínima é a categoria por Laclau elaborada de “demanda social”, o termo em inglês, *demand*, explica ele, é ambíguo, “puede significar una petición pero puede también significar tener un reclamo (como en [...] '*demanding an explanation*')” mas tal ambiguidade é útil na medida em que a transição de uma petição a uma reclamação é de onde emergem os recursos do populismo (LACLAU, 2005: 98).

Cabe então vislumbrar como surgem as demandas isoladas e como se dá seu processo de articulação. Tal resultado pode facilmente, se não for interrompido, gerar um abismo imenso entre o sistema e a população, pontua o autor, onde há uma fronteira interna, de dicotomização do espaço político através de uma cadeia de equivalência entre demandas insatisfeitas, as petições se tornam exigências. Uma demanda isolada, satisfeita ou não, é chamada por ele de demanda democrática, enquanto a pluralidade de demandas que constituem uma subjetividade social mais ampla através de uma articulação de equivalências serão chamadas de demandas populares, iniciando incipientemente a construção de um povo enquanto potencial ator histórico – isto é, de uma *plebs* em oposição ao sistema institucional ineficiente que reclama a condição de *populus* – o que configura a incipiência de uma formação populista, isso é perceptível devido a existência de duas de suas condições prévias, quais sejam, a formação de uma fronteira que separe a figura do povo do poder instituído e uma articulação de demandas equivalentes que fazem surgir esse povo. Há ainda uma terceira condição prévia, que só surge quando a mobilização atinge seu mais alto patamar, a unificação dessas demandas, nas quais a equivalência era até então apenas um vago sentimento de solidariedade,

em um sistema de significação estável (de acordo com LACLAU, 2005: 99).

Explicando nesses termos o que o movimento anti proibicionista opera é um discurso amplo onde há a equivalência das demandas de diversos grupos anteriores a ele mesmo e que são achatados pela política proibicionista. Assim, se inicialmente a categoria de usuário, colocada pelo Estado sob a forma de leis proibicionistas, achata todos as categorias que fazem uso de substâncias consideradas drogas (com destaque pra maconha, mas não somente), o movimento social agrega todas essas pessoas (e suas demandas insatisfeitas) dentro de uma cadeia de equivalências criada a partir do discurso que ele promove. Assim, ao colocar as políticas proibicionista como opressoras para todos os 'usuários' – que podem ser classificados em várias categorias que vão desde o uso recreativo ao medicinal e se espalham por todas as classes e ocupações da sociedade brasileira – e constituir sua identidade em comum e a solidariedade entre seus membros baseada na classificação comum que todos recebem perante a lei que quebram o movimento torna as demandas equivalentes, projeta o nome 'marcha da maconha' ou mesmo 'movimento anti proibicionista' ao nível de uma espécie de significante vazio e cria uma revolta popular baseada no corte feito por Laclau entre uma *plebs* cujas demandas (por outro políticas de droga no caso) não satisfeita a colocam em conflito (envolvendo perigo real e iminente, dado o aparato repressor colocado à disposição da aplicação das leis) com um Estado que é questionado na legitimidade dessas leis emanadas e coloca um *populus* que passa a emanar legitimidade própria em seus atos de desobediência.

Isso porque não somente o movimento pratica desobediência civil em seus atos de rua ao fumar a erva proibida de forma pública como também fornece elementos simbólicos para a ressignificação de todo ato de fumar cotidiano de seus ativistas e de seu público. Assim, grupos de jardineiros e principalmente pessoas que fazem uso medicinal da planta juntam-se ao coro de desobedientes composto inicialmente por ativistas e usuários de forma que o discurso do movimento social da Marcha da Maconha emite elementos legitimadores de uma prática ilegal e em última instância promovem uma desobediência cotidiana. Tendo em vista a imensa quantidade de pessoas envolvidas no consumo de maconha, para os mais diversos fins, que com a difusão do movimento passam a se familiarizar com o vocabulário e os marcos do anti-proibicionismo (e desse forma podem tornar sua desobediência politicamente mobilizada) e o fato de que contrariando os mantras liberais da desobediência pacífica não vão esperar as leis mudaram para

plantar, colher, fumar e medicar pessoas com essa planta, ou seja, que já estão se mobilizando e desobedecendo as leis constantemente, é possível falar não apenas em pautas de movimentos, mas em transformações sociais de longo prazo e de profundidade<sup>89</sup>.

Se um conjunto de leis, as leis da proibição das drogas, é sistematicamente posto em questão e as pessoas passam a solenemente ignorá-lo ou mesmo burlá-lo de forma criativa e eficaz por meio de redes e por fim passam a desafiadoramente enfrentá-lo nas ruas através de atos de desobediência, é possível falar em tentativa de mudar as leis por meio de protesto. Isso em si não é novidade, a novidade se faz na medida em que esse protesto não é apenas pontual nas passeatas e marchas, mas cotidiano. Há consequências, mas as pessoas quando politizadas gastam seus recursos e seu status socioeconômico para tentar sair impune das leis e dessa forma colocá-las em xeque. Isso porque as pessoas passam a ver as leis como mais injustas que a violação e apesar de isso ainda constituir uma cultura de nicho, já dá pra ver com ela existe seja em universidades, praias e até mesmo bairros inteiros onde a política de vista grossa permite falar abertamente em ilhas de legalização pelas cidades brasileiras.

Além disso, as questões colocadas em pauta pelo movimento, como a militarização da polícia e seu uso para a repressão das camadas populares sob o pretexto de combate às drogas (“coisas inanimadas não são combatíveis” para citar mais uma vez Renato Cinco (2011), emplacam na própria dinâmica da estrutura de desigualdade da sociedade brasileira. Isso porque o próprio Estado e sua forma de lidar com o povo sempre foi marcada pelo militarismo e pela violência, sem que no entanto existisse uma *pleb* transformada em *populus* que pudessem articular demandas populares contra esse Estado. O desenvolvimento dessas pautas no interior da Marcha da Maconha e do próprio movimento anti proibicionista, especialmente diante das atuais crises carcerárias e do esgotamento do modelo proibicionista, pode cumprir um papel desse tipo pois a cadeia de equivalências que o movimento cria em seu discurso coloca todos como igualmente vítimas

---

<sup>89</sup>“(…) há casos em que não é possível esperar todo o funcionamento do parlamento ou mesmo da justiça, que em alguns países inclusive tende a ser um processo lento. Nos casos em que a integridade ou a consciência dos cidadãos é diretamente afetada, eles devem desobedecer antes de um parlamento, um juiz, ou uma maioria de cidadãos decidirem se toleram ou não tal comportamento em sua constituição” (LANÇAS, 2010: 22 em diálogo com as ideias de DWORKIN, 2000: 160).

da ação policial arbitrária e desproporcionalmente violenta.

Por hora, cabe concluir que há sim avanços teóricos trazidos pelo estudo da Marcha da Maconha principalmente pela novidade de suas pautas e a dinâmica pela qual ela os coloca envolvendo desobediência generalizada e politicamente motivada. Mas esses avanços tornam-se mais significativos quando lidos a partir dessa noção de demandas não satisfeitas e cadeias de equivalência. Além disso trazer esse referencial teórico pode complementar o atual marco interpretativo acerca dos movimentos sociais contemporâneos porque permite ir além do pensamento de Habermas (1985, 1997) e seus comentadores no que tange às instituições e as manifestações populares. Pois se essa teoria é capaz de explicar como as demandas podem adentrar a esfera pública e serem de alguma forma atendidas (uma solução institucionalista), os conceitos de Laclau permitem vislumbrar melhor os casos onde isso não ocorre. Na Marcha da Maconha essas demandas não são atendidas pelas instituições, seja porque tais instituições estejam fechadas a essa pauta ou porque os ativistas escolhem outras formas de ação além da entrada nos meandros institucionais (incluindo a luta político-partidária), são articuladas em cadeias de equivalência que passam a questionar a legitimidade do proibicionismo a nível nacional.

Isso é sim uma nova forma de pensar política no Brasil, pois ao mesmo tempo em que se direciona contra as leis emanadas a nível nacional sua prática se dá a nível local, sobretudo em seus atos de desobediência, e abre margem para uma mudança a partir das bases, sem no entanto, negar definitivamente as soluções institucionais. Assim, se por um lado a marcha tem um discurso de povo contra o Estado no que tange ao enfrentamento da aplicação policial das leis, por outro lado (como já foi demonstrado) não nega fundamentalmente as vias institucionais e sempre que possível usa de aparatos jurídicos para promover suas pautas (e proteger seus quadros). Em suma, é possível a partir desse debate traçar uma nova categoria, de movimento social constituído através de redes de equivalência baseada em desobediência. Essa categoria permitirá explicar tanto a Marcha da Maconha da qual parte quanto outros movimentos, mas apenas aqueles que envolverem violações legais (ou morais) em suas pautas.



### **CAPÍTULO III**                    **REDES DE EQUIVALÊNCIA ENTRE CIRCUITOS DE DESOBEDIÊNCIA**

Nesse capítulo procuro demonstrar alguns avanços na compreensão teórica dos movimentos sociais através de um diálogo entre os paradigmas apresentados por Habermas (1997) e Laclau (2005) além de elaborar um breve perfil do ativista anti-proibicionista baseado nas entrevistas, complementando as informações apresentadas nos capítulos anteriores. Tais esforços são no sentido de expor as facetas de um movimento social contemporâneo visando compreender suas dinâmicas e seu papel nas lutas políticas atuais. Até o presente momento foi possível perceber que o movimento social anti-proibicionista, marcado pela existência e pelos formatos da Marcha da Maconha, se expande através da mobilização de circuitos canábicos prévios e que essa mobilização se dá pela difusão de seus discursos. A heterogeneidade dentro das Marchas ilustra o quanto uma série de demandas não atendidas ou mesmo contrariadas pelas políticas proibicionistas podem ser canalizadas através dessa difusão discursiva e convidar sempre novos atores a compor a Marcha da Maconha, que serve de significativo vazio para esse série de demandas.

Além disso, o modelo de Habermas (1997) nos faz perceber que tais manifestações de rua, marcadas pela noção de radicalismo auto-limitado de Arato e Cohen (1995) – algo que pode ser totalmente confirmado pelas entrevistas dos ativistas em sua preocupação em manter autonomia em relação aos partidos políticos e às empresas – tem um caráter predominantemente simbólico. Tratam-se de movimentos voltados para esfera pública. Porém, em realidades desiguais como a brasileira, a pressão na esfera pública nem sempre atravessa os canais da opinião pública e chega até a sociedade política propriamente dita. Nesse caso, as câmaras legislativas ao se mostrarem insensíveis às pressões das ruas, geram ainda mais insatisfação aos grupos envolvidos, ou mais demandas não atendidas nos termos de Laclau (2005).

A capacidade do movimento em prover discursos para essas demandas capazes de criar equivalência entre elas e as disputas em torno do significativo vazio envolvido fazem a diferença na capacidade do movimento de se expandir. Isso porque o significativo vazio (a “Marcha da Maconha” e tudo o que ela pode significar para os agentes envolvidos em sua amplitude estética) encontra-se em disputa (podendo então ser na verdade interpretado como um significativo flutuante). Para alguns trata-se apenas de legalizar a canábis, para outros de legalizar todas as drogas, há também quem defenda mais o fim da violência nas

periferias do que o consumo de substâncias e plantas proibidas e há ainda quem crie interconexões semânticas com outros movimentos. Havendo essa capacidade desse significante de significar mais ou menos lutas envolvidas o que define seu significado prático é a agência dos envolvidos em questões cotidianas de formação do movimento.

Por exemplo, houve uma tentativa de ampliação do movimento em diálogo com as feministas com a criação de equivalências discursivas entre as lutas através da figura da feministas anti-proibicionista. O argumento é de que o Estado não pode legislar os corpos, nem por meio da proibição das plantas e substâncias consideradas drogas e nem por meio de regulações sobre o corpo das mulheres e seus direitos reprodutivos. É uma equivalência que faz sentido do ponto de vista lógico, mas isso não é suficiente para motivar lutas contemporâneas. O que torna essa equivalência possível na prática é a dinâmica de lutas dentro da organização do movimento e da realização de suas manifestações e principais atividades. Como a organização é pulverizada pelo território nacional isso varia conforme cada realidade, embora realidades de maior destaque tenham influência a nível nacional. Mas a criação de equivalências no sentido forte colocado por Laclau (2005) em sua teoria com Mouffe (2011) não é apenas um exercício lógico e político, é também uma questão de sentimentos e criação de solidariedades.

Isso fica claro no discurso dos ativistas entrevistados e pode ser sintetizado na noção de Ribeiro Junior (2015) de anti-proibicionismo interseccional. Mas talvez mais interessante pra análise do que os casos em que essas equivalências são criadas e os ativistas compreendem-se envolvidos em cadeias de opressão complexas sejam os casos em que essas equivalências não são criadas. Isso porque elas não são óbvias, elas são fruto de criação discursiva e ação política dos movimentos. Dessa forma se na cidade de São Paulo, por exemplo, esse debate com as feministas é profícuo, no caso do Rio de Janeiro houve problemas na criação de solidariedade entre diferentes formas de opressão, nesse caso a “opressão proibicionista” e a “opressão machista”, de forma a gerar conflito interno no movimento e disputa em torno dos termos em comum. Assim, há conflitos nesses momentos em torno do que “realmente” representa o significante alçado nas lutas. Afinal todos os agentes envolvidos na disputa passam a possuir interesse no que afinal pode significar a Marcha da Maconha no Brasil e suas interpretações mais ampliadas ou mais restritas influenciam nos destino desse significante e sua capacidade de canalizar e representar as faces do anti-proibicionismo contemporâneo.

### 3.1 AS (INTER) FACES DO ATIVISMO ANTI-PROIBICIONISTA CONTEMPORÂNEO

Para melhor explicar o fenômeno da construção de equivalência entre as demandas envolvidas na criação da Marcha da Maconha no Brasil é preciso compreender melhor quais são tais demandas e para isso é preciso falar de alguns tipos de ativista e de que forma tocam suas lutas em um cenário dinâmico e complexo. Os dados trazidos através do trabalho de campo, sobretudo as entrevistas, permitem localizar alguns discursos e algumas demandas que compõe o movimento que gera Marcha da Maconha. As perguntas procuraram destacar alguns fatores chave, as relações com outros movimentos sociais e coletividades (para além daquela criada pela noção de usuário que é baseada nos hábitos de consumo em comum), a relação com os partidos políticos, as formas de financiamento e as propostas de modelo de legalização.

As respostas para cada uma destas perguntas permitiu perceber mais do que simplesmente o que cada uma delas pergunta exatamente, como também captar muitos elementos do mundo mental dos ativistas e a forma como significam suas lutas. Inicialmente foi possível dividir os discursos captados entre as justificativas do discurso liberal e do discurso classista, além de partir da divisão realizada por Ribeiro Junior (2015) entre o anti-proibicionismo específico e interseccional. Mas uma análise mais atenta pode trazer mais detalhes que isso, é possível mapear os circuitos canábicos envolvidos e compreender as especificidades de cada um, com foco para aqueles que são mais politicamente mobilizáveis pelo movimento social. Desde a mais simples roda de maconha até as Marchas (confere imagem 3) há diferentes tipos de significado para os usos de canábis e é a capacidade do movimento de fornecer elementos reconhecíveis para esses significados que implica diretamente no seu sucesso (pensado aqui enquanto capacidade de angariar público).

Para esclarecer então esse tema, procuro tratar de alguns tipos de ativistas encontrados no trabalho de campo e dos circuitos canábicos nos quais eles se inserem. O primeiro deles, que provavelmente deu origem aos protestos no formato “Marcha da Maconha” no Brasil contemporâneo, são os chamados jardineiros ou *growers*. Tratam-se de cultivadores de canábis, que já estavam se organizando e trocando informações um pouco antes das primeiras Marchas no início dos anos dois mil. Em geral são pessoas com recursos, pois o cultivo caseiro afastado da luz natural do sol é ligeiramente proibitivo, e bem

articuladas tanto no meio virtual como real. Seu principal argumento é o combate ao tráfico por meio do auto-cultivo, ou seja, ao cultivarem sua própria planta eles evitam dar incentivos econômicos aos mercados ilegais. Naturalmente sua principal bandeira é cultivo caseiro e a legalização deste. Seu principal fórum e meio de comunicação é o Grow Room, veículo chave para a compreensão da luta pela legalização no Brasil. Apesar dos consideráveis recursos que esses jovens de classe média pra média alta fornecem para a realização das Marchas sua concepção voltada para a superação do mercado ilegal por meio da desobediência civil que consiste em cultivar violando as leis estabelecidas de forma politicamente motivada é alvo de algumas críticas por parte de outros membros do movimento (como a chamada “esquerda universitária”).

Além desses jardineiros, um dos primeiros grupos a fazer parte da organização das Marchas da Maconha foi o de empresários relacionados ao tema. Conforme já foi explicado há uma série de ramos que vão desde aos produtos de tabacaria aos produtos de jardinagem envolvendo o consumo de canábis. Segundo o relato de um ativista do Rio de Janeiro o papel desses empresários foi crucial para as primeiras experiências em Copacabana. Esses empresários em geral são também consumidores e encaram seu empreendedorismo nessa área como uma forma de ativismo, mesmo quando esses não participam diretamente da organização da Marcha. Isso influi diretamente nas formas de financiamento do movimento social, além das doações e dos patrocínios esses empresários também contribuem com habilidades administrativas que podem contribuir para as finanças das organizações que participam. A proliferação de lojas desse tipo indica tratar-se de um incipiente nicho de mercado. As vezes podem funcionar como principais núcleos difusores de ideias anti-proibicionistas em certas realidades.

Esses dois tipos de ativistas são percussores das lutas anti-proibicionistas no formato Marcha da Maconha no Brasil segundo os relatos colhidos em campo. Depois do primeiro momento de surgimento da Marcha no Rio, há um segundo momento em que essa ideia se espalha pelo país. Nesse segundo momento se realizam as disputas em torno dos limites da Marcha da Maconha, entre evento e movimento social, entre os discursos classista e liberal e entre o anti-proibicionismo específico e interseccional. Isso porque ao espalhar-se no território nacional e aumentar seus números nas realidades onde já exista, essas manifestações atraem mais discursos interessados para perto de si. As disputas entre os significados originais dados pelos cultivadores e os novos significados que o signficante “Marcha da Maconha” é capaz de

agregar, bem como sua capacidade de canalizar e em boa medida representar o anti-proibicionismo contemporâneo marcam esse período, que é de crescimento.

Nesse momento um importante grupo interessado entra em jogo, alterando a natureza das Marchas da Maconha e lhes dando mais cara de movimento social. Trata-se de um grupo marcado pelo acesso a recursos simbólicos e materiais e dotado portanto de capacidade organizativa. É nesse momento que os ativistas universitários passam a compor de forma ampla a organização das Marchas da Maconha das primeiras cidades onde ela ocorreu e a criar as Marchas da Maconha em outras cidades. Em geral de esquerda, mas com notáveis exceções, o público universitário que usa canábis rapidamente se interessa pela realização das Marchas da Maconha. Os conflitos são gerados principalmente porque são esses grupos que trazem o discurso classista para o debate das Marchas e porque se iniciam as disputas por lugares de proeminência dentro do debate anti-proibicionistas entre os recém chegados e os ativistas mais antigos. Isso deve ser normal em qualquer movimento social, mas é importante não perder de vista os marcos teóricos envolvidos e entender o fenômeno nos termos de agregação de novas demandas e a capacidade do significante “Marcha da Maconha” de comportar todas elas.

Dentro do campo da esquerda não foram apenas os universitários que se aproximaram do tema. Os ativistas oriundos da esquerda partidária, com destaque para o PSOL, passam a se envolver no debate anti-proibicionista em pouco tempo, a partir de pelo menos 2011 segundo os dados colhidos no campo e no trabalho de demais pesquisadores (Ramalho 2014, Ribeiro Junior 2015, Reed 2016, etc.), seus membros passam a compor a organização das Marchas da Maconha nas maiores e menores cidades onde ela ocorre no Brasil. A presença desses ativistas gera uma série de conflitos: os discursos predominantemente liberais de cultivadores e empresários pautados nas liberdades individuais entram em conflito com uma série de leituras classistas da realidade brasileira e da questão das drogas; certa aversão aos partidos, comum nos ativistas entrevistados gera desconfiança e dificuldade em criar relações de longo prazo com membros de partido através do movimento anti-proibicionista; os projetos de Marcha, envolvendo seu público alvo e formato entram em disputa, que é agravada pelo fato de existirem novos ativistas e ativistas mais antigos quando as Marchas se aproximam de completar mais de uma década de existência.

Enquanto esses grupos iam adentrando as organizações das

Marchas da Maconha, ampliando através das disputas seus significados e agregando novas demandas ao discurso original, outros movimentos sociais também se aproximaram. A presença de membros de outros movimentos sociais nos núcleos organizadores e difusores da Marcha da Maconha (além de multi-militância) também traz novos casos de conflitos em torno da agregação de novas demandas. Os conflitos envolvendo as feministas no Rio de Janeiro e o papel ativo das Feministas Anti-proibicionistas em São Paulo constituem casos ilustrativos do que está em jogo nessa dinâmica. No Rio os conflitos mostraram o quanto certos discursos não foram capazes de criar solidariedade com outras pautas – demandas – (ao menos naquele momento, 2015) e como isso fez com que o significante não apresentasse capacidade de ampliar seu significado para as ativistas envolvidas, desagregando a luta das feministas da luta anti-proibicionista devido a uma leitura específica do anti-proibicionismo (após esse conflito o movimento rearticulou-se e hoje há uma ala feminista anti-proibicionista relativamente consolidada na Marcha do Rio). O caso em São Paulo (e em tanta outras realidades para as quais o feminismo anti-proibicionista se espalhou) foi oposto, construiu-se um discurso capaz de operar uma cadeia de equivalência entre o movimento feminista e o movimento anti-proibicionista que projetou as feministas anti-proibicionistas na Marcha da Maconha. Isso pode ser muito bem ilustrado através da fala de uma ativista publicada em uma mídia canábica recentemente,

“(…) é urgente que o Feminismo seja reconhecido e faça parte do processo da luta dos movimentos Antiproibicionistas, o mesmo deve acontecer com o movimento Feminista que não pode mais negar as inúmeras condições de vulnerabilidade às quais as mulheres são submetidas pelas políticas proibicionistas. O meu desejo de escrever e militar por uma causa Feminista Antiproibicionista vem exatamente da rejeição e resistência que encontrei durante toda minha militância dentro dos movimentos de esquerda e dos movimentos feministas em dialogar sobre os impactos dessa política proibicionista. Nesses espaços encontrei várias convicções vazias sobre a influência que a política proibicionista exerce, não apenas na vida das mulheres, mas na vida de grande parte da nossa população negra e periférica no Brasil. Os

Movimentos Sociais e Movimentos Feministas precisam compreender a urgência do debate sobre política de drogas realizado atualmente pelo movimento antiproibicionista, pois sabemos que o conservadorismo que ronda a pauta da política de drogas é o mesmo que por muito tempo perpetuou a ideia que o feminismo não era importante para as mulheres, e que ainda perpetua que o aborto e autonomia dos nossos corpos não é central no debate por uma sociedade mais justa. Precisamos sair da miopia que não nos deixa enxergar a necessidade e ligação direta do debate sobre a legalização das drogas e a vida das mulheres (...) Nesse sentido reafirmo que é impossível construir uma nova política de drogas no Brasil sem a participação direta das mulheres e das pautas trazidas pelo feminismo. É importante e urgente que nós mulheres nos apropriemos desses espaços e nos empoderemos através da militância feminista antiproibicionista, reafirmando que o feminismo no antiproibicionismo não é pauta secundária, e que um modelo de política de drogas que não seja anticapitalista e antissexista não responderá às demandas sociais. Precisamos ser a mudança que queremos ver, desconstruindo nossas diferenças e exercitando a alteridade nesse processo de construção antiproibicionista, empoderando a todas e todos como sujeitos livres e autônomos. Nos questionar sobre a política proibicionista não é tarefa apenas das pessoas que usam drogas, assim como as lutas feministas devem mobilizar a todas e todos que buscam uma sociedade com garantia de equidade social” (FARIAS, I<sup>90</sup>. 2016 *in* Smoke Buddies – smokebuddies.com.br).

O exemplo do movimento feminista ilustra vicissitudes que podem surgir na interação com qualquer outro movimento social que venha a compor a organização e o público das Marchas da Maconha, no

---

<sup>90</sup> “Ingrid Farias, Pernambucana, Feminista, Anti-proibicionista, Anti-racista e Anti-capitalista!” em <http://www.smokebuddies.com.br/nao-ha-antiproibicionismo-sem-feminismo-e-chegada-hora-do-feminismo-atuar-pelo-antiproibicionismo/> publicado dia 8 de março de 2016.

sentido de que se não há a construção discursiva da equivalência das demandas em questão dificilmente se formam as solidariedades necessárias para ampliar o alcance da luta (e do significante envolvido).

Com o decorrer do tempo, além dos ativistas de outros movimentos sociais outras demandas foram trazidas para a Marcha da Maconha, através tanto do potencial medicinal encontrado na planta em questão e da participação de profissionais da área do direito e da saúde que se interessam no tema. Apesar de contar com ampla participação nas Marchas do Rio de Janeiro e de São Paulo esse debate não avança muito nas demais realidades. Isso não quer dizer que não haja uso medicinal de canábis fora dessas metrópoles, mas simplesmente que esse público não interage de forma mais efetiva com essa face do anti-proibicionismo que organiza e promove as Marchas da Maconha. Trata-se afinal de um público diferenciado, em geral são famílias e médicos, algo um pouco diferente dos jovens universitários (muitos deles distantes de suas realidades familiares) e dos empresários que compõe em geral essas manifestações. Há também certa desconfiança em relação ao uso do discurso biomédico como justificativa para o uso de canábis por parte da maioria dos usuários recreativos. Isso porque os ativistas atentam para os perigos da categoria usuário sair do âmbito penal para simplesmente cair no âmbito médico e os envolvidos ficarem nas mãos dos técnicos e profissionais dessa área, de forma similar ao que ocorre com as pessoas transexuais<sup>91</sup>. Assim, apesar de pontuais participações de pessoas interessadas no uso medicinal, a maior parte dos envolvidos trata diretamente do uso recreativo mesmo<sup>92</sup>.

Além desse grupo, se aproximaram das atividades dos coletivos anti-proibicionistas que constroem no Brasil a Marcha da Maconha os profissionais de diversas áreas, com destaque para o Direito e a Saúde. Os profissionais do direito tem atuação forte em movimentos sociais desse tipo, geralmente impedindo os manifestantes de serem aprisionados pelas forças estatais e interagindo com as autoridades

---

<sup>91</sup> O argumento é de que as pessoas transexuais para poderem adotar seu nome social nos documentos precisam se submeter a exames médicos e que na prática ficam nas mãos dos profissionais das psicológicas e biomédicas, algo que os ativistas pretendem evitar para os usuários de canábis em seus projetos de legalização, “pra comprar receita não precisa receita, né” (Ativista São Paulo, entrevista realiza dia 3 de maio de 2013).

<sup>92</sup> “Eu fumo é pra ficar doído. A gente não precisa se esconder atrás de 'migué' pra legalizar...” Ativista paulista em entrevista realizada dia 26 de Abril de 2014.

sempre que necessário. No entanto, não são somente advogados de movimento social que se envolvem, na organização *Law Enforcement Against Prohibitionism (LEAP)*, por exemplo, encontram-se juízes, promotores, delegados e demais agentes da lei interessados no fim do proibicionismo. Essa organização é de origem internacional, mas conta com membros de destaque no Brasil e que participam de atividades da Marcha, com a Juíza Maria Lúcia Karam e o delegado Orlando Zaconne. Certamente as demandas desses profissionais não são exatamente as mesmas dos organizadores de antes, em geral usuários, mas mesmo assim caminhos são construídos e a presença desse novo grupo fortalece o movimento – além de gerar menos atrito que a necessidade de interação com pautas de outros movimentos sociais.

Quanto aos profissionais da saúde, categoria bem ampla, são pessoas que em geral já trabalham atendendo usuários de plantas e substâncias classificadas como drogas ilegais em sua prática cotidiana. Muitos deles vinculados aos grupos de Redução de Danos e outras perspectivas alternativas à perspectiva meramente abstêmica de qual partem as políticas públicas oficiais. A experiência desses profissionais é maior nas Marchas de Porto Alegre e por um breve momento em São Paulo e bastante pontual nas demais realidades. Em Florianópolis houve também tentativas de aproximação, mas as visões de mundo envolvidas chocaram-se de forma a impedir a participação mais ampla desses profissionais, ilustrando o quanto agregar demandas não é algo simples e automático e requer certa preparação discursiva prévia para que seja possível na construção cotidiana da política interna dos movimentos sociais.

O caso de Florianópolis, o qual pude acompanhar de perto, é ilustrativo de certo padrão que norteia os conflitos em torno da organização da Marcha de Norte a Sul nesse país. Não se tratam apenas de disputas em torno de um projeto mais classista ou liberal nem apenas em torno de uma visão específica ou interseccional de anti-proibicionismo, essas categorias as atravessam, mas não esgotam a explicação sobre elas. Há certas disputas que indicam diferentes visões da própria noção de sociedade civil e de movimento social que se tem em mente. Seguindo os problemas apontados por Burgos (2015) em certa leitura do paradigma de Habermas que culmina em uma de sociedade civil que é em boa medida hermética, algo que Habermas (1985, 1997) e seus principais comentadores (ARATO; COHEN, 1995) procuraram evitar. Mas apesar de seus esforços em tornar sua sociedade civil idealizada porosa às influências externas, há no Brasil leituras herméticas não na apenas na teoria, mas na fala dos atores sociais

envolvidos. O caso de Florianópolis será capaz de explicitar tal questão.

O pessoal da redução de danos, em geral anarquistas vindos de Porto Alegre onde já realizavam trabalho nesse sentido, aproximou-se da organização da Marcha da Maconha de Florianópolis a partir de 2016. No entanto, apesar de ricas contribuições, houve desentendimento em torno do financiamento da divulgação do evento. Os ativistas recém chegados não aceitaram uma prática já corriqueira para os membros mais antigos da organização, pedir apoio para as empresas interessadas nesse debate na realidade catarinense. Segundo o argumento daqueles que se opuseram, ao fazer isso o movimento social estaria se vendendo aos agentes do mercado. Mesmo que os patrocinadores não exigissem nenhuma contra partida. Isso gerou conflito e esses ativistas se afastaram da organização da Marcha, dedicando-se a outras causas. Esse argumento no entanto, é bem ilustrativo de certa interpretação política e intelectual da categoria de sociedade civil enquanto “hermética”.

Se grupos anarquistas não aceitam a aproximação com agentes do mercado, mesmo que sejam pequenos empresários e não o capital internacional (e são apoiados nisso por certos setores de esquerda que compõe o movimento), há por outro lado, sobretudo dentro do discurso de caráter liberal, desconfiança das instituições políticas. Assim, se por um lado há quem imagine que a Marcha da Maconha não deva receber dinheiro de empresários, há também quem acredite que ela não deva receber apoio dos partidos e sindicatos, por serem esses elementos do jogo político. Isso tudo bastante documentado através das entrevistas. Ora, se o movimento não recebe dinheiro dos agentes do mercado nem apoio (e quem sabe até dinheiro) dos agentes do jogo político institucional, o que resta é uma noção de sociedade civil hermética, pura, marcada somente por anseios “legítimos” dos cidadãos. Além de marcada por certo “romantismo” essa visão não condiz em nada com a realidade dos movimentos: praticamente todos os coletivos captados nessa pesquisa recebem apoio de empresários e de políticos, quando não de ambos. Assim, nessa falta de consonância entre a fala dos agentes envolvidos – preocupados em não atrelar-se nem ao Estado nem ao mercado – e as experiências práticas, nas quais a presença desses agentes é imprescindível para a viabilidade das manifestações de rua, se dá uma série de conflitos internos que permitem captar tanto os padrões da dinâmica de lutas do movimento quanto sua inércia e sua incapacidade em dar solução prática para as demandas levantadas.

Tabela 1 as interfaces da Marcha da Maconha em sua organização no Brasil:

Organização de cada Cidade (durante o trabalho de campo)	Contato com movimentos sociais	Contato com partidos político.	Contato com empresas “canábicas”	Discurso mais liberal (L) ou classista (C)
Teresina	Sim	Sim	Não	C
Natal	Sim	Sim	Não	C
Fortaleza	Sim	Sim		C
Salvador	Não	Sim	Não	C
Brasília	Sim	Sim	Sim	C
Goiânia	Não	Não	Não	L
Rio de Janeiro	Sim	Sim	Sim	L
São Paulo	Sim	Sim	Sim	C
Londrina	Sim	Sim	Sim	L
Foz do Iguaçu	Não	Não	Não	C
Curitiba	Não	Não	Não	L
Balneário Camboriú	Não	Não	Não	L
Florianópolis	Não	Sim	Sim	L
Porto Alegre	Sim	Sim	Sim	C
Total:	8 sim, 6 não	10 sim, 4 não	6 sim, 8 não	8 C, 6 L

Fonte: autor

Essa breve explicação permite levantar as principais demandas – entendidas conforme coloca Laclau (2005) como a unidade mínima de análise para os movimentos sociais – articuladas discursivamente na Marcha da Maconha: os jardineiros (auto-cultivo), os empresários (liberdade de mercado), certa esquerda universitária (fim da guerra às drogas), outros movimentos sociais (a feminista anti-proibicionista por exemplo), os profissionais das áreas do direito, da segurança pública e da saúde (outras políticas públicas envolvendo o uso de plantas e substâncias) e militantes de partidos políticos (outra política de drogas) e usuários em geral (liberdade de consumo). Procurei explicar de que maneira e com quais contradições cada uma dessas demandas foi incorporada no movimento (com base no trabalho de campo e no diálogo com outros pesquisadores do tema) para entender como esse processo é complexo e instável. Isto é, o significante “Marcha da Maconha” ainda se encontra em disputa e o marco proibicionista, ao frustrar todas essas demandas, contribui significativamente para o sucesso dessa cadeia de equivalência e a perpetuação temporal do movimento, o que contribui para fortalecer o tipo de identificação que ele promove.

### 3.2 OS LIMITES DA MARCHA DA MACONHA

Assim, fica claro que a demanda “fim das políticas proibicionistas”, colocada através do significante Marcha da Maconha, engloba em si uma série de outras demandas isoladas (democráticas no termos de LACLAU, 2005), como o fim da violência nas periferias, a abertura para um mercado canábico, formas alternativa de trato com os usuários no que tange aos sistemas de saúde e o acesso a melhor qualidade das plantas e substâncias envolvidas. Há ainda outras demandas ainda mais específicas, como a legalização apenas da canábis e não das demais substâncias proibidas. Mas casos como esse mostram o quanto o movimento não cresce se baseando nessas demandas específicas e cresce somente se articulando e criando discursivamente equivalência entre as demandas, nesse caso por exemplo, entre a proibição da canábis e outras proibições. Nas últimas décadas o movimento cresceu muito dessa forma, articulando as demandas frustradas pela existência de um paradigma de política pública baseado no proibicionismo. No entanto, o movimento anti-proibicionista parece esbarrar em seus limites nos idos de 2017 no Brasil. Isso devido talvez ao seu próprio sucesso e ao formato que tomou.

Para melhor compreender essa questão é preciso separar alguns

pontos. Inicialmente, é preciso separar o movimento anti-proibicionista, uma luta ampla e de difícil apreensão que envolve todos os esforços na superação do paradigma proibicionista da Marcha da Maconha, evento que toma ares de movimento social ao dar voz para demandas anti-proibicionistas e canaliza no formato de manifestação de rua que aumenta a cada ano. Talvez as lutas anti-proibicionistas em geral não sofram dos limites que apresento aqui, no entanto, essa pesquisa é focada para o anti-proibicionismo que se expressa através das Marchas da Maconha por serem essas suas principais formas de visibilidade e enfrentamento público. Assim, as lutas anti-proibicionista dos organizadores das Marchas da Maconha podem ser classificadas em três frentes: uma luta por visibilidade e disputa de valores e modos de vida na esfera pública brasileira – sobretudo no que tange a romper com a marginalização que o público usuário sofre; uma luta por acesso às plantas e substâncias, seja para fins recreativos, comerciais ou medicinais e uma luta pela libertação de pessoas presas por motivos de proibição que devido às instâncias em que ocorrem chama de lutas no meio jurídico; e uma luta, ainda bastante incipiente, que envolve romper as barreiras do sistema político e levar projetos de cunho anti-proibicionista para a apreciação de parlamentares nas instâncias legislativas.

Quanto ao primeiro aspecto, a esfera pública e a marginalização dos usuários, é onde o movimento alcança maior sucesso. A marginalidade do uso de canábis varia muito conforme o contexto e já possível falar em “ilhas de legalização” onde certa classe média não enxerga tal uso de forma negativa. Episódios como o levante do bosque da UFSC em 2014 ou os conflitos na USP em 2011 ilustram bem o quanto nesses meios universitários “as pessoas já não aceitam que alguém vá preso só por fumar maconha”<sup>93</sup>. Mas não só nos meios

---

<sup>93</sup> “As pessoas já não aceitam mais que alguém vá preso somente por fumar maconha!” gritava o então presidente do instituto da cannabis Lucas Lichy em 25 de março de 2014 no bosque do CFH da UFSC. Assim como no caso da USP de 2011, nessa ocasião uma multidão de pessoas, incluindo professores e estudantes, enfrentou a polícia que tentava – a paisana e sem identificação alguma – levar um jovem por portar uma quantidade ínfima da planta proibida. Trata-se de um caso bastante complexo envolvendo os limites da ação policial e da autonomia universitária. Para os modestos fins dessa pesquisa cabe apenas ressaltar que longe de serem marginalizados os usuários nesse contexto contavam com tanto apoio social que houve enfrentamento com o choque da polícia militar para protegê-los da intervenção considerada indevida. Os organizadores da Marcha da Maconha

universitários, praias, shows e outros espaços convertem-se em circuitos de uso de canábis com franca aceitação social e vista grossa por parte de autoridades, mostrando que no que tange à desmistificação do uso e em romper com a marginalidade desse uso há avanços. Mas o avanço na opinião pública é de difícil mensuração. Além disso, casos como esse ressaltam ainda mais o caráter seletivo das punições envolvendo o porte dessas plantas e substâncias, pois em alguns meios, como o meio universitário, por exemplo realmente é muito difícil que alguém vá preso só por isso.

Além dos circuitos minimamente privilegiados há também avanço e aceitação da figura do usuário, mas esse avanço é difícil de mensurar e ainda parece (de acordo com os dados coletados) ainda muito restrito a uma cultura de nicho. Essa cultura de nicho no entanto não impede a proliferação de todo um mercado canábico, pois para as empresas essa cultura de nicho se converte em um nicho de mercado. A existência de empresas voltadas para esse ramo, totalmente legalizadas e pagadoras de impostos e afins, ajuda na normalização desse consumo, além é claro, de fornecer quadros e recursos para o movimento da legalização. A quantidade de empresas desse ramo, em geral tabacarias e lojas de jardinagem *strictu sensu*, tem aumentado na realidade brasileira (de acordo com os dados coletados na pesquisa), mostrando que talvez essa seja uma força de mercado difícil de conter mesmo no atual marco proibicionista. Isso porque suas atividades não são ilegais e as relações com a ilegalidade são pontuais. Além disso pelo montante de capital que juntas elas movimentam, configuram-se em uma força pró-legalização dotada de recursos materiais e jurídicos para resistir aos ditames da proibição dentro do marco legal atual.

Trata-se portanto de um fenômeno cíclico, essas empresas patrocinam os movimentos pela legalização, nomeadamente a Marcha da Maconha, ampliando dessa forma seu público. Com o aumento de seu público elas adquirem mais recursos que podem ser novamente convertidos para a causa. O nicho de mercado explorado e as demandas não satisfeitas interagem de forma a viabilizar tanto o movimento social quanto as atividades econômicas desse agentes. O discurso coletado em campo permite perceber que para esses sujeitos sua atividade comercial

---

se fizeram presentes e souberam em boa medida canalizar a frustração gerada pela intervenção da polícia através de suas pautas. Isso indica que ainda que seja em espaços restritos a superação da imagem do maconheiro marginalizado está em curso e que o movimento se consolida em oportunidades como essa.

nesse meio marcado por tabus é uma forma de ativismo. Eles sentem que ao trabalharem para fornecer produtos relacionados ao consumo de canábis estão contribuindo para sua desmistificação social e ao colaborarem com tempo e dinheiro para o movimento social estão diretamente agindo em prol da causa. Esse mercado legal, paralelo ao mercado ilegal de canábis, pode ser crucial para que os projetos de legalização se tornem realidade e também para direcionar tais projetos para modelos mais liberais do que estatais no controle dessa planta. Não seria a primeira vez que as forças de mercado forcem transformações sociais a revelia das leis e dos costumes.

Mas para a existência e a regularidade desse mercado foi necessário o avanço das lutas anti-proibicionistas em outro nível, o nível jurídico. Desde o início das políticas proibicionistas existiram argumentos fundamentados nos parâmetros jurídicos (e filosóficos) do Estado Democrático de Direito, a maioria deles pautados na inviolabilidade dos corpos dos usuários – de forma que não caberia ao Estado legislar sobre eles sem ferir cláusulas pétreas da constituição – ou no fato de que o consumo não gera danos a terceiros. O avanço das lutas desde o início da Marcha na década passada foi concomitante com o avanço no meio jurídico, de forma que uma série de vitórias foi sendo alcançada. Inicialmente há franco processo de descriminalização do usuário, que passa a sofrer de penas alternativas a prisão (embora o corte entre usuário e traficante ainda seja arbitrário, confere Carvalho 1996). Em seguida há a aceitação das Marcha enquanto uma forma legítima de liberdade de expressão pelo Supremo Tribunal Federal em 2011. Por fim há uma série de casos em que são concedidos salvo condutos e habeas corpus ao manifestantes da Marcha, bem como uma série de casos individuais de plantio para uso medicinal e religioso – raramente para uso recreativo – sendo julgados pela justiça brasileira, abrindo dessa forma casos de jurisprudência e ampliando o alcance das lutas.

Ainda assim há claros limites no alcance da luta pelas vias jurídicas, o primeiro é que interpretações da lei e jurisprudências não alteram as leis em si. O poder judiciário não pode nesse caso fazer o papel de legislativo e embora solucione casos pontuais não é capaz de superar o quadro proibicionista como um todo. Além disso, numa realidade tão desigual quanto a brasileira não é todo mundo que tem acesso aos pormenores do sistema jurídico e seguramente quem é mais afetado pelas políticas de proibição não consta entre esses privilegiados. Assim, apesar de profícuo para as lutas num primeiro momento, o meio jurídico é ainda bastante limitado para gerar transformações a longo prazo.

Além da esfera pública e do meio jurídico, a luta também se projeta para o meio político, mas o faz no entanto de forma bastante tímida. Os atores sociais envolvidos não possuem fortes vínculos com os mecanismos representativos formais – os partidos políticos – e compartilham de uma visão de sociedade civil descolada da política, o que influi em sua incapacidade de levar as pautas anti-proibicionistas para as arenas legislativas. Isso faz com que a pressão nas ruas pedindo a legalização limite-se a isso apenas, pressão nas ruas. No entanto, não há nenhuma garantia de que os parlamentos serão de fato sensíveis às pressões populares. Não faz muito tempo que o presidente da câmara dos deputados Rodrigo Maia teria afirmado “não podemos aceitar que a Câmara dos Deputados vire cartório carimbador de parte da sociedade<sup>94</sup>” indicando o quanto esperar que pressão popular se transforme em alteração na legislação, sem passar pelos devidos canais mediadores, pode demonstrar certa inocência. Embora pareça teoricamente interessante e utopicamente desejável para alguns, no âmbito das relações de poder realmente existentes tal visão não encontra consonância empírica. Isso ressalta a necessidade de aproximação mínima com os partidos políticos para que as demandas levantadas colocadas em pauta.

A pressão nas ruas é sem dúvida muito importante, mas do ponto de vista de avançar nas pautas colocadas pelo movimento social isso por si só não garante nada. Os casos de outros países, com destaque para o Uruguai, demonstram exatamente o oposto, a pressão nas ruas era acompanhada de maioria legislativa onde houve alteração nas leis envolvendo a proibição de plantas e substâncias consideradas drogas. Há que se destacar então ao menos duas coisas ainda: a possibilidade de um movimento que almeja transformação a longo prazo de perpetuar-se sem uma clara interação com os agentes do meio político e os problemas internos de realizar tal interação uma vez que os agentes apresentam o que chamei de visão hermética da sociedade civil que a tomam enquanto propositalmente diferenciada (e “moralmente superior”) em relação à política e aos agentes do mercado; os efeitos e os alcances de uma manifestação nas ruas que não é respaldada por forças nas câmaras legislativas mas que ainda assim segue aumentando em números e em relevância no território nacional. De acordo com Nogueira (2005: 129):

---

<sup>94</sup> Disponível no site da câmara, <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/520461-RODRIGO-MAIA-PEDE-RESPEITO-AO-RESULTADO-DE-VOTACAO-SOBRE-MEDIDAS-ANTICORRUPCAO.html> .

“Diminuiriam, assim, as chances de que se pusesse em curso uma operação destinada a reinventar o político, tanto em termos de uma reforma forte das instituições quanto em termos de uma introjeção de novas perspectivas, de novos valores e novos protagonistas no campo da política. Ficaríamos aprisionados a uma visão técnico-institucional que acabaria por reverberar as reações moralizantes contra a política, com cidadãos tendendo a tratar seus políticos não como representantes, mas como “inimigos”, suspeitos por definição. Surgiriam novas oposições entre Estado e Sociedade Civil, como o consequente prolongamento da ineficácia da depreciação e da banalização da política”

Minha hipótese é que o fechamento das relações com os partidos garante que as demandas não sejam nunca satisfeitas e que a frustração decorrente disso pode servir de combustível para aumentar as manifestações nas ruas, sem que isso gere qualquer efeito de alteração nas leis e nas políticas de cunho proibicionista. Além disso, os dados também permitem afirmar que a repressão policial faz aumentar a manifestação, talvez porque ao serem agredidos pela polícia os ativistas do anti-proibicionismo na Marcha da Maconha estejam em posição de, através de palavras de ordem como “liberdade de expressão”, criar equivalência discursiva entre suas demandas e outras demandas igualmente reprimidas.

Seria exagero afirmar que uma manifestação da sociedade civil que esteja distante dos partidos políticos não serve pra nada. Isso varia muito conforme o tema da manifestação e a capacidade do sistema político de solucionar cada demanda especificamente. No entanto, no que tange ao objetivo discursivamente manifesto dos ativistas, legalizar as plantas e substâncias proibidas (ou ao menos a canábis), os meios para isso passam necessariamente pelas instâncias representativas do Estado – detentor do monopólio legítimo da violência e promotor das políticas de proibição respaldado nisso. Assim, o que o trabalho de campo e a pesquisa bibliográfica decorrentes de anos de acompanhamento desse movimento social permitem afirmar é que sem respaldo no âmbito legislativo a pauta não avança ou avança muito pouco e para setores específicos da luta. A Marcha da Maconha é capaz de servir de significante vazio e agregar várias demandas em cadeia de

equivalência justamente porque essas demandas são frustradas, mas a ação do movimento, ao negar-se a influir diretamente na política partidária mesmo colocando significativas massas nas ruas, contempla mais certas demandas do que outras.

Em termos claros para que não haja dúvidas: a ação dos ativistas na esfera pública visando desmarginalizar a figura do usuário e a ação na esfera jurídica que busca solucionar problemas pontuais de usuários providos de recursos em tentativas de acesso às plantas e substâncias proibidas (por meio do plantio, mas não somente) deixa de lado uma massa de prejudicados pelas políticas proibicionistas. As pessoas com menos recursos para acessar as “ilhas de legalidade” que constituem os circuitos canábicos mais estabelecidos, como as universidades públicas e determinadas praias por exemplo, permanecem sofrendo os efeitos das políticas de proibição mesmo depois de quase vinte anos de Marcha da Maconha. Assim, é possível perceber que embora no decorrer da segunda década dos anos dois mil o discurso classista tenha se tornado predominante no movimento social, sua capacidade de ação ainda é voltada para as demandas de cunho liberal – envolvendo os usuários dotados de recursos e o imaginário de “desbunde” (confere Silvestrin 2013) que o uso de canábis representa para os mesmos. Isso ocorre principalmente por conta de um discurso francamente anti-partidário e por vezes anti-político dentro das organizações da Marcha de Norte a Sul do país. A fala de um ativista de Florianópolis ilustra bem essa questão,

**“Os partidos políticos são todos iguais,** cada cidade vai definir uma circunstância muito diferente, não existe mais unicidade de programa, ninguém mais leva em consideração o programa do partido, **a política é uma bosta!** É uma merda, principalmente porque o povo é muito corrupto, sabe, então o povo tá viciado dentro de um sistema em que ele vende o voto, em que ele já aborda o candidato com essa intenção, 'quanto você cobra pelo meu voto', 'se você me der um baseado eu voto em você', como eu ouvi milhares de vezes na campanha, então o procedimento do povo é um procedimento corrupto e os partidos políticos acabam refletindo isso, a política acaba refletindo isso. Então, quem tá lutando pela legalização da maconha, pode tá em qualquer partido hoje. Como o André Barros, por exemplo,

que é PT, que é histórico do PT<sup>95</sup> e tá lutando, como eu que fui historicamente da esquerda, tentei vários partidos pra ser candidato e só fui conseguir no PSDB, que também não tá contente comigo, que tá me atacando, e quem tá nessa luta, que precisa conseguir um espaço pra falar na televisão 'MACONHA' – que é isso que é a grande coisa – é você poder usar um espaço de mídia muito mais ampla, porque a televisão chega nos rincões e a gente não chega com panfleto, a gente não chega com internet, a televisão chega nos rincões pra você poder falar 'maconha'. Isso é uma mensagem diferencial, tem todo um... quando você fala maconha você tá trazendo todo um programa à tona, então tem essa dificuldade que a gente tem que enfrentar e você pode encontrar pessoas defendendo a legalização da maconha e a maconha é um programa mais importante que o programa do partido. Essa a visão que eu tenho hoje, é uma visão que se constrói no movimento, sabe?" (Ativista de Florianópolis 3 em entrevista realizada dia 3 de junho de 2014, grifos meus).

Se mesmo esse ativista que saiu candidato pela causa (não foi eleito) tem essa visão totalmente pejorativa da interação com os partidos, os demais ativistas em geral não apresentam uma visão mais positiva. Não cabe ao pesquisador julgar se os partidos ou mesmo a política em geral no Brasil é boa ou é má, mas sim apontar que dado o sistema político como esta colocado não é possível solucionar as pautas colocadas – alteração das leis proibicionistas – sem mediações político-partidárias. Isso tem consequências para o movimento.

Nesse aspecto o exemplo da Marcha da Maconha no Brasil contemporâneo se faz útil para a compreensão da sociedade civil como um todo. Embora não seja possível trazer dados para fazer afirmações quanto aos demais movimentos, ainda mais numa realidade complexa como a brasileira, mas diante dos dados trazidos pelo estudo da Marcha

---

<sup>95</sup> Hoje esse ativista, André Barros, ao qual o entrevistado se refere, participa ativamente da Marcha da Maconha do Rio de Janeiro, com iniciativas bastante progressistas dentro do contexto anti proibicionista, como o amplo diálogo com a polícia e os agentes legais (chegando até mesmo a construir reuniões da Marcha dentro de delegacias), ainda sai candidato, mas agora (2018) encontra-se vinculado ao PSOL.

e dos elementos de multi-militância que a vinculam a uma série de outros movimentos sociais como o movimento feminista e estudantil, é possível afirmar que nesse meio, a visão desacreditada das interações entre sociedade civil e política é predominante. Além disso, para tornar justa a crítica é preciso ressaltar que não é apenas uma crítica de setores da direita à política partidária que torna essa visão nesse sentido, o achatamento que setores da esquerda fazem da categoria “mercado” que determina que o movimento não pode receber financiamento de empresas sem “se vender” é igualmente problemático, pensando, para evitar juízos de valor, estritamente na viabilidade de resolução das pautas colocadas (que, conforme explicado, passa necessariamente pela interação com o meio político partidário no contexto atual). Isso porque achata fenômenos e instituições tão díspares quanto o capital internacional e as micro empresas de produtos de cultivo na mesma categoria reificada de mercado e na prática promovem essa concepção hermética de movimento social. Seria essa a cara da sociedade civil brasileira em seus movimentos sociais mais recentes? Os dados dessa pesquisa permitem afirmar que sim.

Para melhor compreender essa questão, além de tomar as demandas como unidade mínima de análise conforme coloca Laclau (2005) e compreender a dinâmica de manifestações na esfera pública que não almejam a tomada do poder propriamente dito (Habermas 1985), é possível retomar o debate realizado por Arato Choen (1995) em torno das dinâmicas colocadas por Tilly e Tarrow (1989) no capítulo X de sua famosa obra *Civil Society and Political Theory*. Não cabe aqui entrar em toda a reconstrução histórica que remonta aos movimentos desde pelo menos o século XVIII, mas sim atentar para suas principais categorias analíticas, que tomam a ação dos movimentos enquanto *ofensiva*, *defensiva* ou *pró ativa* (ARATO; COHEN, 1995: 501). Isso significa que a ação dos movimentos sociais é classificada entre uma ofensiva por ampliação de direitos ou de participação no sistema política (ofensiva), de uma resistência contra ataques do poder político a determinados modos de vida (defensiva) ou de proposição que altere o próprio marco de lutas (em favor do movimento) (pró-ativa). Nesses termos a ação da Marcha é defensiva – no que tange a proteger o hábito de consumo envolvido – mas não é exatamente ofensiva, pois não almeja a cargos no poder – talvez nisso consista em alguma medida sua limitação – e pouco pró-ativa – pois além de propor alterações nas leis e nas interpretações de lei tem pouca capacidade de ir além disso. De acordo com tais autores,

“Nosso modelo também fornece uma interpretação mais sintética do significado da ação coletiva “ofensiva” e “defensiva” do que aquela encontrada nas abordagens discutidas anteriormente. Nessa explicação, o aspecto “defensivo” dos movimentos envolve preservar e desenvolver a infraestrutura comunicativa do mundo da vida. Essa formulação captura o aspecto dualista dos movimentos discutido por Touraine assim como pela compreensão de Habermas de que os movimentos podem ser os sustentadores dos potenciais da modernidade cultural. Isso é a condição necessária para esforços bem sucedidos em redefinir identidades, reinterpretar normas e desenvolver formas associativas democráticas e igualitárias. Os modos de ação expressiva, normativa e comunicativa possuem seu lugar próprio aqui; mas essa dimensão da ação coletiva envolve também esforços para assegurar mudanças institucionais dentro da sociedade civil que correspondam aos novos significados, identidades e normas que são criados. O aspecto “ofensivo” da ação coletiva se direciona para as sociedades políticas e econômicas – os reinos da mediação entre a sociedade civil e os subsistemas do Estado administrativo e da economia. Certamente, isso envolve o desenvolvimento de organizações que possam exercer pressão para inclusão dentro desses domínios e possa extrair benefícios deles. Os modos de ação coletiva estratégica/instrumental são indispensáveis para tais projetos. Mas as políticas ofensivas dos novos movimentos envolvem não apenas lutas por dinheiro ou reconhecimento político, mas também uma política de influência direcionadas aos membros políticos (e talvez econômicos) e projetos (auto-limitados) de reforma institucional” (ARATO; COHEN, 1995: 39<sup>96</sup>).

---

<sup>96</sup> Dessa vez ao invés de citar a obra original cito uma tradução realizada em 2011 por Lanças, disponível em [file:///C:/Users/Vinicius%20Lan%C3%A7as/Downloads/Movimentos\\_Sociais\\_e\\_Sociedade\\_Civil\\_-\\_t.pdf](file:///C:/Users/Vinicius%20Lan%C3%A7as/Downloads/Movimentos_Sociais_e_Sociedade_Civil_-_t.pdf). Para conferir na versão original: ARATO; COHEN, 1995: 531.

Quanto a isso afirmei em 2013, seguindo a interpretação baseada nesse modelo explicativo, que a Marcha da Maconha era um movimento mais ofensivo do que defensivo, mas talvez essa interpretação esteja equivocada. Isso porque a Marcha, ao ter seus vínculos com partidos questionados e sua aproximação com empresas do ramo canábico problematizada acaba voltando-se predominantemente para a questão das identidades, normas e valores.

Não há nenhum problema em uma celebração da própria atividade de manifestação e sua transformação em algum de cunho predominantemente lúdico, caminho já traçado por uma série de outros movimentos sociais no Brasil e no mundo, mas há certas transformações que passam pelos meios políticos e quererem outras abordagens. Por outro lado, a não satisfação das demandas por parte do poder institucional pode aumentar a luta e dar oportunidade de aumentar a cadeia de equivalências (LACLAU, 2005) agregando novas demandas. Quanto às conclusões é possível afirmar que o contato do usuário enquanto público mobilizável com o discurso do movimento social tem importância política porque permite a ressignificação discursiva do ato de consumo ilegal e tornar a objeção de consciência em desobediência civil. Esse momento então é crucial para a proliferação do movimento social e nisso é fundamental a presença das mídias, sobretudo as mídias do próprio movimento e os centros difusores – locais onde as organizações passam a produzir discursos e disputar os termos do debate anti-proibicionista no Brasil. Além disso também é possível afirmar que onde há mais repressão há aumento das manifestações, talvez porque a opressão policial permita criar cadeias de equivalência com outros movimentos. As consequências de uma sociedade civil que celebra a si mesma, mas não avança nos meios parlamentares, serão melhor mensuradas a longo prazo, mas até o presente momento, é possível afirmar gera uma série de contradições nos movimentos sociais e fortalece um discurso de esvaziamento da política onde as frustrações com o meio político institucional são concomitantes com essa celebração da sociedade civil através de um movimento social.

O problema é que a sociedade civil, nos termos tanto da teoria hegemônica quanto dos ativistas entrevistados, entendida enquanto separada do Estado e da economia, não controla nem as emanações legais universalmente vinculantes (e menos ainda o monopólio legítimo da força que o respalda) e nem os recursos econômicos que os mercados concentram. Assim, por mais importantes que sejam as transformações no imaginário no sentido da desmarginalização de significativas parcelas da população e interessante a formação de uma identidade baseada em

última instância em um hábito de consumo (ainda mais envolvendo ilegalidades cotidianas), essas não se sustentam a longo prazo diante do aparato repressivo colocado a serviço do proibicionismo e o problema da violência nas periferias que esse paradigma gera segue sem solução a menos que exista alteração nas leis. Nas Marchas do Nordeste, principalmente em Fortaleza, há profícua aproximação com partidos e possivelmente ideias anti-proibicionistas podem adentrar as câmaras legislativas, enquanto no centro sul o clima festivo reina após anos de conflito, o futuro da Marcha e da sociedade civil brasileira, mesmo marcado por limitações, segue em aberto.

### 3.3 POTENCIALIDADES DESSE TIPO DE MOVIMENTO SOCIAL

Para compreender as potencialidades desse e de outros movimentos sociais desse tipo – que envolvam redes de solidariedade (SCHERER-WARREN, 2012), pulverização no território e alcance nacional, e transformações legais e morais em relação a valores e normas – eu proponho uma leitura baseada nos conceitos de Laclau (2005) – discurso, cadeias de equivalência entre demandas e um significativo vazio que em última instância encarne a identidade do movimento social – de forma a produzir uma crítica às interpretações baseadas no modelo tripartite de Cohen e Arato (1995), isto é sua separação (normativa) entre mundo da vida, sociedade civil e lógicas sistêmicas do mercado e do Estado. Assim, através de uma articulação das demandas não solucionadas pelo marco proibicionista o movimento social age entre os dois tipos de solução colocados por Laclau (2005) que podem ser “institucionalistas” ou “populares”.

As soluções institucionalistas passam pela interação com o as instituições estatais de dois tipos: as questões envolvidas são levadas às cortes e o meio judiciário arbitra a favor da “justeza da causa” mesmo quando envolvendo violações legais (desobediência civil conforme entendida por DWORKIN 2002) ou as questões avançam através da esfera pública para a esfera política e pressionam a ação dos parlamentos (HABERMAS 1997, ARATO E COHEN, 1995). O movimento pratica mais o primeiro tipo que o segundo, com consequências já comentadas (confere OTERO, 2013, CORTELETTI, 2015). É possível ainda pensar em uma solução via a instituição do mercado – do mercado legal que o consumo ilegal envolve sobretudo – que pode ser capaz de pressionar de diversas formas a alteração legal. Isso também já é bastante estimulado pelo movimento, embora visto

com desconfiança por parte dos ativistas. As soluções de tipo popular, isto é, que passam pelo protesto de uma *plebs* que se faz *populus* (LACLAU 2005), nesse caso envolvem a criação de novas identidades e a difusão discursiva dessas possibilidades identitárias, bem como a difusão de informações acerca do marco de lutas em que essas possibilidades se fazem presentes. De forma sucinta é possível concluir que a frustração das demandas, sobretudo por meio da proibição aplicada de forma militar pelo Estado, é um motor de criação de cadeias de equivalência entre elas e quando uma delas toma proeminência, nesse caso a Marcha da Maconha dentro do movimento anti-proibicionista (pensado de forma ampla), surge a possibilidade de usuários se tornarem ativistas e um movimento social baseado em uma identidade de consumo que envolve violação legal tome forma.

A necessária crítica ao modelo de sociedade civil tripartite se dá devido às suas consequências no meio político brasileiro mais do que devido às próprias contradições internas que esse modelo pode apresentar. Isso porque a questão que se coloca entre uma leitura da sociedade civil de matriz habermasiana e uma leitura de sociedade civil de matriz gramsciana é acerca da dinâmica e das interfaces dessa esfera na sociedade contemporânea: ou a sociedade civil é tomada como uma esfera paralela, “liberta” das dinâmicas políticas e econômicas pelo advento da modernidade (mito de Tönnies que pariu a sociologia) – versão de Habermas – ou tal esfera consiste em nos meios pelos quais os impulsos legitimantes para própria sociedade política – que existe em consonância com a sociedade econômica – que buscam sustentar as relações macro e políticas (e econômicas) como um todo. Meu argumento final quanto a isso é que uma visão menos ancorada nos mitos da modernidade e nas normatividades de uma sociedade civil auto limitada e mais ancorada nas relações de poder que o movimento estudado envolve e em uma concepção ampla das relações entre Estado e sociedade civil permite captar melhor as contradições que essa realidade coloca.

A pesquisa de campo permite afirmar categoricamente que as divisões entre sociedade civil, Estado e mercado são meramente análíticas, isto é, na prática não se verificam fronteiras e os agentes as atravessariam facilmente caso fossem verificadas. Mas as categorias são porosas, podem afirmar os defensores dessa visão. Isso não invalida a crítica aqui colocada pois não se trata de uma questão de porosidade e sim de auto-limitação da ação dessa sociedade civil e das consequências políticas dessa auto limitação, principalmente se pensadas a longo prazo. O próprio Habermas em mais de uma ocasião (1985, 1997) e seus

principais comentadores (ARATO; COHEN, 1995) arguem a importância de uma sociedade civil composta por movimentos sociais auto-limitados que chegam em última instância aos atos de desobediência civil mas que não almejam adentrar diretamente no jogo político propriamente dito. Isto é, movimentos que se limitam a fazer pressão na esfera pública e esperam que o sistema político esteja aberto a essa pressão para satisfazer suas demandas. Os dados provam que isso não passa de uma bonita utopia e não condiz em nada com a realidade, pois em mais de uma década de pressão social as leis não foram significativamente alteradas, no caso da Marcha da Maconha e do movimento anti-proibicionista como um todo. Todos os demais movimentos que a pesquisa bibliográfica pode indicar apresentam um quadro bastante similar quanto a isso, ou seja, não há elementos na dinâmica da realidade brasileira que indiquem que esse tipo de pressão popular que não encontre alguma ressonância no parlamento possa fazer alguma diferença no jogo político institucional.

Os movimentos que encontram sucesso em suas demandas (embora dificilmente possam ser chamados de 'sociais' ou mesmo 'populares' dentro do cânone do qual se parte) contam com quadros dentro dos parlamentos para respaldar suas demandas, como bancadas de empresários e religiosos. Mas o que separa, normativamente, esses tipos de movimentos é a prática e o discurso de seus membros. Na maioria dos casos acompanhados pelo trabalho de campo e pela entrevista o que é possível captar nessa pesquisa é que se a separação é entre política e sociedade civil é analiticamente fraca na prática, ela é no entanto bastante rígida no discurso dos agentes envolvidos. É possível perceber na fala de muitos ativistas uma aversão às práticas políticas parlamentares e uma sensação de “superioridade moral” na atividade política dentro dos movimentos sociais voltados exclusivamente para a esfera pública. Como se dentro no movimento anti-proibicionista não existisse uma rica complexidade política interna com disputas muito similares às da política tradicional (que foram explicitadas no capítulo 1) e como se a ausência da busca por votos (“impulsos politicamente legitimantes”) esvaziasse imediatamente o conteúdo propriamente político das pautas em questão. Isso faz com que, enquanto os movimentos voltam-se para si mesmos ou para uma vaga ideia de esfera pública, a prática política seja mantida pelos chamados políticos profissionais.

Dessa forma, quando as classes subalternas (os movimentos sociais que povoam a chamada sociedade civil) se ausentam voluntariamente de interagir de maneira mais direta (elegendo

representantes e inserindo pautas no debate legislativo – onde o poder de fato se encontra, pois a sociedade civil não é capaz nem colocar normas universalmente vinculantes e nem conta com o monopólio legítimo da violência) elas tacitamente aceitam a dominação. Na prática, essa versão de sociedade civil hermética, que se tornou hegemônica no pensamento brasileiro desde pelo menos os anos noventa, faz com que os agentes envolvidos – os tais ativistas – vejam sua atividade como mais nobre que a atividade propriamente política (voltada para as instituições desse tipo, os parlamentos) e se ausentem dela. A consequência disso é uma demonização da política que impede sua capacidade de representar demandas sociais (mas em hipótese alguma a impede de representar interesses econômicos) e uma atividade na sociedade civil que contempla a insatisfação dos manifestantes com a realidade atual em manifestações que na prática não mudam absolutamente nada em termos das relações de poder e das políticas públicas da forma como estão colocadas. Essa realidade já foi diagnosticada anteriormente,

“A reforma empreendida na última década [1990] provocou uma espécie de 'perda' do Estado como referência e recurso, fazendo coro com a fixação social de valores ideários orientados pela racionalidade mercantil. Tratou-se precisamente de um dos eixos mais fortes a hegemonia que então se consolidou. Essa 'ausência' de Estado reforçou dois tipos de desajustes ainda maiores para alcançar uma ideia revigorada de pacto político ou projeto nacional. Despojou o sistema político de um centro organizacional, de uma referência ética e política, a partir da qual fosse possível renovar a contratação social. Aumentou a natureza errática e “fisiológica” dos partidos e da classe política como um todo, incentivando assim a proliferação de projetos de poder desvinculados de projetos de sociedade. Por outro lado, fez com que os movimentos sociais se soltassem ainda mais do político e procurassem forjar uma “legalidade” e uma “institucionalidade” próprias, desinteressando-se da formulação de projetos de hegemonia, abertos a toda a sociedade e capazes de fornecer respostas e perspectivas para os diferentes grupos sociais. Com isso, a pressão social aumentou, mas deixou de produzir efeitos virtuosos: criaram-se muitas zonas de contestação

e de atritos com os governos, mas não campos de força hegemônicos” (NOGUEIRA, 2005: 31).

O movimento foi capaz de criar e manter bolhas de exceção onde o hábito em questão – o uso de substâncias consideradas drogas – é tolerado em ambientes de certa proeminência social e econômica (como certas praias, praças e universidades frequentados pela classe média) enquanto a política pública de extermínio da juventude nas periferias do país segue praticamente inalterada, apesar de significativos esforços nesse sentido por parte dos ativistas engajados.

Nesse sentido pode tratar-se de uma sociedade civil voltada em demasia para si mesma, os movimentos conseguem se ampliar, angariar recursos, ressignificar antigos valores e rever tabus da sociedade, mas apenas no seu nicho específico (em boa medida porque a concentração dos recursos midiáticos impede a realização de uma esfera pública da forma como imaginada por Habermas e seus seguidores) enquanto a política pública questionada encontra-se longe de ser realmente revista nas intâncias de poder *de facto*. A visão pejorativa que os ativistas apresentam acerca da capacidade do meio político de representar suas demandas faz com que se esvazie sua capacidade de levar tais demandas para os partidos políticos, mesmo aqueles mais abertos ao tema, pois os próprios agentes envolvidos direcionam suas energias para aquilo que consideram mais nobre que angariar votos e lidar com as complicadas regras burocráticas do sistema (que em última instância sustentam a própria noção de democracia procedimental segundo a maior parte dos autores do século XX): realizar manifestações e produzir discursos contra-hegemônicos. Só que essa prática se mostra inóqua quando não é acompanhada de algum tipo de representação política ou de prática política que vá além da desobediência civil. Há quem vá discordar, mas se for levado em conta que uma década de pressão social não foi capaz de alterar significativamente as leis essa discordância deve ser no mínimo relativizada.

Esse é o grande problema que aparece quando tanto pesquisadores – a opinião pública qualificada que elabora os conceitos e esquemas interpretativos pra complexidade que a realidade das sociedades chamadas modernas apresenta – e ativistas creem em uma sociedade civil estritamente separada em seus anseios das esferas política e econômica. Conforme foi explicado, se os agentes envolvidos demonizam e temem tanto a influência da sociedade econômica (e seu financiamento) quanto a influência da sociedade política (e os votos que ela busca canalizar) o que resta é uma ideia de sociedade civil que não

se sustenta enquanto agente de transformação real nas relações de poder. É um quadro que considero perverso porque dá aos envolvidos a nítida sensação de estar agindo para a transformação social (afirmação ancorada em vasto trabalho de campo) enquanto na prática as leis e políticas públicas questionadas seguem praticamente inalteradas e o avanço das pautas no meio político é praticamente nulo. Isso porque ao tomar a sociedade civil como algo separado e superior às lógicas sistêmicas (sobretudo à política) os ativistas não apenas deixam de se fazer representar por elas como cercam os caminhos pelos quais alguma interação possa se tornar possível (ao proibir bandeiras de partidos e envolvimento dos mesmos dentro das Marchas da Maconha, por exemplo). É preciso então levar em conta que essa concepção de sociedade civil voltada para si mesma não é um dado da realidade simplesmente, é uma invenção discursiva que se fez hegemônica em determinado espaço e tempo (desde os anos noventa até os dias atuais, de acordo com autores como NOGUEIRA, 2005; BORBA 2012 e BURGOS 2015).

Seria precipitado culpar os intelectuais dos anos noventa por esse quadro de esvaziamento político da política dos movimentos sociais contemporâneos, no entanto, é preciso explicitar que sem a interpretação destes os agentes não contariam com o vocabulário e as justificativas necessárias para procurar banir as atividades partidárias de seu meio.

“A ideia mesma de Estado passou o segundo plano, desvalorizada pela demonização do 'estatal' feita em nome das muito proclamadas virtudes do mercado, da liberdade de iniciativa e do empreendedorismo, por um lado, e das prerrogativas da “sociedade civil” e da democracia, por outro (...) também cresceu, ao longo dos anos noventa, uma opinião francamente favorável à substituição do Estado pela 'sociedade civil' na formatação da convivência social e no encaminhamento de soluções para os diferentes problemas sociais. Por caminhos imprecisos, buscou-se compensar a inoperância governamental e a subsunção do Estado ao capital com uma aposta categórica na potência reformadora da 'sociedade civil'. Ainda que tenha sido largamente aproveitada pelo projeto neoliberal de reforma do Estado – que incorporou o 'terceiro setor' e a 'sociedade civil' a seu estoque

de recursos argumentativos – é, inegável que aquela ideia encorpou, ganhou densidade teórica e converteu-se num dos mais decisivos campos políticos e intelectuais da modernidade” (NOGUEIRA, 2005: 86).

O que resta é uma sociedade civil que vê a si mesma como moralmente superior que a política propriamente dita e procura afastar-se dessa última, mas que na prática não é capaz de suprir as necessidades representativas que a política anteriormente se propunha. Em suma: ruim com os partidos, pior sem. É preciso então mudar o olhar acerca da realidade das coisas e retormar a concepção gramsciana de sociedade civil dentro de uma concepção de Estado ampliado. Isto é, perceber que uma sociedade civil voltada para si mesma não é apenas um advento da diferenciação sistêmica atribuída às revoluções da modernidade, mas também fruto de uma concepção de sociedade como um todo onde essa suposta libertação da sociedade civil corresponde na prática a uma libertação da sociedade política: seus quadros podem ser cada vez mais tecnocratas e agentes internos da chamada política profissional uma vez que os quadros da sociedade civil não precisam mais ansiar por representação parlamentar uma vez que contentam-se em representar-se na chamada esfera pública; ou pior, deixam a sociedade política, os parlamentos e o executivo dentro da esfera de influência dos interesses econômicos, que por meio de *lobbies* e práticas afins nunca se ausentaram do parlamento da forma como esses agentes da sociedade civil, os organizadores dos novos movimentos sociais, voluntariamente se deixam afastar.

Certamente essa crítica de tom pessimista não esgota a potencialidade do movimento social em questão, mas ela precisa ser colocada. Não esgota seus potenciais porque não é uma questão dada, por tratar-se de um movimento dinâmico essa também é uma questão que se encontra em disputa. Há entre os quadros visões mais e menos abertas à participação parlamentar, ao diálogo com outros movimentos e às interações dentro de um meio político entendido de forma ampla. No entanto, enquanto houver essa barreira a ser superada, até o presente momento não vejo como a pauta em questão pode avançar mais. A disputa no âmbito simbólico avança, e é possível falar em uma descriminalização e normalização do consumo de canábis, mas isso só em certo meios e em consonância com o prosseguimento a ampliação das políticas de repressão nas periferias em nome do combate ao tráfico de drogas. Cabe colocar então duas perguntas: qual é o limite normativo

do discurso do movimento, ou seja, em que medida seu sucesso depende da legalização de fato do consumo de canábis de forma a superar os problemas que sua proibição coloca segundo os ativistas envolvidos (estando aí em disputa suas versões discursivas mais liberais ou classistas); como a pesquisa na sociologia política pode entender esses fenômenos através das categorias de Estado e sociedade Civil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após ampla exposição do trabalho empírico e do diálogo constante com as teorias políticas contemporâneas, cabe finalizar brevemente ressaltando os aspectos já desenvolvidos ao longo da tese que permitem através desse esforço contribuir para o entendimento teórico atual. Creio que tais aspectos podem ser sistematizados através de alguns pontos: o entendimento do potencial discursivo do movimento no que tange à desobediência civil e à ressignificação das violações legais que esse movimento envolve; o papel do desenvolvimento identitário pautado em uma categoria de consumo, ainda que motivado pela marginalização e criminalização do mesmo; o papel das redes e dos formatos organizativos contemporâneos marcados pela dinamicidade e pelas novas tecnologias; a dinâmica interna de um movimento social contemporâneo e sua inserção num marco de sociedade civil o qual ajuda a construir e suas interações com as instituições políticas existentes. Em pelo menos cada um desses quatro pontos a pesquisa acerca do movimento anti proibicionista através das Marchas da Maconha no Brasil tem elementos para contribuir com o entendimento atual acerca de temas como sociedade civil, democracia, política e identidade.

Quanto ao papel de ressignificação discursiva que o movimento coloca, a qual permite a politização do hábito de consumo tornado ilegal, essa é útil para a compreensão da desobediência civil enquanto categoria útil para o estudo dos movimentos sociais contemporâneos e permite rever a própria categoria. Tal categoria é de útil compreensão porque além de enriquecer o entendimento acerca do repertório de ação também permite captar os limites do chamado radicalismo auto limitado e das formas de ação não violentas. Assim, violar as leis que proíbem esse consumo de forma abertamente pública, no movimento social como forma de protesto e violar essas mesmas leis de forma menos pública nos chamados circuitos canábicos constituem duas faces de uma mesma moeda. Mas isso só ocorre na medida em que o uso privado ou semi privado das substâncias proibidas for entendido pelos agentes enquanto

um ato política em si mesmo diante de um entendimento de que as leis de proibição são injustas. Esse entendimento ocorre geralmente pelo contato com a produção discursiva do movimento social. Assim, é possível falar em pelo menos duas categorias para as análises contemporâneas: a de um tipo de movimento social de desobediência civil, que através de sua ação é capaz de politizar as violações legais particulares, atos de objeção de consciência (BEDEAU, 1961), e torná-los práticas de desobediência civil ao alterar a percepção de seus agentes, seu discurso e sua relação com os outros acerca dessas violações legais, sobretudo quando essa relação envolve instituições como a justiça; a de um tipo de desobediência civil baseada em hábitos de consumo, algo que aproxima essa forma de ação política do boicote e outras manifestações de caráter mais econômico, com a sensível diferença no fato dessa afirmar e não negar certo tipo de consumo.

Além disso, é preciso sempre levar em conta o peso dessas violações praticadas em conjunto para a formação identitária. Além da vasta literatura acerca do papel da criação de solidariedades na formação dos movimentos sociais (ALONSO 2009, SCHERER-WARREN 2012, ARATO; COHEN 1995, etc.) é possível acrescentar que esse movimento, anti proibicionista, se ancora em circuitos de consumo prévios ao movimento e que o contexto de ilegalidade e de eventual conflito com as autoridades por conta dessa violação legal auxilia na formação dessas formas de solidariedade (conforme é demonstrado pelo trabalho de campo). Nesse sentido é que o discurso do movimento faz diferença crucial, as solidariedades podem ser prévias à sua politização, mas na medida em que essa ocorre os pequenos atos de desobediência podem ser ressignificados. Assim, faz-se do usuário um ativista, quando esse passa a tornar político seu consumo anteriormente individualizado ou em circuitos clandestinos e semi clandestinos. Os usuários saem do armário, para usar uma expressão corrente no vocabulário dos ativistas entrevistados. “Para reverter a política de guerra às drogas, acreditamos que o caminho é a mudança de mentalidade, que vai além de um ordenamento jurídico ou de uma posição de governo A ou B, mas permear a sociedade desde baixo, afinal é ela que referencia o proibicionismo para além das leis.” (Coletivo DAR, 2016: 107). Esse quesito parece ser onde o movimento em questão alcança maior sucesso: a ressignificação das categorias, bem como a divulgação da causa na esfera pública.

Quanto ao seu formato em redes e com bastante horizontalidade, isso em si mesmo não constitui novidades em termos teóricos. Ainda assim é interessante ressaltar o quanto isso impacta nas

disputas e articulações em torno do significativo flutuante (LACLAU, 2005) que se torna a “Marcha da Maconha” em sua importância da dinâmica das lutas entre proibicionismo e anti-proibicionismo na realidade nacional. A própria questão levantada anteriormente acerca da participação dessa pauta nas disputas político partidárias podem ser interpretadas à luz dessa disputa. Para isso foram traçadas algumas classificações que procuraram mapear esse debate no cenário nacional (entre discursos classistas ou liberais) e utilizadas categorias previamente cunhadas por outro pesquisador (RIBEIRO, 2015) que também auxiliaram nesse mapeamento (proibicionismo específico e interseccional). Apesar do profícuo mapeamento cabe lembrar tratarmos de tipos ideais, a realidade das coisas é sempre mais rica e dinâmica. Talvez esses termos sigam relevantes, como o foram até então, talvez sejam superados pelas transformações e lutas internas e externas que aguardam o movimento.

Por fim, quanto à categoria de sociedade civil, creio ser mais correto, diante dos dados levantados e do debate bibliográfico realizado, concluir com uma visão mais próxima daquela oferecida por autores mais alinhados com a interpretação oferecida por Gramsci (2011) do que aquela oferecida por Habermas (1997). Dessa forma o que quero defender não é uma partidarização das sociedades civis atuais, mas compreendê-las enquanto *loci* de ação política propriamente dita e capaz de ampliar-se: movimentos sociais podem (e devem segundo algumas teorias) almejar constituir discursos hegemônicos o suficiente para projetá-los para a arena da política formalmente colocada, ou seja, o Estado. Isso porque em uma noção de sociedade civil como parte de um Estado ampliado, mas fundamental na disputa por hegemonia no contexto social como um todo, tal qual trabalham autores como Nogueira (2005) e Laclau (2005), me parece mais condizente, na medida em que ajuda a explicar o esvaziamento da esfera pública partidária, a qual é característica desse tipo de movimento social (baseado em desobediência civil, marcado por radicalismo auto-limitado, “novo” nos termos de ARATO; COHEN, 1995). Talvez então esse esvaziamento possa indicar mais um tipo específico de Estado que se configura em dinâmica relação com esse tipo de sociedade civil do que uma suposta sociedade civil que se emancipa ou se liberta, embora a o fortalecimento dessa categoria possa ser percebido. Ficam essas breves conclusões para contribuir ao debate contemporâneo e a esperança de que essa pesquisa seja útil para compreender melhor tais questões, tão caras à manutenção e ampliação dos ideais de democracia nas sociedades contemporâneas.

**BIBLIOGRAFIA**

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais, um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

ARATO, A.; COHEN, J. **Civil Society and Political Theory**. Massachusetts, MIT Press: 1995.

ARENDT, H. **Crises da República**. Trad. J. Volkmann. Perspectiva: 1972.

BECKER, H. **Outsiders Studies in the Sociology of Deviance**. New York, The Free Press: 1991.

BEDAU, A. H. On Civil Disobedience in [\*Journal of philosophy\*](#). Stanford, Stanford University, Vol. 58, No. 21, 653-61, 1961.

BORBA, Julian. *REVISTA DEBATES*, Porto Alegre, v.6, n.1, p.123-147, jan.-abr. 2012 disponível em <http://seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/26167/17098>.

BURGIERMAN, Denis Russo. **O fim da Guerra: a maconha e a criação de um novo sistema para lidar com as drogas**. São Paulo, Leya: 2011.

BURGOS, R. Sem Glória, mas Com Certa Pena: Mais uma vez o Conceito de Sociedade Civil no Brasil in SCHERER-WARREN, I. e LUCHMANN, L. H. H. (org.) **Movimentos Sociais e Engajamento Político: trajetórias e tendências analíticas**. Florianópolis, EDUFSC: 2015.

CAMPOS N. **Militância, Organização e Mobilização anti-proibicionista da Maconha: Coletivos, eventos e Marchas em Natal RN**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN. Natal, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jsui/bitstream/123456789/12284/1/NataliaC DISSERT.pdf> .

CARVALHO, Salo de. **A política Criminal de Drogas no Brasil**, do discurso oficial às razões da descriminalização. Rio de Janeiro, Luam: 1996.

CINCO, R. *In* Entrevista em Revista Sem Semente edição 3, novembro/dezembro de 2012, página 61.

COHEN, Jean L. Sociedade Civil e Globalização: Repensando Categorias. *DADOS –Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 3, 2003, pp. 419 a 459.

CORTELETTI, Y. B. F. **Da rua ao Congresso**: uma análise etnográfica da Marcha da Maconha DF e da política sobre o tema no Congresso Nacional. Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos à obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia. Brasília 2015. Disponível em: [bdm.unb.br/handle/10483/10265](http://bdm.unb.br/handle/10483/10265).

DELMANTO, J. (Coletivo DAR) (org.) **Dichavando o Poder**: Drogas e Autonomia. São Paulo, Autonomia Literária: 2016.

DELLA PORTA, D. ANDRETA, M. MOSCA, L. REITER, H. **Globalization from Below**, Transnational Activists and Protest Networks (Social Movements, Protest and Contention volume 26). Minneapolis, University of Minnesota Press: 2010.

DWORKIN, R. **Levando os direitos a sério**; trad. e notas Nelson Boeira. São Paulo, Martins Fontes: 2002.

\_\_\_\_\_. **Uma questão de princípios**. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ESCOHOTADO, A. **A Brief History of Drugs**, From the Stone Age to the Stoned Age. Tradução do espanhol por K. A. Symington. Rochester, Park Street Press: 1999.

FARIAS, Antônia de Araujo. Inclusão Digital e Cidadania na Sociedade da Informação e do Conhecimento. Artigo apresentado no II Congresso Internacional de Educação Inclusiva – Campina Grande – PB, 2016. Disponível em: [http://www.editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO\\_EV060\\_MD1\\_SA2\\_ID530\\_17102016001552.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD1_SA2_ID530_17102016001552.pdf).

FIORE, Maurício. O lugar do Estado na questão das drogas: O paradigma proibicionista e as alternativas *in* NOVOS ESTUDOS 92, p. 9-21, MARÇO 2012.

FIORE, Maurício; LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra Lúcia. **Drogas e Cultura**, Novas perspectivas. Salvador, EDUFBA: 2008.

FRANÇA, J. M. C. **História da Maconha no Brasil**. São Paulo, Três Estrelas: 2015.

GEDERLOOS, Peter. **Como a Não-violência protege o Estado**. Porto Alegre, Deriva: 2011.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, V.1, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, V.3, 2011b.

GOHN, Maria da Glória (organizadora). **Movimentos Sociais do Início do Século XXI**, Antigos e Novos Atores Sociais, Petrópolis, Vozes: 2013.

GOLDMAN, A. **Grass Roots**, Marijuana in America Today. New York, Warner Press: 1980.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia entre facticidade e validade**. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro: 1997.

HABERMAS, J. **Civil disobedience**: litmus test for the democratic constitutional state. *Journal of Sociology*, Berkeley, v. 30, p. 96-116, 1985.

HUNTINGTON A. O. **De Consumidor a Cidadão**, Atividades Privadas e Participação na Vida Pública. São Paulo Editora Brasiliense 1983.

KYMLICKA, W. **Contemporary Political Philosophy**. Oxford University Press: 2001.

LACLAU, E. **La Razón Populista**. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires: 2005.

LACLAU, E. MOUFFE, C. **Hegemonía y Estrategia Socialista**, Hacia una Radicalización de la Democracia. Siglo XXI, Madrid, 1987.

LANÇAS, V. 2010, **Desobediência Civil nas Democracias** Contemporâneas, disponível em:  
[https://www.academia.edu/1137093/A\\_desobedi%C3%Aancia\\_civil\\_na\\_s\\_democracias\\_contempor%C3%A2neas](https://www.academia.edu/1137093/A_desobedi%C3%Aancia_civil_na_s_democracias_contempor%C3%A2neas) .

LANÇAS, V. R. **Marcha da Maconha**, Transgressão e Identidade em um Movimento Social Contemporâneo. Florianópolis, 2013, disponível em:  
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107320>.

LANÇAS, V. R. **De Usuário a Ativista**, a Marcha da Maconha no Brasil. Publicado no I Seminário Integrado de Pesquisa, UEL 2014, disponível em  
<http://www.uel.br/pos/ppgsoc/portal/pages/arquivos/Anais%20Seminarios%20PPGSOC/g1-13.pdf>.

LUNARDON J. A. Maconha, Capoeira e Samba: a construção do proibicionismo como uma política de criminalização social. Publicado no 1º Seminário Internacional de Ciência Política, Estado e Democracia em Mudança no Século XXI. UFGRS, 9, 10 e 11 de setembro de 2015.

MAGALHÃES, Raul Francisco. **Crítica da Razão Ébria**, reflexões sobre drogas e ação imoral. São Paulo, ANNABLUME: 1994.

MELUCCI, A. **A Invenção do Presente**: Movimentos Sociais nas Sociedades Complexas. Petrópolis, Editora Vozes: 2001.

MOUFFE, C. **The Return of the Political**. Verso, London: 2005.

MOUFFE, C. Por um modelo Agonístico de Democracia. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 25: 165-175 Jun. 2006.

NOGUEIRA, M. Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil**. Temas éticos e políticos de gestão democrática. Editora Cortez, São Paulo: 2005.

OPP, P. **A Economia da Droga**. Trad. Maria E. O. Assunção. Bauru, Edusc: 1998.

OTERO, L. **Das ruas ao Supremo Tribunal Federal**: a criminalização da Marcha da Maconha no Brasil. 2013. 135fl. Relatório Final de Iniciação Científica (Graduação em Direito) – Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013.

RAMALHO, Núbia. A Marcha da Maconha em Salvador entre 2009 e 2012: um história de resistência. 2012 disponível em <https://www.academia.edu/s/222dba5e12/a-marcha-da-maconha-na-cidade-de-salvador?source=link> .

RAWLS, J. **Uma teoria da Justiça**; trad. Carlos Pinto Correia. Lisboa, Ed. Presença: 1993.

REED, A. “Não tenha vergonha, vem pra Marcha da Maconha, ação coletiva, política e identidade em um movimento social contemporâneo. Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

RIBEIRO JÚNIOR, A. C. O Antiproibicionismo de Salvador/BA: uma análise de suas características, organização trajetórias e projetos entre 2013 e 2016. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Salvador: 2017 disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/123456730/354/1/Dissertacao%20Antonio%20Carlos.pdf> .

SILVESTREIN, Mauro Leno. **A Fumaça e o Feitiço**, Maconha e Umbanda na Obra de Bezerra da Silva. UFPR. Curitiba: 2008. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/antropologia/files/2012/11/SILVESTREIN-Mauro-Leno1.pdf> .

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes Emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. Curitiba: *Appris*: 2012.

SOUTHIER, Diane. O Campo Discursivo sobre Drogas e o Posicionamento de Fernando Henrique Cardoso. Dissertação de Mestrado, UFSC – CFH – PPGSP. Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/167767/339021.pdf?sequence=1> .

SOUZA J. **A Elite do Atraso**, da Escravidão à Lava a Jato. Rio de Janeiro, Leya: 2017.

SOUZA, J. **A Ralé**, o que é e como vive. Belo Horizonte, UFMG: 2009.

TARROW, Sidney. **Power in Movement**: Social Movements and Contentious Politics. Cambridge, Cambridge University Press: 1998.

WALZER, M. **Das obrigações políticas**: ensaios sobre desobediência, guerra e cidadania. Tradução de Helena Maria Camacho Martins Pereira. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.